

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**“DOMUS DEI ET PORTA COELI”**

**Educação, controle, construção do corpo e da alma...**  
O Seminário de Azambuja entre as décadas de 1960 e 1980

**ALTAMIRO ANTÔNIO KRETZER**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para obtenção do grau de Mestre em História Cultural, sob orientação do Professor Doutor Rogério Luiz de Souza.

**FLORIANÓPOLIS**  
**2005**

**“DOMUS DEI ET PORTA COELI”**  
**Educação, controle, construção do corpo e da alma...**  
O Seminário de Azambuja entre as décadas de 1960 e 1980

ALTAMIRO ANTÔNIO KRETZER

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rogério Luiz de Souza - UFSC

---

(nome e assinatura)

Prof. Dr. Norberto Dallabrida - UDESC

---

(nome e assinatura)

Prof. Dr. Artur César Isaia - UFSC

---

(nome e assinatura)

Dissertação defendida e aprovada em 12 de dezembro de 2005.

## AGRADECIMENTOS

A atual direção do Seminário de Azambuja e a seus funcionários, em especial ao reitor Pe. Luis Antônio Caon, pela acolhida e pela presteza em permitir o acesso aos documentos do Arquivo D. Jaime de Barros Câmara e outros documentos do Seminário.

Aos diretores e funcionários do ITESC – Instituto Teológico de Santa Catarina – pela colaboração e disponibilização do acervo de sua biblioteca.

Aos ex-seminaristas que se dispuseram a contribuir com parte de suas vidas através dos tão importantes depoimentos.

Aos professores e colegas da Universidade Federal de Santa Catarina pelo companheirismo, pela formação, pela contribuição intelectual.

Aos professores Norberto Dallabrida e Artur César Isaia pelas valorosas contribuições e correções.

Ao amigo e orientador professor Rogério Luiz de Souza pela paciência, pelas indispensáveis contribuições, correções e pelo apoio constante.

Ao Seminário de Azambuja por ter contribuído na formação de parte de minha subjetividade em razão dos cinco anos que lá vivi como seminarista e por me permitir a ele retornar, não mais para olhá-lo com os olhos do garoto assustado de 14 anos, mas para olhá-lo com os olhos de historiador-pesquisador.

Ao governo brasileiro, através do CNPq, pelo financiamento da pesquisa.

Aos familiares, de um modo todo especial aos meus pais Ademiro e Felicita pela vida dedicada a seus filhos, pelo esforço que sempre fizeram, apesar das dificuldades, para que todos pudéssemos estudar. Pelo carinho, amor e constante incentivo.

De forma muito carinhosa dedico este trabalho também à esposa Jociane, paciente nas ausências e isolamentos que a confecção do trabalho exigiu, e à Sofia, filha querida que, mesmo sem o saber, contribuiu com esta pesquisa com seus momentos de infância perdidos, com brincadeiras de criança não brincadas...

## IDEAL DIFÍCIL

Cada vivente ao nascer  
Já vai seguindo um caminho.  
Muitos vivem no prazer,  
Muitos também no espinho.  
(...)

Mas destes todos caminhos  
Que existem de dura cruz  
O mais cheio de espinhos  
É dos padres de Jesus.

Eles das almas são pais  
Que cuidam com afeição.  
Na aflição ouvem seus ais  
Que saem do coração.

Do sacerdote depende  
Desta terra a salvação.  
Pois ele de Cristo estende  
O céu, celeste Sião.

(*Ernesto Souza, aluno da 3ª série do Seminário de Azambuja - Revista A ESPERANÇA, edição REFEITÓRIO. 1961.*)

## SUMÁRIO

Resumo .....	6
Abstract .....	7
Introdução .....	8
CAPÍTULO I	
<b>Igreja Católica: alguns discursos e algumas verdades</b> .....	29
1. O Concílio Vaticano II: aquiescências e resistências .....	45
1.1. Alguns discursos: dogmas, autoridade, hierarquia e obediência .....	51
1.2. Alguns discursos: a formação e orientação do clero .....	63
2. A Ditadura Militar e a Igreja Católica no Brasil .....	68
CAPÍTULO II	
<b>“Ad quid venisti?” – O discurso do sujeito que se quer</b> .....	79
1. “Fortiter in re, suaviter in modo”: nos tempos da <i>Ratio Studiorum</i> .....	81
1.1. Os “olhos e ouvidos” do reitor .....	97
1.2. Reitor: pai e juiz .....	106
2. “Novos ares começaram a soprar. Era preciso acertar o passo”: nos tempos da <i>Ratio Fundamental</i> .....	110
CAPÍTULO III	
<b>A maquinaria do poder: os mecanismos para a construção do sujeito que se quer</b> .....	125
1. Discurso e realidade, realidade e discurso .....	125
2. Manufaturando corpos e almas .....	135
2.1. A diversão a serviço da formação e da disciplina .....	164
2.2. “Caça (nós) 4 X 3 Caçadores”: formação X resistência .....	168
3. A metamorfose: o sujeito, o corpo, o discurso resultante .....	174
Considerações Finais .....	187
Fontes .....	196
Bibliografia .....	202

## RESUMO

KRETZER, Altamiro Antônio. *“DOMUS DEI ET PORTA COELI” - Educação, controle, construção do corpo e da alma...: O Seminário de Azambuja entre as décadas de 1960 e 1980*. Florianópolis, 2005. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina.

A pesquisa centra-se na análise do Seminário de Azambuja, tendo como recorte temporal o período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), época em que acontece também o Concílio Ecumênico Vaticano II e uma série de mudanças na Igreja Católica. Faz-se um estudo crítico-analítico do processo educativo-pedagógico do Seminário-Internato de Azambuja e sua inserção no contexto histórico-político-social buscando mostrar a relação do processo educativo-pedagógico com o tipo de sujeito que se queria formar, o “bom seminarista” - as estratégias de “docilização dos corpos”, disciplina-punição-resistências, controle do tempo e do espaço. Estuda a construção do corpo e a delicada questão da sexualidade num ambiente religioso e masculino mostrando a relação dominação-controle-saber-passividade dos corpos. Os sujeitos em questão são os seminaristas, os possíveis futuros sacerdotes. Numa realidade em que a Igreja Católica passava por um processo de contestações e transformações consideráveis era necessário para esta instituição garantir nos seus quadros indivíduos que se adequassem às novas exigências dos tempos. Era necessário adaptar-se aos “novos ventos que sopravam”. Mas era também necessário que estes mesmos indivíduos fossem defensores da Igreja que representavam, que resguardassem, fortalecessem e defendessem a Igreja nos pontos em que era mais atacada. Neste sentido o trabalho objetiva mostrar alguns mecanismos utilizados pela Igreja Católica na construção do “bom” seminarista e do “bom” padre e como, neste processo dialético, os sujeitos resistiam ou se deixavam envolver.

**PALAVRAS-CHAVE:** religião e poder, seminários católicos, clero católico, formação do clero católico, instituições disciplinares, educação, produção de subjetividades, poder disciplinar, resistência do sujeito.

## ABSTRACT

KRETZER, Altamiro Antônio. *“DOMUS DEI ET PORTA COELI” - Education, control, body and soul construction ...: The Azambuja Seminary between the decades of 1960 and 1980*. Florianópolis, 2005. Dissertation (Master's Degree in History). Post-graduation Program in History. Federal University of Santa Catarina.

This research is centered in the analysis of the Azambuja Seminary during the period of the Military Dictatorship in Brazil (1964-1985), a time when The Second Vatican Ecumenical Council and many other changes occurred in the Catholic Church. A critical-analytical study of the educative and pedagogical process of the Azambuja Seminary/Boarding School and its insertion in a historical-political-social context is being made, attempting to show the relation of the educative and pedagogical process with the type of education intended to form the subjects, the “good seminarian” – the “body taming mechanisms”, discipline-punishment-resistance, control of time and space. The research studies the construction of the body and the delicate question of sexuality in a religious and male environment, showing the domination-control-knowledge-passivity of the bodies. The subjects in question are the seminarians, possibly future priests. In a reality which the Catholic Church was passing through a process of considerable contestations and transformations, it was necessary for the institution to ensure in its boards individuals that could adapt themselves to the new demands of the times: an adaptation to the “new winds that were blowing”. But it was also necessary for these individuals to be defenders of the church they represented, that they protected, strengthen and defended the Church in the points that it was mostly attacked. In this sense, this research aims to show some mechanisms used by the Catholic Church in the construction of the “good” seminarian and of the “good” priest and how, in this dialectic process, the subjects resisted or allowed themselves to be involved by it.

**KEYWORDS:** religion and power, catholic seminaries, catholic clergy, education of the catholic clergy, disciplinary institutions, education, subjectivities production, disciplinary power, subject resistance.

## INTRODUÇÃO

*“Menos que julgar o passado, o historiador deve fazê-lo ser compreendido”.*  
(Jean Delumeau)

A religião encontra-se inserida em nossa realidade mais do que possamos imaginar. Esta afirmação está presente, de certo modo, nos recentes estudos a respeito do “despertar religioso”<sup>1</sup> contidos nas obras de autores consagrados como Stefano Martelli, Gianni Vattimo, Jacques Derrida, Rafael Díaz-Salazar, entre outros. Kepel Gilles, em sua obra *A revanche de Deus*, afirma, por exemplo, que a década de 1960 teria sido marcada por um “afrouxamento dos vínculos entre a religião e os fiéis”, o que teria levado muitas religiões a buscarem uma adaptação aos novos valores da sociedade de então. Na Igreja Católica este *aggiornamento* teria sido buscado pelo Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965). No entanto, teriam também surgido “fenômenos semelhantes no mundo protestante e até no mundo muçulmano, onde se tratou de ‘modernizar o islamismo’”.<sup>2</sup> O mesmo Kepel afirma porém que, ao final da década de 1970, “um novo discurso religioso tomou forma, não mais para se adaptar aos valores seculares, e sim para voltar a dar uma base sagrada à organização da sociedade, modificando-a, se preciso. Não se tratava mais de *aggiornamento* (modernização), e sim de uma ‘segunda evangelização da Igreja’”.<sup>3</sup> A partir de então, “do Cairo ou de Argel a Praga, dos evangélicos americanos aos fanáticos de Gush Emunim<sup>4</sup>, dos militantes islamitas aos católicos carismáticos”<sup>5</sup> inúmeras formas de renovação religiosa vêm sendo implantadas nas últimas décadas em várias religiões.

---

<sup>1</sup> MARTELLI, Stefano (org.) **A religião na sociedade pós-moderna**. São Paulo: Paulinas, 1995, p. 415.

<sup>2</sup> GILLES, Kepel. **A revanche de Deus**. São Paulo: Siciliano, 1991. p. 12.

<sup>3</sup> Ibidem.

<sup>4</sup> Gush Emunim, movimento ultranacionalista que reivindica direitos judaicos sobre Israel histórico (promovendo assentamentos na Judéia e Samaria) e que entra em atividade no ano de 1974.

<sup>5</sup> GILLES, Kepel. Op. Cit. p. 12.



Além disto, independente da existência ou não deste “despertar religioso”, há de se convir que difícil será fazer-se uma análise de qualquer estrutura social e histórica sem nos debruçarmos sobre a influência do religioso, e também das instituições de ensino, tendo em vista que a religião permeia nossa existência, queiramos ou não, que as instituições religiosas ajudam e, às vezes, determinam um saber e criam identidades sociais específicas<sup>6</sup>, e a educação é ferramenta importante no processo de manutenção ou contestação de valores das sociedades nas diferentes épocas. Ademais, observa-se um intenso empenho de historiadores, sociólogos, psicólogos e pedagogos em tornar mais lúcida a relação entre sistemas educacionais constituídos e as instituições político-religiosas.

Um exemplo desta vertente de estudo encontramos no livro *A fabricação escolar das elites* de Norberto Dallabrida. Com referência à Primeira República, na capital catarinense, este autor afirma que

Houve uma série de investimentos políticos colocados em marcha por uma rede capilar de instituições disciplinares e pelo Estado oligárquico, que objetivavam produzir uma população disciplinada, saudável e produtiva. Nesta conjunção de acumulação de novos sujeitos demandados pelo nascente capitalismo, as igrejas cristãs – católica, luterana, presbiteriana e talvez outras – configuraram-se como eficientes instituições disciplinares, especialmente pelo fato de criarem diversificadas associações educativas e escolares que muito concorriam para a regulação social.<sup>7</sup>

Observa-se aqui uma relação de interesses e trocas entre as instituições Igreja Católica e Estado oligárquico da chamada República Velha (1889-1930). E, nesta relação de interesses convergentes, outra instituição mostra-se importante: a escola. Neste aspecto, Igreja Católica e Estado brasileiro terão, em certos momentos, um mesmo norte e noutros disputas de interesses e projetos. Esta relação de unicidade ou

---

<sup>6</sup> Aqui não se pretende, de forma alguma, afirmar que são elementos exclusivos de análise, mas que exercem assaz influência.

<sup>7</sup> DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na primeira república**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001. p. 62.

diversidade é visível ao analisarmos alguns documentos da Igreja Católica relativos à questão educacional.<sup>8</sup>

A Igreja mostra-se envolvida na educação brasileira desde os mais tenros anos coloniais. Segundo D. Cândido Padin, “todo o início da formação da sociedade brasileira, desde os tempos da Colônia, contou com o pioneirismo da ação da Igreja no campo da educação”.<sup>9</sup> A história da educação brasileira, segundo o mesmo D. Cândido, estaria quase que monopolizada pela Igreja até, pelo menos, o Segundo Reinado. Não que o Estado tenha, a partir de então, universalizado o acesso da população ao ensino público, pois, na Primeira República, por exemplo, “não havia uma rede de escolas públicas respeitável, e a que existia voltava-se para o atendimento das classes mais favorecidas economicamente”.<sup>10</sup> Mas mesmo nestes períodos as instituições educacionais religiosas continuarão a ter papel destacado e, não poucas vezes, financiadas, ao menos em parte, pelo Estado. Esta ligação de parcial dependência em relação ao Estado fazia, muitas vezes, com que a educação das escolas católicas não estimulasse o questionamento da realidade, mas sim reproduzisse as estruturas da sociedade. Eram escolas, na sua maioria, voltadas para as classes mais abastadas, uma vez que eram pagas e, desta forma, de difícil acesso aos filhos de famílias mais pobres.

Esta realidade é evidenciada na já citada obra do professor Norberto Dallabrida, *A fabricação escolar das elites*, que analisa o Colégio Catarinense, em Florianópolis,

---

<sup>8</sup> A título de exemplo do empenho e preocupação da Igreja Católica com a questão educacional segue-se uma série de citações de documentos produzidos principalmente entre as décadas de 1960 e 1980, período em que se atém esta pesquisa: **Gravissimum Educationes**, Declaração do Concílio Vaticano II sobre a Educação Cristã. Roma, 28 de outubro de 1965.; **Os católicos e a educação na América Latina**, CELAM, 1969; **La escuela católica em la sociedad pluralista**, Sagrada Congregação para a Educação Católica, Roma, 1972; **Alocução de Paulo VI aos participantes do IX Congresso Internacional da Organização Internacional do Ensino Católico**, L'Osservatore Romano, 23 de junho de 1974; **Conclusões do Seminário sobre Teologia da Educação**, CNBB-AEC, 1972. In.: Comunicado Mensal da CNBB, nº 236.; **Para uma pastoral da educação**. Estudos da CNBB, nº 41, 1986.; **Igreja e educação: perspectivas**. Estudos da CNBB, nº 6, 1981.

<sup>9</sup> PADIN, D. Cândido. **A presença educativa da Igreja na sociedade brasileira hoje: perspectivas**. In.: Educação: exigências cristãs. ESTUDOS DA CNBB, nº 63, 1992. p. 7.

<sup>10</sup> GHIRALDELLI Jr., Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 27.

durante a Primeira República. Segundo este autor o “ensino secundário na Primeira República era concebido como um ‘luxo aristocrático’, destinado aos futuros governantes da nação, pois, para a maioria dos intelectuais e políticos da época, a disseminação do ensino primário era suficiente para estabelecer a ‘democracia’ republicana”.<sup>11</sup> No caso do Colégio Catarinense, o caráter privado excluía “compulsoriamente os filhos das famílias das classes populares, tanto a grande massa de camponeses que residiam no interior do Estado como os trabalhadores e subempregados das cidades catarinenses, que não tinham condições de pagar as altas mensalidades ginasiais”.<sup>12</sup> O número dos alunos provenientes das classes menos abastadas era reduzido, representando “pouco mais de quatro por cento entre os formandos”,<sup>13</sup> grupo este composto basicamente por alunos que recebiam bolsas de estudo do Estado. Tanto é que, segundo o mesmo Dallabrida, ao longo do século XX passaram pelo Colégio Catarinense “quase a metade dos governadores e interventores do Estado de Santa Catarina, boa parte dos políticos profissionais, administradores de empresas catarinenses e alguns membros do alto clero católico”.<sup>14</sup> Observa-se aqui uma preocupação por parte da Igreja, através dos jesuítas, de educar os futuros chefes políticos e a classe dirigente, de forma mais geral, de modo que os valores cristãos fossem garantidos. Esta visão é também compartilhada pelo historiador Dallabrida quando este cita, na já referida obra, trecho de uma correspondência interna dos jesuítas administradores do Colégio Catarinense referindo-se a uma ampliação do prédio do colégio: “O colégio gostaria de chegar a sua conclusão, para realizar cada vez mais a sua grande missão! Pois, como em qualquer lugar, assim também aqui falta em homens

---

<sup>11</sup> DALLABRIDA, Norberto. Op. Cit. p. 221.

<sup>12</sup> Ibidem. p. 229.

<sup>13</sup> Ibidem. p. 237.

<sup>14</sup> Ibidem. p. 222.

dirigentes que conduzem e dominam a vida pública, os princípios da fé garantidos pelo Estado”.<sup>15</sup>

Esta preocupação com o tipo de sociedade existente, com o tipo de sociedade que se pretende construir, ou manter, e a importância da educação neste processo está também presente em documentos da Igreja Católica na década de 1960. A realidade é diversa daquela vivida na Primeira República, mas a preocupação é a mesma: formar o homem para formar a sociedade de acordo com valores cristãos. Segundo o Pe. José Marins, que em 1969 era sub-secretário Nacional do Ministério Hierárquico da CNBB, as escolas católicas têm, entre outras funções, a de formar líderes eclesiais e civis. Em seu livro *A escola em missão* afirma que

Nem todos serão líderes. Mas existem líderes. Precisam ser encontrados. Orientados. Formados. Espera-se que a escola católica execute essa missão: dar à Igreja nacional, diocesana alguns líderes de primeiro plano e de projeção apostólica que exercerão considerável influência na sociedade e marcarão as estruturas com sua ação cristã. Homens que serão capazes de criar uma mentalidade, de formar ou orientar correntes de opinião pública, etc.<sup>16</sup>

Neste sentido as escolas católicas, ao formarem cidadãos íntegros, cristãos autênticos e, conseqüentemente, lares cristãos, deveriam funcionar como uma instituição que contribui de “maneira extraordinária para uma sociedade mais cristã, para um mundo mais segundo o coração de Deus”,<sup>17</sup> segundo o Pe. José Marins. A escola católica era, portanto, um importante instrumento da Igreja, e também do Estado nos momentos em que se unia à Igreja Católica, na construção e/ou manutenção de um determinado tipo de sociedade.

É importante salientar que a Igreja Católica é aqui entendida como uma instituição social e, como tal, inserida na história, no contexto social, político e econômico de cada momento histórico. Desta forma ela é influenciada por esta

---

<sup>15</sup> Ibidem. p. 231.

<sup>16</sup> MARINS, Pe. José. *A escola em missão*. São Paulo, 1962. p. 99.

<sup>17</sup> Ibidem. p. 103.

sociedade da qual faz parte e, de outro lado, também exerce influência sobre ela, e uma influência não desprezível na maioria das vezes. Não levamos em consideração a possibilidade ou não de uma origem mística ou divina.

Em relação à educação católica, Pe. José Marins afirma ainda que “os seminários devem ser as melhores escolas católicas”,<sup>18</sup> pois dos que lá estudam, na melhor das hipóteses, uns 20 % são ordenados sacerdotes. Os outros 80% que passaram por estas “escolas modelares” e que não se tornaram sacerdotes deveriam ser cristãos autênticos, líderes cristãos na sociedade. E, diante disto, questiona: “Com quantos dêles podemos contar?”<sup>19</sup>(sic).

É justamente o Seminário Católico, mais especificamente o Seminário Menor Metropolitano Nossa Senhora de Lourdes ou, como é conhecido popularmente, Seminário de Azambuja, localizado no vale de Azambuja, no município de Brusque, Santa Catarina, o objeto central deste trabalho. Este que, não visão do Cônego Guilherme Klein, então ecônomo de Azambuja, era “*Domus Dei et porta coeli*”.<sup>20</sup> O período a ser estudado corresponde às décadas de 1960, 1970 e início de 1980. Período emblemático em que ocorrem profundas mudanças na Igreja Católica, como o Concílio Vaticano II que falava em diálogo, que propunha abertura e *aggiornamento* da Igreja; período que corresponde também a uma séria crise da Igreja Católica: de um lado aqueles que gostariam de levar o Vaticano II a mudanças mais profundas e estruturais; de outro os que tinham posições mais “conservadoras” em relação às possibilidades de transformações. Debate este que exercerá grande influência sobre a América Latina, resultando, por exemplo no surgimento da Teologia da Libertação, nos pronunciamentos de Medellín (1968), entre outros. Evidentemente que este fervilhar de idéias se fará

---

<sup>18</sup> Ibidem.

<sup>19</sup> Ibidem.

<sup>20</sup> “Casa de Deus e porta do céu”. Expressão usada pelo Côn. Guilherme Klein no discurso de inauguração do atual prédio do Seminário de Azambuja em 07 de setembro de 1964. In. DIÁRIO DO REITOR – Livro Tombo I. Março de 1927 a 1983.

sentir também na Igreja brasileira e, conseqüentemente, no Seminário de Azambuja. Interessa-nos aqui, principalmente, entender como estas mudanças afetaram o processo de formação no Seminário de Azambuja, o processo de confecção do sujeito “seminarista”. Entender o Seminário de Azambuja como uma instituição disciplinar que vive, nas décadas de 1960 e seguintes, um período de transformações, de adequações às técnicas mais “suaves” de controle e construção do sujeito. Um processo de “mitigação das penas” marcado, no Seminário de Azambuja, por exemplo, pela passagem da *Ratio Studiorum* jesuítica (que tem o corpo como principal objeto de ação) para a *Ratio Fundamentalis*<sup>21</sup> do Vaticano II (que passa a agir mais sobre a alma). O início da segunda metade do século XX também é marcado, em especial nas escolas católicas formais, por um “questionamento quanto ao ensino tradicional. A educação do tipo jesuítico, que vinha sendo utilizada desde a colonização do país, já não se mostrava adequada às novas situações”.<sup>22</sup>

Além disto, este período também marca, no Brasil, a instituição de um regime de exceção, a Ditadura Militar (1964-1985), regime sedimentado sobre valores opostos ao discurso do Vaticano II e que será também questionado pelo discurso de Medellín. Segundo Foucault, do século XVII ao início do século XX, a sociedade disciplinar caracterizou-se por um investimento denso, rígido, constante e meticuloso do poder sobre o corpo. Este investimento teria resultado em regimes disciplinares intensos nas escolas, hospitais, no exército, nas cidades, nas famílias, e em tantos outros ambientes. Ainda segundo Foucault, a partir da década de 1960 “percebeu-se que este poder tão rígido não era assim tão indispensável quanto se acreditava, que as sociedades industriais podiam se contentar com um poder muito mais tênue sobre o corpo. Descobriu-se, desde então, que os controles da sexualidade podiam se atenuar e tomar

<sup>21</sup> “*Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis*”, documento da Sagrada Congregação para a Educação Católica, que contém as diretrizes básicas da formação sacerdotal pós-Concílio Vaticano II.

<sup>22</sup> GANDIN, Luis Armando. **Educação Libertadora**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 86.

outras formas...”<sup>23</sup> Portanto, não seria correto imaginar que a Ditadura Militar tenha criado uma sociedade disciplinar foucaultiana em nosso país. Ela é anterior, remonta ao século XVII. Ademais o castigo físico da sociedade disciplinar do início da era moderna era público, ao passo que o castigo físico, a tortura na Ditadura Militar brasileira acontecia às escondidas, nos porões dos DOI-CODI<sup>24</sup> espalhados pelo país. A Ditadura Militar é, em grande parte, resultado da disputa entre setores mais conservadores da sociedade brasileira, avessos à possibilidade de mudanças mais profundas acenadas pelo governo de João Goulart, e setores mais progressistas, muitos destes ligados a setores da esquerda política de então e defensores de mudanças mais intensas no campo político, social e econômico. Assim, do mesmo modo que a sociedade brasileira, e também a sociedade latino-americana que se via envolta em sucessivos golpes militares, a “Igreja vivia um processo de disputa, uma luta entre grupos mais ligados à conservação, os tradicionais aliados das classes dominantes, e os grupos ligados à idéia de transformação (mais ou menos radical) da sociedade”.<sup>25</sup>

É, portanto, interessante analisar como irá se processar, no Seminário de Azambuja, a Ditadura Militar e seu discurso, o Vaticano II, Medellín e este abrandamento, esta eufemização do poder sobre os indivíduos de que fala Foucault. Em alguns depoimentos, por exemplo, é possível identificar o *habitus* militar adentrando as portas do Seminário de Azambuja. Pe. Vitor Galdino Feller, aluno do Seminário entre 1967 e 1975, afirma que a decisão de permitir que os seminaristas servissem o exército<sup>26</sup> teria sido com o “fim de formar homens maduros e másculos”.<sup>27</sup> Mais adiante Feller afirma ainda que no Seminário de Azambuja “os milicos”, os seminaristas

<sup>23</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 147-148.

<sup>24</sup> DOI – Destacamentos de Operações Internas, e CODI – Comando de Operações de Defesa Interna.

<sup>25</sup> GANDIN, Luis Armando. Op. Cit. p. 13.

<sup>26</sup> Os seminaristas eram dispensados do serviço militar. A direção do Seminário de Azambuja permitiu que, entre os anos de 1970, 1971 e 1972 os seminaristas servissem o Exército.

<sup>27</sup> Depoimento do **Pe. Vitor Galdino Feller**. In. BESEN, José Artulino. Seminário de Azambuja: 1927-2002. Florianópolis: Colaboradores – AESA, 2002. p. 153.

que prestavam serviço militar, “detinham autoridade única, que lhes vinha do uniforme e do contexto sócio-político”.<sup>28</sup>

Estudar o Seminário de Azambuja significa também contribuir para uma melhor compreensão da própria sociedade e da educação catarinense, uma vez que por lá já passaram mais de 2100 estudantes. Mais de 200 destes foram ordenados sacerdotes, alguns destes sacerdotes foram sagrados bispos. Muitos dos não ordenados acabaram por seguir o magistério nos mais variados níveis, outros passaram a ocupar cargos políticos ou a exercerem as mais diferentes profissões liberais. A educação recebida no Seminário de Azambuja, os valores aí repassados influenciaram e influenciam a ação destes indivíduos na sua inserção social.

Assim sendo, o objetivo principal desta pesquisa é identificar que tipo de sujeito se pretendeu confeccionar neste período e nesta instituição educacional e religiosa, os processos de construção e os processos de resistência deste sujeito e da própria instituição Igreja, uma vez que a década de 1960 é marcada não só por uma ruptura política no Brasil, mas também por uma ruptura institucional da própria Igreja Católica com o Concílio Vaticano II.

Para tanto, porém, pedimos licença para que façamos uma breve parada, viajemos no tempo para vermos o contexto histórico em que se deu a criação dos Seminários na Igreja Católica e, mais especificamente, o contexto da criação do próprio Seminário de Azambuja. Voltemos ao ano de 1545, ano em que teve início o Concílio de Trento (1545-1563), em meio à efervescência do movimento da chamada Reforma Religiosa e da Contra Reforma Católica. Convocado pelo papa Paulo III e continuado durante os papados de Júlio III, Marcelo II, Paulo IV e Pio V, este Concílio foi responsável, entre outras, pela criação e organização dos Seminários como local

---

<sup>28</sup> Ibidem.



privilegiado e instrumento de formação dos futuros sacerdotes da Igreja Católica, pela manutenção do celibato clerical e pela reafirmação da hierarquia eclesiástica. O objetivo da criação dos seminários, segundo os documentos conciliares, era garantir uma melhor formação dos sacerdotes através de uma educação que estimulasse a disciplina eclesiástica tornando-se, assim, uma sementeira perene de ministros de Deus.

Os seminários são instituídos, portanto, dentro de uma realidade bastante específica: a Contra-Reforma ou Reforma Católica, ocorrida durante os pontificados de Paulo III (1534-1539), de Paulo IV (1555-1559), Pio V (1566-1572) e Sisto V (1585-1590). Este é, portanto, um momento em que a Igreja Católica via sua autoridade e influência política serem afetadas “não somente pelo absolutismo dos monarcas e as exigências do incipiente estamento administrativo, mas também pelas divergências e dissidências que surgem em seu próprio seio”.<sup>29</sup> Diante desta realidade a Igreja Católica irá adotar uma série de ações para reverter, ou ao menos controlar, este quadro. Dentre estas ações interessa-nos mais as ações e práticas relacionadas à educação e, sobretudo, à criação dos Seminários, local específico para a educação de jovens e crianças que deverão converter-se em pastores da Igreja nesta nova fase de sua história. Os Seminários surgem então numa realidade bastante adversa para o Catolicismo, num momento em que a Igreja Romana sofria sucessivas críticas e contestações que levaram, em termos institucionais, à segunda ruptura do catolicismo (a primeira ruptura havia ocorrido nos primórdios do século XI, em 1054, com a formação da Igreja Ortodoxa no episódio histórico conhecido como Cisma do Oriente). Levando-se em consideração que significativa parcela das críticas tinha sua origem no interior da própria Igreja (temos como exemplos mais famosos os dois reformadores do século XVI, Martinho Lutero que era frade da Ordem dos Agostinianos e Calvino, jovem católico, formado em

---

<sup>29</sup> VARELA, Julia; ALVAREZ-URIA, Fernando. **A maquinaria escolar**. Teoria & Educação, nº 6, 1992. p. 70.

Teologia e filho de Girard Cauvin, um funcionário do bispado de Lyon, que se convertera ao luteranismo<sup>30</sup>) fazia-se necessário criar mecanismos que garantissem um clero em que as doutrinas do Magistério da Igreja tivessem uma ressonância mais afinada. Os seminários surgem, por isso, com o objetivo de melhor formar os “ministros de Deus”, surgem como instrumentos para doutrinar de forma mais consistente os futuros sacerdotes. Nos dizeres de Pierre Pierrard a “praga do clero do século XVI era a ignorância. (...) Uma condição essencial da reforma clerical, portanto, era uma sólida formação intelectual e espiritual dos futuros pastores – conseqüentemente, dos futuros bispos – nos seminários e nas universidades”.<sup>31</sup> Para tanto se fazia necessário o investimento na “criança” e no “adolescente”, categorias ainda não muito bem definidas no início da Era Moderna, mas criadas e caracterizadas ao longo deste período. Segundo André Petitat “a criança deixa de ser o ‘homenzinho’ da Idade Média, e torna-se um ser fraco que é preciso subtrair às influências perniciosas, mediante sua submissão a uma contínua supervisão”.<sup>32</sup> Idéia semelhante é defendida por Julia Varela quando afirma que os “indivíduos de tenra idade” convertem-se em “um dos alvos privilegiados de assimilação” das ortodoxias católica e protestante, pois “os jovens de hoje são os futuros católicos e protestantes de amanhã, e, além disso, sua própria fragilidade biológica e seu incipiente processo de socialização fazem-nos especialmente aptos para serem objeto de inculcação e de moralização”.<sup>33</sup>

---

<sup>30</sup> Seu nome de batismo era **Jean Cauvin**. A transposição do nome "Cauvin" para o Latim deu a origem ao nome "Calvin" pelo qual ele é conhecido. Calvino foi inicialmente um humanista. Nunca foi ordenado padre, embora tenha estudado para tal. Após se ter tornado protestante, este intelectual começa a ser visto gradualmente como a voz do movimento protestante, orando em igrejas e acabando por ser reconhecido por muitos como "padre". [online] Disponível na internet via <http://pt.wikipedia.org>. Arquivo capturado em 17 de novembro de 2004.

<sup>31</sup> PIERRARD, Pierre. **História da Igreja**. Tradução de Álvaro Cunha. São Paulo: Edições Paulinas, 1982. p. 190.

<sup>32</sup> PETITAT, André. **Produção da escola – produção da sociedade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. p. 77.

<sup>33</sup> VARELA, Julia; ALVAREZ-URIA, Fernando. Op. Cit. p. 70.

Também como consequência do processo de transformação gerado pela Reforma e Contra-Reforma surge a Companhia de Jesus (também conhecida como Sociedade de Jesus ou Ordem dos Jesuítas). Esta ordem religiosa criada em 1534 pelo militar espanhol Inácio de Loyola e reconhecida oficialmente pelo papa Paulo III em 1540 passará a ter grande influência nos rumos da Igreja Católica. Criada inicialmente com o objetivo de combater a expansão do protestantismo, a Companhia de Jesus aos poucos passa a destacar-se no campo educacional. “Entre 1551 e 1556, nasceu, então, o tipo de colégio jesuítico que se espalharia pela Europa, América e Ásia, e que alcançaria o número de mais de meio milhar de estabelecimentos em 1750”.<sup>34</sup> Nestes colégios os

professores deviam concentrar sua atenção ‘em moldar a alma plástica da juventude no serviço e no amor de Deus’, de tal modo que os alunos aprendessem, ‘com as letras, também os costumes dignos de um cristão’. Além disso, esse ‘apostolado pelo ensino’, como o denomina o jesuíta François de Dainville, não deixava de constituir uma estratégia católica diante do avanço protestante e, embora fosse direcionado para as elites, não excluía o ingresso de filhos talentosos das camadas mais humildes, em função de sua gratuidade.<sup>35</sup>

Assim sendo, os “soldados da Igreja”, como eram também chamados os padres jesuítas, passarão a exercer forte influência no processo de educação católica daí em diante.

Quando os jesuítas promoveram um projeto político próprio criaram as reduções. Quando sentiram a necessidade de socializar seus noviços criaram os colégios. Posteriormente generalizaram os colégios para a educação dos filhos de família e o Concílio de Trento (1545-1563) se inspirou na pedagogia jesuítica para a criação de seminários de formação de clérigos. Tanto os colégios como as reduções compartilham uma lógica própria das instituições totais analisadas por Goffman, ou em outras palavras, secularizaram e articularam em uma nova funcionalidade os poderes taumatúrgicos do espaço fechado do convento. Hierarquia férrea, recolhimento, meditação, silêncio, disciplina, amor ao trabalho, ordem, planificação, organização, obediência, distribuição das tarefas no espaço e no tempo, oração prêmios e castigos, quadros de honra, emulação, individualização, foram os recursos que converteram as missões em um terreno pedagógico e os colégios em uma terra de missão.<sup>36</sup> (grifos meus)

<sup>34</sup> NEVES, Guilherme Pereira das. **A modernidade nas aulas dos jesuítas**. Revista Nossa HISTÓRIA, Rio de Janeiro, ano I, nº 10, p. 82, agosto de 2004.

<sup>35</sup> Idem.

<sup>36</sup> DALLABRIDA, Norberto. Op. Cit . p. 16.

Segundo Dallabrida “a Companhia de Jesus (...) conseguiu combinar em uma configuração específica uma estranha mescla de tradição e modernidade”.<sup>37</sup> A *Ratio Studiorum* expressava esta mescla aparentemente contraditória ao defender de um lado a obediência cega aos superiores e o papado e de outro a defesa do humanismo cristão, do espírito empreendedor, o cultivo das ciências e da arte através do constante incentivo ao estudo. Na visão de Guilherme Pereira das Neves, professor da Universidade Federal Fluminense,

o *Ratio* não constitui um tratado pedagógico, pois não traz críticas a escolas rivais, nem aos procedimentos de ensino então em voga; muito menos, considerações filosóficas e declarações de princípios. Na realidade, tendo sido redigido por professores para outros professores, limita-se a expor os métodos a adotar, todos experimentados na prática. Isso, ele faz por meio de regras concisas, divididas pelas diversas funções exercidas nos colégios, de modo a garantir a coordenação entre os agentes envolvidos na formação do aluno, fazendo do mestre o guia de um caminho já previamente traçado. Apesar disso, foi em torno dessas orientações gerais, mas precisas, que o colégio jesuítico anunciou a modernidade.<sup>38</sup>

Muitas destas características estarão presentes também nos seminários, uma vez que estes surgem, como já foi afirmado, inspirados em grande medida na pedagogia da ordem de Inácio de Loyola.

No Brasil, os seminários só tiveram origem por volta do início do século XVIII, após o 1º Sínodo Brasileiro, ocorrido em Salvador, Bahia (1707).<sup>39</sup> Nesta fase praticamente todos os seminários estavam sob os cuidados da Companhia de Jesus. Em Santa Catarina, segundo Artulino Besen, a primeira tentativa de um seminário diocesano teria sido em “Blumenau, no ano de 1879. O vigário, Pe. Alberto Maria Jakobs, fundara a 16 de janeiro de 1877 uma Escola Paroquial, com o nome de ‘Colégio São Paulo’. Em 1879 abre um Pensionato interno para menores com desejo de seguirem

---

<sup>37</sup> Ibidem.

<sup>38</sup> NEVES, Guilherme Pereira das. Op. Cit. p. 82.

<sup>39</sup> BESEN, José Artulino. **Seminário de Azambuja: 1927-2002**. Florianópolis: Colaboradores – AESA, 2002. p. 13.

a carreira sacerdotal”.<sup>40</sup> Com a criação da Diocese de Florianópolis (1908), nos primórdios da Primeira República, intensifica-se o desejo de erguer um seminário para a formação do clero secular catarinense. Em 1919 o vigário de São Ludgero, Pe. José Sundrup, ajudado pelo Pe. Humberto Ohters, inaugura um seminário, na verdade uma casa, que em março de 1919 abrigava 7 meninos. Teve vida curta esta experiência, pois no segundo ano de vida teve que fechar suas portas. No mesmo ano em que o Bispado de Florianópolis é alçado para o status de Arcebispado e seu bispo, D. Joaquim Domingues de Oliveira, para o cargo de Arcebispo, é anunciada a criação do Seminário Arquidiocesano, em Azambuja - Seminário Nossa Senhora de Lourdes.<sup>41</sup> Vive-se o décimo primeiro dia do mês de fevereiro de 1927.

Jacques Verger, na introdução de sua obra *Cultura, Ensino e Sociedade no Ocidente*, obra que versa sobre a cultura erudita da Europa dos séculos XII e XIII e analisa a escola urbana e a universidade no século XIII, afirma que não se pode ater-se a uma simples história da instituição escolar, pois “a escola não representa normalmente um meio estável. É, salvo para uma pequena minoria, um lugar de passagem, ao mesmo tempo que uma encruzilhada de influências rivais. A escola é, de fato, uma problemática para a qual convergem as ambições dos estudantes (e de suas famílias), as exigências da Igreja e do príncipe, as expectativas e às vezes os temores da sociedade que a cerca”.<sup>42</sup> Verger afirma ainda ser necessário contextualizar a história do ensino buscando entender “em que a cultura divulgada pela escola expressa precisamente a relação dialética entre ela e a sociedade que a cerca”.<sup>43</sup> Assim, ao analisarmos o Seminário de Azambuja (que funcionava num sistema de internato), estaremos constantemente fazendo uma ponte entre as formas, os mecanismos, os discursos utilizados no processo

---

<sup>40</sup> Ibidem. p. 14.

<sup>41</sup> Ibidem.

<sup>42</sup> VERGER, Jacques. **Cultura, ensino e sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII**. Bauru, SP: EDUSC, 2001. p. 13.

<sup>43</sup> Ibidem.

de formação dos futuros, ou possíveis futuros sacerdotes com o contexto social e político de então. Sabemos que a realidade a ser desnudada sobre o Seminário de Azambuja das décadas de 1960 a 1980 e todo o emaranhado de particularidades que compõem o próprio Seminário é, em parte, também reflexo das transformações ocorridas neste período (a Ditadura Militar, o Concílio Vaticano II, os movimentos contestatórios das décadas de 1960 e 1970, por exemplo). Mas é certo também que o Seminário de Azambuja teve alguma influência nas transformações sociais e políticas de seu tempo, uma vez que a partir de sua criação passou a formar o futuro clero catarinense. Sem contar os inúmeros “ex-vocacionados”, jovens que não foram “abençoados” como “ministros de Deus”, mas que foram obviamente marcados pela formação que tiveram ao longo dos anos que permaneceram em Azambuja. Muitos destes ex-seminaristas tornaram-se indivíduos influentes na sociedade catarinense, seja ocupando cargos políticos, seja atuando como professores nos vários níveis ou exercendo profissões liberais.

Segundo documentos do Concílio Vaticano II “toda vida responde a uma vocação”, todo cristão é chamado a uma vocação pelo batismo. No entanto, quando utilizamos neste trabalho o conceito “vocacionado”, estamos nos referindo especificamente aos “vocacionados” ao sacerdócio ministerial, jovens ou adultos que, segundo a Igreja, demonstram interesse e condições para exercerem a função de sacerdotes na estrutura eclesial e hierárquica da Igreja Católica. Seminarista é o indivíduo que, sentindo-se chamado por Deus e aceito pela Igreja, passa pelo processo de formação e amadurecimento de sua vocação nos seminários que, do ponto de vista da Igreja Católica pós-Concílio Vaticano II, são entendidos como “comunidade de formação, que se devem empenhar em preparar presbíteros do tempo integral e que,

livremente, assumem, também, de maneira adulta, sua disponibilidade plena pelo celibato”.<sup>44</sup>

Ao buscar entender o processo de descontinuidades e continuidades pelo qual passou o Seminário de Azambuja ao longo das décadas de 1960, 1970 e início de 1980; ao apontar processos de descontinuidades e continuidades por que passou a Igreja Católica de Santa Catarina, do Brasil e do mundo durante as décadas de 1960, 1970 e início de 1980, não se objetiva condenar ou defender o passado da Igreja Católica, não se pretende pôr no banco dos réus os responsáveis pela formação dos seminaristas ao longo deste período. Pretende-se sim, entender como se construíram determinadas verdades relacionadas ao modo de formação, ao tipo ideal de seminarista, de sacerdote. Caso contrário estaríamos correndo o risco de julgarmos o passado com os critérios de “verdade” de nosso tempo. Pois “menos que julgar o passado, o historiador deve fazê-lo ser compreendido”.<sup>45</sup> E a compreensão do passado, por sua vez, deve nos ajudar a melhor compreender o presente e a evitarmos os mesmos erros do passado. É isso que acontece, por exemplo, quando atualmente a humanidade abomina e condena o surgimento de grupos neo-fascistas ou neo-nazistas. O passado nos mostrou quão perigosas e danosas para a humanidade são estas teorias racistas e totalitárias. Ao negarmos esta realidade do passado estamos, na verdade, aprendendo com o passado, como quem aprende a andar de bicicleta com seus tombos e desequilíbrios. Jean Delumeau, no prefácio de *Lê Péch  et la Peur*, afirma que sua obra deve ser entendida “mais no plano da constatação do que no de julgamento”.<sup>46</sup> Esta também é a intenção deste trabalho. Constatar que a “verdade se produz e que é necessário descrever,

---

<sup>44</sup> **Vocações eclesiais e Seminários.** In.: XI Assembléia do Episcopado Brasileiro: Documentação Pastoral de Brasília. Revista SEDOC, julho de 1970. p. 81.

<sup>45</sup> DELUMEAU, Jean. **O pecado e o medo: a culpabilização no ocidente (séculos 13-18).** Vol. I. Bauru, SP: EDUSC, 2003. p. 14.

<sup>46</sup> Ibidem. p. 7.

analisar, as operações de sua formação”.<sup>47</sup> A intenção não é “tornar visível a verdade do passado, mas de desvelar aquilo que tornou possível essa verdade, ou seja, mostrar as relações entre o constante jogo das interpretações e o regime racional, o paradigma, que rege as práticas discursivas”.<sup>48</sup> Por outro lado temos que admitir o fato de que a relação estabelecida entre o historiador e sua pesquisa, por mais que se busque a imparcialidade e a objetividade, nunca será totalmente “neutra”, “ausente” de qualquer subjetividade. Este é um sonho que, supõe-se, superado. A neutralidade absoluta, o distanciamento total entre o objeto estudado e o historiador não existe. Assim como também não é aceitável a idéia de um racionalismo absoluto pois, como afirma Nietzsche, “‘estar consciente’ não se opõe de algum modo decisivo ao que é instintivo – em sua maior parte, o pensamento consciente de um filósofo é secretamente guiado e colocado em certas trilhas pelos seus instintos”.<sup>49</sup> De forma voluntária ou não, os historiadores, assim como qualquer cientista pesquisador, “se implicam na sua pesquisa e se engajam nas suas conclusões”.<sup>50</sup> Assim sendo, esta pesquisa pretende

abordar o passado a partir de uma perspectiva que nos ajude a decifrar o presente, a rastrear continuidades obscuras por sua própria imediatez, e a determinar os processos de montagem das peças mestras, seus engates, para que servem e a quem, a que sistemas de poder estão ligados, como se transformam e disfarçam, como contribuem, enfim, para tornar possíveis nossas condições atuais de existência.<sup>51</sup>

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro busca demonstrar a relação dialética indivíduo-sociedade e sociedade-indivíduo. Como afirma Peter Berger, a sociedade é um fenômeno dialético, pois é produto do homem e o homem é produto

---

<sup>47</sup> CEZAR, Temístocles. Arqueologia do silêncio: passados 20 anos de sua morte, obra de Michel Foucault segue estimulando uma abordagem crítica da nossa sociedade. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 12 de junho de 2004, p. 15.

<sup>48</sup> Ibidem.

<sup>49</sup> NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 11.

<sup>50</sup> DELUMEAU, Jean. Op. cit. p. 15.

<sup>51</sup> VARELA, Júlia; ALVAREZ-URIA, Fernando. Op. Cit. p. 69.



da sociedade, logo não pode haver realidade social sem o homem. Como também é verdadeiro afirmar que não haverá o homem sem a realidade social. Isto porque o homem só se constitui como homem, ser humano num sentido mais completo, à medida que integra uma sociedade, pois é nela que ele, através da socialização, adquire uma série de características que o humanizam. Neste trabalho, esta relação dialética entre sociedade e indivíduo, ou entre instituições sociais e indivíduo, ou ainda entre as próprias instituições sociais, é evidenciada por meio de algumas situações que demonstram o embate entre, por exemplo, o indivíduo teólogo e a instituição Igreja Católica, ou entre a instituição Igreja e a instituição Estado. Este processo dialético estará presente, na verdade, ao longo de todo o trabalho, demonstrando a antítese ou a síntese entre o cristão e a Igreja Católica, entre o seminarista e o Seminário, ou ainda entre Igreja e Estado.

O segundo capítulo centra-se na perspectiva de identificar o discurso produzido pela Igreja Católica, em especial ao longo das décadas de 1960, 1970 e início da década de 1980, para identificar e ao mesmo tempo construir um determinado tipo de sujeito: o seminarista, o padre, ou melhor ainda, o “bom seminarista” e o “bom padre”. Para identificar este discurso que classifica e constrói indivíduos utilizou-se como fontes documentos produzidos pela Igreja Católica durante e após o Concílio Vaticano II tais como, *Presbyterorum Ordinis*<sup>52</sup> e *Optatam Totius*,<sup>53</sup> documentos produzidos pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), artigos publicados em revistas católicas como a REB (Revista Eclesiástica Brasileira), por exemplo, e também documentos do próprio Seminário de Azambuja, objeto principal desta pesquisa. Vale destacar ainda outras duas fontes que permearão todo o trabalho: o livro *Seminário de Azambuja: 1927-2002*, obra do Pe. José Artulino Besen, ex-aluno do Seminário de

---

<sup>52</sup> Decreto do Concílio Vaticano II sobre o Ministério e a vida dos sacerdotes.

<sup>53</sup> Documento Pontifício sobre a formação sacerdotal.

Azambuja. Esta obra constitui-se em livro-fonte para a presente pesquisa, já que, ao recuperar parte da história do Seminário de Azambuja a partir de uma série de depoimentos de padres e ex-seminaristas leigos que estudaram no seminário-internato do “vale das graças” de Nossa Senhora de Azambuja, fornecerá uma quantidade considerável de informações que serão utilizadas e analisadas nesta pesquisa; e a Revista “A Esperança”, que é uma revista produzida pelos seminaristas do Seminário de Azambuja fundada em 1931, inicialmente como publicação a divulgar a Congregação Mariana do Seminário. Durante a década de 1940 provavelmente não foi publicada, visto não se encontrarem números da revista nesta década. Em 1954 ela ressurgiu, neste momento já sob a responsabilidade da Academia Literária São Luis, que mais tarde irá tornar-se o GEMCO (Grêmio Estudantil Monsenhor Cordioli). Apesar de ser produzida pelos seminaristas, sempre esteve sob supervisão de um padre do Seminário. Em alguns momentos de sua história era apenas órgão de circulação interna do Seminário, em outros momentos publicada em maior número e enviada a familiares dos seminaristas e também a benfeitores do Seminário. Esta revista é uma fonte importante desta pesquisa na medida em que expressa, através de artigos, poemas, entre outros, a visão dos seminaristas a respeito de uma série de temas, demonstrando até que ponto eles introjetaram, ou não, determinados valores repassados ao longo do processo de formação do Seminário de Azambuja.

O terceiro capítulo relaciona-se de maneira muito estreita com o segundo, uma vez que objetiva identificar e compreender os mecanismos criados para se confeccionar o sujeito esperado pelo discurso do “bom seminarista” e do “bom padre”. Mecanismos estes que aparecem ora sob a forma de instrumentos pedagógicos, ora sob a forma de orientação espiritual, ora sob a forma de atividades recreativas, ou mesclados na interligação de diversos mecanismos presentes num mesmo processo. É o que Foucault

chama de “maquinaria do poder”, uma série de instrumentos postos em ação no processo de construção e manufaturamento dos indivíduos. Além dos instrumentos da “maquinaria do poder” institucional, demonstra-se também o processo de resistência a esta maquinaria por parte dos sujeitos em questão: os seminaristas. Pois como afirma Foucault e, mais incisivamente, Certeau, o sujeito não sofre apenas, de maneira inerte e pacífica, a ação dos mecanismos de construção de sua identidade, ou identidades, uma vez que “cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais”.<sup>54</sup> O sujeito também age, resiste através de uma série de mecanismos, “as astúcias do consumidor”, na expressão certauniana, construindo, assim, todo um circuito de microresistências. Por vezes a astúcia do sujeito se apresenta como resultado de longa e calculada batalha, por outras como resultado da ação rápida diante de situações que se lhe apresentam sem aviso prévio. Esta ação que “capta no vôo as possibilidades oferecidas por um instante” é o que Certeau chama de “tática”. O sujeito “tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera”.<sup>55</sup> Tática é astúcia! O sujeito tem que estar vigilante para não perder o momento certo durante o vôo, o tempo certo. É a *métis* grega. A idéia da *métis*, do tempo certo, pode ser ilustrada a partir da seguinte história. Diz-se que havia, no passado, na Grécia Antiga, uma estátua que representava a oportunidade. Certo dia um viajante, ao ver a estátua, trava com ela o seguinte diálogo:

- Qual é o seu nome?
- Sou a oportunidade.
- Quem te fez?

---

<sup>54</sup> CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 38.

<sup>55</sup> Ibidem. p. 101.

- Licipo me fez.
- Por que estás nas pontas dos pés?
- Para mostrar que rapidamente me vou.
- Por que tens um topete de cabelos longos na frente?
- Para que me agarrem enquanto estou perto.
- Por que tua cabeça atrás é calva?
- Para mostrar que depois de eu ter passado, não posso mais ser alcançada!

A tática seria, portanto, este agarrar os cabelos da oportunidade no momento certo, pois a tática se caracteriza não por um discurso, mas pela “própria decisão, ato e maneira de aproveitar a ‘ocasião’”.<sup>56</sup>

Além dos próprios mecanismos utilizados na confecção do “bom seminarista”, do “bom padre” o terceiro capítulo também busca evidenciar as marcas e cicatrizes deixadas nos corpos por estes mesmos mecanismos e discursos. Busca mostrar como os corpos tornam-se papéis vivos sobre os quais se inscreve o discurso da lei, da norma. Busca-se exemplificar como parte dos discursos, apesar da passagem do tempo, manteve-se viva nos papéis-corpos dos internos do Seminário de Azambuja.

---

<sup>56</sup> Ibidem. p. 47.

## CAPITULO I

### IGREJA CATÓLICA: ALGUNS DISCURSOS E ALGUMAS VERDADES

*Cada sociedade tem seu regime de verdade e seleciona os discursos que considera verdadeiros.<sup>1</sup>*

A sociabilidade, capacidade da espécie humana de viver em sociedade, se processa pela socialização e a socialização é entendida como um processo social global pelo qual o indivíduo se integra ao grupo em que nasceu, assimilando o conjunto de hábitos e costumes característicos do grupo social; é o ato de transmitir, de inculcar na mente do indivíduo os padrões culturais da sociedade; pela socialização o indivíduo, naturalmente social, torna-se sociável. Neste papel de inculcar na mente do indivíduo os padrões culturais da sociedade destacam-se as instituições sociais que, do ponto de vista durkheimiano, podem ser entendidas “como um conjunto de normas que regulam a ação social”<sup>2</sup> ou, em outras palavras, o conjunto de regras e procedimentos padronizados socialmente, reconhecidos, aceitos e sancionados pela sociedade e que têm grande valor social. As instituições sociais, seja a Igreja, o Estado, a família, a escola ou qualquer outra, possuem uma série de regras e procedimentos estratégicos cujo principal objetivo é manter a organização do grupo e satisfazer as necessidades dos indivíduos que delas participam. Sendo assim, as instituições possuem um modo de pensar, de agir e de sentir que estão preestabelecidos e que o indivíduo encontra prontos quando passa a fazer parte desta ou daquela instituição. Isto obviamente não significa dizer que estas regras, esta maneira de pensar, agir e sentir não possam ser mudadas. Pelo contrário, num

---

<sup>1</sup> REIS, José Carlos. **História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 168.

<sup>22</sup> ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 571.

processo dinâmico, indivíduo e instituição interagem influenciando-se mutuamente. As mudanças são, geralmente, lentas e se processam muitas vezes em meio a grandes dificuldades. Podem ser promovidas ou impulsionadas por um processo intra-instituição, extra-instituição ou por ambos. É neste sentido que Maristela Moreira de Carvalho cita Thomas Bruneau (*Religião e politização no Brasil: a Igreja e o regime autoritário*) para mostrar como, ao longo dos séculos de sua história, a Igreja Católica tem sido obrigada ou tem optado em realizar mudanças e reformas internas. Maristela afirma que

o que ressalta das colocações deste autor é o exame destas mudanças como fazendo parte de uma estratégia da Igreja, que enceta determinadas modificações internas tendo em vista os “objetivos de influência” que lhe vão sendo colocados pelo contexto no qual se insere. Estes objetivos, segundo ele, são definidos a partir da visualização dos setores da sociedade a serem focalizados pela Igreja, das relações que ela deseja estabelecer com esses setores, bem como dos instrumentos e mecanismos através dos quais busca exercer influências e gerar engajamentos. Essas preocupações demonstram, conforme Bruneau, a complexidade da Igreja e sua capacidade de adaptar-se ao meio, enfim, uma instituição que é produto das necessidades e das pressões sociais, organismo adaptável, sensível e que, para sobreviver, teve que passar por modificações, ditando, por sua vez, normas para outras instituições.<sup>3</sup>

Como já foi afirmado na introdução deste trabalho, durante os primeiros séculos da história da educação brasileira a Igreja Católica teve papel de destaque, mais que isso, quase que monopolização da educação. Segundo Luis Armando Gandin a “presença da Igreja Católica na educação do Brasil inicia com a chegada dos primeiros jesuítas em 1549”.<sup>4</sup> Em seu livro *Educação Libertadora*, na sua parte II, capítulo 1, intitulado “A Igreja Católica e a questão da educação no Brasil: uma retrospectiva histórica”, Gandin faz um resumo da relação entre Igreja Católica e educação brasileira que nos ajuda a melhor entender os diversos posicionamentos e investimentos desta Igreja Católica brasileira na educação nacional. Segundo este autor a

---

<sup>3</sup> CARVALHO, Maristela Moreira de. **As vontades de saber e as relações de poder na “pastoral da sexualidade” da arquidiocese de Florianópolis: continuidades e rupturas no discurso da oficialidade católica (1960-1980)**. Florianópolis: UFSC, 2003. (Dissertação de Mestrado). p. 23-24.

<sup>4</sup> GANDIN, Luis Armando. **Educação Libertadora**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 73.

Companhia de Jesus começa sua “missão” no Brasil voltada à catequese dos indígenas que aqui viviam, mas esta atividade logo cede espaço a outras. Estabelecem-se as escolas de ler e escrever, voltadas à alfabetização e ao ensino das “boas maneiras” e os seminários onde os futuros padres recebiam lições de moral, filosofia e línguas clássicas. Esta era uma educação que se aplicava exclusivamente às famílias mais influentes: era uma educação da elite colonial. As principais características desta educação eram a valorização da autoridade, da disciplina e da submissão.<sup>5</sup>

A influência jesuítica teria sido predominante durante os dois primeiros séculos da colonização. Mesmo com a expulsão dos jesuítas em 1759, pelo Marquês de Pombal, a marca da educação jesuítica continuava forte, uma vez que muitos dos leigos que passaram a integrar o sistema educacional brasileiro eram egressos de escolas da Companhia de Jesus e, portanto, influenciados por elas.

Já no século XIX, com o Brasil independente, se introduz a determinação de que as “províncias assumissem o ensino médio (normal e técnico) e o primário”.<sup>6</sup> No entanto, não havia a mínima condição das províncias implementarem tal exigência, de modo que a precariedade do Estado abre possibilidade de escolas privadas, em grande parte confessionais, controlarem o ensino secundário. Desta maneira aprofunda-se “o caráter elitista da educação brasileira do período, com a virtual inexistência de iniciativas Estatais no ensino primário e, principalmente, no secundário. Só a elite econômica podia arcar com os custos da educação de seus filhos em escolas privadas”.<sup>7</sup> Ao que tudo indica, Estado e Igreja comungavam do mesmo objetivo: educar a elite jovem do jovem país. O Estado garantia, desta forma, a manutenção de uma determinada ordem e formava sua elite para o aparelho estatal; para a Igreja Católica “o pressuposto básico era de que uma vez conquistada a elite para os valores evangélicos, a

---

<sup>5</sup> Ibidem.

<sup>6</sup> Ibidem. p. 74.

<sup>7</sup> Ibidem. p. 75.

sua posterior ação, impregnada destes valores, irradiaria, graças à privilegiada posição ocupada por esta elite, os princípios defendidos pela Igreja Católica”.<sup>8</sup>

A proclamação da República em 15 de novembro de 1889 pouco alterou este cenário. Assemelhava-se a realidade do início do período republicano com a realidade do início de período monárquico: os agora estados e municípios com a responsabilidade de organizar as escolas primárias e secundárias, sem condições de fazê-lo. “Repetia-se a separação entre a educação da elite brasileira (que tinha na União o responsável pelo ensino superior) e a educação popular”.<sup>9</sup>

O final da Primeira República é marcado por uma série de transformações sociais, econômicas e políticas no Brasil. A crescente urbanização, o crescimento do setor industrial, a chegada de imigrantes que traziam da Europa idéias anarquistas e marxistas, o crescimento do movimento operário, são algumas destas transformações. A Igreja Católica passa a combater o marxismo e o anarquismo no sentido de manter a ordem e promover o progresso nacional. Este posicionamento vai ao encontro dos interesses da classe dominante de então e a ascensão de Vargas em 1930 vai intensificar esta comunhão de interesses. “Ao Estado, a Igreja interessava como aliada na coesão do pacto e na luta anticomunista. À Igreja, desejando o poder ainda que indiretamente, não interessava um Estado absoluto (que poderia alijá-la do poder). Por isso a defesa da constituinte foi reforçada desde logo”.<sup>10</sup>

Com o fim da Era Vargas, em 1945, tem início a discussão a respeito da elaboração de uma “Lei de Diretrizes e Bases da Educação”. Da discussão à promulgação se passarão 15 anos, de 1946 a 1961. Durante este período foi forte a discussão a respeito da questão da educação pública e privada. A Igreja Católica

---

<sup>8</sup> Ibidem.

<sup>9</sup> GANDIN, Luis Armando. Op. Cit. p. 76.

<sup>10</sup> CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1986. p. 14. In. GANDIN, Luis Armando. Op. Cit. p. 77.



defendeu ardentemente o direito de permanência das escolas confessionais, contra a “tentativa de estabelecer, na LDB, o princípio do monopólio do Estado nas iniciativas educacionais”.<sup>11</sup> Posição esta que estará também bastante visível, como veremos mais adiante, num importante documento do Concílio Vaticano II sobre a educação: *Gravissimum Educationes*. A pressão da Igreja obtém resultado positivo: a LDB, aprovada em 1961, garante a iniciativa educacional das escolas privadas, entre elas as da Igreja Católica.

Um investimento menos tímido do Estado na educação secundária deste período levará a Igreja Católica a disputar terreno com as escolas oficiais, públicas. Em documento da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB, linha 6 – Setor “Educação”, datado de 27 de junho de 1974, a Igreja Católica reconhece a perda de espaço na educação, principalmente no ensino médio, para as escolas públicas. Diz o documento que “a partir da década de 40 para cá, é certo que no ensino médio, a Igreja no Brasil perdeu o primado detido durante 4 séculos. Assim, se no ano de 1964 tinha ela 70% das escolas secundárias do país, hoje (*início da década de 1980*) tal percentagem não supera 40%”.<sup>12</sup> O Estado, durante muitos anos aliado e financiador das escolas católicas, passa a ser agora também concorrente. Thomas Bruneau, em sua obra *Religião e politização no Brasil*, analisa da seguinte maneira este momento de mudanças na realidade educacional brasileira.

A questão escolar, que vinha angustiando a Igreja desde a década de 1920 (grupo de Escola Nova), toma dimensões inéditas com a concorrência do crescimento dos colégios secundários oficiais (gratuitos) e com a lenta depauperização da classe média (...). Além do mais, a regulamentação do ensino secundário (Lei de Diretrizes e Bases) vai, durante uma quinzena de anos, constituir um foco de preocupações e lutas, comportando todo um conjunto de implicações políticas. A mobilização do professorado católico se realizará através da Associação de

---

<sup>11</sup> GANDIN, Luis Armando. Op. Cit. p. 78.

<sup>12</sup> **Igreja e educação: perspectivas.** ESTUDOS DA CNBB, nº 6, 1981. p. 13.

Educação Católica (AEC – 1945), que não apenas oriente e mobiliza o professorado particular, mas também defende os interesses dos colégios em face do governo (verbas e subvenções).<sup>13</sup>

É uma nova realidade difícil de ser rapidamente absorvida pela Igreja. Diante desta nova conjuntura a Igreja Católica passará a defender firmemente o direito de atuar no setor da educação e a se opor a qualquer tipo de monopólio educacional por parte do Estado. Afirma-se que

A expansão do ensino público, louvável enquanto torna o ensino mais acessível a camadas de pouco recurso econômico, implica o risco de uma educação única, monolítica, que pode se contrapor aos princípios democráticos de nossa formação e índole. Quanto mais amplo o alcance do ensino público mais se acentua, dentro do seu círculo, a área do ensino oficial, de lenta maleabilidade na multiplicação de currículos. Oficializada, a Educação tende a padronizar-se, a se esclerosar. E com o crescimento da população escolar, a qualidade do ensino dificilmente mantém um padrão razoável de resultados.<sup>14</sup>

E a partir desta constatação, conclui-se que

Ninguém – muito menos um cristão – pode negar à Igreja o direito a assumir sua parte na educação. Ela não pode deixar de pôr a benefício da sociedade humana os valores de que é depositária. Por mais graves que sejam os problemas de renovação e de organização, os cristãos não poderiam renunciar à escola católica sem cometer um ato de covardia, de infidelidade e de injustiça.<sup>15</sup>

Do ponto de vista defendido por estes documentos da Igreja Católica qualquer educação monolítica é prejudicial. Assim, o Estado deve, além de manter suas escolas, ajudar, inclusive financeiramente, as escolas particulares. Esta posição fica evidenciada também no documento *Gravissimum Educationes*, declaração do Concílio Vaticano II sobre a educação cristã, lançado em 28 de outubro de 1965:

Os pais, cujo primeiro e inalienável dever e direito é educar os filhos, devem gozar de verdadeira liberdade na escolha da escola. Por isso, o poder público, a quem pertence proteger e defender as liberdades dos cidadãos, deve cuidar, segundo a justiça distributiva, que sejam concedidos

---

<sup>13</sup> BRUNEAU, Thomas. **Religião e politização no Brasil: A Igreja e o Regime autoritário**. São Paulo: Loyola, 1979. p. 80.

<sup>14</sup> **Igreja e educação: perspectivas**. ESTUDOS DA CNBB. Ibidem. p. 13.

<sup>15</sup> Ibidem. p. 19.

subsídios públicos de tal modo que os pais possam escolher, segundo a própria consciência, com toda a liberdade, as escolas para os seus filhos.<sup>16</sup>

Neste mesmo documento, ao se falar das faculdades e universidades, principalmente as sob responsabilidade e controle da Igreja Católica, expõe-se também a preocupação em formar homens capazes de ocupar cargos de destaque na sociedade e influenciá-la de acordo com a visão cristã de mundo.

A Igreja acompanha igualmente com zelosa solicitude as escolas de nível superior, sobretudo as Universidades e as Faculdades. Mais ainda naquelas que dela dependem, procura de modo orgânico que cada disciplina seja de tal modo cultivada com princípios próprios, método próprio e liberdade própria da investigação científica, que se consiga uma inteligência cada vez mais profunda dela, e, consideradas cuidadosamente as questões e as investigações atuais, se veja mais profundamente como a fé e a razão conspiram para a verdade única, segundo as pisadas dos doutores da Igreja, mormente de S. Tomás de Aquino. E assim se consiga a presença pública, estável e universal da mentalidade cristã em todo o esforço de promoção da cultura superior, e que os alunos destas instituições se façam homens verdadeiramente notáveis pela doutrina, preparados para aceitar os mais importantes cargos na sociedade e ser testemunhas da fé no mundo.<sup>17</sup> (grifos meus)

O fato, portanto, de ser a educação, principalmente a educação formal através da instituição escolar, um dos principais mecanismos de divulgação, de contestação ou defesa das ideologias<sup>18</sup> leva a Igreja, e também o Estado, a se preocuparem em influenciar nos mecanismos, nas fórmulas e na própria estrutura da educação.

Durante muito tempo a Igreja viveu, senão à sombra, mas aliada ao Estado. Durante as épocas de Vargas (1930-1945 e 1950-1954) a Igreja continuou a crescer organizacionalmente no Brasil, seja com a ajuda estrangeira, seja pela cooperação institucional ao Estado.<sup>19</sup> Portanto, neste período, “por causa da sua dependência das estruturas e recursos do Estado (...) ela não se viu obrigada a inovar ou a contar com o

<sup>16</sup> **Gravissimum Educationes** – Declaração sobre a Educação Cristã. [online]. Disponível na internet via <http://www.vatican.va>. Arquivo capturado em 17 de novembro de 2004.

<sup>17</sup> Ibidem.

<sup>18</sup> Aqui entendida, não no sentido marxista, mas no seu sentido literal, como conjunto de idéias.

<sup>19</sup> LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **A presença da Igreja no Brasil: História e problemas – 1500-1968**. São Paulo: Editora Giro Ltda, 1977. p. 66.

povo para se manter”.<sup>20</sup> A Igreja mantinha-se numa posição bastante conservadora, tanto do ponto de vista das ações pastorais, como do ponto de vista das ações políticas. A década de 1950 trará grandes mudanças na sociedade e na política brasileira. A Segunda Guerra Mundial colaborou no processo de industrialização brasileira, através da chamada indústria substitutiva. A industrialização trouxe um acelerado processo de urbanização. Industrialização e urbanização, por sua vez, promoveram o crescimento da população urbana e, conseqüentemente, do operariado industrial urbano. O mundo havia se polarizado entre o bloco capitalista e o bloco comunista: era a “Guerra Fria” que estava em formação. Em meio a tudo isso as crises políticas se avolumavam no Brasil. Teremos o suicídio de Vargas em agosto de 1954; a crise sucessória que levará o catarinense Nereu Ramos, transitoriamente, à presidência da República em 1955; as tentativas malogradas de golpe (Aragarças e Jacareacanga) contra Juscelino Kubitschek e, na década de 1960 a renúncia de Jânio Quadros seguida da crise instaurada com a posse de Jango que culminará no Golpe Militar-Civil de 1964. Segundo Oscar Lustosa, “a Igreja estava diante de tudo isso com pouco apoio direto por parte da população, mantendo estratégias pastorais de orientação européia e dependendo ainda grandemente do Estado para se sustentar”.<sup>21</sup> A urbanização trazia uma diminuição da influência direta da Igreja sobre os fiéis uma vez que diminuía a freqüência às missas, o operariado e o movimento estudantil buscavam alternativas para mudanças estruturais na sociedade brasileira, as vocações passavam por momento de crise.<sup>22</sup> Diante desta realidade a Igreja vê seu espaço de influência sobre a sociedade reduzido.

---

<sup>20</sup> Ibidem.

<sup>21</sup> Ibidem. p. 67.

<sup>22</sup> No Seminário de Azambuja, por exemplo, ao observarmos o total de seminaristas matriculados a cada período de dez anos, entre aos anos de 1940 e 1989, e o número de sacerdotes ordenados é possível termos uma idéia destes momentos de crises e recuperações: (1940-1949) – 279 seminaristas matriculados e 56 ordenações; (1950-1959) – 414 seminaristas matriculados e 47 ordenações; (1960-1969) – 391 seminaristas matriculados e apenas 18 ordenações; (1970-1979) – 309 seminaristas matriculados e 13 ordenações; (1980-1989) – 230 seminaristas matriculados e 14 ordenações. [online] Disponível na internet via <http://www.azambuja.org.br/aesa.htm>. Arquivo capturado em 19 de abril de 2005.

O que fazer? Oscar Lustosa cita um livro de um padre estrangeiro, Michel Schooyans, *O comunismo e o futuro da Igreja no Brasil*, editado no Brasil em 1963, que responde, em parte, a esta pergunta. O livro, segundo Lustosa, mostra as “várias ameaças contra a Igreja, a sua fraqueza e falta de sustentação, mas também a sua responsabilidade de assumir a liderança no campo sócio-político antes que os comunistas o fizessem”.<sup>23</sup> Assim sendo, a Igreja sente-se obrigada a readaptar-se nesta nova conjuntura de forma a não perder, ou a reduzir as perdas de sua influência. Era necessário “assumir a liderança no campo sócio-político” nas áreas em que a esquerda comunista avançava. Em razão disto

Nas universidades e nas escolas secundárias, os movimentos católicos assumiam a liderança para estimular e encorajar os estudantes a participarem da transformação da sociedade. Através do Movimento de Educação de Base (MEB) a Igreja promovia, em âmbito nacional e em mais de cinquenta dioceses, a alfabetização, usando um método que também estimulava o despertar da consciência política. (...) E nas zonas urbanas, os sindicatos afiliados à Igreja trabalhavam para ajudar a mobilizar os operários em termos só empregados antes pelos sindicatos de tendência comunista.<sup>24</sup>

Esta necessidade de reelaboração do catolicismo brasileiro na década de 1950 também é corroborada pela análise de Thomas Bruneau, quando este afirma que

No itinerário dos escritos oficiais, nem sempre linear e progressivo, parece claro que a Igreja sentiu, aos poucos, o peso das cadeias que a prendiam ao capitalismo burguês, no qual se apoiava e pretende, agora, desfazer esta vinculação para falar com a independência necessária, particularmente em face das organizações operárias cada vez mais fortes.<sup>25</sup>

Esta preocupação também é latente na área educacional. Referindo-se às escolas católicas o Pe. José Marins faz a seguinte constatação:

Outro perigo que se está correndo é o de que os colégios católicos tendem sempre mais a receber alunos das classes mais abastadas, que não são as que mais se interessam pelas transformações

<sup>23</sup> LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. Op. Cit. p. 68.

<sup>24</sup> Ibidem. p. 68-69.

<sup>25</sup> BRUNEAU, Thomas. Op. Cit. p. 89.

culturais e sociais do país. Aos poucos os cristãos ficarão distantes das transformações sociais, ou serão até por elas visados como ‘reacionários’, ‘parasitas’, etc. (...) As reformas sociais fermentam de baixo para cima. Todas precisam de líderes da base. Quando as reformas sociais querem ser feitas e decretadas do alto para baixo, como uma concessão ou gratidão da classe alta aos pobres, aumentam o estado de revolta. Quanto mais o povo receber assim, tanto mais terá a impressão de ser enganado. Terá a impressão que ao dar-lhe, não lhe darão tudo a que ele tem direito, e que querem lográ-lo. Quem não tem os líderes da base, terá amanhã uma revolução contra si, com todas suas funestas conseqüências.<sup>26</sup>

É necessário, portanto, formar os indivíduos da base de forma tal que promovam mudanças, mas mudanças aceitáveis dentro do ponto de vista católico. Impedir que se contaminem com as perigosas idéias comunistas! A Igreja Católica passa a demonstrar um claro interesse na educação das classes menos favorecidas economicamente.

Gandin afirma que a partir destas mudanças presencia-se um processo novo na iniciativa educacional da Igreja Católica. Até este momento educação católica coincidia com escola católica, que era vista como espaço privilegiado de transmissão de sua doutrina e como meio de influência sobre a sociedade. No entanto, esta escola católica estava basicamente limitada aos estratos superiores da sociedade brasileira, já que poucos podiam pagar pelo ensino nas escolas particulares católicas. Porém, “a perda da influência da Igreja Católica nas classes subalternas, seja para outras religiões, seja para os grupos comunistas, preocupava-a sobremaneira”.<sup>27</sup> Em razão disto a Igreja Católica passa a investir esforços na criação de sindicatos rurais, na alfabetização de jovens e adultos, entre outras ações.

Esta alteração na “abordagem de influência”, usando um termo corrente na obra de Lustosa, coincide também com a criação da CNBB, fundada em 1952 por D. Hélder Câmara. A partir de então a Igreja passa a interessar-se mais pelos setores menos favorecidos da sociedade brasileira. A classe média, até então área de predileção da

<sup>26</sup> MARINS, Pe. José. Op. Cit. p. 101.

<sup>27</sup> GANDIN, Luis Armando. Op. Cit. p. 79.

Igreja, perde espaço. A atenção da Igreja volta-se aos camponeses das zonas rurais e, em menor intensidade, aos pobres das zonas urbanas. Mas

convém também sublinhar que essa nova abordagem da influência não recebeu a adesão de todos quantos se consideravam como fazendo parte da Igreja, uma vez que a Igreja não é um bloco monolítico. Houve reações violentas por parte de leigos e bispos conservadores, e grandes marchas foram realizadas em protesto contra o envolvimento da Igreja na mudança de estrutura.<sup>28</sup>

Vale lembrar ainda que a CNBB, nestes anos iniciais de sua história, não representava de fato a Igreja institucional inteira no Brasil, não possuía a representatividade e força atual, uma vez que naquele período se “compunha de D. Hélder Câmara, seu Secretário-geral até 1964, um grupo de bispos progressistas predominantemente do Nordeste, e um pequeno número de padres e leigos engajados”.<sup>29</sup>

A partir da obra de Lustosa, *A presença da Igreja no Brasil*, podemos identificar três momentos distintos na história da CNBB entre sua criação, em 1952, até o fim da Ditadura Militar-Civil, 1985. Um primeiro momento corresponderia à fase de sua criação em 1952 até o Golpe Militar-Civil de 1964. Nesta fase a CNBB tem o apoio da Santa Sé e do próprio Estado brasileiro. Sua atuação mais “libertária” busca aproximar a Igreja das parcelas mais carentes da população, buscando ocupar espaços que o comunismo vinha conquistando ou que poderia conquistar. É o período em que ocorre a mudança de “abordagem da influência”, mas ainda com objetivos conservadores, tais como conter o avanço comunista e de outras denominações religiosas. Um segundo momento seria entre 1964, quando ocorre o Golpe e também mudanças na direção da CNBB, até a primeira metade da década de 1970. O Regime de 1964, ao combater o comunismo e seus organismos de difusão (sindicatos, movimento estudantil, partidos

<sup>28</sup> LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. Op. Cit. p. 70.

<sup>29</sup> Ibidem. p. 71.

políticos, entre outros), age justamente sobre as ameaças que tinham permitido a CNBB crescer e reagir em nome da Igreja”<sup>30</sup> na década de 1950 e início de 1960. Esta nova conjuntura faz com que a Santa Sé e o Estado brasileiro não mais apóiem o discurso da CNBB típico da década de 1950. Este discurso só voltará a ter força e respaldo, inclusive dentro da hierarquia católica, no terceiro momento da CNBB, de maneira mais intensa, em meados da segunda metade da década de 1970, quando o Regime Militar passava do auge ao início do fim. Nesta fase

Mesmo os elementos mais calculistas da hierarquia perceberam que tinham pouco a ganhar e muito a perder permanecendo ao lado de um regime sobre o qual tinha pouca influência. Além do mais, o número de incidentes ocorridos era muito grande para permitir que qualquer organização que se respeitasse, e muito menos a Igreja, se identificasse com o regime.<sup>31</sup>

Assim, a combinação de três fatores:

a consciência da fraqueza interna, o reconhecimento de que o regime é intolerável e o aguilhão dos acontecimentos conflituosos provocou uma séria e profunda definição do papel da Igreja na sociedade brasileira que nada mais é do que a consolidação de um modelo de influência originariamente promovido pelo grupo que constituiu o núcleo da CNBB antes de 1964.<sup>32</sup>

Este discurso da CNBB da década de 1950 e início da década de 1960 que havia sido ignorado por boa parte da hierarquia católica, mas não necessariamente negado, volta agora à tona influenciado pelos ventos do Vaticano II (1962-1965) e pelas Conferências Episcopais Latino-americanas de Medellín (1968) e Puebla (1979).

Na verdade, podemos identificar algumas diferenças entre o discurso de Medellín, na Colômbia, e Puebla, no México. O discurso de Medellín é, em grande medida, resultado de experiências que muitos leigos cristãos e integrantes da hierarquia vinham tendo junto às classes mais empobrecidas da América Latina. No Brasil, por

---

<sup>30</sup> Ibidem. p. 72.

<sup>31</sup> Ibidem. p. 98.

<sup>32</sup> Ibidem. p. 99.



exemplo, as iniciativas da Igreja Católica de aproximar-se das camadas populares através da alfabetização de jovens e adultos ou da organização de sindicatos rurais, por exemplo, como forma de conter o avanço comunista e de outras religiões ganha, aos poucos, contornos mais “libertários”, menos conservadores. Nestas experiências houve o contato com marxistas, o que influenciou na mudança de atitude por parte de muitos dos cristãos envolvidos nestes projetos da Igreja Católica. Lentamente estes cristãos, e também alguns padres e bispos, passam a lutar pela transformação da sociedade capitalista, identificada como exploradora, e a buscar a construção do “reino de Deus aqui na terra”. Estas experiências influenciarão nas conclusões de Medellín.

A influência dos grupos de cristãos engajados (seja de maneira radical ou reformista) nas lutas latino-americanas, iria aparecer nas conclusões finais. Se compararmos o Concílio Vaticano II, cujos últimos documentos foram escritos em 1965, com Medellín, é possível notar claros avanços rumo a uma postura progressista. O documento fala em “violência institucionalizada” que, para ser destruída, precisa de “transformações globais audazes e profundamente renovadoras”. Fala que “o sistema capitalista atenta contra a dignidade da pessoa humana porque tem como pressuposto a supremacia do capital, seu poder e sua discriminatória utilização em função do lucro”.<sup>33</sup>

Já a Conferência de Puebla, que evidenciou a disputa entre os chamados “progressistas”, que defendiam uma Igreja mais ativa e engajada na vida dos oprimidos, e “conservadores”, que achavam que os “progressistas” e a Teologia da Libertação tinham atitudes descabidas e se afastavam cada vez mais dos princípios cristãos, tem resultados e um discurso mais moderado em relação ao de Medellín. Em Puebla os “conservadores” se organizaram melhor e reconquistaram espaço. “O resultado, (de Puebla) a opção pelos pobres, mostrou a força progressista, mas o texto, mais vago que o de Medellín, não avançou rumo a uma análise mais aprofundada da realidade latino-americana, dando o sinal de que o grupo conservador estava recuperando sua força”.<sup>34</sup> Mesmo assim, apesar da demonstração de força dos “conservadores”, Puebla confirma

<sup>33</sup> GANDIN, Luis Armando. Op. Cit. p. 32.

<sup>34</sup> Ibidem. p. 41.

“pressupostos da Teologia da Libertação, que, naquele momento, já alcançava até mesmo os centros de reflexão teológica na Europa e nos Estados Unidos”:<sup>35</sup> a opção preferencial pelos pobres, por exemplo.

Na questão educacional passa-se a usar, por influência, principalmente, de Medellín, a expressão “educação libertadora” ou a idéia de uma educação emancipadora, discurso semelhante ao que já era utilizado no MEB (Movimento de Educação de Base), movimento de educação popular organizado pela CNBB na década de 1950. Portanto não é novo o discurso da CNBB em 1981, quando afirma, no documento *Igreja e educação: perspectivas*, que “toda paternidade deve levar à emancipação, à autonomia dos filhos: este é o objetivo de toda educação, em cujo campo a escola deve exercer função insubstituível no mundo de hoje”,<sup>36</sup> é um renascer do discurso da CNBB de D. Hélder, da década de 1950 e início de 1960. Neste mesmo documento a Igreja Católica reconhece a possibilidade e o risco de a escola ser reprodutora de valores conservadores, mas chama a atenção para o fato de que a verdadeira missão da escola consiste em despertar a mente para que o educando tenha uma visão crítica da sociedade e das condições de vida em que vive.<sup>37</sup> Desta forma a escola deve “construir um homem que, embora adaptado à sociedade, seja capaz de fazer com que a própria sociedade evolua, libertando-a de condicionamentos econômicos e políticos e proporcionando-lhe um estilo de relações mais humanas”.<sup>38</sup> De uma educação, preferencialmente, voltada para as classes dirigentes, característica típica da Igreja da Primeira República analisada por Dallabrida, a Igreja pós-Concílio Vaticano II e, principalmente, pós-Medellín, passa a produzir um discurso de uma “educação ‘libertadora’ que transforme o educando em sujeito de seu próprio

---

<sup>35</sup> SOUZA, Rogério Luiz de. **Uma história inacabada: cem anos do Colégio Catarinense**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2005. p. 224.

<sup>36</sup> **Igreja e educação: perspectivas**. ESTUDOS DA CNBB, nº 6, 1981. p. 18.

<sup>37</sup> Ibidem. p. 20.

<sup>38</sup> Ibidem. p. 21.

desenvolvimento e ‘criadora’ de um novo tipo de sociedade onde haja mais respeito à dignidade humana e maior promoção do sentido comunitário (cf. Doc. De Medellín, 4,2.)”.<sup>39</sup> Esta mesma direção é apontada pelo Documento nº 41 da CNBB, de 1986, ao afirmar que a Igreja deve lutar por uma “educação que leve em conta a realidade e que caminhe com o povo pobre e sofrido e assuma seu projeto histórico”.<sup>40</sup>

Peter Berger, em sua obra *O Dossel Sagrado*, identifica uma relação dialética entre religião humana e construção humana do mundo. Segundo ele a sociedade é um fenômeno dialético, pois é produto do homem e o homem é produto da sociedade, logo não pode haver realidade social sem o homem. Sendo assim, a sociedade seria constituída por três passos: exteriorização, objetivação e interiorização. A exteriorização seria a ação física ou mental do homem sobre o mundo, sendo que a religião representaria o ponto máximo de exteriorização humana, seria a tentativa de entender o universo inteiro como humanamente significativo. Pela objetivação o mundo humanamente produzido atingiria o caráter de realidade objetiva, ou seja, o mundo (material ou não) criado pelo homem adquiriria “vida própria”. Desta forma as instituições sociais, criações humanas, pela objetivação passam a dirigir, controlar a conduta dos indivíduos, podendo até mesmo destruir o indivíduo. O último passo, a interiorização, seria produzido pela socialização. A socialização obtém êxito na medida em que consegue interiorizar a idéia de que o mundo social é coisa óbvia, natural e inevitável. A não aceitação desta “verdade” levaria o indivíduo ao “caos”.<sup>41</sup> Estabelecendo um elo de ligação entre estas considerações e a questão da religião como instituição social, e por isso detentora de todas as características que esta condição lhe confere, podemos entender com maior clareza os processos de agitação e acomodação

---

<sup>39</sup> Ibidem. p. 23.

<sup>40</sup> **Para uma pastoral da educação.** ESTUDOS DA CNBB, nº 41, 1986. p. 10.

<sup>41</sup> BERGER, Peter Ludwig. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião.** São Paulo: Ed. Paulinas, 1985.

que se dão ao longo dos momentos de mudanças internas da Igreja Católica. Assim como em outros momentos de sua história, em meados dos anos 60 e 70 do século XX, a Igreja Católica passava por uma série de abalos produzidos por mudanças estruturais na sociedade, mudanças estas que ganharam força no período pós-Segunda Guerra. Jean Delumeau afirma que vivemos numa “civilização absolutamente nova”, que existem maiores “diferenças entre nossa época e o século 17 que entre o século 17 e o século 5 antes de Cristo”, que “a aceleração da história transformou a sociedade de maneira nunca vista”.<sup>42</sup> Segundo Berger

a realidade do mundo cristão depende da presença de estruturas sociais nas quais essa realidade apareça como óbvia e em que sucessivas gerações de indivíduos sejam socializadas de tal modo que esse mundo será real para eles. Quando essa estrutura de plausibilidade perde a sua integridade ou a sua continuidade, o mundo cristão começa a vacilar e sua realidade deixa de se impor como verdade evidente.<sup>43</sup>

É o que estava acontecendo com a Igreja Católica no limiar da segunda metade do século XX. A urbanização acelerada gerava uma nova realidade, obrigava a Igreja Católica a rever suas rígidas relações hierárquicas, seu repúdio à “modernidade” e suas práticas pastorais.<sup>44</sup> Um dos mecanismos encontrado pela Igreja Católica para rever e/ou reafirmar sua visão e sua prática foi o Concílio Ecumênico Vaticano II. Como todo processo de mudanças, este também ocorrerá em meio a um mar revolto em que alguns barcos querem tomar a direção sul, outros a norte, outros apenas se deixam levar pelo vento que sopra. Isto se deve ao fato de que “a Igreja não é um bloco homogêneo”, pois “abriga diferentes concepções-modelos de *Igreja*, produzindo, assim, diferentes imaginários sociais e, conseqüentemente, diferentes identidades”.<sup>45</sup> Quando se afirmava

<sup>42</sup> **Por uma Igreja mais democrática.** Entrevista com Jean Delumeau. DIÁRIO CATARINENSE. 26 de agosto de 2004. Variedades, p. 3.

<sup>43</sup> BERGER, Peter Ludwig. Op. Cit. p. 59-60.

<sup>44</sup> CARVALHO, Maristela Moreira de. Op. Cit. p. 25-26.

<sup>45</sup> COUTINHO, Sérgio Ricardo. **História recente do catolicismo no Brasil: identidades em confronto.** Encontros Teológicos, Florianópolis, v. 37, Ano 19, nº 1, 2004. p. 94.

anteriormente, por exemplo, que o grupo “progressista” se tornara hegemônico em Medellín, não significava dizer que os “conservadores” haviam sido destruídos. Hegemonia não é caracterizada pela inexistência de forças contrárias, outrossim pela maior ou menor influência de um grupo sobre outro numa determinada correlação de forças.

### **1. O Concílio Vaticano II: aquiescências e resistências**

O Concílio Vaticano II é pano de fundo importante para entendermos a Igreja e, conseqüentemente, as mutações ocorridas nos seminários nas décadas de 1960, 1970 e 1980. O século XX foi marcado por enormes mudanças que “aceleraram a história”, isto é, os eventos que modificam as situações passaram a suceder-se mais rapidamente. Isto em decorrência de inúmeros fatores, tais como o aumento avassalador da população mundial e o processo de urbanização por que passou boa parte do mundo, por exemplo. A vida urbana possui características bem distintas da vida rural. Alteram-se os termos de produção econômica, a produção, divulgação e acesso às informações, ampliam-se as possibilidades de ingresso dos jovens nas instituições escolares, entre outros. As duas grandes guerras, os movimentos contestatórios das décadas de 1960 e 1970 e uma série de outros eventos que marcaram este período, puseram o mundo em constante ebulição. A Igreja Católica, como tantas outras instituições sociais, não estará protegida deste turbilhão de acontecimentos. Ela sofrerá as influências desta realidade. Michel de Certeau afirma que o Cristianismo sofrerá “uma ruptura instauradora”<sup>46</sup> neste período. Diante desta realidade um tanto adversa, a Igreja Católica sente a necessidade de promover uma “modernização”, uma adequação aos novos tempos. Assim sendo, a 25 de janeiro de 1959, João XXIII anuncia a “intenção de convocar um concílio com duplo

---

<sup>46</sup> CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Op. cit. p. 12.

objetivo: assegurar a renovação de Igreja face ao mundo moderno e preparar a unidade cristã”.<sup>47</sup> Em 11 de outubro de 1962 era inaugurado, no Vaticano, o Concílio Ecumênico Vaticano II, “na presença de dois mil quinhentos e quarenta participantes. Os observadores não-católicos contavam-se em cerca de quinhentos”.<sup>48</sup> No discurso inaugural o papa João XXIII afirma que com o Concílio objetivava “tornar a Igreja presente no mundo e sua mensagem sensível à razão e ao coração do homem engajado na revolução técnica do século XX”.<sup>49</sup> É o que muitos vão denominar de *aggiornamento*, uma enorme necessidade de reorganização, renovação da Igreja Católica frente ao mundo moderno. “Então o catolicismo assume cada vez mais os traços de um mundo livre, comunitário e popular. Essa formidável mudança, que não pode deixar de provocar choques, escândalos, cóleras – principalmente por parte dos tradicionalistas, que são mais sensíveis aos tesouros abandonados do que às riquezas de um ‘ressurgimento’ –, (...)”.<sup>50</sup> O Concílio Vaticano II ocorre, portanto, em grande parte, como resultado destas transformações enfrentadas pela Igreja, transformações estas que se intensificaram no período posterior a Segunda Grande Guerra, tanto no campo religioso como sócio-político (o crescimento de outras denominações religiosas como o protestantismo e o espiritismo, a urbanização, etc.)<sup>51</sup>. Nos dizeres de Maristela Moreira de Carvalho

O que se buscou, neste momento, foi materializar a proximidade, a intimidade e a postura de disponibilidade da Igreja frente ao mundo, sendo o Concílio descrito insistentemente como uma ruptura, um momento de cortes, quebras e mudanças caracterizadas por uma ‘modernidade’, descrita através de termos como: diálogo, liberdade de expressão, pluralismo de posições, valorização da razão, respeito às diferenças religiosas, superação dos poderes absolutos, etc.<sup>52</sup>

<sup>47</sup> PIERRARD, Pierre. Op. Cit. p. 272.

<sup>48</sup> Ibidem.

<sup>49</sup> Ibidem.

<sup>50</sup> Ibidem.

<sup>51</sup> CARVALHO, Maristela Moreira de. Op. Cit. p. 25.

<sup>52</sup> Ibidem. p. 26.

Fazia-se necessário, portanto, construir uma nova identidade para a Igreja Católica, adaptá-la aos novos tempos. Na visão de Sérgio Ricardo Coutinho

O Concílio Vaticano II (1962-1965) deu um grande passo no sentido da renovação da identidade católica, principalmente ao passar da noção de Igreja como estrutura hierárquica e piramidal para a noção de “Povo de Deus”. Nesta Igreja, todos os fiéis possuem direitos iguais. Além disso, não se trata de uma “sociedade perfeita” supraterrena e totalmente independente das realidades terrestres, sobretudo da sociedade perfeita do Estado. A Igreja é Igreja no mundo e para o mundo, a serviço do “Reino de Deus”.<sup>53</sup>

Esta é a identidade oficial que se quer dar à Igreja Católica pós-Concílio Vaticano II.

Na América Latina, com as visíveis influências no e do Brasil, após o Concílio Vaticano II e após os encontros episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979) a identidade católica será reelaborada a partir da visão de Igreja proposta pelo próprio Concílio Vaticano II, o conceito de “Igreja Povo de Deus”. Segundo Enrique Dussel “a Igreja dos pobres, que expressa claramente seu modelo de Igreja na declaração dos bispos do Nordeste brasileiro ‘Ouvi o clamor do meu povo’ (1973), vai crescendo em todos os países”. Mas, por outro lado,

há toda uma corrente contra a opção pelos pobres e a Teologia da Libertação, que desconfia das comunidades eclesiais de base e tenta desmembrar (trocar programas, professores, lugares, etc.) os institutos do CELAM<sup>54</sup> cuja ‘força propulsora desta campanha é o padre Roger Vekemans; ‘por parte do episcopado latino-americano esta campanha tem o apoio dos bispos colombianos A. López Trujillo e Dario Castrillón.<sup>55</sup>

Durante o período em que o CELAM esteve sob a direção destes dois bispos colombianos iniciou-se um processo em que foram “modificados os institutos do CELAM, foram lançadas campanhas em nível latino-americano contra os teólogos da

<sup>53</sup> COUTINHO, Sérgio Ricardo. Op. Cit. p. 98.

<sup>54</sup> CELAM - Conselho Episcopal Latino-americano, fundado durante a I Conferência do Episcopado Latino-americano no Rio de Janeiro, ocorrido entre 25 de julho a 4 de agosto de 1955.

<sup>55</sup> DUSSEL, Enrique. **História da Igreja Latino-americana (1930-1985)**. São Paulo: Paulinas, 1989. p. 73-74.

libertação, contra a revolução nicaragüense, contra as Comunidades Eclesiais de Base”.<sup>56</sup> Para Sérgio R. Coutinho alguns fatos irão promover o que ele chama de “nova romanização” durante a década de 1980. “Os fatos foram a eleição do papa João Paulo II e o Sínodo Extraordinário dos Bispos em comemoração aos 20 anos do encerramento do Concílio Vaticano II. Tanto o papa como boa parte dos bispos presentes naquele Sínodo, concluíram que a Igreja encontrava-se numa crise que só poderia ser superada por um reforço do centralismo”.<sup>57</sup> A “nova romanização” buscaria adequar-se aos novos tempos quando “aproxima tradição e (pós) modernidade, porém com comportamento muito contraditório: rejeita e acolhe simultaneamente os elementos do mundo pós-moderno”.<sup>58</sup> Três elementos centrais da antiga romanização mantêm-se firmes nesta “nova romanização”: a obediência ao papa, o culto mariano e o culto eucarístico.

Estão aí as chamadas ‘devoções brancas’: o Papa, Nossa Senhora e a Eucaristia. Aqui reside o reforço da virtude da obediência. Deste modo, o projeto de Nova Evangelização atua como um reelaborador e difusor daqueles valores simbólicos e ideológicos que, de certa forma, foram questionados pela corrente da Igreja da Libertação no Brasil.<sup>59</sup>

O que se trava daí em diante é uma “guerra de posições” em que o projeto da “Nova Evangelização” vai se impondo mediante uma série de recursos: condenação da Teologia da Libertação, imposição de silêncio para os seus principais representantes<sup>60</sup>, nomeação de novos bispos afinados que o projeto da “Nova Evangelização”, entre outros. Os novos bispos que emergem deste processo só atuam

---

<sup>56</sup> Idem. p. 74.

<sup>57</sup> COUTINHO, Sérgio Ricardo. Op. Cit. p. 100.

<sup>58</sup> Ibidem. p. 99.

<sup>59</sup> Ibidem. p. 100-101.

<sup>60</sup> Segundo Leonardo Boff “alguém que está sob interrogatório do Vaticano não pode ser convidado pela Igreja, pelas comunidades, pelos bispos, para dar palestras no retiro espiritual. É tolerado que ele dê aula, mas com grande vigilância sobre o que ele ensina. E ele recebe uma vigilância direta sobre as homilias que profere, porque já está sob suspeita. Como padre, tem o direito de celebrar missa e fazer a homilia, mas porque está em processo de ajuizamento ele perde toda a confiabilidade”. *In.: A crítica arrasadora, do Vaticano. A proposta, construtiva, de uma nova Igreja. As idéias do Teólogo brasileiro que fez Roma tremer.* Entrevista com Leonardo Boff. REVISTA CAROS AMIGOS. Ano I, número 3, junho de 1997. p. 29.



em conjunto se os interesses forem em consonância com as orientações e normas da Cúria Romana. Fora disso, seguem exatamente o que determina o Código de Direito Canônico, ou seja, que o bispo é o ‘pastor’ da Igreja-local e que deve zelar pelas suas ‘ovelhas’. Além disso, vêm revalorizando a instituição-padrão do seminário, local ideal para a formação de um ‘novo’ clero, cuja virtude maior será sempre a disciplina eclesiástica. Os padres diocesanos, assumindo uma postura mais clerical, vão olhar com desconfiança a ministerialidade dos leigos, o modelo eclesial das CEBs (por isso defenderão sempre a ‘paróquia’ como a mais ‘canônica’ instituição da Igreja) e as próprias pastorais sociais, pois estas se ‘politizaram’ em demasia.<sup>61</sup>

Para referir-se a este mesmo período Ariolando Azzi, em sua obra *O clero no Brasil: uma trajetória de crises e reformas*, usa a expressão “restauração tridentina”. “Na última década (1980), sob o pontificado de João Paulo II, os grupos conservadores empreenderam uma reação significativa, visando impedir que as novas perspectivas abertas pelo Vaticano II fossem conduzidas avante. Esse grupo passou a ter um apoio dentro da própria Cúria Romana”,<sup>62</sup> afirma. E, como que para referendar sua posição, utiliza-se de uma citação de J. B. Libâneo: “O céu azul e radiante anunciado por João XXIII com a convocação do Concílio tolda-se com nuvens carregadas e escuras. (...) Os ventos conservadores sopram fortes, fazendo concentrar sobre os céus romanos toda nuvem que estivesse nalgum lugar do planeta”.<sup>63</sup> A partir de então, segundo Azzi, a Cúria Romana passou a agir em duas frentes principais: uma consistia em “impedir o avanço da discussão teológica” censurando ou advertindo teólogos que estavam em desacordo com a nova direção de Roma. A segunda foi voltada às conferências episcopais, nomeando novos bispos com uma mentalidade afinada com as novas diretrizes romanas.<sup>64</sup>

Como podemos observar, o Concílio Vaticano II provocou um processo, com certeza ainda inacabado, apesar dos 40 anos passados de sua finalização, de mudanças,

<sup>61</sup> COUTINHO, Sérgio Ricardo. Op. Cit. p. 101-102.

<sup>62</sup> AZZI, Ariolando. **O clero no Brasil: uma trajetória de crises e reformas**. Brasília: SER. 1992. p. 128.

<sup>63</sup> LIBÂNEO, J. B. **A volta à Grande Disciplina**. São Paulo: Edições Loyola, 1983. p. 135. In.: AZZI, Ariolando. Op. Cit. p. 128.

<sup>64</sup> AZZI, Ariolando. Op. Cit. p. 128.

permanências e acomodações dentro e fora da instituição Igreja Católica, processo este que influirá também na formação de seus futuros presbíteros.

Em entrevista concedida a R. Martin aos 25 de outubro de 1982, Michel Foucault afirma que seu papel como intelectual “é o de mostrar às pessoas que elas são muito mais livres do que pensam ser, que elas têm por verdadeiro, por evidentes, alguns temas que foram fabricados num momento particular da história, e que esta suposta evidência pode ser criticada e destruída”.<sup>65</sup> A Igreja Católica, assim como as demais instituições sociais, é uma realidade em que se construiu/constrói um determinado “mercado lingüístico”,<sup>66</sup> ou seja, uma realidade em que se produz e reproduz um determinado discurso, em que se produz e reproduz um determinado tipo de sujeito. Na verdade, como já vimos anteriormente, não há o discurso único, embora se busque, existem vários discursos, diferentes concepções de sujeito que disputam espaço dentro da Igreja Católica. A Igreja Católica é uma instituição social<sup>67</sup> e como tal constituída por homens e construída pelos homens.

(...) o homem precisa ocultar a si mesmo o caráter construído da ordem social para que ela possa se reproduzir como ordem, evitando assim a anomia e o caos. Surge a religião como força poderosa que torna plausíveis e duradouras as construções sociais da realidade, eliminando a precariedade intrínseca destas ordens construídas. A religião inclui o construído num mundo mais abrangente – sagrado – que legitima, justifica e explica as mazelas do cosmos construído.<sup>68</sup>

A religião aparece como legitimadora das ordens sociais construídas pelo homem. Berger defende a idéia de que “não pode haver realidade social sem o homem” como também seria correto afirmar que “o homem é um produto da sociedade”. Afirmo ainda que “as duas asserções, a de que a sociedade é produto do homem e a de que o

---

<sup>65</sup> FOUCAULT, Michel. **Sexo, poder e indivíduo** – Entrevistas selecionadas -. Tradução: Jason de Lima e Silva e Davi de Souza – Desterro: Edições Nefelibata, 2003. p. 16.

<sup>66</sup> Segundo Bourdieu, uma realidade em que se produz e reproduz um determinado discurso, sendo que este mercado lingüístico é também produtor e produto de uma realidade específica.

<sup>67</sup> Não se pretende aqui entrar na discussão sobre a possibilidade ou não de a religião possuir outro significado.

<sup>68</sup> BERGER, Peter Ludwig. Op.cit. p. 7.

homem é produto da sociedade, não se contradizem. Refletem, pelo contrário, o caráter inerentemente dialético do fenômeno social. Só se compreenderá a sociedade em termos adequados à sua realidade empírica se este seu caráter for devidamente reconhecido”.<sup>69</sup>

Eis aqui novamente a questão da relação dialética entre homem e sociedade.

### **1.1. Alguns discursos: dogmas, autoridade, hierarquia e obediência**

Como já foi observado, nos anos que se seguiram ao Concílio Vaticano II a Igreja Católica mostrou-se preocupada em divulgar e concretizar as novas concepções defendidas para os vários aspectos da vida cristã. Veremos nas linhas seguintes alguns exemplos de como se produziram disputas de discursos e interpretações do próprio Concílio Vaticano II no seio da Igreja Católica. Como determinados valores são mantidos como imutáveis, necessários para a existência da própria instituição. Muitos destes valores serão reelaborados através de discursos que buscarão eufemizá-los. São valores que, como se poderá observar, estarão fortemente presentes no processo de formação seminarística.

Em relação, por exemplo, às verdades discutidas nos concílios, nota-se a preocupação com um aspecto perturbador: se aparecem nítidas diferenças entre, por exemplo, algumas concepções de Trento e do Vaticano II será que os padres e bispos, e o próprio Papa de Trento haviam errado na concepção das “verdades”? Aceitar uma resposta positiva a este questionamento significaria aceitar a falibilidade papal, a humanidade das verdades eclesiais. No entanto, sobre a infalibilidade papal, o Concílio Vaticano I, realizado na segunda metade do século XIX, já afirmava de forma peremptória:

---

<sup>69</sup> Ibidem. p. 15-16.

1839. Por isso Nós, apegando-nos à Tradição recebida desde o início da fé cristã, para a glória de Deus, nosso Salvador, para exaltação da religião católica, e para a salvação dos povos cristãos, com a aprovação do Sagrado Concílio, ensinamos e definimos como dogma divinamente revelado que o Romano Pontífice, quando fala *ex cathedra*, isto é, quando, no desempenho do ministério de pastor e doutor de todos os cristãos, define com sua suprema autoridade apostólica alguma doutrina referente à fé e à moral para toda a Igreja, em virtude da assistência divina prometida a ele na pessoa de São Pedro, goza daquela infalibilidade com a qual Cristo quis munir a sua Igreja quando define alguma doutrina sobre a fé e a moral; e que, portanto, tais declarações do Romano Pontífice são por si mesmas, e não apenas em virtude do consenso da Igreja, irreformáveis.

1840. [Cânon]: Se, porém, alguém ousar contrariar esta nossa definição, o que Deus não permita, - seja excomungado.<sup>70</sup>

O que legitimaria, então, as verdades conciliares? Tentando responder a questionamentos desta ordem o Pe. Boaventura Kloppenburg, chefe de redação da REB (Revista Eclesiástica Brasileira) durante muitos anos, escreve um artigo intitulado “Subsídios para a Teologia do Presbítero”. Neste artigo o Pe. Kloppenburg reconhece as diferenças, por exemplo, entre Trento e o Vaticano II afirmando que

há diferença na compreensão do conteúdo do sacerdócio ministerial: do sacerdote cultural (Trento) ao ministério apostólico (Vaticano II); e há diferença no teocentrismo do ministério e no modo de entender a presença do padre no mundo; do teocentrismo do culto (Trento) ao teocentrismo de toda a vida e de todo o ministério do padre (Vaticano II). (...) Em Trento tinha-se a intenção mais dogmática de proteger a doutrina católica contra as exageradas inovações dos Reformadores. No Vaticano II tinha-se a preocupação mais pastoral de animar os Presbíteros de hoje na missão difícil e sumamente delicada e complexa que lhes cabe num mundo no qual se sentem dia a dia mais estranhos (...).<sup>71</sup>

No entanto, analisando este mesmo artigo em seus raciocínios posteriores, encontramos o Pe. Kloppenburg tentando convencer o leitor de que não havia contradição nestas oposições e que Trento enunciava a “verdade” tanto quanto o Vaticano II.

Aquilo que em Trento foi ensinado sobre o Sacramento da Ordem é sem dúvida a expressão autêntica (e neste sentido definitiva) da fé católica; isto, porém, não quer dizer que sobre esta matéria já se tenha então dito tudo o que era possível ensinar e neste sentido os documentos de Trento não podem ser considerados definitivos. O Vaticano II não se opõe a Trento, mas completa e alarga suas perspectivas. O erro dos tempos pós-tridentinos era tomar uma doutrina parcial pela doutrina inteira.<sup>72</sup> (grifos meus)

<sup>70</sup> **Concílio Vaticano I** [online]. Disponível na internet via <http://www.montfort.org.br>. Arquivo capturado em 28 de junho de 2004.

<sup>71</sup> REB.Vol. XXVIII. Junho de 1968, fasc. 2. p. 325-326.

<sup>72</sup> Ibidem. 326.

Ao que parece Pe. Kloppenburg quer afirmar que num certo sentido as “verdades” ditas por Trento sobre o Sacerdócio são definitivas, inquestionáveis, e noutro sentido não são definitivas, portanto questionáveis! O discurso é elaborado visando evitar que se perca o poder simbólico dos Concílios e a própria autoridade dos bispos e do papa ou, em outras palavras, da hierarquia eclesiástica. Mas é interessante observar também que o próprio Kloppenburg destrói o poder simbólico de verdades expressas pelos Supremos Concílios ao afirmar que “nossa posição perante o Magistério, mesmo o supremo em Concílios Ecumênicos, não pode nem deve ser sempre de pura e simples aceitação, repetição e fixação”.<sup>73</sup> Isto mostra que o “sujeito assujeitado” descrito por Foucault em *Vigiar e Punir* nunca é totalmente assujeitado, existe sempre a resistência ao discurso que sujeita e domina. Por mais assujeitado que seja o indivíduo sempre haverá um contra-discurso, mais evidente ou menos evidente.

A “verdade” assim vista nada mais é do que resultado da correlação de forças; ela é, portanto, política. A verdade é histórica. E, ao que parece, é justamente contra esta concepção de verdade que é elaborado o discurso do Pe. Kloppenburg quando este afirma que Trento em certo aspecto é definitivo e em outro não. Tem-se receio de que cristãos ou não-cristãos cheguem à conclusão de que as verdades conciliares possam não ser eternas, inquestionáveis, sagradas. Tem-se receio que sacerdotes e seminaristas, em especial, tenham argumentos para questionarem verdades e instituições católicas. Questionamentos internos à Igreja Católica já haviam gestado o luteranismo, o calvinismo... Estes questionamentos, portanto, seriam um tanto perigosos no jogo da disputa pelo poder simbólico entre as instituições e entre os próprios indivíduos. Verdades dogmáticas, autoridade, hierarquia, obediência, entre outros, são valores

---

<sup>73</sup> Ibidem.

muito caros à Igreja Católica. São elementos essenciais no processo de formação sacerdotal e na própria educação catequética dos leigos. Há, no entanto, uma mudança na forma como estes valores serão repassados aos futuros sacerdotes, ao clero ou aos leigos no período posterior ao Concílio Ecumênico Vaticano II. Há também uma redefinição das práticas de controle, uma redefinição das práticas de punição aos que não se enquadram no tipo ideal do sujeito seminarista, padre ou leigo. A respeito destas novas práticas de controle e punição Foucault diria que há um processo de mitigação das penas e castigos, que há

um deslocamento no ponto de aplicação desse poder: que não seja mais no corpo, com o jogo ritual dos sofrimentos excessivos, das marcas ostensivas no ritual dos suplícios; que seja o espírito ou antes um jogo de representações e de sinais que circulem discretamente mas com necessidade e evidência no espírito de todos. Não mais o corpo, mas a alma.<sup>74</sup>

Como se observa, o Vaticano II abriu uma série de discussões no seio da Igreja a respeito de vários temas como verdades, normas, rumos, entre tantos outros. Palavras como “diálogo, liberdade de expressão, pluralismo de posições, valorização da razão, respeito às diferenças religiosas, superação dos poderes absolutos” começam a fazer parte dos discursos da Igreja Católica, ou de alguns grupos em seu interior. Mas os “novos ventos que sopravam” com o Concílio deixaram muitos desnorteados. Dizem que o próprio papa João XXIII queria que “o vento da história limpasse a poeira acumulada sobre o trono de Pedro”.<sup>75</sup> E, como veremos, parece que de fato o Vaticano II levantou muita poeira, a tempos adormecida.

Em junho de 1973, mais precisamente no dia 24, a Sagrada Congregação para a Doutrina e a Fé (nova denominação para o Tribunal do Santo Ofício da época da Contra-Reforma) elabora um documento com o título de “Declaração *Mysterium*

<sup>74</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 84

<sup>75</sup> FREI BETTO. **Dois papas, duas visões**. [online] Disponível na internet via <http://www.correiocidadania.com.br>. Arquivo capturado em 01 de agosto de 2003.

*Ecclesiae* acerca da doutrina católica sobre a Igreja, para defendê-la de alguns erros hodiernos”. O documento é apresentado como “um estímulo e um ato de confiança nos que se dedicam à teologia e estudam os condicionamentos históricos que podem ter influído na formulação da revelação divina. Isto sem negar a justa liberdade que compete ao teólogo, em suas investigações; mas liberdade que se deverá manter dentro dos limites da própria revelação”<sup>76</sup> (grifo meu). Ao que parece o diálogo, a liberdade de expressão, o pluralismo de posições, defendidos nos documentos pós-conciliares da Igreja Católica, devem possuir limites, caso contrário corre-se o risco de desestruturar as hierarquias! Sobre a “unicidade da Igreja de Cristo” a Declaração afirma que

(...) é uma só a Igreja que o nosso Salvador, depois da sua ressurreição, confiou aos cuidados pastorais de Pedro (cf. Jo 21,17), confiando-lhe também, a ele e aos demais Apóstolos, a sua difusão e governo (cf. Mt 18, 28). (...) e esta Igreja de Cristo, constituída e organizada neste mundo como sociedade, subsiste na Igreja Católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos bispos em comunhão com ele.<sup>77</sup>

O documento prossegue defendendo a Igreja Católica como único instrumento de salvação: “só... mediante a Igreja Católica de Cristo, instrumento universal de salvação, é possível chegar de fato à posse plena de todos os meios de salvação”.<sup>78</sup> Mais adiante o documento discorre sobre a “infalibilidade de toda a Igreja”. “O próprio Deus, portanto, o qual é absolutamente infalível, quis dotar o seu povo novo, que é a Igreja, da prerrogativa de uma certa infalibilidade participada, que se circunscreve aos limites daquilo que diz respeito à fé e aos costumes (...)”.<sup>79</sup> E, citando o Concílio Vaticano II, afirma que “mediante este sentido da fé, que é suscitado e alimentado pelo Espírito de verdade, o Povo de Deus, sob a direção do sagrado Magistério que fielmente acata, já

<sup>76</sup> REB. Editora Vozes: Petrópolis, RJ. Vol. XXXIII. Setembro de 1973, fasc. 131. p. 691.

<sup>77</sup> Ibidem. Vol. XXXIII. Setembro de 1973, fasc. 131. p. 691-692.

<sup>78</sup> Ibidem. p. 692.

<sup>79</sup> Ibidem. p. 693.

não recebe simples palavras de homens, mas sim a verdadeira palavra de Deus (...)<sup>80</sup> (grifos meus). Assim, “por instituição divina, (...) ensinar os fiéis autenticamente, quer dizer, com a autoridade de Cristo, (...) é de competência exclusiva dos Pastores, sucessores de Pedro e dos outros Apóstolos”,<sup>81</sup> ou seja, da hierarquia da Igreja Católica. Se foi Deus quem dotou a Igreja desta infalibilidade e as palavras sobre as questões de fé ditas pelo sagrado Magistério passam a ser palavra de Deus não há o que questionar, é a esta conclusão que o(s) autor(res) do documento quer(em) que os leitores cheguem. É o que Bourdieu chama de lucro simbólico, “pois o uso puramente instrumental da linguagem (...) se choca freqüentemente com a busca (muitas vezes inconsciente) do lucro simbólico”.<sup>82</sup> A Declaração *Mysterium Ecclesiae* argumenta ainda sobre a infalibilidade do Magistério da Igreja no “que diz respeito às coisas da fé e dos costumes”<sup>83</sup> afirmando que “a infalibilidade do Magistério da Igreja estende-se não só ao depósito da fé, mas também a tudo aquilo que é indispensável para que o mesmo possa ser guardado ou exposto como se deve”<sup>84</sup> e, “por conseguinte, o objeto da fé católica – que especificamente é conhecido pelo nome de dogma – necessariamente constitui a norma imutável, como aliás sempre constituiu, tanto para a fé quanto, de igual modo, para a ciência teológica”.<sup>85</sup> Por conseguinte exige-se do cristão “assentimento à boa nova da salvação conforme ela é ensinada infalivelmente pelos Pastores da Igreja, em atitude de pleno obséquio da inteligência e da vontade”.<sup>86</sup> Este discurso de obediência ao magistério encontra ressonância em discursos de seminaristas de Azambuja como, por exemplo, neste artigo publicado na revista “A Esperança”,

---

<sup>80</sup> Ibidem.

<sup>81</sup> Ibidem.

<sup>82</sup> BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas lingüísticas: O que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp. 1998. p. 54.

<sup>83</sup> REB. Editora Vozes: Petrópolis, RJ. Vol. XXXIII. Setembro de 1973, fasc. 131. p. 694.

<sup>84</sup> Ibidem. p. 695.

<sup>85</sup> Ibidem.

<sup>86</sup> Ibidem.



intitulado “Jovem, tens fé?”. Note-se que o discurso oficial da Igreja é repetido pelo autor do artigo, caracterizando-se assim como um “bom seminarista”.

É impressionante constatar nos inquéritos mais recentes, sôbre o cristianismo da “bossa nova”, que a maioria dos jovens interrogados reconhecem e não hesitam em se proclamar cristãos. Mas declaram ao mesmo tempo não poder aceitar êsse ou aquêle artigo da fé católica. Como se o escolher as verdades que êle acha que pode admitir, e recusar, fôsse permitido aos cristãos.<sup>87</sup> (sic)

Quando analisamos um discurso, entre outros aspectos, é importante que lancemos as seguintes perguntas: quem fala? De onde fala? Para quem fala? Que efeito produz seu discurso? Neste caso a fala pertence a um seminarista que fala a partir de uma revista interna do Seminário de Azambuja elaborada pelos próprios seminaristas, mas sob os olhares atentos de um padre formador; portanto, a fala é dirigida a seus colegas de seminário, a seus superiores e, às vezes, a benfeitores e familiares que têm acesso à revista; assim sendo seu discurso irá identificar-se, como neste caso, ao discurso oficial da Igreja Católica podendo assim conquistar, junto a seus superiores, colegas, familiares e benfeitores a identidade de “bom seminarista” e as vantagens daí decorrentes.

Na visão bergeriana “a sociedade é um empreendimento de construção do mundo”, o que significa também dizer “que é uma atividade ordenadora, nomizante”.<sup>88</sup> E nesta tarefa de “construção do mundo” a religião possui um papel importantíssimo, pois “a religião é o empreendimento humano pelo qual se estabelece um cosmos sagrado. Ou por outra, a religião é a cosmificação feita de maneira sagrada”,<sup>89</sup> entendendo-se o sagrado como sendo “uma qualidade de poder misterioso e temeroso, distinto do homem e, todavia, relacionado com ele, que se acredita residir em certos

<sup>87</sup> **Jovem, tens fé?** Texto de Jorge S. Paza, 1º ano colegial. A ESPERANÇA. Ano XV, nº 01, 1968. p. 11.

<sup>88</sup> BERGER, Peter. Op. Cit. p. 32.

<sup>89</sup> Ibidem. p. 38.

objetos da experiência”.<sup>90</sup> Nesta tarefa da religião de construir e significar realidades a educação tem papel importantíssimo. Numa carta escrita pelo Cardeal Gabriel Maria Garrone, Prefeito da Congregação para a Educação Católica, onde se discute a questão do ensino de filosofia para os futuros sacerdotes, fica latente a tentativa da Igreja de aproximar-se de alguns valores da modernidade, como a valorização da razão, quando se afirma que

O Concílio Vaticano II, com a intenção de criar uma sólida base para os estudos teológicos e de por as necessárias premissas para um fecundo encontro entre a Igreja e o mundo, entre a fé e a ciência, entre o patrimônio espiritual cristão e a cultura hodierna, julgou oportuno insistir, entre outras coisas, também sobre uma profunda reforma do ensino filosófico, oferecendo para tal fim algumas orientações fundamentais (cf. Decreto *Optatam totius*, n. 15; Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, n. 62 et passim; Decreto *Ad Gentes*, n. 16).<sup>91</sup>

No entanto, ao lermos a carta em seus argumentos ulteriores, encontraremos pistas sobre o controle que se quer ter sobre a razão, sobre a filosofia. A razão seria valorizada, desde que estivesse de acordo com os “dados revelados”, pois “é condenável o emprego abusivo da filosofia no campo que é essencialmente da ciência revelada”.<sup>92</sup> Fala-se em ensinar aos seminaristas uma “sã filosofia” que não assuma “para si própria uma função crítica absoluta em confronto com os dados revelados”.<sup>93</sup> Afirma-se que o ensino da filosofia deve “ajudar o jovem a afrontar diretamente os problemas reais, a procurar confrontar e examinar as várias soluções para formar convicções próprias e chegar a uma visão coerente da realidade”.<sup>94</sup> Mas logo adiante o Cardeal Garrone apressa-se em chamar a atenção para o fato de “que esta visão coerente da realidade, à qual deve conduzir o ensino da filosofia nos seminários, não pode estar em contraste

---

<sup>90</sup> Ibidem.

<sup>91</sup> REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA. Editora Vozes: Petrópolis, RJ. Vol. XXXII. Junho de 1972, fasc. 126. p. 438.

<sup>92</sup> Ibidem. p. 442.

<sup>93</sup> Ibidem. p. 443.

<sup>94</sup> Ibidem. p. 445.

com a revelação cristã”,<sup>95</sup> pois “não é possível admitir um pluralismo filosófico que comprometa aquele núcleo fundamental de afirmações conexas com a revelação, pois não é possível contradição entre as verdades naturais da filosofia e as sobrenaturais da fé”.<sup>96</sup> Pluralismo sim, mas somente enquanto não comprometa a unicidade do discurso oficial católico... Nas partes conclusivas da carta o Cardeal Garrone discorre sobre o dito “núcleo fundamental” de verdades e deixa claro que tipo de filosofia se quer, qual é a dita “sã filosofia” e que tipo de filosofia se renega:

Este núcleo fundamental de verdades, que exclui qualquer relativismo historicístico e qualquer imanentismo materialístico ou idealístico, corresponde àquele conhecimento sólido e coerente do homem, do mundo e de Deus, do qual fala o Concílio Vaticano II (decreto *Optatam totius*, n. 15), o qual quer que o ensino filosófico nos seminários não trans cure as riquezas que o pensamento do passado nos transmitiu (...), mas esteja igualmente aberto para acolher as riquezas que o pensamento moderno continua a proporcionar (...). Neste sentido se justificam plenamente e permanecem válidas as recomendações da Igreja acerca da filosofia de Santo Tomás, na qual aqueles primeiros princípios de verdade natural são límpida e organicamente enunciados e harmonizados com a revelação, e na qual se encerra também aquele dinamismo inovador que, como atestam os biógrafos, caracterizava o ensino de Santo Tomás e deve hoje também caracterizar o ensino de quantos querem seguir as suas pegadas<sup>97</sup>, numa contínua e renovada síntese das conclusões recebidas da tradição com as novas conquistas do pensamento humano.<sup>98</sup>

Desta forma a Igreja busca definir o verdadeiro e o não verdadeiro, o que deve e o que não deve ser pensado e defendido pelo “bom seminarista”, pelo “bom padre”. Vê-se claramente neste e noutros exemplos o poder do discurso “para definir, coagir ou permitir; (...); para exercer hegemonia e organizar o consenso; para fazer, desfazer e refazer mundos vividos”.<sup>99</sup> O discurso tem o poder de fazer, desfazer e refazer sujeitos, não de forma total e completa, pois concordamos com Michel de Certeau quando este afirma que os “consumidores” não são passivos, “as astúcias de consumidores” formam

<sup>95</sup> Ibidem.

<sup>96</sup> Ibidem.

<sup>97</sup> A idéia defendida aqui refere-se ao **neotomismo**, corrente filosófica cristã que reafirma a doutrina cristã mas defende uma contemporização, um “aggiornamento” do Catolicismo. O cristão deve assumir a historicidade do mundo contemporâneo. Faz parte desta corrente, entre outros, Jacques Maritan.

<sup>98</sup> REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA. Editora Vozes: Petrópolis, RJ. Vol. XXXII. Junho de 1972, fasc. 126. p. 445-446.

<sup>99</sup> PORTER, Roy. ‘Introdução’. In: \_\_\_\_\_ & BURKE, Peter. (org.). **Linguagem, indivíduo, sociedade**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1993. p. 14.

uma rede de “antidisciplina”.<sup>100</sup> Na visão de Peter Burke “falar é uma forma de fazer, a língua é uma força ativa na sociedade, um meio pelo qual indivíduos e grupos controlam outros grupos ou resistem a esse controle, um meio para mudar a sociedade ou para impedir a mudança, para afirmar ou suprimir as identidades culturais”<sup>101</sup> (grifos meus). Podemos observar esta intenção do discurso em criar uma identidade, neste caso uma identidade de “mulherengos” para os padres que se desligaram da Igreja Católica, nas palavras proferidas pelo então Núncio Apostólico no Brasil, Dom Mozzoni, no dia 25 de março de 1972, por ocasião das festividades do bicentenário de criação da primeira paróquia de Porto Alegre e do jubileu de prata da ordenação episcopal de Dom Vicente Scherer, Cardeal de Porto Alegre. Na ocasião Dom Mozzoni “lamentou o fato dos sacerdotes não plenamente integrados por falta de amor a Cristo e à Igreja, cujas deserções em 90% dos casos se devem a ‘uma saia, maxi ou mini que seja’. Atacou violentamente conhecidos teólogos modernos, muitos dos quais antigos peritos conciliares de gabarito e de reconhecida competência e fidelidade à Igreja”.<sup>102</sup>

Duas conclusões principais podemos auferir dos casos relatados e analisados anteriormente: primeiramente a de que o Vaticano II promoveu uma alteração bastante evidente nos discursos da Igreja Católica em relação a uma série de temas, mas a prática destes discursos é mais lenta e demorada, até porque o “Concílio é renovador, não revolucionário”,<sup>103</sup> em segundo lugar podemos concluir que valores como autoridade, hierarquia e obediência continuam a ter papel preponderante na organização da Igreja e, portanto, devem ser bem trabalhados, principalmente, junto àqueles que irão exercer funções na estrutura hierárquica católica: os sacerdotes.

<sup>100</sup> CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

<sup>101</sup> BURKE, Peter. ‘A história social da linguagem’. In: \_\_\_\_\_. **A arte da conversação**. São Paulo: UNESP, 1995. p. 40-41.

<sup>102</sup> REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA. Editora Vozes: Petrópolis, RJ. Vol. XXXII. Junho de 1972, fasc. 126. p. 451.

<sup>103</sup> Entrevista com o **Pe. Paulo Bratti**, diretor espiritual em Azambuja, no ano de 1976. In. A ESPERANÇA. Ano XIV, nº 01, 1976. p. 14.

Em entrevista publicada na revista “A ESPERANÇA” do Seminário de Azambuja, Pe. Paulo Bratti, diretor espiritual do Seminário naquela época, afirma que “um problema que está preocupando seriamente o Santo Padre e outros eminentes homens da Igreja” é que “há muitos católicos que, em nome do Concílio, tudo criticam, tudo põem em dúvida e pregam doutrinas e teorias que são verdadeiras cripto-heresias”.<sup>104</sup> Assim sendo, discordâncias, contendas e situações de desobediência deveriam ser evitadas ou, ao menos controladas. Para tanto se faz necessário produzir um determinado tipo de seminarista/sacerdote obediente, habituado à hierarquia. É neste sentido que Pe. Paulo Bratti cita, ao final de sua entrevista, o papa Paulo VI quando este se refere ao que seria uma das funções importantes dos bispos pós-Concílio: “inculcar em todos o espírito de confiança e a inteira obediência aos sagrados pastores, garantia seguríssima de unidade”.<sup>105</sup> Esta será uma das preocupações constantes nos seminários, “local ideal para a formação de um ‘novo’ clero, cuja virtude maior será sempre a disciplina eclesiástica”.<sup>106</sup> No decreto do Concílio Vaticano II, *Optatam Totius*, sobre a formação sacerdotal, esta preocupação apresenta-se evidente quando afirma que “de tal modo se compenetrem os estudantes do Mistério da Igreja, exposto principalmente por este Santo Sínodo, que – unidos com amor humilde e filial ao vigário de Cristo e, depois de ordenados sacerdotes, ligados ao Bispo como fiéis cooperadores, realizando com os confrades uma atividade comum – dêem testemunho daquela unidade que atrai os homens a Cristo”.<sup>107</sup> Este mesmo documento defende ainda que “com particular solicitude sejam de tal modo formados na obediência sacerdotal, na vida de pobreza e no espírito de abnegação, que estejam prontos a renunciar às coisas desconvenientes,

---

<sup>104</sup> Ibidem.

<sup>105</sup> Ibidem. p. 15.

<sup>106</sup> COUTINHO, Sérgio Ricardo. Op. Cit. p. 101.

<sup>107</sup> **Optatam Totius: A Formação Sacerdotal.** Documentos Pontifícios, nº 160. Editora Vozes: Petrópolis, RJ. 1966. p. 11.

embora lícitas, e a se conformarem a Cristo Crucificado”.<sup>108</sup> A *"Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis"*, documento da Sagrada Congregação para a Educação Católica, que contém as diretrizes básicas da formação sacerdotal pós-Concílio Vaticano II, defende que os seminaristas devem se acostumar a renunciar à vontade própria<sup>109</sup> e que “devem prestar (...) obediência, plena e sincera, em humildade obséquio e piedade filial, sobretudo ao Sumo Pontífice, vigário de Cristo e ao próprio Bispo, no mesmo espírito, a fim de se tornarem pelo sacerdócio seus fiéis cooperadores, prestando um serviço comum com os demais Presbíteros, em espírito magnânime e generoso”.<sup>110</sup> No documento *Presbyterorum Ordinis* (Decreto do Concílio Vaticano II sobre o Ministério e a vida dos sacerdotes) aparecem com grande frequência expressões do tipo “comunhão hierárquica com a Ordem Episcopal”<sup>111</sup> e os sacerdotes são admoestados para que “adiram ao seu bispo com caridade e obediência sinceras”.<sup>112</sup> Mais uma vez podemos encontrar exemplos de ressonância destes discursos oficiais da Igreja nos discursos de alguns seminaristas, ou melhor, de alguns “bons seminaristas”. É o caso, por exemplo, do artigo “O orgulho”, publicado na revista “A ESPERANÇA” no ano de 1967. Neste artigo o seminarista autor afirma que

para contrabalançar-me, posso também fazer coisas que não me agradem. Obedecer logo, sem saber o porquê. Ora, isso farei por mim mesmo, visto que a humildade vive oculta. (...) Para sempre termos presente a humildade, convençamo-nos da verdade que nos deixou Emerson: ‘Todo homem que encontro é superior a mim em alguma coisa’. Assim apreciaremos a todos e seremos humildes<sup>113</sup> (sic).

---

<sup>108</sup> Ibidem.

<sup>109</sup> **Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis.** In REVISTA SEDOC. Maio de 1970. p. 1338.

<sup>110</sup> Ibidem. p. 1340.

<sup>111</sup> **Presbyterorum Ordinis: Decreto do Concílio Vaticano II sobre o ministério e a vida dos sacerdotes.** Edições Paulinas. 1965. p. 20.

<sup>112</sup> Ibidem. p. 23.

<sup>113</sup> **O orgulho.** Texto de Antônio P. Guessser, 2º ano clássico. A ESPERANÇA. Ano XIV, nº 01, 1967. p. 34.

## 1.2. Alguns discursos: a formação e orientação do clero

Numa comunicação publicada na REB de março de 1961, de autoria do Pe. Belchior Cornélio da Silva, C.M., com o título “Diretrizes da Santa Sé para os Seminários” (analisa os últimos anos da década de 1950 e início da década de 1960), encontramos a seguinte visão sobre a seleção dos candidatos ao seminário:

Não basta a seleção prévia, na primeira entrada dos alunos. A função selecionadora dos seminaristas por parte dos Mestres a que estão confiados deve prosseguir no decorrer dos estudos e especialmente por ocasião das Ordens, uma vez que a autoridade eclesiástica ‘tem a estrita obrigação de controlar a autenticidade do chamamento divino de todos e de cada um dos alunos (...)’. Nota a S. Congregação que ‘não faltam candidatos que são admitidos às Ordens Sacras sem terem verdadeira vocação..., os quais podiam bem ter sido notados já durante a própria vida nos Seminários.’ ‘Não raro se peca por um insuficiente exame dos candidatos e se mentem no Seminário elementos de escasso valor humano e sobrenatural’. (sic)<sup>114</sup>

Sabemos que não existem sujeitos prontos, previamente estabelecidos. Em entrevista concedida a Alessandro Fontana, publicada no jornal *Le monde* em julho de 1984, Foucault afirma não acreditar na existência de um “sujeito soberano”, ou numa “forma universal de sujeito que se poderia encontrar em qualquer lugar”. Segundo ele, “o sujeito se constitui através de práticas de sujeição, ou, de uma maneira mais autônoma, através das práticas de liberação, de liberdade, (...) a partir, é claro, de um certo número de regras, estilos, convenções, que se encontram no meio cultural”.<sup>115</sup> Assim, o discurso aqui constituído para identificar o que seja uma “autenticidade do chamamento divino de todos e de cada um dos alunos” é uma construção histórica, tendo em vista que esta “autenticidade” era diferente em muitos aspectos, por exemplo, na história da Igreja Católica no período antecedente à Reforma Religiosa, já que não havia, neste período, a instituição dos Seminários. O Magistério católico irá, portanto,

<sup>114</sup> REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA. Editora Vozes: Petrópolis, RJ. Vol. XXI. Março de 1961, fasc. 1. p. 118.

<sup>115</sup> FOUCAULT, Michel. **Sexo, poder e indivíduo: entrevistas selecionadas**. Op. Cit. p.49.

produzir um discurso em relação à formação do sujeito “seminarista”, do “ser seminarista”, do “bom seminarista”, do “bom padre”.

Na mesma comunicação citada anteriormente encontramos um item relacionado a “formação da obediência”, característica importante na formação do conceito de “bom seminarista”, de “bom padre” que deixa transparecer o projeto de “docilização dos corpos” quando neste documento se afirma que

A virtude da obediência é um dos fundamentos de toda formação que se deve dar aos alunos do Santuário. (...) Infelizmente, (...) nos Institutos de formação eclesial não é raro o caso – esta Sagrada Congregação viu-se na obrigação de intervir algumas vezes – de assistirmos a experiências que concedem demasiado à indiscriminada iniciativa do educando e, quase se esquecendo a condição da efêmera natureza humana, se tentam inaugurar, mais ou menos veladamente, os critérios da chamada ‘auto-educação’. Daí a importância do Regulamento e da disciplina nos Seminários, cujo verdadeiro sentido e finalidade a Carta da Sagrada Congregação oportunamente recorda.<sup>116</sup>

Sobre estas “experiências” nomeadas pelo documento como sendo “métodos de validade duvidosa”, “onda de naturalismos” faz-se uma crítica, afirmando-se que com estas “novas experiências” provocou-se

(...) uma sensível diminuição do elemento sobrenatural. Adota-se o ativismo, sob o rótulo de caridade, e se esquece a oração, a união íntima com Deus, o espírito de mortificação, a renúncia, o sacrifício, a humildade, a obediência, o amor ao recolhimento, a separação do mundo. Tal atitude superficial pode conduzir também àquilo que a Sagrada Congregação condena como ‘complexo do novo e do desconhecido’, próprio de quem prefere antes conceder o agradável a exigir o útil.<sup>117</sup>

Visão esta comungada pelo ex-reitor do Seminário de Azambuja entre os anos de 1947 a 1958 e posteriormente arcebispo de Florianópolis, D. Afonso Niehues. Em entrevista concedida a seminaristas e publicada na revista “A ESPERANÇA”, o arcebispo foi questionado com a seguinte pergunta: “E agora, como nosso arcebispo, perguntamos qual o conceito que V. Excia. tem do nosso e seu seminário, e particularmente como deseja que se formem os seus seminaristas?” (sic) A resposta de

<sup>116</sup> REB. Vol. XXI. Março de 1961, fasc. 1.p. 117.

<sup>117</sup> Ibidem. p. 119.



D. Afonso deixa entrever uma visão mais conservadora em relação às novidades advindas do Concílio no tocante à formação dos seminaristas.

O Seminário de Azambuja tem evoluído muito, fez bem em não se deixar arrastar por métodos revolucionários. Seu crescimento é contínuo e normal, sem a sensação das manchetes; a natureza do homem é a mesma de sempre, as circunstâncias sociais e culturais é que mudam; a formação metódica e constante no senso de responsabilidade será condição indispensável para que a Igreja possa contar com mais sacerdotes no futuro.<sup>118</sup>

Como é possível identificar, nos mais diversos documentos e discursos da Igreja Católica observa-se a constante citação de valores como obediência, espírito de mortificação, sacrifício, humildade... Estes são valores que devem estar presentes num candidato ao sacerdócio. O jovem possuidor destes valores será com certeza um “bom” seminarista. É interessante notarmos como alguns destes valores são assumidos por alguns seminaristas, como o discurso da Igreja é assumido e incorporado por alguns “jovens levitas”.<sup>119</sup> Se estes discursos significavam uma real e sincera aceitação ou se representavam o jogo simbólico do poder em que o seminarista assumia o discurso oficial para ser visto como o “bom seminarista”, para ter um bom relacionamento com seus superiores isto não vamos aqui julgar. Mas havia, sem dúvida, esta possibilidade. Reproduzimos a seguir um destes discursos, publicado na Revista “A Esperança”, em que o seminarista Policarpo Marcos, do 4º ano ginasial, fala sobre a importância do Concílio Vaticano II, sobre a unidade da Igreja Católica e sobre a importância da obediência e da humildade e as conseqüências nefastas para a Igreja Católica em virtude da falta das mesmas.

Uma das notícias mais esperadas para os católicos do século XX, é sem dúvida, a realização do Concílio Ecumênico Vaticano II. (...) As atenções do mundo para lá dirigirão. O inferno tremerá

<sup>118</sup> Entrevista com **D. Afonso Niehues**, então arcebispo de Florianópolis, no ano de 1967. In. A ESPERANÇA. Ano XIV, nº 01, 1967. p. 34.

<sup>119</sup> Expressão utilizada em muitos documentos da Igreja Católica para referir-se aos seminaristas ou candidatos ao sacerdócio.

de horror, temendo que a suspirada unidade da Igreja se realiza. (...) Miguel Cerulário, o Apóstata, o causador de todos estes descalabros medonhos, verá mais uma vez sua alma, cheia de remorsos, (...) precipitar-se no abismo infinito da desesperação (...). Não fiquéis admirados, se vos disser que todo drama de vários séculos a desenrolar-se no palco da humanidade, é fruto de uma soberba e desobediência desenfreadas. Por isso tinha razão Pio XII, de saudosa memória, ao responder ao seu confessor, o atual cardeal Agostinho Bem, que ‘temia mais os padres desobedientes do que o próprio comunismo’.<sup>120</sup>

Outro documento interessante para se observar momentos do processo de construção do “bom seminarista”, do “bom padre”, é uma “Carta Conciliar da Sagrada Congregação dos Seminários e Universidades aos Bispos, por ocasião do III Centenário da morte de S. Vicente de Paulo”, datada de 26 de setembro de 1960, onde se discute alguns problemas relacionados à formação eclesial. No que tange à escolha do vocacionado defende-se que o “Seminário tem de ser, com efeito, senão um lugar de seleção e de formação, no qual os Superiores são encarregados pela autoridade da Igreja de descobrir os que verdadeiramente são chamados por Deus”.<sup>121</sup> (grifos meus) Os superiores dos Seminários aparecem no documento como “educadores” e “juizes” dos seminaristas, ou ainda como continuadores da obra de Cristo, pois para “S. Vicente de Paulo, aqueles que têm o encargo de educar os alunos do Santuário, outra coisa não são do que o prolongamento histórico de Jesus na mais excelsa das missões sacerdotais”.<sup>122</sup> Neste sentido os formadores/sacerdotes agem e falam em nome de Cristo. Referindo-se a este tipo de discurso Bourdieu fala em “enunciado performativo” que “comporta uma pretensão manifesta de possuir este ou aquele poder, pretensão mais ou menos reconhecida e, portanto, mais ou menos sancionada socialmente”.<sup>123</sup> Ou ainda:

O verdadeiro princípio da magia dos enunciados performativos reside no mistério do ministério, isto é, na delegação ao cabo da qual um agente singular (rei, sacerdote, porta-voz) recebe o mandato para falar e agir em nome do grupo, assim constituído nele e por ele; tal princípio encontra-se mais precisamente, nas condições sociais da instituição do ministério que constitui o

<sup>120</sup> A ESPERANÇA. **A luz de Cristo para as trevas**. Texto de Policarpo Marcos, 4º ano ginásial. Edição Refeitório, 1961.

<sup>121</sup> REB. Vol. XXI.fasc. 1, Março de 1961. p. 194.

<sup>122</sup> Ibidem. p.198.

<sup>123</sup> BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas lingüísticas: O que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp. 1998. p. 62.

mandatário legítimo como sendo capaz de agir através das palavras sobre o mundo social pelo fato de instituí-lo enquanto médium entre o grupo e ele mesmo; isso ocorre, entre outras coisas, ao municiá-lo com signos e insígnias destinados a lembrar o fato de que ele não age em seu nome pessoa e de sua própria autoridade.<sup>124</sup>

Aos superiores dos seminários é dado todo o poder de decidir quem é ou não vocacionado, quem é ou não chamado por Deus para a missão sacerdotal, pois o reitor e os demais padres formadores “tem a estrita obrigação de controlar a autenticidade do chamamento divino de todos e de cada um dos alunos”.<sup>125</sup>

Neste processo de formação e construção do sujeito seminarista os jovens devem ser constantemente controlados pelas normas, tendo em vista que “nunca os jovens poderão chegar a dominar o instinto, se não antes de não faz aceitar o império da norma e não consegue torná-los sensíveis ao estímulo da sanção.”<sup>126</sup> Dirigindo-se aos formadores o documento<sup>127</sup> exorta: “Devem os clérigos ter a peito a disciplina do Seminário, a observância da regra, mesmo nos seus mais pequenos pormenores. Os Superiores são necessários; é preciso que os seus olhos vigiem sobre vós”.<sup>128</sup> Para o sucesso da disciplina é necessário, portanto, o cuidado com os “mais pequenos pormenores”, semelhantemente à chamada “pedagogia do detalhe” atribuída a Juan Bautista de La Salle, criador das “escolas de caridade” ou “escolas para pobres”. Pedagogia de sala de aula “na qual cada pequena ação, cada assunto, por insignificante que parecesse, submetia-se à regulamentação, à atenção e a influência do docente”,<sup>129</sup> mas que também podia ser transposta para as demais atividades cotidianas.

---

<sup>124</sup> Ibidem. p. 63.

<sup>125</sup> REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA. Editora Vozes: Petrópolis, RJ. Vol. XXI. Março de 1961, fasc. 1. p. 118.

<sup>126</sup> Ibidem. p. 200.

<sup>127</sup> A já citada “Carta Conciliar da Sagrada Congregação dos Seminários e Universidades aos Bispos, por ocasião do III Centenário da morte de S. Vicente de Paulo”, datada de 26 de setembro de 1960.

<sup>128</sup> REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA. Editora Vozes: Petrópolis, RJ. Vol. XXI. Março de 1961, fasc. 1. p. 201.

<sup>129</sup> DUSSEL, Inés; CARUSO, Marcelo. Op. Cit. p. 86.

Na busca do “verdadeiro” seminarista o superior deve, segundo o documento, “chegar ao conhecimento da personalidade completa do sujeito”.<sup>130</sup> “O aluno deve, portanto, ser examinado a fundo, quer na sua personalidade, quer nas múltiplas manifestações desta, sobretudo na variadíssima gama da esfera psíquica e emotiva”.<sup>131</sup> Que mecanismos serão utilizados pelos formadores para se obter o conhecimento da “personalidade completa do sujeito” seminarista? A resposta a esta pergunta será dada no capítulo terceiro, aguardemos um pouco. Vamos agora tentar entender um pouco o contexto social e político do Brasil e de Santa Catarina das décadas de 1960 a 1980.

## **2. A Ditadura Militar e a Igreja Católica no Brasil**

Referindo-se ao papel legitimador da religião Habermas afirma que a “religião (...) possui maior eficácia legitimadora das estruturas políticas por sua penetração simultânea nas culturas popular e erudita, ou seja, desempenha função ideológica satisfatória em níveis bem distintos de consciência moral a partir do mesmo conjunto de afirmações e promessas”.<sup>132</sup> Com base nesta afirmação é possível imaginarmos a importância da religião na construção da sociedade humana e seu poder de construir e destruir realidades. Já afirmamos noutro momento que as instituições sociais, como a Igreja, são ao mesmo tempo produtos e produtoras da realidade que as cercam. Nos próximos parágrafos buscaremos demonstrar algumas relações estabelecidas entre a Igreja Católica brasileira e catarinense e o governo militar instalado no Brasil com o golpe de 1964. Relações estas que ora visavam preservar uma dada realidade das coisas

---

<sup>130</sup> Ibidem. p. 195.

<sup>131</sup> Ibidem.

<sup>132</sup> ARAÚJO, Luiz Bernardo Leite. **Religião e modernidade em Habermas**. São Paulo: Loyola, 1996. p. 56.

e ora buscavam desestruturar a realidade atual para a construção de outra realidade considerada melhor.

Separada oficialmente do Estado brasileiro com a Constituição republicana de 1891, a Igreja Católica brasileira não irá, no entanto, afastar-se de fato do Estado. “É fato que, onde quer que o Estado liberal chegou ao poder, a Santa Sé procurou tirar

**Figura 1** – Carta agradecendo a ajuda Financeira do Sr. Governador Antônio Carlos Konder Reis ao Seminário de Azambuja. 1978.

Exmo. Sr.  
Dr. Antônio Carlos Konder Reis  
DD. Governador de Santa Catarina  
FLORIANÓPOLIS

Seminário de Azambuja, 28 de outubro de 1978

Exmo. Sr. Governador do Estado:

Após tantas vezes testemunhar sua bondade em relação ao nosso Seminário, pois já foram muitos os pedidos e muitas as respostas afirmativas, Queira V. Excia. aceitar os mais sinceros agradecimentos deste que lhe escreve, dos sacerdotes residentes e dos seminaristas de nosso Estabelecimento de formação sacerdotal, que já tantos sacerdotes oferecerá à Igreja de Deus que se encontra neste Estado.

Venho mais uma vez solicitar-lhe um auxílio para fazer frente às despesas de renovação da Biblioteca e de todo o equipamento didático desta Casa de ensino, num montante de R\$ 50.000,00, o que será de suma valia para o que temos em vista para o início do novo ano acadêmico.

Em nome próprio reitero a gentileza e que assisti por ocasião de nossa "Campanha das Camisetas", quando de sua parte nenhuma resposta negativa temos recebido. Além de nosso apoio, quase nada temos e lhe oferecer como agradecimento, e não ser com fervidas orações para que o Senhor Deus o ilumine e lhe retribua todo o bem que realize em prol de nosso Estado, num Governo marcado pela correção, justiça e progresso.

Senhor Governador, mais uma vez o nosso agradecimento, extensivo ao Sr. Dep. Nelson Morro, nosso grande amigo e que desejamos ver elevado à Câmara Federal, justa recompensa pelo seu talento e descortino político.

Agradecido

Pe. José Artulino Besen - Assist.

Fonte: Arquivo D. Jaime de Barros Câmara, Seminário de Azambuja, Brusque – Santa Catarina.

proveito das liberdades constitucionais e incentivou as hierarquias nacionais a darem o máximo de si para promover os objetivos da Igreja, não obstante a ideologia do

Estado”.<sup>133</sup> A união, agora não oficial, entre Igreja e Estado brasileiro se dará, por exemplo, durante a Era Vargas, processo este capitaneado pelo Cardeal Leme. Tanto é verdade que na Constituição de 1934 a Igreja consegue obter importantes conquistas que irão, ao mesmo tempo fortalecê-la e torná-la mais íntima do Estado, a saber: o reconhecimento do casamento religioso pela lei civil, a proibição do divórcio, a possibilidade da educação religiosa católica nas escolas públicas e a possibilidade de o Estado financiar escolas da Igreja, seminários e outras instituições ligadas à Igreja e reconhecidas como de “interesse coletivo”.<sup>134</sup> O Estado de fato irá contribuir financeiramente com a Igreja, muitas vezes liberando verbas para escolas católicas e seminários. O Seminário de Azambuja, por exemplo, em vários momentos de sua história pode contar com esta ajuda financeira estatal (*figura 1*).

A Igreja necessitava do Estado para garantir seus interesses e o Estado, por sua vez, necessitava também da Igreja para “dominar as camadas subalternas, principalmente o campesinato”,<sup>135</sup> segundo Bruno Pucci. Desta forma a Igreja católica brasileira se “tornou muito dependente do Estado, desenvolveu seu sistema escolar junto às elites e através das escolas públicas levou avante seu proselitismo junto aos setores médios e às classes trabalhadoras. E com o Estado compartilhou do ódio ao comunismo”.<sup>136</sup> À morte do Cardeal Leme sucede um período de crise “da liderança da Igreja em termos de seus quadros e organização”, na visão de Bruno Pucci. Na tentativa de superação desta crise desenvolvem-se duas forças distintas: de um lado, mais “conservadora”, as forças lideradas por Alceu Amoroso Lima que irão culminar na criação do Partido Democrático Cristão; de outro lado, forças mais “progressistas”, lideradas por D. Hélder Câmara que irá liderar a criação da CNBB (Conferência

---

<sup>133</sup> PUCCI, Bruno. **A nova práxis educacional da Igreja (1968-1979)**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984. p. 36.

<sup>134</sup> Ibidem. p. 36-37.

<sup>135</sup> Ibidem. p. 37.

<sup>136</sup> Ibidem.

Nacional dos Bispos do Brasil). Com D. Hélder “o setor progressista da hierarquia brasileira se fez mais presente, com uma destacada perda de influência da direita católica. Para isso, contribuiu muito a presença e o apoio da D. Armando Lombardi, núncio apostólico no Brasil de 1954 a 1964”. Pucci afirma ainda que “durante o mandato de D. Lombardi, nenhum conservador foi nomeado bispo”.<sup>137</sup> Diante desta “esquerdização” do comando da Igreja brasileira e do avanço da esquerda política no Brasil a hierarquia “conservadora” da Igreja Católica brasileira irá novamente compor-se com o Estado. Em relação a este contexto político em ebulição na década de 1960, não se constitui novidade histórica o fato de que houve conluio, apoio por parte de uma parcela da Igreja Católica brasileira ao Golpe de 64, principalmente por parte dos integrantes do grupo que muitos estudiosos chamam de “conservadores” e que, a partir do final da década de 1970 e início de 1980 irá se reorganizar com o projeto da “Nova Evangelização”. Scott Mainwaring em sua obra *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)* transcreve a declaração oficial da ala “conservadora” da CNBB a respeito do Golpe:

Atendendo à geral e angustiosa expectativa do Povo Brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do poder, as Forças Armadas acudiram em tempo, e evitaram se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa Terra (...) Ao rendermos graças a Deus, que atendeu as orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação.<sup>138</sup>

Na visão de alguns estudiosos do tema, o apoio da Igreja Católica do Brasil ao Golpe de 64 deve-se, entre outros motivos, ao fato de que

naqueles finais dos anos de 1950 e início de 1960, a Igreja Católica, em âmbito mundial, ainda se fundamentava em um projeto político-doutrinário cujo fundamento era a rejeição ao mundo moderno, em todas as suas manifestações, e no âmbito estritamente político, pela condenação,

---

<sup>137</sup> Ibidem. p. 38.

<sup>138</sup> KASPARY, Alceu. **O discurso católico em Santa Catarina no período de 1960-64 e sua relação com a legitimação do golpe de Estado**. Florianópolis: Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, 2002. Dissertação (Mestrado). p. 160.

tanto da liberal democracia, quanto do comunismo. (...) Para a hierarquia católica brasileira e para os seus mais argutos intelectuais, a cena brasileira estaria, no início dos anos de 1960, dominada justamente por essas duas posições indesejáveis: de um lado, a ganância irrefreável das oligarquias, particularmente os segmentos ligados à agricultura, e de outro, a anarquia liderada pelos sindicatos urbanos e pelas Ligas Camponesas, todos eles eivados de comunismo, sob o beneplácito de João Goulart.<sup>139</sup>

Quando falamos do apoio da Igreja Católica ao golpe de 31 de março, como já foi afirmado anteriormente, não se quer, obviamente, afirmar que não houvesse divergências dentro da própria Igreja Católica em relação ao governo militar que se instala. Alguns poderiam objetar afirmando que na verdade existem “Igrejas” e não Igreja Católica, uma vez que existem no seio da instituição “Igreja Católica” inúmeras discordâncias em relação a inúmeras questões. Reafirmamos aqui a idéia já expressa anteriormente de que a Igreja Católica, assim como outras instituições, é dinâmica, em seu interior constantemente entram em choque diferentes projetos de Igreja. Esta é a própria dinâmica e natureza das instituições sociais, este caráter dialético permite as mudanças no interior das instituições. Um caso que exemplifica estas divergências é o episódio que ocorre entre D. Jaime de Barros Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro (sucessor do Cardeal Leme e que havia sido também o primeiro reitor do Seminário de Azambuja), e D. Hélder Câmara, bispo auxiliar do Rio de Janeiro. “Ao retornar da segunda sessão do Concílio Vaticano II, D. Hélder Câmara será chamado a ter uma conversa com o seu superior na arquidiocese do Rio de Janeiro. D. Jaime de Barros Câmara pede para que o seu auxiliar leia o texto dos Atos dos Apóstolos, em que Paulo e Barnabé, por divergências pastorais, resolvem se separar e seguir caminhos diversos”.<sup>140</sup> Depois da conversa D. Jaime avisa que já havia pedido a Santa Sé para que transferisse D. Hélder para a Arquidiocese de São Luis do Maranhão. No entanto o falecimento inesperado do Arcebispo de Olinda faz com que D. Hélder seja transferido

---

<sup>139</sup> AMORIM, Carlos Roberto Cunha. **A igreja do diabo: catolicismo brasileiro no golpe militar de 1964**. Franca, São Paulo: Ribeirão Gráfica e Editora, 2004. p.21.

<sup>140</sup> Ibidem. p. 46.



para esta arquidiocese. No Rio de Janeiro, D. Jaime organiza a vinda de um padre estadunidense chamado Patrick Peyton que instituirá no Brasil a Cruzada pelo Rosário em Família. A Cruzada cresceu rapidamente por todo o Brasil e passou a fazer um forte

**Figura 2** - Grupo de senhoras a caminho da Marcha da Vitória, no Rio de Janeiro, organizada pela Campanha da Mulher pela Democracia, a Camde. Algumas empunham rosários, símbolo católico transformado em arma de luta contra o comunismo.



**Fonte** - Arquivo/Agência o Globo – in: Revista Nossa HISTÓRIA, ano I, nº 5, março de 2004. p. 41

discurso contra o perigo comunista, tornando-se uma organização aglutinadora para mobilização da classe média das cidades contra o governo de Jango.<sup>141</sup> No comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, João Goulart fez menção aos “rosários da fé” que se levantavam contra o povo: “Não podem ser levantados os rosários da fé contra o povo, que tem fé numa justiça social mais humana e na dignidade das suas esperanças. Os rosários não podem ser erguidos contra aqueles que reclamam a discriminação da propriedade da terra, hoje ainda em mãos de tão poucos, de tão pequena minoria”.<sup>142</sup> Em resposta ao comício da Central do Brasil as mulheres de classe

<sup>141</sup> Ibidem.

<sup>142</sup> FICO, Carlos & PRESOT, Aline Alves. Com o rosário na mão. Revista **Nossa HISTÓRIA**, Rio de Janeiro, ano I, nº 05, março de 2004. p. 40.

média, organizadas em entidades como a Campanha da Mulher pela Democracia (Cmade), a Liga da Mulher Democrata (Limde), a Cruzada pelo Rosário (*figura 2*), patrocinadas pelo IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e pelo IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), mobilizaram passeatas em São Paulo e no Rio de Janeiro, reunindo mais de 500 mil pessoas. O discurso proferido pelo padre e também senador pela UDN de São Paulo, Benedito Mário Calasans deixa claro os objetivos do movimento:

Hoje é o dia de São José, padroeiro da família, o nosso padroeiro. Fidel é padroeiro de Brizola. É o padroeiro dos comunistas. Nós somos o povo. Não somos do comício da Guanabara. Aqui estão mais de 500 mil pessoas para dizer ao presidente da República que o Brasil quer a democracia e não o tiranismo vermelho. Aqui está a resposta ao plebiscito da Guanabara: não! não! e não!<sup>143</sup>

Em Santa Catarina a situação não era muito diferente. A instabilidade social e política da década de 1960

começava a preocupar os setores conservadores do clero, principalmente aqueles ligados ao espírito de romanização. Com um governo à mercê das organizações democráticas e das pressões sociais da Igreja romanizada – hegemônica em Santa Catarina – entra em pânico e passa a fomentar um espírito apocalíptico, difundindo assim, em torno de uma série de mitos, um discurso condenatório da modernização que se processava no Estado, denunciando a emergência de inimigos da Igreja e da humanidade em todos os setores da sociedade.<sup>144</sup>

Segundo Kaspary a Cúria Metropolitana de Florianópolis apoiou o Golpe de 64, tanto é que divulgou nota no jornal *O Estado* pedindo as benções divinas para o êxito do movimento golpista.<sup>145</sup> A Arquidiocese de Florianópolis também apoiou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade:

Devidamente autorizado, e com todo o aprazimento, faço ardoroso apelo a todas as associações e entidades católicas da Arquidiocese, bem como a todos quantos professem sentimentos cristãos,

<sup>143</sup> Ibidem. p. 42.

<sup>144</sup> KASPARY, Alceu. **O discurso católico em Santa Catarina no período de 1960-64 e sua relação com a legitimação do golpe de Estado**. Florianópolis: Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, 2002. Dissertação (Mestrado). p. 25.

<sup>145</sup> Ibidem. p. 141.

a associarem-se incondicionalmente e sem reservas à MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE promovida pela Exma. Senhora D. Edith Gama Ramos; marcha que, por motivos públicos e notórios, só pode merecer, como de fato merece, todo o apoio moral e benção da Autoridade Metropolitana.<sup>146</sup>

A Cruzada pelo Rosário em Família será incentivada pelo então governador de São Paulo, Adhemar de Barros, em correspondência endereçada a D. Joaquim Domingues de Oliveira. Adhemar pede para que os “milagrosos rosários” também sejam levantados na Arquidiocese de Florianópolis. D. Joaquim responde que tomará as devidas providências para que isto aconteça.<sup>147</sup> O mesmo D. Joaquim, ao agradecer as autoridades civis e militares pelo sucesso do golpe, refere-se aos episódios do golpe como “acontecimentos democráticos e cristãos”.<sup>148</sup> Este apoio por parte da Cúria Metropolitana de Florianópolis ao Golpe de 1964 é refletido também no apoio expresso por um seminarista em artigo publicado na revista do Seminário de Azambuja, “A Esperança”, com o título “Por que chorar ó brasileiros?”. Neste artigo o seminarista glorifica o Golpe como uma benção, pois “estávamos prestes a ser lançados no abismo. No entanto, mão poderosa nos afastou com bondade, sendo a maioria inocente de tamanha queda”.<sup>149</sup> E continua afirmando que o temido comunismo estava vencido, “pois antes éramos a ser vítimas de um depravado regime. Agora seremos mais livres, mais democráticos”.<sup>150</sup> A Igreja estava salva! Então “por que chorar, se há missas nas praças e nas grandes catedrais, e nas capelas do sertão? Afastados de tão grande inimigo, o comunismo, jamais cessará a celebração do Santo Sacrifício, em memória de nossa Redenção”.<sup>151</sup> Termina seu artigo questionando mais uma vez: “Por que chorar?

---

<sup>146</sup> HOBOLD, Mons. Frederico. Cúria Metropolitana. **O Estado**. Florianópolis, 1 de abril de 1964, p. 1. In.: KASPARY, Alceu. Op. Cit., p. 143.

<sup>147</sup> KASPARY, Alceu. Ibidem. p. 143-144.

<sup>148</sup> Ibidem. p. 144.

<sup>149</sup> **Por que chorar ó brasileiros**. Nildo Dubiela, seminarista do 2º ano colegial. Revista “A ESPERANÇA”, ano 11, nº 2, 1964. p. 26.

<sup>150</sup> Ibidem.

<sup>151</sup> Ibidem.

Não, a nuvem passou. Podemos sorrir”.<sup>152</sup> Observa-se neste artigo do então seminarista Nildo Dubiela a reprodução do discurso oficial, tanto da CNBB quanto da Cúria Metropolitana de Florianópolis como também dos superiores do Seminário de Azambuja, uma vez que o artigo foi publicado na revista “A Esperança” e, como já vimos, as publicações da revista passavam pela supervisão de algum padre do Seminário. Além do mais podemos identificar este discurso anti-comunista já presente em artigos da revista “A ESPERANÇA” antes mesmo do Golpe de 1964. Na revista nº 02 de 1960 o comunismo é identificado como uma “doutrina diabólica”: “Em 1917, o govêrno da Rússia caíra nas mãos dos comunistas. (...) Suas intenções sempre foram alastrar por tôda a terra esta diabólica doutrina” (sic).<sup>153</sup> Em outro artigo, agora do ano de 1961, do seminarista Gervásio Nascimento, fala-se em proteger o Brasil do mal, mal este personificado no comunismo. “Se algum dia, porém, a onda comunista, tentar submergir no lôdo da corrupção a nação brasileira, que haja apóstolos da boa imprensa e do bom programa de rádio; que lutem pela defesa do bem e pela repugnância do mal. Lutem sim para que na humanidade cintile uma luz, lucile uma aurora e palpите um amor” (sic).<sup>154</sup>

O que então teria unido Igreja Católica brasileira e militares? Pelas posições defendidas pela Igreja através dos documentos anteriormente citados podemos concluir que, entre outras razões, o medo do comunismo. Visão esta corroborada por Márcio Moreira Alves, pois Igreja Católica e militares uniam-se no ataque ao comunismo, na oposição a qualquer tipo de experiência socialista e na defesa da harmonia entre as classes, da cooperação entre as partes integrantes do corpo social como ideal de

---

<sup>152</sup> Ibidem.

<sup>153</sup> **O Comunismo**. Vicente Decker, aluno do 2º ano clássico. A ESPERANÇA, ano VII, nº 02, 1960. p. 02.

<sup>154</sup> **O rádio e a imprensa na vida moderna**. Gervásio Nascimento. In. A ESPERANÇA, Edição Refeitório, 1961.

sociedade.<sup>155</sup> Esta foi a opção política escolhida pela Igreja Católica naquele momento, mesmo sabendo que, entre os aliados, havia “os interesseiros, os reacionários, os desonestos”.<sup>156</sup> No entanto havia um mal maior a ser combatido: o comunismo.

Segundo Enrique Dussel a Igreja Católica latino-americana, diante do Estado populista e da modernização do capitalismo dependente continental (período compreendido entre as décadas de 1930 e início de 1960), adotou algumas linhas de ação para responder a esta realidade e para ganhar/manter seu espaço como, por exemplo, a Ação Católica, os grandes Congresso de massas, como os Congressos Eucarísticos (estes encontros, ao reunirem milhares de cristãos, serviam para impressionar os governos populistas e mostrar a força e o poder da Igreja Católica sobre as massas), e a Ação Social, principalmente no setor trabalhista, com característica paternalista e o anticomunismo. Este anticomunismo será mais ou menos intenso na proporção em que o comunismo se mostrar mais intenso e militante em cada região latino-americana. Assim, quanto mais militante for o comunismo mais estreita será a aliança da Igreja Católica com as classes dominantes.<sup>157</sup> No Brasil, como vimos, o anticomunismo resultou no apoio da ala “conservadora” ao golpe militar de 1964. No entanto, a realização do Concílio Vaticano II, a partir de 1962, colocará a Igreja Católica brasileira diante de uma situação paradoxal: o Vaticano II, em seu discurso, propunha abertura, diálogo, fortalecimento do colegiado na Igreja (democratização) e a realidade política brasileira a partir do fatídico 31 de março de 1964 passa a ser um regime de exceção, uma ditadura em que valores como democracia, diálogo e abertura serão jogados no lixo. A CNBB, criada por D. Hélder Câmara e comandada, até 1964, por bispos “progressistas” é tomada pelos “conservadores” na Assembléia de 1964,

<sup>155</sup> ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 44. In. KASPARY, Alceu. Op. Cit., p. 149.

<sup>156</sup> AGORA É NECESSÁRIO CONSTRUIR. **Correio Sulino**. Tubarão, 4 de abril de 1964, p. 1. In. KASPARY, Alceu. Op. Cit., p. 146.

<sup>157</sup> DUSSEL, Enrique. Op. Cit. p. 14-17.

realizada em Roma durante o Concílio Vaticano II. Nesta ocasião o cardeal Agnelo Rossi é eleito presidente e D. Brandão Vilela vice-presidente. Esta situação só será revertida quando em 1968, nas eleições da CNBB, D. Aloísio Lorscheider é eleito secretário geral. A partir de então a Igreja Católica brasileira irá assumir um papel de liderança na América Latina, substituindo a chilena, mostrando “o caminho e o modelo de ação cristã (...) no final do século XX”.<sup>158</sup> A “Igreja mais próxima do povo”, representada por figuras como D. Hélder Câmara<sup>159</sup>, D. Aloísio Lorscheider e D. Ivo Lorscheider, buscará pôr em prática a definição de “Igreja Povo de Deus” dada pelo Vaticano II. Em 1973 os bispos do Nordeste publicam o documento “Ouvi o clamor do meu povo” onde afirmam de forma veemente: “Somente ele, o povo dos sertões e das cidades na união e no trabalho, na fé e na esperança, pode ser essa Igreja de Cristo que convida, essa Igreja que trabalha pela libertação. E é somente na medida em que entramos nas águas do evangelho que nos tornamos Igreja, Igreja-povo, Povo de Deus”.<sup>160</sup> A este período, final da década de 1970 e início de 1980, corresponde uma intensificação da oposição da Igreja Católica ao Regime Militar e às suas consequências. Às vezes oposição aberta e frontal, outras vezes dissimulada e mais tangencial.

---

<sup>158</sup> Idem. p. 52-54.

<sup>159</sup> Uma obra interessante de ser ler para conhecer um pouco da vida deste personagem da Igreja Católica e sua influência na mesma é: **Helder, o Dom - Uma vida que marcou os rumos da Igreja no Brasil**, Zildo ROCHA (org.), Vozes, Petrópolis, 1999.

<sup>160</sup> *Brasil: milagro - engaño?* CEP, Lima, 1973, p. 110. In. DUSSEL, Enrique. Op. Cit. p. 78.

## CAPÍTULO II

“AD QUID VENISTI?”<sup>1</sup>

### DISCURSOS SOBRE O SUJEITO QUE SE QUER

**Figura 3** - Foto do dia da inauguração do atual prédio do Seminário de Azambuja, aos 7 de setembro de 1964.



**Fonte:** Arquivo D. Jaime de Barros Câmara, Seminário de Azambuja, Brusque – Santa Catarina.

*“Quem não aprende a dobrar a cabeça, a vontade, jamais será um bom padre”.*<sup>2</sup>

Quem é vocacionado, então? Quais os critérios para a seleção dos seminaristas? O que dizem os documentos da Igreja, do Seminário a respeito do

<sup>1</sup> Questionamento que, segundo a tradição, era feito pelos superiores aos noviços que ingressavam num mosteiro.

<sup>2</sup> Esta era uma afirmação constante do Pe. Bernardo Peters, segundo reitor do Seminário de Azambuja (1936-1946), aos seminaristas. In. BESEN, José Artulino. **Seminário de Azambuja: 1927-2002**. Op. Cit. p. 45.

ingresso de jovens nesta instituição? Quem decide se o candidato ao sacerdócio é ou não vocacionado? Na seleção há distinção entre jovens de origem popular ou de origem “aristocrática”? Estas são questões importantes que devemos responder para entendermos todo o processo de confecção do sujeito “seminarista”, ou melhor, do “bom seminarista”. Vimos anteriormente algumas orientações conciliares sobre a educação e a formação dos seminaristas que buscam responder a estes questionamentos. Vejamos agora como este discurso se propagou no vale de Azambuja e como ele se traduziu em práticas de controle e construção do “bom” seminarista.

Este sujeito, o “bom seminarista”, não é um sujeito pré-existente, que sempre existiu na eternidade do tempo. Já afirmamos anteriormente que a figura do “seminarista” surge apenas com o Concílio de Trento (1545-1563), já que é a partir deste que se criam os seminários, dando início a todo um processo de formação intelectual, moral e hierárquica destinado a confeccionar o “bom” seminarista e, conseqüentemente, o “bom” padre. Portanto, ao longo destes mais de 400 anos construíram-se diferentes definições do que seja o “bom seminarista”. Ao longo desta história recente a Igreja Católica criou, manufaturou diferentes “tipos ideais” de seminaristas. Nosso objetivo central é entender como se deu este processo no Seminário de Azambuja entre as décadas de 1960 e início de 1980, seminário este responsável pela formação dos padres seculares da Arquidiocese de Florianópolis a partir de 1927, ano de fundação do Seminário de Azambuja. No entanto, é extremamente importante compreender o Seminário de Azambuja numa dinâmica de transformações. Para isto retornemos mais uma vez no tempo para que possamos fazer um breve retrospecto deste processo de transformações e acomodações desde a criação do Seminário de Azambuja até o início da década de 1980.



## 1. “Fortiter in re, suaviter in modo”<sup>3</sup>: nos tempos da *Ratio Studiorum*

*“Este Seminário desde a sua fundação em 1927 se regia por um corpo de normas bastante rígidas e convencionais. Em princípio adotou-se a linha de formação dos Padres Jesuítas, dos quais Dom Jaime, o primeiro reitor, era admirador incondicional”.*<sup>4</sup>

Voltemos então ao Vale de Azambuja. Estamos nas primeiras décadas do século XX. Dom Joaquim Domingues de Oliveira, nomeado bispo de Florianópolis em 2 de abril de 1914, visita Azambuja em 1915. Conta-nos o Pe. José Artulino Besen<sup>5</sup> que D. Joaquim estava a elogiar as obras de Azambuja, em especial o novo hospital,

**Figura 4** - Azambuja em 1927. O prédio maior, que se destaca do conjunto, é o prédio em que funcionava o Hospital Episcopal de Azambuja e no qual também irá funcionar o Seminário de Azambuja, no 2º e 3º piso, a partir de 1927.



**Fonte:** Arquivo D. Jaime de Barros Câmara, Seminário de Azambuja, Brusque – Santa Catarina.

inaugurado em 1911, quando “num lampejo de previsão do futuro” teria dito que faltava uma coisa na fachada do belo edifício do hospital: a inscrição “Seminário Diocesano”.

<sup>3</sup> “Agir com firmeza e com suavidade”. Lema da *Ratio Studiorum*, dos Jesuítas, de autoria de Cláudio Aquaviva. In BUSARELLO, Raulino. **Máximas latinas: para o seu dia-a-dia: repertório de citações, provérbios, sentenças e adágios: tematizados e traduzidos**. Florianópolis: Ed. do autor, 1998. p. 154.

<sup>4</sup> **Diário do Reitor**. Tombo II. 1970-1987.

<sup>5</sup> BESEN, José Artulino. **Azambuja – 100 anos**. Azambuja, Brusque, 1977. p. 77-78.

Isto realmente virá a acontecer. Depois de curta temporada em Florianópolis o Seminário Diocesano será transferido para Brusque. Passará a funcionar no prédio do Hospital Episcopal de Azambuja, como previra D. Joaquim, ao lado do qual havia um hospício. O novo prédio do Hospital Episcopal de Azambuja possuía “estilo acentuadamente românico, com as paredes sem reboco. Foram edificados apenas 2/3 da planta, devido às grandes despesas. No pavimento térreo temos a sala de recepção, consultório e sala de operações, farmácia e diversos quartos reservados; nos pavimentos superiores, enfermarias e dormitórios, havendo salas e quartos de diversas dimensões”<sup>6</sup> (figura 4). É justamente nos pavimentos superiores, 2º e 3º andar, que será abrigado o Seminário de Azambuja. Os primeiros seminaristas chegam na madrugada de 20 de abril de 1927.<sup>7</sup> “Às 11<sup>1/2</sup> da noite chegamos, enfim, a Azambuja, onde já ninguém nos esperava e todos dormiam”<sup>8</sup> (sic), nos relata o primeiro reitor, o Pe. Jaime de Barros Câmara, em seu diário. Os nomes dos primeiros candidatos para o Seminário serão

**Figura 5 - Pe. Jaime de Barros Câmara, reitor entre 1927-1935.**



**Fonte:**

[www.azambuja.org.br](http://www.azambuja.org.br)

apresentados ao futuro reitor, Pe. Jaime, já no dia 11 de fevereiro de 1927, data em que D. Joaquim anuncia a criação do Seminário Diocesano, no último dia do retiro do clero secular da Diocese.

No fim do almoço, o Pe. Jayme Camara era procurado pelos RR. Parochos, Monsenhor Frederico Trombrock, Pe. Miguel Ciacca, P. Ludovico Coccolo, P. Nicolau Gesing, Pe. José Locks e pelo Clerigo Clemente Brüning que apresentaram os nomes dos candidatos Affonso Niehues, Hildebrando Coral, Albino Coral, Antonio Billo, Frederico Niehues, Osvaldo de Bem, Nelson Moreira Netto, Jocelyn Vieira, Walmor Castro e Huberto Brüning, aos quaes o P. Jayme Camara acrescentou de sua parochia os nomes de Wilson Schmidt e Francisco Camara (este vindo de Jaguaruna ha tempo).<sup>9</sup> (sic)

<sup>6</sup> Ibidem. p. 76.

<sup>7</sup> BESEN, José Artulino. **Seminário de Azambuja: 1927-2002**. Op. Cit. p. 18.

<sup>8</sup> Ibidem. p. 95.

<sup>9</sup> Ibidem. p. 75.

Eram considerados “indícios” de vocação ao sacerdócio, segundo o Regulamento Interno do Seminário de Azambuja datado de 11 de fevereiro de 1937, as seguintes características:

**Figura 6 -** Atestado de boa conduta exigido para o ingresso no Seminário de Azambuja, 1927.

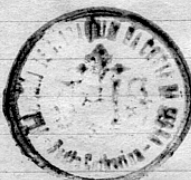
*Atestado do vigário* 1929  
*De S. Joaquim sobre a entrada do moço*  
*Altamiro, filho legítimo de*  
*Gregorio Pereira da Cruz e Maria Borges da Cunha,*  
*no Seminário menor de Azambuja,*  
*Nossa Senhora de Lourdes, Archidiocese de*  
*Florianopolis.*  
*Altamiro Cruz*

6 Moço era por annos sacristão na  
 da matriz, fez bem o seu serviço e desinteressado  
 sadamente, tem agora quatorze annos, creio  
 na sincera vontade do candidato a seguir  
 o estado sacerdotal; elle mostrou até hoje  
 boa conduta e tem talento sufficiente  
 para os estudos; a familia delle é religi-  
 osa e seria.

Paróquia de S. Joaquim  
 Da Costa da Serra em  
 S. Catharina

Aos 8 de fevereiro de 1929

o vig. P. Ernesto Schulz.



**Fonte:** Arquivo D. Jaime de Barros Câmara, Seminário de Azambuja, Brusque – Santa Catarina.

- a) inclinação, embora vaga e genérica, para o estado eclesiástico;
- b) amor da virtude, as cousas de Deus, ou atinentes ao sacerdócio, etc.;
- c) respeito, em geral, à autoridade legítima; e mais explicitamente:
- d) a ‘piedade’, a modéstia, castidade, a propensão para as funções do culto, proveito nos estudos, como nos bons costumes”<sup>10</sup> (sic).

Mais adiante, no art. 2 do Capítulo I, o Regulamento deixava bem claro que tipo de jovem poderia adentrar os umbrais do Seminário de Azambuja:

Art. 2. – No Seminário Menor Metropolitano não serão admitidos senão os filhos legítimos, cuja boa índole e sincera vontade dêem esperança de que trabalharão um dia com fruto para a glória de Deus e salvação das almas (Can. 1363)

Paragrafo único – Antes de serem admitidos, deverão apresentar certidão de casamento dos pais, do próprio batismo e confirmação de vida e costumes (I d., § 2), sendo que este deverá ser passado por pessoa competente, como o próprio pároco, ou diretor da escola.<sup>11</sup> (sic)

Era exigida também a idade mínima de 11 anos, “devendo o candidato saber pelo menos ler, escrever e contar”.<sup>12</sup>

O regimento de 1937 do Seminário de Azambuja deixa bastante claro o tipo de sujeito que será aceito na instituição para se preparar ao sacerdócio. Deixa claro também o tipo de família que poderá enviar seu filho ao Seminário. Famílias que vivam de acordo com as normas morais e religiosas da Igreja Católica.

Note-se na reprodução do atestado (*figura 6*) que o padre vigário, ao referendar a entrada do menino Altamiro Cruz no Seminário de Azambuja, frisa que ele é “filho legítimo de Gregório Pereira da Cruz e de Maria Borges da Cruz”. Referindo-se aos antecedentes do candidato o padre vigário diz que “o moço era por annos sacristão” (sic) e que sua família era “religiosa e séria”. Confirma-se aqui o controle que se buscava ter sobre a índole e os “bons costumes” dos candidatos ao sacerdócio durante estes primeiros anos do Seminário de Azambuja. Estes “atestados de conduta” farão parte do processo de seleção ao seminário até, pelo menos, a década de 1960. Não há,

<sup>10</sup> **Regulamento Interno do Seminário de Azambuja** aprovado em 11 de fevereiro de 1937. p. 5-6.

<sup>11</sup> Ibidem.

<sup>12</sup> Prospecto do Seminário Archidiocesano. ESPERANÇA. Boletim das Obras das Vocações Sacerdotaes. 08 de dezembro de 1936. p. 8.

ao menos abertamente, qualquer discriminação social ou de ordem econômica para o ingresso no Seminário, a não ser o próprio custo para a manutenção do jovem no Seminário. Nem todas as famílias tinham condições de matricular um filho no Seminário. As famílias mais pobres só podiam pensar em ver um filho no Seminário caso conseguissem um benfeitor ou quando a paróquia ou o próprio vigário assumiam o ônus. Um prospecto do Seminário de Azambuja datado de 1936 dá uma noção dos custos. “A pensão annual do Seminário é de 600\$000, sendo o pagamento adiantado, pelos menos o do primeiro semestre. Para despesas extraordinárias 100\$000. No acto de entrada, cada alumno pagara ainda a importância de 20\$000 de matrícula e jóia, o que lhe dará direito ao uso dos móveis e mais utensílios próprios, pertencentes ao Seminário”.<sup>13</sup> (sic) Além disto havia ainda os custos com roupas, materiais escolares, lavagem de roupa e outros gastos pessoais, elevando mais ainda o custo total.

### Segundo Gramsci

a Igreja, deste ponto de vista, é um organismo perfeitamente democrático (em sentido paternalista): o filho de um camponês ou de um artesão, se é inteligente e capaz, se é dócil bastante para deixar-se assimilar pela estrutura eclesiástica e para sentir o seu espírito de corpo particular e de conservação, e a validade dos interesses presentes e futuros, pode, teoricamente, tornar-se cardeal e papa.<sup>14</sup>

Há também, e isto fica bastante transparente já nos documentos dos primeiros anos do seminário, uma seleção pela atitude e abertura à virtude da obediência por parte do candidato. Esta condição está presente, por exemplo, no Regulamento Interno de 1937, que afirma ser um dos indícios de vocação ao sacerdócio o “respeito, em geral, à autoridade legítima”. Como se pode observar, esta é uma característica presente em todos os tempos, antes e após o Concílio Vaticano II. Ao longo dos tempos serão

---

<sup>13</sup> Ibidem.

<sup>14</sup> GRAMSCI. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. In. PORTELLI, Hugues. **Gramsci e a questão religiosa**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984. p. 138.

utilizados outros termos, outra linguagem, outros símbolos, mas esta é uma característica essencial ao sacerdócio segundo a hierarquia católica, que, apesar das mudanças, permanecerá inabalável e inquestionável.

A respeito dos primeiros anos do Seminário, por exemplo, Besen relata que “para a formação do caráter dos alunos, se insiste no silêncio absoluto nos estudos, formação de fileiras, higiene do corpo e da alma, estudo bem aproveitado, respeito aos superiores, piedade e trabalho”.<sup>15</sup> Já foi afirmado anteriormente que a pedagogia inaciana teve forte influência na criação dos seminários após o Concílio de Trento. Esta realidade também atingiu o clero catarinense que participou da criação e da formação no Seminário de Azambuja, pois este também teve forte influência da educação jesuítica, já que, até a primeira metade do século XX, antes da criação do Seminário de Azambuja, estudou, na sua maioria, no Seminário Nossa Senhora da Conceição (que possuía seminário menor e maior), em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, seminário este confiado aos jesuítas alemães.<sup>16</sup> O primeiro reitor, Pe. Jaime Câmara, havia sido também aluno do Ginásio Catarinense, de Florianópolis, colégio este também dirigido pelos jesuítas. O depoimento que segue corrobora com a idéia da influência da educação jesuítica no Seminário de Azambuja: “Fala-se bastante, ainda hoje, da disciplina rigorosa do seminário naqueles primeiros tempos. Entenda-se: o Padre Jaime, primeiro Reitor – e por que não dizer logo fundador? – fora aluno dos padres Jesuítas, tanto no Colégio Catarinense como no Seminário Maior de São Leopoldo. Implantou no nosso seminário o tipo de formação que ele mesmo recebera no seu tempo de estudos com os jesuítas. Assim, a formação que nós recebemos aqui também era de cunho jesuítico”.<sup>17</sup> O historiador Norberto Dallabrida afirma que

---

<sup>15</sup> BESEN, José Artulino. **O Seminário de Azambuja**. Op. Cit. p. 39.

<sup>16</sup> Ibidem. p. 24.

<sup>17</sup> Depoimento do **Mons. Valentim Loch**, aluno da turma de 1932 e reitor do Seminário de Azambuja entre 1959 e 1970. In.: BESEN, José Artulino. **O Seminário de Azambuja**. Op. Cit. p. 128-129.

Os jesuítas alemães que imigraram desde o final do século XIX para dirigir colégios de ensino secundário, transplantaram a tradição pedagógica da *Ratio Studiorum*, reestruturada à luz do panoptismo e da cultura germânica. No Ginásio Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo, primeiro colégio da missão jesuítica alemã no sul do Brasil, foram introduzidas práticas de regulação escolar pautadas na *Ratio*, que seriam disseminadas com a expansão de colégios jesuítas.<sup>18</sup>

Nos dizeres de José Artulino Besen o “Seminário Nossa Senhora da Conceição marcou profundamente o clero catarinense lá formado e as paróquias que passaram a dirigir. Basicamente a Igreja Catarinense ainda é um reflexo desta formação voltada para o espiritual, à disciplina e à eclesialidade”.<sup>19</sup> Assim sendo, como já afirmamos, os padres formadores do Seminário de Azambuja também ficaram profundamente marcados pelos anos que passaram no Seminário Nossa Senhora da Conceição. Na visão do então reitor, Pe. Jaime, o resultado da utilização dos métodos jesuíticos era positivo, pois ao final do primeiro ano de existência do Seminário de Azambuja os seminaristas já demonstravam estarem “melhores na disciplina, na piedade e na cultura”.<sup>20</sup>

Algumas características da *Ratio Studiorum* podem ser observadas na análise que Dallabrida faz da ordem inaciana.

Os membros da Companhia de Jesus, pedagogos de vanguarda na modernidade católica, estabeleceram uma extensa rede de colégios e, para mantê-la uniforme, instituíram novo método pedagógico, a “*Ratio Studiorum*”, que além de definir critérios para recortar e organizar o conhecimento escolar, destacou-se pela proposição de uma “máquina escolar” que visava manufaturar católicos dóceis e obedientes. Este escopo estava claramente definido na “*Ratio*”, ao orientar os padres-professores: “Concentre de modo especial a sua atenção, tanto nas aulas quanto se oferecer o ensejo como fora delas, em moldar a alma plástica da juventude no serviço e no amor de Deus, bem como nas virtudes com que lhe devemos agradar”. Entre as estratégias de “governo” de condutas e de produção de subjetividades determinadas e definidas no método de ensino dos jesuítas, pode-se destacar o incitamento à atividade permanente do corpo discente, o controle do espaço, a escansão do tempo, a separação dos alunos em classes e grupos, a emulação, a individualização das carreiras escolares. (sic)<sup>21</sup>

<sup>18</sup> DALLABRIDA, Norberto. Op. Cit. p. 151.

<sup>19</sup> BESEN, José Artulino. **O Seminário de Azambuja**. Op. Cit. p. 24.

<sup>20</sup> Ibidem. p. 40.

<sup>21</sup> DALLABRIDA, Norberto. Op. Cit. p. 146.

Como é possível confirmar o DNA jesuítico na formação dada aos seminaristas em Azambuja? Podemos, por exemplo, entrever o objetivo de “moldar a alma plástica da juventude” no artigo 3º que abre o capítulo II, Da Disciplina, do Regulamento Interno do Seminário de Azambuja instituído em 1937:

Art.3. – Entende-se aqui por disciplina, o conjunto de regras práticas que regulam a vidas dos alunos do Seminário. Em promovendo a ordem exterior ela visa a formação interior da vontade para a prática das virtudes e o cumprimento do dever. Pelo que os alunos tenham em grande apreço a disciplina do Seminário, persuadindo-se de que, mais tarde, serão sacerdotes tão exemplares, quão diligentes tenham sido em seguir a boa ordem e a disciplina nos tempos escolares.<sup>22</sup>

São também visíveis os mecanismos para o controle do espaço e de todos os movimentos, nos mínimos detalhes, ao se organizar os seminaristas em divisões, o que permitia uma disciplinarização e controle mais eficientes. Nesta linha de pensamento Roberto Aguiar, em sua obra *Direito, poder e opressão*, sobre a criação de normas jurídicas para controlar e alienar as consciências e os corpos numa sociedade de classes, afirma que “os corpos que se comunicam livremente podem se organizar em contraposição à organização vigente, podem se tornar mais conscientes e mais exigentes, aspectos não muito recomendáveis para certos tipos de ordem jurídica”.<sup>23</sup> A organização dos seminaristas em divisões, a exigência constante do silêncio e a proibição da comunicação entre as divisões atendia, veladamente, a este objetivo. O Regulamento Interno do Seminário de Azambuja de 1937 determinava, por exemplo, que os internos deveriam ser distribuídos em divisões, utilizando-se como critérios para estas divisões a idade, o tamanho e os “estudos feitos”, ou seja, a série frequentada. Além disso estipulava também que cada uma destas divisões deveria ter “seu lugar assinalado na capela, refeitório, na forma, e o seu salão de estudos, seu dormitório e seu

<sup>22</sup> **Regulamento Interno do Seminário de Azambuja** aprovado em 11 de fevereiro de 1937. p. 6.

<sup>23</sup> LIMA JÚNIOR, José. *Corpoética: cosquinhas filosóficas no umbigo da utopia*. São Paulo: Paulinas. 1988, p. 77.



recreio particular” (sic).<sup>24</sup> A comunicação entre as divisões era rigorosamente proibida, seja por cartas, bilhetes ou até gestos, salvo permissão do Reitor. Aos irmãos pertencentes a divisões diferentes era permitida a comunicação uma vez por mês, em hora e local determinados pela reitoria. Foucault afirma que técnicas semelhantes tinham por função primordial fabricar corpos dóceis. Segundo ele a “disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço”<sup>25</sup> e, para isso, pode se utilizar de diversos mecanismos: a “cerca”, “um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo”; a “clausura”, o “quadriculamento” com “cada indivíduo no seu lugar, e em cada lugar, um indivíduo”; a regra das “localizações funcionais”, lugares determinados que se definem não “para satisfazer só à necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil”.<sup>26</sup> De modo semelhante, como se pode observar, organizava-se o Seminário de Azambuja.

Em Azambuja o controle alcança níveis aperfeiçoadíssimos. Analisando o ano de 1928 no Seminário, Besen relata: “Pe. Jaime aperta a disciplina: proíbe olhar para trás ou para os lados, ficar desocupado. Muitas vezes repetia: ‘O cumprimento do dever exige energia de vontade no reto emprego do tempo’. Utilizava-se qualquer penalidade que fosse útil, ‘para despertar os brios’ do aluno (...)”.<sup>27</sup> A utilização de prêmios e castigos como forma de educar e “moldar as almas plásticas dos jovens” seminaristas era uma prática comum e que se utilizava de diversos mecanismos: “tirar pontos em comportamento, deixar dias em silêncio, fazer o aluno desculpar-se em público, regoadas, permanecer horas de joelhos, ameaçar com expulsão, etc.” (sic)<sup>28</sup> Eram também freqüentes “as motivações religiosas baseadas no pecado e na condenação

<sup>24</sup> **Regulamento Interno do Seminário de Azambuja** aprovado em 11 de fevereiro de 1937. p. 6-7.

<sup>25</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Op. Cit. p. 121.

<sup>26</sup> Ibidem. p. 122-123.

<sup>27</sup> BESEN, José Artulino. **O Seminário de Azambuja**. Op. Cit. p. 40.

<sup>28</sup> Ibidem. p. 41.

eterna”<sup>29</sup> e outros meios mais dissimulados para inculcar nos jovens seminaristas o gosto e o hábito à disciplina. Um exemplo disto é a utilização das congregações devocionais, como a Congregação Mariana. “Em setembro do mesmo ano (1928), (Pe. Jaime) convida a Humberto Brünning, Afonso Niehues e Antônio Billo para fundarem a Congregação Mariana. Esta é erguida canonicamente em 1929. Será uma grande força na vida do seminário, impulsionando a cultura, a piedade e a disciplina”.<sup>30</sup> A Congregação Mariana terá grande influência na educação dos jovens levitas de Azambuja até, pelo menos, a década de 1960. D. Afonso Niehues, nesta época bispo de

**Figura 7** - Foto dos alunos do Seminário de Azambuja em 1928. Em destaque Afonso Niehues (1), que será futuramente o arcebispo de Florianópolis e Pe. Jaime de Barros Câmara (2), primeiro Reitor do Seminário.



**Fonte:** Arquivo D. Jaime de Barros Câmara, Seminário de Azambuja, Brusque – Santa Catarina.

Lages, deixa claro a importância da Congregação na formação do seminarista obediente, do “bom seminarista” quando responde a uma carta recebida de seminaristas de Azambuja, membros da diretoria da Congregação Mariana, e afirma que “com o mesmo

<sup>29</sup> Ibidem. p. 40.

<sup>30</sup> Ibidem. p. 41.

prazer acolho os protestos de pronta e humilde obediência, ‘garantindo, assim, a genuína formação sacerdotal’. Não há dúvidas, essa é uma de suas características essenciais”. Ao final de sua carta, analisando o fracasso “das Ações Católicas”, conclui que este fracasso se deve ao fato de muitas destas “Ações Católicas” não terem, “sequer, uma noção de obediência”. Já com as Congregações Marianas, atesta D. Afonso, era diferente, pois mantinham uma profunda devoção à obediência em relação à hierarquia eclesial.<sup>31</sup> A obediência sempre foi muito valorizada na Igreja Católica, em alguns momentos de forma mais evidente, em outros momentos de forma mais dissimulada. Donald Spoto, autor de *Francisco de Assis – o Santo Relutante*, afirma que a sacralização, a santificação “foi expediente do Vaticano para domesticar as auréolas mais salientes” e Hilário Franco Jr., tradutor do best-seller do século XV *Legenda Áurea*, defende que o “pré-requisito da santidade católica era menos a remissão que a submissão ao clero”.<sup>32</sup> Em outras palavras, muitos foram santificados para servirem de exemplo aos demais cristãos quanto a importância e a santidade da própria obediência, ou de outros valores considerados importantes pelo Vaticano. Isto nos ajuda a entender por que, por exemplo, João Paulo II foi recordista em canonizações, 482, e em beatificações, 1338. O recordista em canonizações até então era Paulo VI, com 86 santos e em beatificações era Pio XI, com 380 beatos.<sup>33</sup> Ao analisarmos o pedido de ingresso de um seminarista na Congregação Mariana do Seminário de Azambuja em 1964 podemos, entre outros aspectos, identificar a ênfase que se dava à obediência e a importância da Congregação para inculcar este valor. “Respeitar e obedecer aos oficiais da congregação”, “Imitar a Maria Santíssima nas virtudes principalmente na piedade, humildade e obediência”. Expressões como estas, que normalmente aparecem nos

<sup>31</sup> Carta enviada por D. Afonso Niehues a seminaristas de Azambuja, membros da diretoria da Congregação Mariana do Seminário de Azambuja, em 19 de junho de 1964. Documento encontrado no Arquivo D. Jaime Câmara, Seminário de Azambuja, Brusque, Santa Catarina.

<sup>32</sup> Livres do pecado. **Revista ÉPOCA**. nº 268, julho de 2003, p. 111.

<sup>33</sup> Trinta voltas ao redor da Terra. **Revista VEJA**. Edição Especial nº 40, abril de 2005, p. 50.

pedidos de ingresso, nos levam a imaginar o que levaria estes jovens a esperarem tanto tempo para fazerem parte destas congregações, como no caso demonstrado (figura 8) em que o pretendente diz ser “há 5 anos candidato desta congregação” (sic).

**Figura 8** - Pedido de ingresso na Congregação Mariana do Seminário de Azambuja, 1964.

Azambuja, 5 de maio de 1964


Revermo. Pe. Afonso Paulo Guimarães.  
D.D. Diretor da Congregação Mariana.

*Sei como pede!*  
Es. Afonso Paulo Guimarães  
6/5/1964

Eu, abaixo assinado, aluno da 2ª série Colegial, do Seminário Metropolitano - Nossa Senhora de Lourdes, há 5 anos candidato desta Congregação, com 17 anos de idade prometo:

- Imitar Nossa Senhora em suas virtudes principais.
- Cumprir fielmente as obrigações de Congregado.
- Dar bom exemplo em tudo e em toda parte.
- Quero, finalmente, ser filho de Maria Santíssima e lucrar as indulgências com que os Sumos Pontífices têm enriquecido as Congregações Marianas.

Pego, respeitosa mente, a V. Reverma se digne inserir-me entre os que vão ser admitidos como congregados no próximo dia 13 de maio.

Nestes termos  
P. D.  


Ou ainda, o que levaria estes jovens a aceitarem expor em documento escrito sua concordância com estes valores como obediência, humildade e piedade? Concordância? Interiorização e aceitação destes valores? Pode ser que sim! Bourdieu nos dá a possibilidade de outra interpretação. Ao analisar o campo da alta costura, na obra *A produção da crença*, afirma que em todo campo (alta costura, religioso, político...) há sempre uma relação dialética em que há uma “esquerda”, desejosa por mudanças para se estabelecer e ganhar espaço no campo, e a uma “direita” resistente à mudanças, pois estas podem questionar seu status no campo, podem ameaçar seu poder dominante. Os “pretendentes”, a “esquerda” faz uso de várias artimanhas para ampliar seu espaço dentro do campo, para conquistar a posição de dominante. Segundo Bourdieu, uma das formas da “esquerda” acumular capital de autoridade é levar “a sério os valores e as virtudes exaltados pela representação oficial da atividade legítima” e “oporem a fé intransigente do convertido ao fervor de instituição característico dos guardiões da ortodoxia”.<sup>34</sup> Assim sendo, o seminarista que quer ser reconhecido como “bom seminarista”, que tem pretensões hierárquicas tende a não contestar a ortodoxia e, desta forma, acumula “capital simbólico” sem contestar os “dominadores”. Aceita ser “dominado” para poder tornar-se “dominador”. Isto de forma consciente, ou não. este pode ser um dos mecanismos utilizados pelos seminaristas. Por outro lado, se lançarmos um olhar certauniano sobre esta mesma realidade, temos ainda outra possibilidade de interpretação. A atitude dos jovens seminaristas em “aceitar” as regras e, de certa forma, aderir a elas por meio da Congregação Mariana pode fazer parte de um conjunto de táticas e estratégias que promovem uma reapropriação de certos valores impostos pelos superiores com o objetivo de serem bem aceitos no grupo, de evitarem atritos com os superiores ou gozarem dos benefícios de serem considerados como “bons seminaristas”.

---

<sup>34</sup> BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2004. p. 124.

Certeau cita como exemplo deste tipo de reapropriação a relação estabelecida entre os catequizadores jesuítas e os ameríndios na América espanhola do período da colonização.

Assim o espetacular sucesso da colonização espanhola no seio das etnias indígenas foi alterada pelo uso que dela se fazia: mesmo subjugados, ou até consentindo, muitas vezes esses indígenas usavam as leis, as práticas ou as representações que lhes eram impostas pela força ou pela sedução, para outros fins que não os dos conquistadores. Faziam elas outras coisas: subvertiam-nas a partir de dentro – não rejeitando-as ou transformando-as (isto acontecia também), mas por cem maneiras de empregá-las a serviço de regras, costumes ou convicções estranhas à colonização da qual não podiam fugir.<sup>35</sup>

Desta forma, quando o seminarista se reapropria de certos valores, como neste caso a humildade, piedade e obediência, ele pode estar produzindo diferentes “modos de fazer” e diferentes “modos de utilizar”, pois uma coisa é a informação que se recebe, outra é o que essa informação provoca no indivíduo que a recebe ou ainda o que o indivíduo faz com ela.

Quando analisamos as relações de poder estabelecidas entre os padres formadores e os seminaristas, ou entre os próprios seminaristas, ou ainda entre a hierarquia da Igreja Católica entendemos, como Foucault, que o poder não é

um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras (...). O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. (...) O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. (...) aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos do poder. Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu.<sup>36</sup>

No entanto, se existe esta “microfísica do poder”, este poder capilar que está constantemente vigilante, que é controlador é de se questionar, como o faz o pensador

<sup>35</sup> CERTEAU, Michel de. Op. Cit. p. 94-95.

<sup>36</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 183.

Michel de Certeau, “que procedimentos (...) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los. Que ‘maneiras de fazer’ formam a contrapartida do lado dos consumidores (ou ‘dominados’?)”.<sup>37</sup> Ou seja, se é certo afirmar que existe uma organização do poder de forma panóptica é também certo afirmar que existe uma certa “microfísica da resistência”; o “sujeito assujeitado” de Foucault não é assujeitado em sua totalidade. O sujeito também se constrói, não é somente o discurso que o define e identifica. Existe, como afirma Certeau, a “inventividade” do mais fraco, existe a criatividade, a resistência do oprimido, do “consumidor”, pois “as astúcias de consumidores compõem, no limite, a rede de uma antidisiplina”.<sup>38</sup> Resquícios desta resistência são relatados por Artulino Besen quando este descreve as dificuldades enfrentadas no início do segundo ano de fundação do Seminário.

**Figura 9** - Pe. Bernardo Peters, reitor entre 1936-1946.



**Fonte:**

[www.azambuja.org.br](http://www.azambuja.org.br)

O segundo ano da história do Seminário (1928) foi cheio de dificuldades: falta de professores, de recursos, doenças e, principalmente, falta de disciplina. O esquema montado pelo primeiro reitor (Pe. Jaime) estava sendo testado, parecendo difícil sua execução prática. Talvez um esquema excessivamente rígido, onde o aluno nada contava e onde uma criança tinha de desenvolver mecanismos de adulto. Foi, para Pe. Jaime, um ano de amargura: sua dedicação total não encontrava plena correspondência no coração dos alunos”.<sup>39</sup>

Em 1937, quando o Seminário já era administrado pelo segundo reitor de sua história, Pe. Bernardo Peters (*figura 9*), surgem novas divergências quanto à questão da disciplina. “Em 1937 surgem fortes desentendimentos entre reitor e padres professores: acusam-no (o reitor) de ser responsável

<sup>37</sup> CERTEAU, Michel de. Op. Cit. p. 41.

<sup>38</sup> Ibidem. p. 17.

<sup>39</sup> BESEN, Artulino. Op. Cit. p. 41.

pela decadência do espírito do seminário. Pe. José Locks, espécie de ‘visitador ad hoc’, aqui chega para fiscalizar o andamento da disciplina”.<sup>40</sup> Apesar das dificuldades e resistências os frutos colhidos são satisfatórios, do ponto de vista disciplinar. Numa das várias correspondências trocadas entre o já bispo, D. Jaime de Barros Câmara, e o Monsenhor Bernardo Peters, evidencia-se o sucesso do modelo disciplinar. “Tanto em São Leopoldo como aqui pelo Norte os seminaristas de Azambuja são admirados pelo espírito eclesiástico, firmeza de caráter, alegria sem exagero, ausência de malícia”,<sup>41</sup> testemunha D. Jaime.

Um dos princípios da *Ratio Studiorum* era promover exercícios com a finalidade de se levar o educando à perfeição. No caso do Regulamento Interno (1937) do Seminário de Azambuja estes exercícios eram previstos e estimulados das mais diversas maneiras. Eram exercícios que visavam construir um corpo dócil, um seminarista em que a obediência era algo natural. Foucault, em sua obra *História da Sexualidade – vol. 3 – O cuidado de si*, nos mostra como o sujeito é constituído pelo discurso, pelo poder; que não existe o sujeito enquanto ser preexistente (o bom ou o mau seminarista, por exemplo). Estes indivíduos são construídos por um dado discurso, por um dado poder. Certeau fala da existência de uma identidade plural, pois “cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais”.<sup>42</sup> Assim sendo, podemos observar, através dos exemplos que seguem, alguns mecanismos utilizados no Regulamento de 1937 para construir o “bom seminarista”, o “bom padre”. Um destes mecanismos, destes exercícios visava, por exemplo, criar no seminarista um sentido de prontidão. “Art. 9. – Todos os movimentos da comunidade são indicados pelo toque da sineta; dado o qual, todos procurarão com presteza os seus lugares e colocar-se-ão em forma, aguardando a ordem

---

<sup>40</sup> Ibidem. p. 45.

<sup>41</sup> Ibidem. p. 48.

<sup>42</sup> CERTEAU, Michel de. Op. Cit. p. 38.



de marcha indicada pelo prefeito” (sic).<sup>43</sup> Este mesmo mecanismo é também observado também nos artigos 46, 47 e 48 do Capítulo VII, Do dormitório. A ninguém era permitido ficar sentado esperando o sinal para levantar-se. Todos deveriam permanecer deitados até o sinal e, só então, prontamente levantarem-se, “esperando a senha” para juntos rezarem o Ângelus. Após a higiene pessoal deveriam arrumar suas camas e, novamente, esperar o sinal para dirigirem-se à capela para a oração da manhã.

No Capítulo X, que descrevia as regras e normas a serem cumpridas durante o horário do recreio, fica também evidente o mecanismo da prontidão imediata, inquestionada. No art. 67, diz-se, literalmente: “§ 1. – O recreio começará à seguinte recomendação do prefeito: ‘O recreio seja feito em nome e honra de Jesus’, a que todos responderão: ‘Assim seja’. § 2. – Ditas aquelas palavras, começa o jogo, sem detença e sem moleza” (sic).<sup>44</sup> O final dos jogos era determinado por um primeiro sinal e, ao segundo sinal, todos deveriam silenciar e, em fileiras “bem feitas” aguardarem a “voz de marcha” para suas respectivas salas. Estes mecanismos de controle do tempo, do espaço e das ações, além de garantirem uma maior organização dos seminaristas, garantiam aos formadores uma minuciosa ferramenta para incutir em seus formandos a obediência direta, imediata.

### 1.1 Os “olhos e ouvidos” do reitor

*“As paredes tinham olhos e ouvidos...”*<sup>45</sup>

Papel importantíssimo neste processo educacional do Seminário de Azambuja era exercido pelos prefeitos de disciplina, uma função difícil e exigente segundo Mons. Valentim Loch: “O cargo de Prefeito de disciplina era absorvente, pois exigia estado de

<sup>43</sup> **Regulamento Interno do Seminário de Azambuja** aprovado em 11 de fevereiro de 1937. p. 8.

<sup>44</sup> Ibidem. p. 22.

<sup>45</sup> Depoimento do **Pe. José Edgard de Oliveira**, aluno de Azambuja da turma de 1946, em 04 de abril de 2002. In.: BESEN, José Artulino. **O Seminário de Azambuja**. Op. Cit. p. 159.

vigília, por parte de seus titulares, desde a madrugada até a noite”.<sup>46</sup> Michel Foucault, ao relatar a eficiência do modelo panóptico<sup>47</sup>, observa que “quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição”.<sup>48</sup> Esta era basicamente a função dos Prefeitos de Disciplina no Seminário, que serviam de “olhos e ouvidos” do reitor:

Art. 85. – Cada divisão estará sob a vigilância imediata de um prefeito e de um vice prefeito, escolhidos pelo Reitor, dentre os alunos de curso superior, mais distintos pela piedade, bom senso e amor à disciplina.

Art. 86. – Ao prefeito compete:

§ 1. – Estar continuamente, salvo o tempo das aulas, com os seus prefeiturados, exercendo no meio deles, sem afectação, uma vigilância prudente e discreta, afim de prevenir toda a desordem, e de penetrar o caráter e as qualidades de cada um. (sic)<sup>49</sup>

“Cada divisão estará sob a vigilância imediata de um prefeito...” que exercera sobre eles uma vigilância constante “afim de prevenir toda a desordem, e de penetrar o caráter e as qualidades de cada um” (sic). O objetivo era evitar que “maus seminaristas” permanecessem no Seminário, ou ainda construir, manufaturar o “bom seminarista”. Na verdade, segundo a visão de alguns formadores, não há o “mau seminarista”, mas sim

jovens mundanos embatinados, indignos do nobre nome de seminarista. Isto é o que pode haver nos nossos Seminários, e infelizmente há. Chamam-se seminaristas pelo simples fato de vestirem uma batina e de estarem no Seminário. (...) É certo que nos Seminários se encontram, às vezes, moços, a quem condiga o epíteto de maus, voltaireanos, revolucionários, etc. Mas, é que se pode dar a esses tais o augusto nome de seminaristas?<sup>50</sup>

<sup>46</sup> Depoimento do **Mons. Valentim Loch** aluno da turma de 1932 e reitor do Seminário de Azambuja entre 1959 e 1970. In.: VICENTE, Vilmar Adelino. **D. Afonso Niehues: pastor da vinha do Senhor**. Florianópolis: IOESC. 1990. p. 55.

<sup>47</sup> Modelo panóptico, panoptismo, ou similares, são termos recorrentes nas obras de Foucault. No entanto, o termo “panóptico” tem origem nas idéias de um advogado inglês do século XVIII, Jeremy Bentham. “Tratava-se de um novo tipo de prisão, de forma circular, em que os guardas, postados no centro, podiam vigiar os prisioneiros ao mesmo tempo em que permaneciam invisíveis para eles”. (FEARN, Nicholas. *Aprendendo a filosofar em 25 lições: do poço de Tales à desconstrução de Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. p. 111)

<sup>48</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Op. Cit. p. 168.

<sup>49</sup> **Regulamento Interno do Seminário de Azambuja** aprovado em 11 de fevereiro de 1937. p. 26.

<sup>50</sup> ADELINO, Côn. José. **Formação do seminarista**. Petrópolis: Editora Vozes, 1947. p. 38-39.

Ou seja, à pergunta “que tipo de seminarista é um *bom seminarista*?” uma das respostas é, sem dúvida: aquele que ama a obediência! “Revolucionários”, contestadores da ordem estabelecida estão fora do conceito “bom seminarista”. “Nem sempre é fácil obedecer ao Superior”, afirma o Côn. José Adelino, autor do livro *Formação do seminarista*, escrito na época em que era reitor do Seminário de Natal, Rio Grande do Norte. “Mas, isto será tanto menos árduo, quanto mais nos adestramos no exercício da obediência”<sup>51</sup> (grifos meus). Continua o Côn. José afirmando que “se nos convenceremos seriamente de que Deus age através da vontade e da autoridade de nossos Superiores, então já não haverá lugar para os nossos caprichos e a nossa rebeldia”.<sup>52</sup> A vontade dos superiores é, portanto, a expressão da vontade de Deus. Ora, não se contesta Deus, portanto não se contesta os superiores. Ocorre aqui uma “eufemização” do poder exercido por parte dos superiores, ou, em outros termos, há um abrandamento das relações de poder. Bourdieu defende a idéia de que quando a “dominação só pode ser exercida sob sua forma elementar, isto é, de pessoa a pessoa,” ela “não pode consumir-se abertamente e deve se dissimular sob o véu das relações encantadas (...), em suma, tornar-se desconhecida para vir a ser reconhecida”.<sup>53</sup> Assim sendo, ao aceitar que “Deus age através da vontade e da autoridade de nossos Superiores” o seminarista, e também o padre, estará desconhecendo (o *méconnaître* de Bourdieu) uma relação social de poder para estar reconhecendo (*reconnaître*), legitimando uma relação “naturalizada”. Assim, quanto mais se ignora (utilizamos aqui a acepção original do termo, não conhecer) a relação de poder existente, o poder simbólico, a violência simbólica presentes na relação de poder, mais se está sujeito a

---

<sup>51</sup> Ibidem. p. 50.

<sup>52</sup> Ibidem. p. 51.

<sup>53</sup> BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos.** Op. Cit. p. 205.

esta relação de poder, pois a “violência simbólica é tanto mais presente quanto mais mascarada”.<sup>54</sup> Ou, em outros termos, podemos afirmar que o discurso é tanto mais eficaz quanto mais o receptor reconhece naquele que fala (instituição ou indivíduo) a competência e a autoridade para falar. Neste caso há uma economia de força na relação entre o produtor e o consumidor do discurso, uma vez que o consumidor não reconhece nesta relação uma relação de poder e dominação. O produtor acumula, assim, um lucro simbólico. É este lucro simbólico que, capitalizado, torna-se capital e poder simbólicos que o recém escolhido papa Bento XVI buscava quando, em seu sermão de posse, afirmava que “meu verdadeiro programa de pontificado não é fazer minha própria vontade, não é buscar minhas próprias idéias, mas ouvir, junto com toda Igreja, a palavra e o desejo do Senhor, ser guiado por Ele, para que Ele próprio lidere a Igreja nesta hora de nossa história”.<sup>55</sup>

Esta relação entre obediência e o conceito de “bom seminarista” e, conseqüentemente, de “bom padre”, também fica latente no decreto do Concílio Vaticano II, *Presbyterorum Ordinis*, sobre o ministério e a vida dos sacerdotes, quando este afirma que

Os sacerdotes, porém, tendo presente a plenitude do sacramento da Ordem recebido pelos Bispos, reverenciem nêles a plenitude de Cristo Pastor supremo. Adiram ao seu Bispo com caridade e obediência sinceras. Esta obediência sacerdotal em espírito de cooperação fundamenta-se na própria participação do ministério episcopal conferida aos sacerdotes pelo sacramento da Ordem e missão canônica.<sup>56</sup> (sic)

Ou ainda quando se afirma que esta obediência, esta “comunhão hierárquica” deve fazer com que os presbíteros estejam “dispostos sempre a sujeitar-se ao juízo

---

<sup>54</sup> Ibidem.

<sup>55</sup> Jornal ANotícia, 25 de abril de 2005, p. A4.

<sup>56</sup> **Presbyterorum Ordinis: Decreto do Concílio Vaticano II sobre o ministério e a vida dos sacerdotes.** Edições Paulinas. 1965. p. 23.

daqueles, que exercem o múnus capital de reger a Igreja de Deus” (sic).<sup>57</sup> A desobediência, a contestação podem gerar grandes instabilidades institucionais o que, por sua própria natureza, nenhuma instituição social almeja. Deste modo a obediência hierárquica alcança uma importância capital na construção do “bom seminarista”, do “bom padre”. “Ai do Padre que se arriscar a pôr o pé no campo do apostolado, privado da ciência da obediência! Que o digam os Luteranos, os Calvinos e todos os infelizes apóstatas antigos e modernos. Todos eles se encontram naquela encruzilhada, onde confraterniza a soberba, o orgulho e a rebeldia”.<sup>58</sup> A desobediência, segundo a visão de muitos formadores de então, estava relacionada com a soberba, com o orgulho e com a rebeldia, adjetivos não esperados num candidato ao sacerdócio. Por este motivo era importante inculcar nos seminaristas, desde cedo, este amor e prontidão à obediência, como fica demonstrado no depoimento de Ivo Pitz, seminarista de Azambuja entre 1958 e 1965.

Uma noite, logo após terem sido apagadas as luzes no dormitório, alguém com a mão nas axilas, movimentando o braço, produziu ar comprimido. A idéia logo se espalhou entre outros (eram todos crianças – eu tinha mesmo feito 11 anos). Produziu-se um alvoroço grande. O Pe. Vendelino voltou a acender as luzes, passou um pito em todos e disse que no dia seguinte ele queria todos os que tinham participado do feito, na sala dele. No outro dia cedo estávamos em fila no corredor. Um a um fomos atendidos e ele nos aconselhou.<sup>59</sup>

Este era o controle, esta era a vigilância constante a que se dedicavam os prefeitos de disciplina tentando corrigir, imediatamente, qualquer possibilidade de desobediência às regras.

As funções do prefeito de disciplina presentes no Regulamento Interno de 1937 permanecem basicamente as mesmas no Regimento Interno de 1944: observar, fiscalizar, vigiar, advertir, punir, organizar.

---

<sup>57</sup> Ibidem. p. 43.

<sup>58</sup> ADELINO, Côn. José. **Formação do seminarista**. Op. Cit. p. 51.

<sup>59</sup> Entrevista com **Ivo Pitz**, seminarista em Azambuja entre 1958 e 1965. Recebida por e-mail em 02 de fevereiro de 2005 em [mirokretzer@pop.com.br](mailto:mirokretzer@pop.com.br).

CAPÍTULO VI  
Do Prefeito da Disciplina

**Figura 10** - Pe. Afonso Niehues, reitor entre 1947-1958.



**Fonte:**

www.azambuja.org.br

Art. 7º - O Prefeito da Disciplina é o cuidadoso fiscal das Divisões, principalmente nas salas de estudos, nos recreios e nos dormitórios.

Compete-lhe, cumulativamente com o Reitor e Professores:

1. Observar e fazer observar, pontualmente, os Estatutos do Seminário e as ordens particulares, nesse sentido, dos Superiores.

(...)

5. Informar freqüentemente, com prudência e sinceridade, o Reitor sobre a conduta dos alunos, para os quais não terá preferências de espécie alguma.

(...)

7. Advertir os alunos de suas faltas, fazendo-os com a devida caridade, maneiras respeitadas e discretas, adaptando-se ao caráter particular de cada um, a fim de que a correção obtenha o bom efeito desejado.

(...)

9. Velar para que os alunos trajem sempre com asseio, embora com a necessária modéstia, e tragam arranjadas e bem conservadas as coisas do seu uso.

(...)

13. Ler, semanalmente, nas aulas de estudo, as notas de comportamento, aplicação, ordem e civilidade.

(...)

17. Determinar o lugar que o aluno deve ocupar no refeitório, aulas e dormitório.<sup>60</sup>

No projeto de manufaturar o “bom seminarista” os regulamentos, regimentos ou estatutos tinham um papel destacado. Côn. José Maria Frutuoso Braga, reitor do Seminário Menor de São Carlos em 1955, afirma que “a base de tudo num instituto de educação, é um regulamento bem feito. Parece-me que deve ser escrito e bem escrito; melhor ainda que seja impresso, para que se conserve fixo, estável e vá às mãos de todos”.<sup>61</sup> Aos alunos que infringissem qualquer norma estabelecida pelo Regimento eram previstas punições que variavam de acordo com a gravidade da desobediência.

Art. 33 – (...)

§ 1º - São penas disciplinares:

1º - correção particular;

2º - correção pública;

3º - privação total ou parcial de um ou mais recreios;

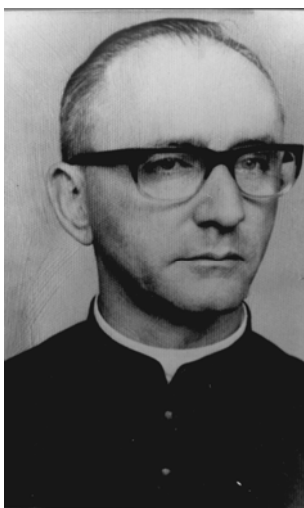
4º - privação parcial ou total de uma ou mais horas de estudo livre;

<sup>60</sup> **Regimento Interno do Seminário de Azambuja** aprovado em 17 de janeiro de 1944. p. 13-15.

<sup>61</sup> BRAGA, Côn. José Maria Frutuoso. **Atribuições diversas do reitor e do diretor espiritual na formação do seminarista**. In.: Seminários do Brasil – Segunda reunião de reitores. Petrópolis: Vozes. 1955. p.71.

- 5º - privação da sobremesa;
- 6º - imposição de trabalhos manuais durante o recreio;
- 7º - nota de má conduta no boletim;
- 8º - isolamento da Divisão;
- 9º - eliminação do Seminário.<sup>62</sup>

**Figura 11** - Mons. Valentim  
Loch, reitor entre 1959-1970.



**Fonte:**

[www.azambuja.org.br](http://www.azambuja.org.br)

Havia ainda uma norma para que se aplicasse a punição logo após a “falta”, pois a rapidez nas punições faria com que as normas fossem introjetadas com maior sucesso.

No Diário do Reitor, em 1960, relata-se o sucesso do mecanismo: “A vigilância atenta e discreta dos Padres Prefeitos contribuiu sem dúvida para cortar pela raiz qualquer indisciplina nascente”.<sup>63</sup>

A vigilância não era, no entanto, função exclusiva dos prefeitos de disciplina. Ela estava presente também em outros mecanismos. No Capítulo V (Deveres para consigo mesmo) do Regulamento Interno de 1937 é destacada, por exemplo, a vigilância divina: “Art. 34. – O seminarista deve respeitar em si mesmo a imagem de Deus e o templo do Espírito Santo, observando a maior modéstia e decência, tanto em companhia dos outros, como a sós, recordando-se continuamente da presença divina”<sup>64</sup> (grifos meus); há, portanto, uma vigilância constante, seja do Prefeito de Disciplina, seja do próprio Deus! Além disso, eram feitas ainda admoestações para que os seminaristas vigiassem uns aos outros, como demonstra o art. 27 do Capítulo IV (Deveres para com o próximo): “O seminarista que observar em outros uma falta grave, da qual se possa seguir ofensa a Deus, perigo para a virtude dos colegas ou desdouro para o bom nome do Seminário, avise disto aos superiores, afim de que possam em tempo obvia-lo com

<sup>62</sup> **Regimento Interno do Seminário de Azambuja** aprovado em 17 de janeiro de 1944. p. 24.

<sup>63</sup> **DIÁRIO DO REITOR**. Livro Tombo I de março de 1927 a 1970.

<sup>64</sup> **Regulamento Interno do Seminário de Azambuja** aprovado em 11 de fevereiro de 1937. p. 13-14.

remédio oportuno. Assim procedendo, não faz o ofício de delator, senão que cumprirá um grave dever que lhe impõem o bem comum e a caridade cristã” (sic).<sup>65</sup> Eis um panoptismo absoluto, que supera a idéia de Bentham: o indivíduo está completamente sob vigilância – os superiores, o prefeito de disciplina, o padre espiritual, os colegas e, se escapar aos olhos destes, ainda há a vigilância de Deus. Neste aspecto o modelo panóptico de Bentham parece ter sido reestruturado, otimizado: não uma única torre a vigiar tudo e todos, mas uma multiplicidade de olhares onde o olhar divino representaria a suma eficácia pela sua “onipotência e onipresença”. Há, portanto, uma ramificação a níveis moleculares das relações de poder, dos mecanismos disciplinares e de vigilância.

Todos estes mecanismos (regulamentos internos, prefeitos de disciplina, prefeitos de estudo, bedel, o delator, diretor espiritual, o reitor, e outros) convergiam para um mesmo e principal objetivo: a construção do “bom seminarista”, do “bom levita”. Estes não são mecanismos exclusivos dos seminários. Mecanismos semelhantes são encontrados nas chamadas “instituições totais”.<sup>66</sup> Podemos, inclusive, identificar alguns mecanismos de confecção do sujeito utilizados nas “instituições totais” presentes também nos Seminários.

Goffman afirma que o processo de confecção de um novo sujeito será mais eficiente na medida em que a instituição despojar o “novato”, o “calouro” de seus papéis anteriores, promovendo o que ele chama de “mutilação do eu” ou “despojamento

---

<sup>65</sup> Ibidem. p. 13.

<sup>66</sup> Utiliza-se aqui a definição de Goffman: “Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”. Goffman enumera cinco agrupamentos de instituições totais: aquelas criadas para cuidarem de pessoas consideradas incapazes e inofensivas (orfanatos, asilos, casas para mendigos...); aquelas criadas para cuidarem de pessoas incapazes de cuidarem de si próprias mas que oferecem algum perigo à sociedade, embora não de maneira intencional (hospícios, sanatórios para pessoas com doenças contagiosas...); as criadas para cuidarem de pessoas que oferecem um risco à sociedade, só que agora de maneira intencional (prisões, campos de concentração...); aquelas organizadas com a função de realizar de maneira mais adequada certas tarefas de trabalho (quartéis, campos de trabalho, escolas internas...) e, por fim, aquelas destinadas a “servir de refúgio do mundo, embora muitas vezes sirvam também como locais de instrução para os religiosos” (abadias, mosteiros, conventos...). Os seminários, obviamente, enquadram-se neste último agrupamento. In.: GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974. p. 11, 24-25.



do papel”. Quando o “novato” chega à instituição ele possui uma determinada visão de si próprio construída a partir dos parâmetros das relações sociais mantidas por ele no mundo externo. Além do mais, no mundo externo ele desempenha uma série de papéis, muitos dos quais não podem mais ser exercidos dentro da instituição total, uma vez que ele deverá ali permanecer por um longo período de tempo. Desta forma, ao integrar uma instituição total o indivíduo é “sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado. Começa a passar por algumas mudanças radicais em sua *carreira moral*, uma carreira composta pelas progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que têm a seu respeito e a respeito dos outros que são significativos para ele”.<sup>67</sup>

Em muitas instituições totais este “despojamento do papel” se dá pela proibição de visitas externas, ao menos por um razoável período, e pela proibição de saídas do estabelecimento, assegurando assim uma “ruptura inicial profunda com os papéis anteriores”.<sup>68</sup> No Seminário de Azambuja, de modo semelhante, na época que D. Jaime era reitor (1927-1935), os seminaristas só iam para casa dos pais durante as “férias maiores” (final de ano), mesmo assim somente a cada dois anos. Já a partir de 1936 todas as “férias maiores” eram passadas em casa dos pais. No entanto, somente a partir da década de 1960 é que os seminaristas puderam passar as “férias menores” (metade do ano) na casa dos pais.<sup>69</sup> Por meio deste mecanismo se intensifica, se amplifica a ação de construção de um novo papel, de uma nova identidade; no caso do seminário, a construção da nova identidade: o “bom seminarista”. Ao “mortificar-se” os demais papéis exercidos pelo indivíduo fora da instituição, pretende-se sobrepor o novo papel aos demais, pretende-se que o novo papel, a nova identidade de “seminarista” seja predominante no novo sujeito em formação. E neste processo de formação do novo

---

<sup>67</sup> GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974. p. 24.

<sup>68</sup> Ibidem.

<sup>69</sup> Depoimento do **Mons. Valentim Loch**, aluno da turma de 1932 e reitor do Seminário de Azambuja entre 1959 e 1970. In.: BESEN, José Artulino. Seminário de Azambuja. Op. Cit. p. 133-134.

sujeito, nesta rede de poder disciplinar o reitor exerce, sem sombra de dúvida, um papel importante. É ele o responsável pela formação dos seminaristas, é ele que “cuidará de desenvolver as qualidades que tornam o seminarista apto para as sagradas ordens. Velará pela formação completa dos alunos: desde a educação física e cívica, até a formação da inteligência e a formação nas virtudes sacerdotais”.<sup>70</sup> É ele também que dirá quem é vocacionado ou não!

## 1.2. Reitor: pai e juiz

No Regimento Interno de 1944 é possível detectar ainda uma forte influência da visão pedagógica dos jesuítas. No Capítulo I (Do Reitor ou Superior do Seminário) quando se descreve as atribuições do reitor fica evidente a importância dada à disciplina, ao controle e à hierarquia.

Art. 1º - O Reitor é, no Seminário, o principal representante da Autoridade Metropolitana, o autorizado intérprete de suas determinações e o fiel executor, por si e seus subordinados, não só do Regulamento já aprovado, como o dos presentes Estatutos.

Compete-lhe:

(...)

2. Visitar, no tempo e modo que julgar mais conveniente, todas e cada uma das dependências do Seminário, de modo não só a conservar, como a prevenir qualquer quebra da ordem e da disciplina;

(...)

9. Censurar a correspondência dos alunos;

11. Distribuir os alunos pelas Divisões; (...)<sup>71</sup>

O reitor era, portanto, dentro da estrutura de poder do Seminário, a autoridade máxima, um elo mais forte na corrente dos mecanismos disciplinares. Representava ele a autoridade do bispo no seminário, era dele a decisão final quanto à expulsão ou não de um seminarista. Em última instância era ele quem tinha o poder de decidir quem tinha ou não vocação para o sacerdócio! Este papel central do reitor no processo de

<sup>70</sup> BRAGA, Côn. José Maria Frutuoso. **Atribuições diversas do reitor e do diretor espiritual na formação do seminarista**. Op. cit. p.72.

<sup>71</sup> **Regimento Interno do Seminário de Azambuja** aprovado em 17 de janeiro de 1944. p. 4-5.

identificação e seleção dos candidatos ao sacerdócio é instituído pelo discurso da Igreja e é possível identificá-lo numa série de documentos oficiais da Igreja Católica e em várias obras que tratam do tema. Podemos citar como exemplo o livro *Recrutando para Cristo – manual especializado do recrutador*, obra que trata justamente da questão da vocação, dos problemas enfrentados na identificação e na seleção dos vocacionados, que busca “explicar clara e concretamente o significado de ‘vocação’; como descobri-la em meninos e meninas; como fomentá-la e, finalmente, como encaminhá-la até sua realização final”.<sup>72</sup> Pe. Godfrey Poage, “técnico em vocações, mas um técnico americano, isto é, objetivo, realista, e ao mesmo tempo jovial, otimista e de grande ideal”<sup>73</sup> na visão do Pe. Dr. Frei Marcelo M. Gomes, autor do prólogo desta obra, afirma que na seleção do vocacionado dois personagens são essenciais: Deus e o superior eclesiástico. Um chama, o outro “aconselha, examina e afinal admite a pessoa nas fileiras sacerdotais ou religiosas”.<sup>74</sup> A “vocação divina” provém unicamente de Deus, “todavia o candidato deve receber do bispo ou do superior religioso a vocação eclesiástica: o reconhecimento oficial da existência da vocação divina”.<sup>75</sup> Como o reitor é, no seminário, o representante direto da autoridade do bispo é a ele que cabe diretamente promover este “reconhecimento oficial da existência da vocação divina”, pois “a vocação interior, divina, por mais robusta e convincente que seja, deve receber seu complemento pela aceitação externa, dada pelos representantes da Igreja”.<sup>76</sup>

Ao identificar tantas atribuições dadas ao reitor por parte da hierarquia da Igreja Católica pode-se ter a falsa impressão de que ele represente o poder, ou personifique o poder no Seminário. Na verdade, como já foi afirmado, o reitor faz parte de uma série

---

<sup>72</sup> POAGE, Godfrey. **Recrutando para Cristo – Manual especializado do recrutador**. Tradução Frei Odolfo Broering. Petrópolis: Editora Vozes, 1962. p. 9.

<sup>73</sup> Ibidem. p. 7.

<sup>74</sup> Ibidem. p. 22.

<sup>75</sup> Ibidem. p. 23.

<sup>76</sup> Ibidem.

de mecanismos postos à disposição no sistema disciplinar dos seminários. Uma coisa é a função a ele atribuída na organização burocrática do seminário, outra é o real papel exercido por ele na maquinaria de poder e de formação. Talvez seja uma peça onde se concentram mais funções, mas é uma peça da maquinaria, assim como o prefeito de disciplina, o diretor espiritual, o bedel .... O sistema de controle, vigilância e formação dos seminários é, portanto, constituído por uma multiplicidade de olhares que são dirigidos aos seminaristas na busca de uma formação mais eficiente e completa.

Segundo a pedagogia inaciana a prática de determinados exercícios é extremamente importante para se conseguir a perfeição desejada. É possível estabelecer, por exemplo, uma analogia entre a “aula-interrogatório jesuíta e os ‘exercícios’ que seu fundador, Santo Inácio de Loyola, havia escrito para purgar os pecados da alma”. Enquanto repete frases ou textos pré-selecionados pelo professor, “o aluno jesuíta aprende que a obediência é uma virtude; o importante não é apenas o texto curto de Cícero que deve memorizar, mas também a mecânica de que existe uma ordem determinada e um papel designado para cada um”.<sup>77</sup> Em artigo da revista “A Esperança” o exercício é apresentado como “a chave que abre a porta por onde queremos passar para chegarmos à sala de nossas aspirações. (...) o exercício dá a prática e leva à perfeição”.<sup>78</sup> No Seminário de Azambuja a importância dada ao exercício está presente também no Capítulo IV (Do Diretor Espiritual) do Regimento Interno de 1944 quando se afirma que o diretor espiritual tem o dever de instruir o seminarista em “todos os deveres do **homem**, do **cristão** e do **eclesiástico**”,<sup>79</sup> e indica como leitura para a formação espiritual dos jovens seminaristas “a obra clássica, os ‘Exercícios de Perfeição’, do padre Rodrigues, especialmente as partes que tratam da mortificação, da

<sup>77</sup> DUSSEL, Inés; CARUSO, Marcelo. Op. Cit. p. 81.

<sup>78</sup> A ESPERANÇA, ano VIII, nº 04, 15 de maio de 1961. p. 01.

<sup>79</sup> **Regimento Interno do Seminário de Azambuja** aprovado em 17 de janeiro de 1944. p. 9.

**Figura 12 - Pe. Vito Schlickmann, reitor entre 1970-1983.**



**Fonte:**

[www.azambuja.org.br](http://www.azambuja.org.br)

humildade e da oração”.<sup>80</sup> Afirma-se ainda que é dever do padre espiritual “vigiar os alunos nos exercícios de piedade e nas funções litúrgicas”.<sup>81</sup> Eis mais um a vigiar os seminaristas, o diretor espiritual! Ambos, o “rector pro disciplina” e o “director spiritus”, são responsáveis pela formação direta dos seminaristas. O primeiro, o reitor, é responsável direto pela disciplina, o segundo, o padre espiritual, responsável pela vida interior.<sup>82</sup>

Segundo as anotações do padre reitor do Seminário entre 1970-1983, Pe. Vito Schlickmann, a *Ratio Studiorum* teria exercido forte influência “até o final da década de 60.

Mas após o Concílio Vaticano II, e não só por causa dele, mas fruto de toda uma evolução histórica na sociedade, novos ares começaram a soprar”.<sup>83</sup> Em depoimento prestado ao Jornal da Arquidiocese, em novembro de 2004, o ex-Bispo auxiliar de Florianópolis, D. Vito Schlickmann, reconhece que estes foram tempos difíceis. Referindo-se ao período em que foi reitor do Seminário de Azambuja, D. Vito afirma que foi o “maior desafio da minha vida de padre. Novos ventos começavam a soprar: para alguns, parecia que tudo estava errado na maneira de formar os seminaristas e daí em diante tudo tinha de ser diferente...”<sup>84</sup>

<sup>80</sup> Ibidem.

<sup>81</sup> Ibidem. p. 10.

<sup>82</sup> BRAGA, Côn. José Maria Frutuoso. **Atribuições diversas do reitor e do diretor espiritual na formação do seminarista.** Op. cit. p.70.

<sup>83</sup> **DIÁRIO DO REITOR.** Livro Tombo II de 1970-1987.

<sup>84</sup> Dom Vito, uma vida dedicada às vocações. **JORNAL DA ARQUIDIOCESE**, novembro de 2004, p. 12.

## 2. “Novos ares começaram a soprar. Era preciso acertar o passo”<sup>85</sup>: nos tempos da *Ratio Fundamental*

*“Eu penso que, do século XVII ao início do século XX, acreditou-se que o investimento do corpo pelo poder devia ser denso, rígido, constante, metódico. Daí esses terríveis regimes disciplinares que se encontram nas escolas, nos hospitais, nas casernas, nas oficinas, nas cidades, nos edifícios, nas famílias... E depois, a partir dos anos sessenta, percebeu-se que este poder tão rígido não era assim tão indispensável quanto se acreditava, que as sociedades industriais podiam se contentar com um poder muito mais tênue sobre o corpo. Descobriu-se, desde então, que os controles da sexualidade podiam se atenuar e tomar outras formas...”*<sup>86</sup>

Como já discutimos anteriormente que as transformações políticas, sociais, econômicas e culturais ocorridas ao longo da primeira metade do século XX e recrudescidas ao longo da segunda metade deste mesmo século obrigaram a Igreja Católica a promover mudanças em sua maneira de pensar, agir e sentir. O Concílio Ecumênico Vaticano II foi um exemplo disto. Desta forma a educação nos seminários também terá que adaptar-se “às novas necessidades dos tempos”, como fica evidente na introdução da *Ratio Fundamental* (*Ratio Fundamental Institutionis sacerdotalis* - “Diretrizes Básicas da Formação sacerdotal”):

*“(...) as presentes Diretrizes Básicas da Formação sacerdotal (Ratio Fundamental Institutionis sacerdotalis) foram elaborados pela S. Congregação para a Educação Católica (...)” com o objetivo de “fielmente manifestar o autêntico espírito do Concílio Vaticano II e o seu fim pastoral e, exprimindo-os de maneira mais precisa, contribuir eficazmente para a adaptação da obra educativa nos Seminários às novas necessidades dos tempos”.*<sup>87</sup>

Também já foi afirmado noutros momentos que o Concílio Vaticano II busca promover mudanças no discurso e na relação da Igreja Católica com o mundo. Mas, ao mesmo tempo em que muitos ansiavam ardentemente por mudanças, outros resistiam a elas.

<sup>85</sup> DIÁRIO DO REITOR. Livro Tombo II de 1970-1987..

<sup>86</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Op. Cit. p. 147-148.

<sup>87</sup> **Diretrizes Básicas da Formação Sacerdotal** (*Ratio Fundamental Institutionis sacerdotalis*). In. REVSITA SEDOC 2. Abril de 1970. p. 1213.

A partir do fim do Concílio (1965), enquanto nas comunidades de base ensaia-se a prática de novos ministérios, intensa crise atinge a vida sacerdotal e religiosa com centenas de padres e freiras deixando o ministério, inconformados alguns com as mudanças introduzidas pelo Concílio e por Medellín, desencantados outros com a lentidão com que a renovação se processava, incapazes outros de se situarem na dinâmica tanto da Igreja como do mundo em que passaram a viver.<sup>88</sup>

Assim, as mudanças instituídas a partir do Concílio no que diz respeito à formação dos seminaristas encontrarão também certas resistências no Seminário de Azambuja. Segundo o reitor deste período “deu-se início à renovação. Como sempre acontece em tais situações, sempre há o perigo de se ‘perder a cabeça’, de se esquecer os verdadeiros objetivos”.<sup>89</sup> No início de 1970 o reitor anota no diário algumas dificuldades; “O Seminário de Azambuja estava numa fase de renovação e a comunidade passava por um momento de crise bastante notável num processo de adaptação à nova maneira de se formar os seminaristas”.<sup>90</sup>

Que mudanças eram estas que causavam certas resistências, crises? O que mudou na maneira de se formar os seminaristas? Os critérios para o ingresso no seminário ainda eram os mesmos? O documento “Diretrizes Básicas da Formação sacerdotal” (*Ratio Fundamentalis Institutionis sacerdotalis*) alerta para o fato de que se notava nos jovens daquela época (e muito provavelmente nos de hoje) “uma desconfiança diante de tudo o que é tradicional, indecisão nas deliberações, inconstância na execução dos propósitos, falta de docilidade tão necessária ao verdadeiro progresso espiritual, rebeldia e espírito crítico diante da autoridade e das várias instituições da sociedade civil e eclesiástica etc.”.<sup>91</sup> Diante desta constatação exorta os formadores para que utilizem como remédios “maior estima da pessoa, a abolição de tudo o que aparentar injustificada ‘convenção’, que tudo se faça para a verdade e a caridade, que se

<sup>88</sup> PAULO EVARISTO, Cardeal Arns. **O que é Igreja**. Colaboração do Pe. José Oscar Beozzo, na elaboração de “História da Igreja no Brasil”. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 136.

<sup>89</sup> **DIÁRIO DO REITOR**. Livro Tombo II de 1970-1987.

<sup>90</sup> Ibidem.

<sup>91</sup> **Diretrizes Básicas da Formação Sacerdotal** (*Ratio Fundamentalis Institutionis sacerdotalis*). In. REVSITA SEDOC 2. Abril de 1970. p. 1215.

estabeleça entre todos um autêntico diálogo, que se fomentem relações mais freqüentes com o mundo, (...) e, finalmente, tudo, que se mandar ou exigir, mostre a verdadeira razão em que se apóia e seja cumprido de boa mente”.<sup>92</sup> Mais adiante o documento insiste ainda que “na maneira de formar os jovens esforcem-se principalmente por irem aos poucos purificando as intenções, sobretudo usando de prudência e moderação, em vez de remover os diversos obstáculos de maneira intempestiva e radical” (grifos meus).<sup>93</sup> No Brasil esta discussão já vinha sendo feita desde o início da década de 1960. Em 1962 foi divulgado o Plano de Emergência da CNBB. No quesito educação o item “Reforma dos Educandários”, que tratava especificamente da escola formal católica, insistia muito na “necessidade de desenvolver um clima de família na escola católica”.<sup>94</sup> O documento afirmava ainda que se deveria “reconhecer aos alunos o direito e a oportunidade de se pronunciarem sobre a vida na escola”.<sup>95</sup>

Comparando a pedagogia da *Ratio Studiorum* com a da *Ratio Fundamentalis* nota-se, portanto, uma mudança em alguns métodos a serem utilizados na educação dos jovens seminaristas. Ao se constatar que os jovens destes tempos teriam um caráter de “rebeldia e espírito crítico diante da autoridade e das várias instituições da sociedade civil e eclesiástica” a *Ratio Fundamentalis* propõe, então, que os superiores e os formadores dos seminários tenham uma atitude de maior diálogo, que não imponham a formação de maneira “intempestiva e radical”. Constatação semelhante fez Foucault quando afirma que “a partir dos anos sessenta, percebeu-se que este poder tão rígido não era assim tão indispensável quanto se acreditava, que as sociedades industriais podiam se contentar com um poder muito mais tênue sobre o corpo”.<sup>96</sup> No Seminário de Azambuja estas mudanças serão processadas aos poucos, fruto das mudanças das teorias

---

<sup>92</sup> Ibidem.

<sup>93</sup> Ibidem. p. 1219.

<sup>94</sup> GANDIN, Luis Armando. Op. Cit. p. 88.

<sup>95</sup> Ibidem.

<sup>96</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Op. Cit. p. 148.



pedagógicas, da visão de educação presente no Plano de Emergência da CNBB de 1962 e, muito provavelmente, pela concepção de educação defendida em Medellín em 1968. Segundo Libânio “a maioria das escolas católicas assumira, com avanços e retrocessos, uma linha libertadora personalista. As estruturas rígidas de disciplina escolar, as relações autoritárias, os conteúdos ‘bancários’, foram lentamente substituídos por uma disciplina flexível, relações participativas, conteúdos crítico-sociais”.<sup>97</sup> Esta mudança na formação do Seminário de Azambuja é descrita no depoimento do Pe. Vitor Galdino Feller, seminarista de Azambuja entre 1967 e 1975, como o advento do “método participativo”, como uma “revolução”.

Até então, a pedagogia era definida a partir de cima, nos moldes tradicionais, pelos padres responsáveis pela formação, o reitor à frente. (...) Eis que em 69 aportam em Azambuja dois padres novos que vieram propor uma revolução: Pe. Milani e Pe. Valdir Staehelin. Fiquei sabendo, a poucos dias, que foram enviados por Dom Afonso com o objetivo explícito de promoverem uma radical mudança. Assim é que no final de julho, fomos chamados a voltar antes das férias, para um encontro que mudou toda nossa vida. Tornamo-nos, nós mesmos, responsáveis pelos horários de estudo e de oração, pela formação de equipes de trabalho e de esporte. (...) As celebrações litúrgicas passaram a ser preparados por nós. No dormitório, não devíamos ter vergonha de tirar a roupa em frente aos colegas, dispensando assim o ritual do cobertor por cima das costas.<sup>98</sup> Os temas sexuais entraram na pauta das conversas com os padres, sem o pudor de tempos anteriores. Abandonou-se a divisão entre maiores e menores. Podia-se ir à cidade para compras! Começou-se a freqüentar o bairro, com o objetivo de formar grupos de reflexão. Uma revolução!<sup>99</sup>

O discurso apresentado no Regimento Interno de 1973 realmente apresenta-se mais “participativo”, mais preocupado com a personalidade de cada seminarista, se comparado com os regimentos precedentes. Na introdução do Regimento de 1973 são

---

<sup>97</sup> LIBÂNIO, João Batista. **Educação Católica: atuais tendências**. São Paulo: Loyola, 1983. p. 29. In: GANDIN, Luis Armando. Op. Cit. p. 89.

<sup>98</sup> No Regulamento Interno de 1937 havia um cuidado enorme com o dormitório. Não eram toleradas “brincadeiras, risos, olhares, encontros, e quaisquer outras comunicações com os companheiros”. Exigia-se ainda que ao acender das luzes todos estivessem vestidos (**Regulamento Interno do Seminário de Azambuja** aprovado em 11 de fevereiro de 1937. p. 18). No Regimento Interno de 1944 não havia uma norma explícita para os dormitórios, provavelmente valiam as normas de 1937, pelo costume.

reconhecidas as diferentes maneiras de se formar os candidatos ao sacerdócio no tempo e no espaço: “O método e os recursos empregados para o encaminhamento e formação dos padres tem sido múltiplos e variados conforme as diferentes circunstâncias históricas, geográficas e etnológicas”.<sup>100</sup> No entanto, diferentemente do Regimento de 1937, o de 1973 não explicita abertamente os critérios para o ingresso no Seminário. No entanto é possível identificar alguns critérios dispersos. Na sua página 8, citando o documento conciliar *Optatam Totius* (O. T.), lembra quais seriam as virtudes de um “Ministro de Cristo”: “sinceridade de alma, o diligente cuidado pela justiça, fidelidade às promessas, polidez no agir e na linguagem modesta e caridosa, a bondade de coração, a coragem, a constância, a delicadeza”.<sup>101</sup> Além do mais vale lembrar que na década de 1960 ainda vigoravam os “atestados de boa conduta” (*figura 13*), introduzidos já nos primeiros anos do seminário, como um dos documentos exigidos para o ingresso no Seminário de Azambuja. Se agora não constavam no Regimento interno restrições extremamente rígidas para o ingresso no Seminário, como no Regimento de 1937, que, por exemplo, proibia o ingresso de jovens que não fossem “filhos legítimos”, é porque se elaborava uma “ficha de informações sobre os candidatos”, ficha esta que continha informações sobre a vida pessoal, religiosa, social, escolar e familiar do candidato. Era a partir desta ficha que os candidatos eram selecionados, como demonstram, por exemplo, anotações ao final das fichas: “Um tanto parado. Não tem muita garra. ‘Se os outros resolverem muito bem...’ Parece não ter espírito de conquista”.<sup>102</sup>

Quanto ao processo educacional, o Regimento de 1973 afirma que no Seminário se dará por meio do “acompanhamento individual de cada aluno, numa orientação para

---

<sup>99</sup> Depoimento do **Pe. Vitor Galdino Feller**, aluno do Seminário de Azambuja entre 1967-1975. In.: BESEN, José Artulino. O Seminário de Azambuja. Op. Cit. p. 151.

<sup>100</sup> **Regimento Interno do Seminário Menor Metropolitano de Azambuja** – Brusque. Fev. de 1973. Mimeografado. p. 1.

<sup>101</sup> Ibidem.

<sup>102</sup> Ficha de informações sobre os candidatos. Estágio de 1979. Arquivo D. Jaime de Barros Câmara. Seminário de Azambuja, Brusque, SC.

uma sempre maior responsabilidade, de acordo com as tendências psicológicas e as possibilidades de cada qual, no respeito à personalidade de cada educando”.<sup>103</sup> Afirma ainda que a “orientação deve ser freqüente e ocorrerá num clima de diálogo franco”.<sup>104</sup>

**Figura 13** - Atestado de boa conduta exigido para o ingresso no Seminário de Azambuja. 1965.

Ginásio Normal "Esf. Laura  
Reiga de Faria"  
Município de São João Batista

Atestado

Atesto que, [REDACTED],  
aluno deste Estabelecimento sem-  
pre foi de bom comporta-  
mento, nada havendo que lhe  
impedisse ingressar em qual-  
quer outro Estabelecimento.

São João Batista, 12/2/65

Dr. Ana Lúcia Busarello

Reconheço verdadeira a firma [REDACTED] Diretora  
de [REDACTED]  
[REDACTED]

WALDIR FELICIANO GOEDERT  
Oficial do Registro Civil  
e Tabelião  
São João Batista  
Santa Catarina

Em [REDACTED] de 1965  
[REDACTED]

**Fonte:** Arquivo D. Jaime de Barros Câmara, Seminário de Azambuja, Brusque - Santa Catarina.

A questão da disciplina continua a ter um papel fundamental: pretende-se inculcar no

<sup>103</sup> Ibidem. p. 3.

<sup>104</sup> Ibidem.

seminarista um profundo zelo pela disciplina e pela obediência, como se evidencia na citação abaixo:

Considera-se a disciplina de vida do seminário não apenas como vigoroso baluarte da vida comunitária e da caridade, mas como elemento indispensável de formação para conseguir o auto-domínio, promover a sólida madureza de pessoa e formar as demais disposições de espírito que ajudam decididamente no ordenado e frutuoso trabalho da Igreja. Mas que a disciplina seja praticada de modo que se torne uma atitude interna dos alunos mediante a qual aceitem a autoridade dos superiores com íntima convicção ou em consciência e por motivos sobrenaturais.<sup>105</sup> (grifo meus)

Observe-se como ocorre uma transubstanciação das relações de força fazendo “méconnaître-reconnaître”<sup>106</sup> a violência que elas realmente possuem e transmutando-as em poder simbólico capaz de realizar mudanças sem grandes gastos de energia, quando se afirma que o seminarista deve aceitar a autoridade dos superiores, deve praticar a disciplina “por motivos sobrenaturais”. A mesma estratégia é utilizada quando no Regimento, ao se falar da espiritualidade, se determina que “quinzenalmente os orientadores farão palestras aos alunos abordando temas de formação ou de disciplina”.<sup>107</sup> Era uma estratégia de se introjetar no seminarista, através do discurso religioso, o amor às normas e à disciplina. Busca-se, através de um discurso mais ameno garantir o “lucro simbólico”, como diria Bourdieu. Agora não mais é o uso da força e de castigos físicos que deve levar o seminarista a realizar o que dele espera a instituição, mas uma série de mecanismos e estratégias de “eufemização” do poder. Esta transição do castigo corporal, ou do castigo público, da imposição para técnicas mais econômicas de poder já vinha sendo sentida desde a década de 1950. Affonso Paulo Guimarães, aluno do Seminário de Azambuja da turma de 1945, afirma que a chegada do novo reitor, Pe. Afonso Niehues, reitor do Seminário entre 1947-1958, teria instituído uma

---

<sup>105</sup> Ibidem. p. 4.

<sup>106</sup> Ignorar-reconhecer, segundo Bourdieu.

<sup>107</sup> **Regimento Interno do Seminário Menor Metropolitano de Azambuja** – Brusque. Fev. de 1973. Mimeografado. p. 6.

“orientação mais humana à vida do seminário, embora, ainda, muito rígida”.<sup>108</sup> Afirma ainda que “entre as medidas benéficas tomadas, uma das que mais agradou aos alunos foi a abolição da terrível reunião, aos sábados, à noite, no Salão de Atos do Seminário, ‘Cine Rex’. Nesta ocasião, na presença de todos os alunos, o Reitor, após chamar a atenção sobre faltas comuns de disciplina e comportamento, nomeava, individualmente, o aluno e o ‘incriminava’”.<sup>109</sup>

É com o objetivo de superar este tipo de relação seminarista-formador que a *Ratio Fundamental* afirma que “quanto mais claramente for proposto aos jovens o objetivo sublime de sua formação, com tão maior vontade eles hão de buscar, em comum deliberação, os meios mais aptos para alcançá-lo, e levados pelo desejo do bem comum e pela vontade divina hão de conseguir autêntico sentido da liberdade e da autoridade”.<sup>110</sup> A eufemização das relações de poder também podem ser sentidas quando o mesmo documento, a *Ratio Fundamental*, defende que se deve inculcar durante a formação espiritual e pastoral do seminarista a idéia de que “os Presbíteros todos, juntos como os Bispos, participam de tal sorte de um e mesmo sacerdócio e ministério de Cristo, que essa unidade de consagração e missão chega a postular a comunhão hierárquica deles com a Ordem dos Bispos”.<sup>111</sup> A razão desta eufemização é antecipar os “lucros simbólicos”, ou seja, com o objetivo de diminuir a resistência dos jovens à formação, suaviza-se o discurso. Pois “em matéria de produção simbólica, o condicionamento exercido pelo mercado por intermédio da antecipação das possibilidades de lucro assume naturalmente a forma de uma censura antecipada, de uma autocensura, determinando não apenas a maneira de dizer, isto é, as escolhas de

---

<sup>108</sup> Depoimento do **Affonso Paulo Guimarães**, aluno da turma de 1945. In.: BESEN, José Artulino. O Seminário de Azambuja. Op. Cit. p. 164-165.

<sup>109</sup> Ibidem. p. 165.

<sup>110</sup> **Diretrizes Básicas da Formação Sacerdotal** (*Ratio Fundamental Institutionis sacerdotalis*). Op. Cit. p. 1215.

<sup>111</sup> Ibidem. 1216.

linguagem (...) ou do nível de linguagem, mas também daquilo que poderá e que não poderá ser dito”.<sup>112</sup>

O controle do corpo também se tornou mais tênue. Enquanto o Regimento de 1937 proibia aos seminaristas “cultivar cabeleira; usar de perfumes, e de quaisquer ornamentos seculares”<sup>113</sup> o Regimento de 1973 apenas aconselha que “é necessário acautelar-se para não incidir em outro erro bastante comum nos adolescentes, qual seja o cultivo exagerado das qualidades corporais, talvez até com prejuízo para o desenvolvimento equilibrado da personalidade”.<sup>114</sup> Esta questão do corpo e sua relação com as “maquinarias de poder” desenvolvidas no processo de formação do “bom seminarista” será trabalhada mais profundamente no próximo capítulo.

No que diz respeito ao relacionamento com o outro, seja do mesmo sexo ou não, também há uma certa diferença nos discursos dos dois regimentos. No Regimento de 1937 se exige dos seminaristas que, caso estejam caminhando e encontrem outra pessoa, que “façam a saudação sem parar, a menos que as circunstâncias o justifiquem”.<sup>115</sup> Quando se trata do relacionamento entre os próprios seminaristas proíbe-se qualquer amizade mais forte entre eles, amizades estas consideradas perigosas. Para diminuir esta possibilidade de amizade institui-se, no Regimento Interno de 1937, que “nenhum presente, mínimo que seja, dêem ou recebam uns dos outros, sem prévio consentimento dos superiores, o mesmo se dizendo para trocas e permutas de objetos”.<sup>116</sup> Uma possível explicação para esta atitude pode estar no fato de que, “em algumas instituições totais, a equipe dirigente pensa que a solidariedade entre conjuntos de internados pode dar uma

<sup>112</sup> BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas lingüísticas: O que falar quer dizer**. Op. Cit. p. 65.

<sup>113</sup> **Regulamento Interno do Seminário de Azambuja** aprovado em 11 de fevereiro de 1937. p. 14

<sup>114</sup> **Regimento Interno do Seminário de Azambuja** aprovado em fevereiro de 1973. p. 9.

<sup>115</sup> **Regulamento Interno do Seminário de Azambuja**. 1937. p. 12.

<sup>116</sup> Ibidem. p. 12-13.

base para atividade combinada proibida pelas regras e por isso pode conscientemente tentar impedir a formação do grupo primário”.<sup>117</sup>

A relação com o sexo feminino era uma antiga preocupação da hierarquia da Igreja Católica, tanto na relação dos padres como na relação dos seminaristas com as mulheres. A proximidade do padre com as mulheres poderia oferecer ocasião para a desobediência do celibato ou, simplesmente, oferecer a possibilidade da desconfiança por parte da hierarquia ou dos leigos. É justamente para evitar este tipo de situação que a Cúria Metropolitana, através do Vigário Geral do Arcebispado, Monsenhor Frederico Hobold, envia, em 1952, um ofício, classificado como “reservado”, para os padres de toda a Arquidiocese, onde proíbe aos sacerdotes levarem “consigo em viagem de necessidade ou de recreio, por lugares desconhecidos quaisquer mulheres, ainda que parentes próximas ou pessoas devotas e acima de menor suspeita” (sic).<sup>118</sup>

No início da década de 1960, ainda se tinha a visão de que o sexo feminino era pecaminoso e que o seminarista deveria evitá-lo ao máximo, como nos relata Augusto César Zeferino, aluno da turma de 1961: “Muitas vezes, após o almoço, as orações eram feitas no Santuário, para onde nos dirigíamos em fila indiana através do pátio externo. Éramos orientados a não olhar para os lados, evitando assim, contatos, mesmo que visuais, com pessoas externas à comunidade, principalmente as mulheres”.<sup>119</sup> O desejo de “formar” estas almas e estes indivíduos extrapolava os muros do Seminário de Azambuja. O cuidado com o sexo feminino não era exigido somente com mulheres estranhas ao seminarista, mas também com a mãe e as irmãs. O mesmo Zeferino nos relata que sua “mãe recebia, antes das férias, carta solicitando que não usasse e que nem deixasse suas filhas usarem vestidos de manga curta enquanto o *seminarista* lá

<sup>117</sup> GOFFMAN, Erving. Op. Cit. p. 58.

<sup>118</sup> Ofício da Cúria Metropolitana ao clero datado de 30 de setembro de 1952. Arquivo D. Jaime de Barros Câmara, Seminário de Azambuja, Brusque, SC.

<sup>119</sup> Depoimento de **Augusto César Zeferino**, aluno do Seminário de Azambuja da turma de 1961. In. BESEN, José Artulino. Seminário de Azambuja. Op. Cit. p. 174.

permanecesse, pois um futuro sacerdote estaria entre elas”.<sup>120</sup> Em muitos seminários nem se estimulava a utilização da expressão “mulher”. “Era um vocábulo que devia ser evitado: era preferível usar a expressão pessoa do sexo oposto”.<sup>121</sup> No Seminário de Azambuja, no Regimento de 1973, a visão em relação à mulher é apresentada de maneira mais “naturalizada”, mas também se observa a utilização, preferencialmente, da expressão “pessoa do outro sexo”.

A pessoa afetivamente equilibrada sabe manter um correto relacionamento com os outros, sejam estes amigos ou não, conhecidos ou desconhecidos, bem educados ou rudes. (...) Menção especial se dê ao relacionamento humano com pessoas de outro sexo. É importante notar a diferença entre a psicologia do homem e da mulher. Saibamos tratar a todas, mesmo as mais jovens, com naturalidade e sem afetação e sem nos deixarmos levar por sentimentalismos fáceis, por afeição pessoal ou mera simpatia. Pessoas há que neste aspecto não conseguem exercer um autodomínio sobre si mesmas e vivem eternamente sonhando com uma situação que apenas cabe na sua imaginação, porque está inteiramente por fora da realidade. (...) Evitem os seminaristas manter com pessoas de outro sexo encontros que tenham a aparência de namoro.<sup>122</sup>

Como se vê, em alguns aspectos, o Seminário realmente propiciou a circulação de “novos ares”. Mas sempre com cuidado, pois havia o “medo de se perder o rumo”, havia o receio de se perder o controle da disciplina. Em 1963 ocorre um fato que demonstra este receio. Neste ano a Diretoria da Academia São Luiz<sup>123</sup> (a partir de 1967 passa a ser o GEMCO – Grêmio Estudantil Monsenhor Cordioli), em seus quase 25 anos, foi eleita pela primeira vez pelos próprios seminaristas. No entanto o Padre Reitor deixa claro no Diário o caráter experimental e a intenção de não se perder o controle: “Antes da eleição foi frisado bem que não se tratava de introduzir uma tradição. Qualquer abuso implicaria em corte definitivo de tal concessão”.<sup>124</sup> Aos poucos, numa “abertura lenta e gradual”, permitia-se que novos ares fossem adentrando o seminário,

<sup>120</sup> Ibidem.

<sup>121</sup> AZZI, Ariolando. Op. Cit. p. 88.

<sup>122</sup> **Regimento Interno do Seminário de Azambuja**. 1973. p. 12.

<sup>123</sup> A Academia São Luiz era uma Academia literária fundada pelo Monsenhor Cordioli para estimular e aprimorar os dotes artísticos e literários dos seminaristas e que, posteriormente, por questões de ordem burocrática passou a ser o GEMCO.

<sup>124</sup> **DIÁRIO DO REITOR**. Livro Tombo I de março de 1927 a 1970.



não pela porta principal, excessivamente larga, mas pelas frestas, convenientemente estreitas, limitadas e controladas. “Na festa de agosto de 1964, por experiência, é permitido aos alunos saírem à praça por algumas horas”.<sup>125</sup>

Podemos observar, portanto, que, se haviam ocorrido algumas transformações, como vimos, a partir da *Ratio Fundamental*, pelos menos num aspecto continua-se irreduzível, apesar do discurso ter sido amenizado: a disciplina e a hierarquia, pois “ordem e disciplina constituíam o grande binômio da formação seminarística”.<sup>126</sup> É difícil tolerar o diferente, o contestador. Segundo o documento *Presbyterorum Ordinis* “o ministério sacerdotal (...) sendo ministério da própria Igreja, só em comunhão hierárquica com todo o corpo se pode desempenhar. Portanto, a caridade pastoral instiga os sacerdotes, agindo nesta comunhão, a entregarem a sua vontade por obediência ao serviço de Deus e dos seus irmãos, recebendo em espírito de fé e executando o que lhes é preceituado ou recomendado pelo Sumo Pontífice, pelo próprio Bispo e outros Superiores, entregando-se ‘superentregando-se’ (...)”.<sup>127</sup> Observa-se aqui a crucial importância da disciplina e da hierarquia para sustentação e organização da Igreja. Sendo assim, aqueles que não possuíam estas qualidades exigidas pela Igreja, amor à disciplina e à hierarquia, não poderiam ser bons sacerdotes. No tópico VIII, intitulado “Algumas normas especiais”, o Regimento de 1973 refere-se, entre outros aspectos, aos “Casos de desligamento de alunos do Seminário”. O seminarista que sai ou é convidado a sair do Seminário, às vezes era apresentado como alguém pernicioso à comunidade, alguém que não conseguiu viver sua vocação, alguém que não foi “bom” o suficiente.

Numa comunidade todos devem esforçar-se individualmente e ajudar-se mutuamente. Isto só é possível num ambiente em que reine o verdadeiro amor cristão, onde haja espírito de compreensão e sobretudo de boa vontade. Para que isso aconteça é necessário que seus

<sup>125</sup> BESEN, José Artulino. Seminário de Azambuja. Op. Cit. p. 56.

<sup>126</sup> AZZI, Ariolando. Op. Cit. p. 83.

<sup>127</sup> **Presbyterorum Ordinis: Decreto do Concílio Vaticano II sobre o ministério e a vida dos sacerdotes.** Edições Paulinas. 1965. p. 42-43.

integrantes possuam certa bagagem de qualidades e virtudes fundamentais morais e psíquicas. Pode acontecer que um determinado aluno não preencha alguma dessas condições, ou talvez sinta muita dificuldade de engajar-se numa comunidade. Que se torna um peso para os outros ou, o que seria ainda mais lamentável, um elemento pernicioso, não pode permanecer na comunidade.<sup>128</sup>

Vejamos a seguir um depoimento do Pe. Vitor Feller (aluno entre 1967-1975)

que narra um episódio onde esta questão fica bastante evidente.

Anos mais tarde, com o início da filosofia em Santa Catarina, mais precisamente em Brusque, na FEBE, (...) continuamos a morar no Seminário de Azambuja, após a conclusão do científico. Continuou conosco o Milani, como formador dos novos filósofos. Como fizemos esse homem sofrer! Seu maior sofrimento, a nosso ver, se deu quando foi posto na parede por todo o nosso grupo, que tomou as defesas do colega Siro. Desde o segundo grau e, mais ainda agora, na filosofia, Siro era o seminarista mais articulado, sabia das coisas, lia jornais, entendia do movimento hippie, usava cabelos a la black power, seu quarto era tão desgrehado quanto seus cabelos. A ele cabia o cuidado da biblioteca, expediente de que se servia para incentivar os menores a umas leituras mais ousadas e críticas. Por tudo isso, não era bem visto pelos padres responsáveis pelo seminário menor.<sup>129</sup> (grifos meus)

Podemos aqui fazer novamente uma comparação com as instituições totais de Goffman, onde este define dois tipos básicos de ajustamentos entre o indivíduo e a instituição: ajustamentos primários e ajustamentos secundários. Quando o indivíduo contribui, coopera com as atividades exigidas pela instituição da qual participa, quando age de acordo com as exigências da instituição ele se torna um integrante “normal”, que interiorizou as normas. Este processo Goffman denomina de ajustamento primário. Quando “o participante de uma organização emprega meios ilícitos, ou consegue fins não-autorizados, ou ambas as coisas, de forma a escapar daquilo que a organização supõe que deve fazer e obter e, portanto, daquilo que deve ser”<sup>130</sup> o indivíduo passa a ser visto como “anormal”, como um “elemento pernicioso” na comunidade. Este é, segundo Goffman, o ajustamento secundário. Assim sendo, uma vez que o indivíduo não se adequou às normas da instituição, não se enquadrou no que seria “normal” restam duas alternativas: ou a instituição consegue enquadrá-lo ou a instituição o rejeita,

<sup>128</sup> **Regimento Interno do Seminário de Azambuja.** 1973. p. 27-28.

<sup>129</sup> BESEN, José Artulino. Seminário de Azambuja. Op. Cit. p. 152.

<sup>130</sup> GOFFMAN, Erving. Op. Cit. p. 159-160.

expulsando-o. Será que o seminarista Siro foi enquadrado? Será que foi expulso? Aguardem um pouco, voltaremos a falar deste episódio mais adiante, no próximo capítulo, quando discutirmos alguns exemplos de resistência do sujeito ao projeto de modelação do “bom seminarista”. Fiquemos agora com um caso de expulsão que não tem por motivo uma rebeldia, uma desobediência clara às regras, mas uma desconfiança dos superiores quanto ao mau comportamento do seminarista, suspeito de estar praticando uma forma solitária de satisfação de seus desejos carnis...

Nesta frenética busca de construir e moldar o seminarista de acordo com um “modelo ideal” buscava-se ter o controle sobre o corpo, a alma e as vontades dos jovens e, em algumas situações, os “vasos” não se adequavam às mãos do “oleiro”, e acabavam sendo quebrados. Um exemplo disto é o caso da expulsão do seminarista Augusto César Zeferino, que ingressou no Seminário Menor Metropolitano de Azambuja em 1961. Este episódio demonstra como qualquer possibilidade de conduta fora do “normal” era exemplarmente punida, mesmo quando fosse apenas desconfiança. Zeferino nos relata o dia em que foi expulso do Seminário: “Num certo dia, após voltar do hospital em função de uma cirurgia, fui chamado pelo padre espiritual, que me disse: ‘Você não tem vocação. Você está muito pálido e isto é sinal de que anda pecando, por isso está expulso do Seminário! Não irá embora hoje, pois dois outros seminaristas também estão sendo afastados. Vá se preparando e espere até depois de amanhã’” (grifos meus).<sup>131</sup>

Neste processo de modelagem do novo sujeito pela instituição, o “bom seminarista” neste caso específico do Seminário de Azambuja, quais seriam os mecanismos utilizados para garantir uma obra bem acabada, um vaso sem ranhuras, sem rachaduras, um “bom padre”? A mecânica do poder exercida pelos formadores sobre os

---

<sup>131</sup> BESEN, José Artulino. **Seminário de Azambuja: 1927-2002**. Florianópolis: Colaboradores – AESA, 2002. p. 174-175.

seminaristas objetivando manufaturar o “levita ideal” é, portanto, a preocupação central de nosso próximo capítulo.

### CAPÍTULO III

#### A MAQUINARIA DO PODER: MECANISMOS PARA A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO QUE SE QUER

*Sob a humanização das penas, o que se encontra são todas essas regras que autorizam, melhor, que exigem a “suavidade”, como uma economia calculada do poder de punir. Mas elas exigem também um deslocamento no ponto de aplicação desse poder: que não seja mais o corpo, com o jogo ritual dos sofrimentos excessivos, das marcas ostensivas no ritual dos suplícios; que seja o espírito ou antes um jogo de representações e de sinais que circulem discretamente mas com necessidade e evidência no espírito de todos. Não mais o corpo, mas a alma.<sup>1</sup>*

Já discutimos no capítulo anterior o tipo de sujeito que a Igreja Católica queria como seminarista, já discutimos o tipo de seminarista que queriam, portanto, os formadores do Seminário de Azambuja. Vamos nos ater agora em identificar alguns mecanismos indicados pela hierarquia da Igreja Católica para a confecção deste tipo de “seminarista ideal”, entender quais os mecanismos, qual a maquinaria de poder posta em ação no Seminário de Azambuja para alcançar seu intento de produzir os “bons seminaristas” e os “bons padres” que a instituição Igreja Católica esperava e desejava, agora adequados “às novas necessidades dos tempos”.<sup>2</sup>

#### 1. Discurso e realidade, realidade e discurso

Um dos primeiros mecanismos a entrar em ação era, muito provavelmente, o discurso oficial da Igreja Católica em relação ao “bom seminarista”. Na verdade este mecanismo permeia todos os outros, tendo em vista que o discurso está presente na educação, na espiritualidade, nos valores e nas normas inculcadas no seminarista ao

---

<sup>1</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Op. Cit. p. 84.

<sup>2</sup> **Ratio Fundamentalibus Institutionibus Sacerdotalis**. Op. Cit. p.1213.

longo de seu processo de formação. Não se deseja aqui redundar num idealismo infundado, acredita-se que a construção da realidade é resultado de um processo dialético entre o mundo concreto e as idéias, mas por outro lado não se pode negar a enorme força do discurso no processo de criação das identidades, ou em outros termos, da força das práticas discursivas na construção de diferentes subjetividades. Foucault insiste muito em todas as suas obras na questão de que conceitos são construídos historicamente, que sujeitos são construídos e destruídos no seio da história. Em sua obra *A verdade e as formas jurídicas* insiste uma vez mais, afirmando que “seria interessante tentar ver como se dá, através da história, a constituição de um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história”.<sup>3</sup> Na mesma linha de Nietzsche, “Foucault sustenta que não há essência, pura identidade, imóvel e anterior, interna ao acidental sucessivo. Não há identidade primeira, original, espírito que se mantém idêntico a si entre as mudanças históricas”.<sup>4</sup> Assim sendo, a Igreja Católica, ao criar e difundir, através de seus porta-vozes oficiais, um determinado discurso sobre o “bom seminarista” irá, certamente, exercer grande força sobre os jovens que sonham servir a Igreja e a Deus por meio do sacerdócio. Suas atitudes e sua maneira de ser serão afetadas por este discurso ou, em outras palavras, sua identidade será alterada, uma vez que a “identidade é somente um jogo”, é “somente um procedimento para favorecer relações”.<sup>5</sup> Assim, se alguém quer ser reconhecido como bom pai irá comportar-se conforme o discurso de “bom pai”; se alguém quer ser reconhecido como um bom estudante irá comportar-se da maneira como o discurso define um “bom estudante” e, se

---

<sup>3</sup> FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003. p. 10.

<sup>4</sup> REIS, José Carlos. **História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 168.

<sup>5</sup> FOUCAULT, Michel. **Sexo, poder e indivíduo**. Op. Cit. p. 32.

alguém quer ser reconhecido como vocacionado para o sacerdócio irá comportar-se conforme o discurso da Igreja Católica referente ao “bom seminarista”, ganhando desta forma a aceitação daqueles que são autorizados a identificar e reconhecer o chamamento divino para a vocação sacerdotal. Muito já se falou a respeito deste discurso, ou destes discursos, uma vez que não eram exatamente os mesmos em todos os períodos da história da Igreja Católica, mas retomemos alguns exemplos para que possamos entender melhor esta maquinaria de poder posta em evidência no discurso oficial da hierarquia da Igreja na constituição do sujeito “seminarista”.

No documento sobre a Formação Sacerdotal – *Optatam Totius* (OP) encontramos alguns exemplos deste discurso. Afirma-se, em primeiro lugar, que a vocação não é decisão pessoal, mas sim “ação da Divina Providência, que concede aos homens divinamente eleitos a participarem do Sacerdócio hierárquico de Cristo os dotes adequados e os auxilia com sua graça”<sup>6</sup> e deixa claro que os bispos são responsáveis pelo reconhecimento da autenticidade desta vocação. Aos responsáveis diretos pela escolha, os reitores, representantes do bispo, o documento exorta para que “considerando a idade e o progresso dos candidatos, faça-se com vigilante cuidado um inquérito sobre sua reta intenção e vontade livre, sua idoneidade espiritual, moral e intelectual, sua adequada saúde física e psíquica, tendo presentes também as disposições porventura transmitidas pela família”.<sup>7</sup>

Já no documento *Presbyterorum Ordinis* – Sobre o ministério e a vida dos sacerdotes (PO), se insiste em vários momentos na qualidade indispensável para quem deseja servir à Igreja por meio do sacerdócio: a obediência e a “comunhão hierárquica” com seus superiores, com o bispo em especial: “Todos os sacerdotes participam de tal maneira com os Bispos no mesmo e único sacerdócio e ministério de Cristo que a

---

<sup>6</sup> *Optatam Totius* – Documentos Pontifícios. Op. Cit. p. 5.

<sup>7</sup> *Ibidem*. p. 9.

unidade de consagração e missão requer a sua comunhão hierárquica com a Ordem Episcopal”, ou “os sacerdotes (...) tendo presente a plenitude do sacramento da Ordem recebido pelos Bispos, reverenciem neles a plenitude de Cristo Pastor supremo”.<sup>8</sup>

Na *Ratio Fundamentalis Institutiones Sacerdotalis* – Diretrizes básicas da formação sacerdotal – estabelece-se claramente quais qualidades são esperadas do seminarista. Afirma-se que, no processo de seleção, se deve levar em

consideração os dons humanos e morais dos jovens (por exemplo, sinceridade, maturidade afetiva, cortesia, fidelidade à palavra empenhada, assíduo zelo pela justiça, sentimento de amizade e justa liberdade e responsabilidade, espírito de iniciativa, vontade de cooperar com os outros etc), espirituais (por ex., amor a Deus e ao próximo, esforço pela fraternidade e abnegação, docilidade, castidade comprovada, sentido da fé e da Igreja, solicitude apostólica e missionária), e intelectuais (por ex., julgamento correto e sadio, talento suficiente para realizar os estudos eclesiais, correta noção do sacerdócio e de suas condições), a fim de se poder julgar sobre sua aptidão para o ministério sacerdotal.<sup>9</sup> (sic)

Estes eram também os discursos proferidos na pastoral vocacional. Um exemplo disto é o *Documentário Vocacional*, um manual com “temas, sugestões e subsídios para as comemorações do dia nacional das vocações sacerdotais” editado pelo Secretariado Nacional de Vocações Sacerdotais da CNBB em 1960. Num de seus vários capítulos existe a sugestão para que, ao se fazer campanha vocacional, se insista em estimular o amor e respeito ao seminário, fazendo com que os jovens interessados em ingressar no seminário entendam que o “bom seminarista” não critica o seminário e suas instituições pois “a experiência demonstra que os ataques e as críticas infundadas lançadas contra o Seminário, sua organização, teor de vida, Regulamento e Superiores contribuem decisivamente para destruir, no seminarista, o entusiasmo pela sua vocação” (sic).<sup>10</sup>

Desta forma já se vai construindo nos candidatos ao seminário a noção do “bom

<sup>8</sup> **Presbyterorum Ordinis** – Decreto do Concílio Vaticano II sobre o ministério e a vida dos sacerdotes. A voz do Papa. São Paulo: Edições Paulinas, 1966. p. 20, 23.

<sup>9</sup> **Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis**. Op. Cit. p. 1230.

<sup>10</sup> **DOCUMENTÁRIO VOCACIONAL** – Dia Nacional das Vocações Sacerdotais. São Paulo: Secretariado Nacional de Vocações Sacerdotais da CNBB, 1960. p.10.



seminarista” como sendo aquele que adere, por amor a Deus e aos superiores, às normas e ao modo de vida do seminário sem questionar ou criticar. A obediência, e isto já foi afirmado várias vezes, é fundamental característica para um seminarista. No mesmo *Documentário Vocacional*, citando uma exortação do Papa João XXIII feita aos alunos dos seminários, colégios eclesiásticos e colégios religiosos de Roma em 28 de janeiro de 1960, enfatiza-se mais uma vez a obediência e também a humildade como importantes valores a serem cultivados nos seminários. Estas são as palavras de João XXIII aos seminaristas:

Como bem o sabe vossa alma, ardente de juventude e de anseios pela messe que vos espera, não estais em Roma para vos preparardes para postos privilegiados; mas para vos tornardes os mais solícitos, os mais eficientes, os mais humildes, os mais generosos colaboradores dos vossos bispos, bem como também dos vossos futuros companheiros, que aliás, tanto confiam em vós. Este é, portanto, o período mais fecundo da vossa formação.<sup>11</sup>

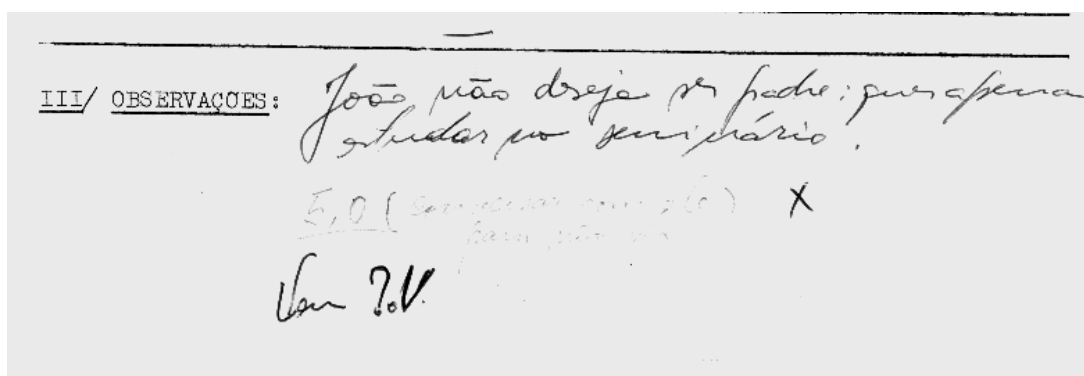
Assim sendo, o jovem que deseja ser um “bom seminarista” irá comportar-se desta maneira, seja por interiorizar estes valores, por se enquadrar às normas, seja para ter a aceitação dos responsáveis pelo ingresso no seminário ou ainda para ter a aceitação de seus superiores... Um exemplo de como o discurso da Igreja Católica influenciava na formação da identidade do seminarista está presente no depoimento de Ivo Pitz, seminarista em Azambuja entre 1958 e 1965. Em relação ao celibato, por exemplo, foi-lhe questionado a respeito dos mecanismos utilizados no seminário para convencer o seminarista da importância do celibato para o sacerdócio. Respondeu que “o fato é que nós, desde pequenos, sabíamos que padre não podia casar. E, se desde cedo alguém quisesse ser padre, a idéia do celibato já estava implícita”.<sup>12</sup> Observamos aqui um exemplo claro de como parte da identidade do “bom seminarista” já ia sendo formada antes mesmo do jovem entrar no seminário. Tanto é que um dos mecanismos de

<sup>11</sup> Ibidem. p. 18.

<sup>12</sup> Entrevista com **Ivo Pitz**, seminarista em Azambuja entre 1958 e 1965. Recebida por e-mail em 02 de fevereiro de 2005 em [mirokretzer@pop.com.br](mailto:mirokretzer@pop.com.br).

controle para o ingresso no seminário constava de uma ficha com informações do candidato e de sua família, contendo uma série de dados que permitiriam aos dirigentes do Seminário de Azambuja identificarem uma possível vocação através das informações ali coletadas. Ao final de cada ficha havia uma anotação do padre que havia feito a entrevista com o candidato ao Seminário. Após a entrevista e a leitura da ficha de informações vinha o veredicto favorável ou não à aceitação do candidato ao Seminário de Azambuja. Em algumas situações o candidato era rejeitado pelo fato de o padre

**Figura 14** - Verso de uma ficha de informações de candidato ao Seminário de Azambuja contendo a opinião do padre entrevistador a respeito das intenções do entrevistado. Estágio de 1984.



**Fonte:** Arquivo D. Jaime de Barros Câmara, Seminário de Azambuja, Brusque - Santa Catarina.

entrevistador observar nele apenas o desejo de estudar no Seminário, mas não o desejo de ser sacerdote (figura 14).

Um maior enquadramento às normas e ao modo de vida do seminário se dava, principalmente, nos primeiros anos de estadia no seminário uma vez que o novato se encontrava numa nova realidade, desconhecida por ele, “deixava para trás uma família, uma cultura, uma identidade espacial”,<sup>13</sup> enfim, distanciava-se da realidade que dava sustentação às suas convicções. Nesta situação o jovem seminarista encontrava-se mais fragilizado, inseguro e, portanto, mais propenso às influências externas. O novo gera angústia por não sabermos como nos afetará a realidade desconhecida. Nossa segurança

<sup>13</sup> Depoimento de **Augusto César Zeferino**, aluno da turma de 1961. In.: BESEN, José Artulino. O Seminário de Azambuja. op. Cit. 171.

psicológica baseia-se na posse de informações objetivas que nos permitem dominar a realidade à nossa volta. Para que o processo de formação fosse mais eficiente havia a necessidade de afastar o aluno do mundo exterior de modo que as regras do novo mundo, o seminário, fossem melhor introjetadas. Na época do Pe. Jaime Câmara, primeiro reitor (1927-1935), por exemplo, as férias ocorriam apenas a cada 2 anos. A partir de 1936 passaram a ser anuais. As férias menores (as que ocorriam entre fins de julho e início de agosto) sempre foram passadas no Seminário. Somente durante a reitoria do Mons. Valentim Loch (1959-1970) é que os seminaristas puderam também passar as férias menores na casa de seus pais.<sup>14</sup> Segundo Ariolando Azzi, “em geral os superiores temiam que o contato com os parentes fizesse com que o jovem candidato perdesse o estímulo religioso que havia sido inculcado em seu espírito durante o período escolar”.<sup>15</sup> “Portanto, em última análise, todo esse esforço de tornar a vida do seminarista interiorizada estava centrado no desejo de tornar seu grupo de convívio restrito aos seus superiores e colegas, de modo que não precisasse estar preso à família ou à sociedade, mas, sim, à instituição Igreja Católica”.<sup>16</sup> Com este objetivo, já nas primeiras semanas, eram feitas reuniões para, aos antigos seminaristas relembrar, e aos novatos inculcar as normas e sanções do Seminário. Segundo Goffman, “o momento em que as pessoas da equipe dirigente dizem pela primeira vez ao internado quais são as suas obrigações de respeito pode ser estruturado de tal forma que desafie o internado a ser um revoltado permanente ou a obedecer sempre”.<sup>17</sup> Tomemos como exemplo alguns “avisos diversos para o bom andamento da comunidade, disciplinares e de boas maneiras”, repassados aos seminaristas no início do ano de 1981.

---

<sup>14</sup> Depoimento do **Mons. Valentim Loch**, aluno da turma de 1932 e reitor do Seminário de Azambuja entre 1959 e 1970. In.: BESEN, José Artulino. *O Seminário de Azambuja*. Op. Cit. p. 128-129.

<sup>15</sup> AZZI, Ariolando. Op. Cit. p. 81.

<sup>16</sup> BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. **Cultura escolar e história eclesiástica: Reflexões sobre a ação romanizadora pedagógica na formação de sacerdotes católicos e o Seminário Diocesano de Santa Maria (1915-1919)**. Cadernos Cedes, ano XX, nº 52, novembro de 2000, p. 94.

<sup>17</sup> GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Op. cit. p. 24.

(...) Silêncio: após o recreio da noite até o café do dia seguinte, sobretudo no dormitório (não usar rádios) *os rádios podem ser recolhidos pelo assistente*.

(...) Barbeiro: quinzenalmente poderá vir um barbeiro para cá, se for necessário (ninguém mais poderá ir à cidade durante a semana para cortar cabelo).

(...) Outras normas diversas: a) Dentro de casa não se usem shorts nem camiseta. Bermudas são permitidas, mas não durante as aulas e na missa. b) Não se ande por aí mal vestido (que nem bêbado), de cabelo mal arrumado, comprido (cabelo de maconheiro).

(...) Portaria: não é lugar para permanecer; evitar idas desnecessárias até lá (hora da pausa, após o café da tarde, etc...); não ficar *estacionado* na janela do expediente.

(...) Não visitar quartos de filósofos e lá permanecer.

(...) Recintos chaveados: (...) n) é proibido chavar os amariozinhos dos dormitórios (só durante as férias isso poder ser feito).

Dormitório: não permanecer nas janelas da frente; evitar conversas impróprias, piadas, ... trocar roupa com respeito, *uso do pijama*.

(...) *Aceitar de bom ânimo correções dos orientadores. Visitas: não levar ao dormitório (durante o ano).* (sic)<sup>18</sup>

Já foi afirmado que nas décadas que se seguiram ao Concílio Vaticano II a Igreja Católica buscou afrouxar, eufemizar, ou dissimular o caráter e a forma como suas normas e regras eram impostas. É aquilo que Foucault chama de humanização ou mitigação das penas, “uma tecnologia dos poderes sutis, eficazes e econômicos, em oposição aos gastos suntuários do poder dos soberanos”, onde não mais o corpo, mas o “espírito ou antes um jogo de representações e de sinais que circulem discretamente mas como necessidade e evidência no espírito de todos”,<sup>19</sup> tornando, portanto, a semiologia um instrumento de poder. Isso também ocorreu no Seminário de Azambuja. Até porque os documentos da hierarquia católica responsável pela educação nos seminários e escolas católicas insistiam nesta mudança de atitude, reconhecendo a impossibilidade, ou a enorme dificuldade de continuar utilizando os velhos métodos. Isto fica claramente demonstrado na *Ratio Fundamental*, documento da Sagrada Congregação para a Educação Católica elaborado para direcionar a “renovação dos Seminários à luz do Concílio Vaticano II”,<sup>20</sup> já citado anteriormente por várias vezes. Na sua introdução

<sup>18</sup> AVISOS DIVERSOS para o bom andamento da comunidade, disciplinares e de boas maneiras (02-03-1981). Mimeografado, Arquivo D. Jaime Câmara, Seminário de Azambuja, Brusque, SC. As partes que estão destacadas em itálico são anotações manuscritas, provavelmente feitas pelo próprio reitor.

<sup>19</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Op. Cit. p. 86.

<sup>20</sup> **Ratio Fundamental Institutionis Sacerdotalis**. In REVISTA SEDOC. Maio de 1970. p. 1211.

afirma-se abertamente que seu objetivo é o de “contribuir eficazmente para a adaptação da obra educativa nos Seminários às novas necessidades dos tempos”.<sup>21</sup> Mais adiante identifica que a juventude destes novos tempos desconfia de tudo que é tradicional, que ela se caracteriza pela “rebeldia e espírito crítico diante da autoridade e das várias instituições da sociedade civil e eclesiástica”<sup>22</sup> e que, por isso, é necessário que haja nos seminários “maior estima da pessoa, a abolição de tudo o que aparentar injustificada ‘convenção’” e que, portanto, sejam revistos certos elementos tradicionais da educação.<sup>23</sup> Mas isto tudo não indica que os tradicionais valores como obediência à hierarquia, humildade, simplicidade... tenham sido abolidos. O que ocorre é uma eufemização das práticas de imposição destes valores através, principalmente, de uma maior possibilidade de participação dos seminaristas em alguns processos decisórios e organizacionais. A difusão da idéia de construção coletiva e social da realidade, entre outras, força a Igreja à estas mudanças de atitude. Mas por outro lado

La perspectiva de construcción social de la realidad supone la presencia del sujeto; presencia activa que como dice Touraine, expresa ‘la voluntad de un individuo de obrar y ser reconocido como actor’. No podría ser de otra manera en una sociedad moderna donde la interacción entre racionalización y subjetivación plantea como retos que el individuo tenga control de sus actos y situación, y que este control le permita concebir y sentir su conducta como componente de su historia personal de vida y de la sociedad en la que ejerce su acción. Vistas así las cosas, ¿hasta qué punto es posible la construcción de un sujeto en la estructura de la Iglesia católica, donde la identidad de sus integrantes está dada por la presencia de lo universal, de la creación y sentido de la voluntad divina, de la disciplina y acatamiento a la autoridad infalible?<sup>24</sup>

Este questionamento feito pelo cientista social espanhol Miguel J. H. Madrid é pertinente. Será possível a existência do sujeito autônomo, criador de sua realidade, de sua subjetividade dentro da estrutura da Igreja Católica, onde predomina um conceito de sujeito que quer ser universal, resultado de uma vontade divina que é comunicada aos

---

<sup>21</sup> Ibidem. p. 1213.

<sup>22</sup> Ibidem. p. 1215.

<sup>23</sup> Ibidem.

<sup>24</sup> HERNÁNDEZ MADRID, Miguel Jesús. **Dilemas posconciliares: iglesia, cultura católica y sociedad em la diócesis de Zamorra, Michoacán.** Zamorra, Mich.: El Colegio de Michoacán, 1999. p. 38.39.

homens pela própria Igreja? Há a possibilidade da constituição de um outro tipo ideal de seminarista, de sacerdote fora do conceito oficial da Igreja? Se é possível este outro tipo ideal, será que ele pode coexistir concretamente no seio da Igreja? O candidato ao sacerdócio que não se enquadra no conceito oficial de “bom seminarista” permanece no seminário? Esta discussão está latente quando, nas “NORMAS E ORIENTAÇÕES” do Seminário de Azambuja se faz o seguinte questionamento: “Se o seminário é local de formação, qual e quem é o seu agente, ou então o seu agente principal?” O próprio documento responde que “o seminarista, ele próprio é o seu verdadeiro formador ou educador, o que não quer dizer, muito pelo contrário, que ele é quem deve fazer o programa de formação”.<sup>25</sup> Em outros termos: o seminarista é o agente principal de sua própria formação, mas não faz o programa de formação! É agente na medida em que acata e interioriza o programa e as normas de formação... Portanto, é possível observar que muitas mudanças são apenas formais e não estruturais. Tomemos como exemplo uma recente pesquisa realizada num Seminário Maior (estudantes de filosofia) de São Paulo, onde fica claro o aspecto pouco participativo nas decisões quanto a alguns aspectos da formação.

(...) numa assembléia, outros aspectos da vida do grupo na instituição foram formalmente organizados: os seminaristas receberam um caderno contendo orientações quanto a vida na instituição: ‘Regimento interno’, ‘Horário da casa’, (...). Esses instrumentos não foram objeto de discussão na assembléia, foram outorgados pelos formadores aos seminaristas, caracterizando-se a organização administrativa e burocrática do Seminário. (...) Os seminaristas receberam também uma série de orientações e normas práticas do que fazer, como e onde fazer, bem como proibições e admoestações.<sup>26</sup>

<sup>25</sup> NORMAS E ORIENTAÇÕES. Mimeografado, vigente entre o final da década de 1970 e início da década de 1980. Arquivo D. Jaime Câmara, Seminário de Azambuja, Brusque – SC. p. 1.

<sup>26</sup> BENELLI, Silvio José. **Pescadores de homens: a produção da subjetividade no contexto institucional de um seminário católico**. Assis: UNESP, 2003. (Dissertação de Mestrado na Faculdade de Ciências e Letras). p. 98-99.

## 2. Manufaturando corpos e almas...

Já discutimos anteriormente alguns aspectos das diferentes maneiras, dos diversos mecanismos utilizados no Seminário de Azambuja ao longo de sua história para manufaturar o bom seminarista. Vamos retomar alguns pontos desta discussão.

No processo de construção do “sujeito que se quer”, os alvos principais das instituições são o corpo e a alma. O “dever-ser” constantemente lembrado e relembrado pelos superiores, pelos formadores diretos, pelos bedéis, pelos colegas através das incentivadas “correções fraternas”<sup>27</sup> ia, pouco a pouco, construindo o seminarista, mas não sem resistências, como veremos mais adiante. O corpo ia sendo adestrado para dar respostas imediatas. Nas “NORMAS E ORIENTAÇÕES” lidas aos seminaristas no início de cada ano insiste-se nesta prontidão, nesta “pontualidade”, afirma-se que o seminarista deve ter “presteza em atender os sinais”.<sup>28</sup> No tópico “Sineta” o documento insiste que “a finalidade do primeiro sinal é encaminhar-se ao local da atividade seguinte, para, ao segundo sinal, iniciar imediatamente”.<sup>29</sup> A sineta, ou um pequeno sino que em algumas épocas os seminaristas chamavam carinhosamente de “badalo”, era utilizada para chamar os seminaristas para as atividades internas do Seminário. Daí a insistência para que o seminarista esteja no local do evento logo após o primeiro sinal. Além desta prontidão, desta pronta obediência a que o seminarista era “adestrado” havia ainda um controle intenso e minucioso sobre o corpo através da postura corporal, da maneira de se vestir e de se portar em diversos momentos da “vida seminarística”. A “civildade”, desta forma, presta serviço à disciplina. André Petitat, em sua obra *Produção da escola: produção da sociedade*, afirma que os colégios vão se utilizar das

<sup>27</sup> Expressão utilizada no Seminário de Azambuja para expressar tanto uma correção que um seminarista poderia fazer a um colega, chamando-lhe a atenção em relação a alguma atitude contrária às normas do Seminário quanto também a prática da delação, quando o seminarista informava aos superiores um fato contrário às normas.

<sup>28</sup> NORMAS E ORIENTAÇÕES. Op. Cit. Ibidem. p. 4.

<sup>29</sup> Ibidem. p. 8.

regras de civilidade, de boas maneiras preocupados que estavam em “estabelecer regras de comportamento e em disciplinar o espírito, disciplinando o corpo”.<sup>30</sup> Esta preocupação com a postura corporal como forma de educar a alma através do corpo não era, obviamente, uma tática exclusiva do Seminário de Azambuja. Era típica de qualquer seminário e também de outras instituições educacionais. Algumas pesquisas feitas em outros seminários demonstram claramente estas semelhanças. Uma destas pesquisas foi feita por Marcus Levy Albino Bencostta, que analisa a formação dos sacerdotes católicos no Seminário Diocesano de Santa Maria, em Campinas, São Paulo, entre os anos de 1915 e 1919. No texto abaixo ficam evidentes as similaridades nas técnicas e métodos utilizados para adestrar o corpo e a alma do seminarista para a obediência sem demora e também para o silêncio, quando necessário.

A postura corporal também chegou a ser disciplinada. Os seminaristas deviam conservar durante os atos religiosos os olhos baixos e as mãos postas e, quando rezassem ou cantassem, ficariam proibidos de bocejar, recostar, cochichar ou fazer algo semelhante. Na presença ou quando da passagem de qualquer superior, deveriam manter-se de pé com a cabeça descoberta, jamais podendo cruzar as pernas, fumar na frente de qualquer um deles, ou mesmo ausentar-se sem a devida permissão. Na sala de estudo, eram-lhes proibidas as conversas e levantar-se sem a permissão do prefeito da hora. Nos dormitórios, nenhum deles poderia levantar-se antes do sinal da sineta, mesmo que já estivesse acordado e, à noite, após o toque de silêncio, somente em caso de necessidade grave obteriam permissão para sair da cama. Nas festas internas e em público, todos os seminaristas deveriam vestir paletó preto, calça e colete brancos ou, então, terno preto. Nos atos religiosos, porém, vestiam-se de batina e cota. Somente aos alunos do 5º ano era permitido o uso habitual da batina.<sup>31</sup>

Essa similaridade nos processos de formação do clero católico aparece ainda em outros trabalhos realizados nos últimos anos,<sup>32</sup> o que demonstra uma certa unidade no processo formativo, guardando, é claro, particularidades locais. Unidade esta imposta

<sup>30</sup> PETITAT, André. Op. Cit. p. 96.

<sup>31</sup> BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. **Cultura escolar e história eclesiástica: Reflexões sobre a ação romanizadora pedagógica na formação de sacerdotes católicos e o Seminário Diocesano de Santa Maria (1915-1919)**. Op. Cit.p. 93.

<sup>32</sup> PAULA, José Rogério Machado de. **Valores e pós-modernidade na formação do clero católico**. São Paulo: USP, 2001. (Dissertação de Mestrado no Departamento de Psicologia Social e do Trabalho). BENELLI, Silvio José. **Pescadores de homens: a produção da subjetividade no contexto institucional de um seminário católico**. Assis: UNESP, 2003. (Dissertação de Mestrado na Faculdade de Ciências e Letras).



pelos documentos papais, pelos documentos da Congregação para a Educação Católica, documentos da CNBB, dos bispos locais, entre tantos outros. No Seminário de Azambuja, por exemplo, em relação ao adestramento corpo, aparecem uma série de normas relacionadas à postura e ao modo se vestir dos seminaristas nas NORMAS E ORIENTAÇÕES do final da década de 1970 e início de 1980. Com relação a participação dos seminaristas em celebrações litúrgicas há várias interdições, como, por exemplo, ficar encostado à parede ou às colunas, ficar com as mãos no bolso ou sentar-se de modo “extravagante”. Em relação à aparência e ao vestir se insiste para que o seminarista não ande mal vestido, “com cabelo mal arrumado e comprido e barba de maneira inconveniente”,<sup>33</sup> que não use bonés dentro do seminário, “que não corram, não gritem, nem assobiem nos corredores, refeitórios, chuveiros e demais dependências da casa”.<sup>34</sup> Além disso é também proibido que “se ande de calção, camisa sem mangas, bermudas inconvenientes, ou sem camisa” dentro do seminário. Por outro lado “é obrigatório o uso do pijama (não se durma só de zorba)”.<sup>35</sup>

Como já foi afirmado anteriormente, a postura do corpo era também adestrada pelas normas de etiqueta que, por sua vez buscavam também adestrar a alma, o espírito. Houve períodos no Seminário de Azambuja em que se tinha, inclusive, aulas de etiqueta ou civilidade, como também eram chamadas. As aulas de etiqueta acabavam por construir um sujeito educado, com modos refinados de comportamento, sinal de distinção do seminarista, do padre na sociedade. Augusto César Zeferino, aluno do Seminário da turma de 1961, descreve a importância das aulas de civilidade e deixa claro como estas deixaram marcas no corpo, através das normas de comportamento e etiqueta: “As aulas de civilidade – tão necessárias para quem saíra de uma aconchegante

---

<sup>33</sup> NORMAS E ORIENTAÇÕES. Op. Cit. Ibidem. p. 5.

<sup>34</sup> Ibidem. p. 8.

<sup>35</sup> Ibidem.

mas rude vila de pescadores no norte da Ilha de Santa Catarina, dadas pelo Pe. Vito, ensinaram-me coisas quase impossíveis – até hoje descasco laranja com garfo e faca!”<sup>36</sup>

Norbert Elias faz uma apurada análise deste processo de educação, ao que ele chama de “processo civilizador”, processo este que, ao longo dos séculos, modifica o comportamento humano, definindo o que é “civilizado” e o que é “incivilizado”, “bárbaro”. Elias nos chama a atenção para o aspecto social deste processo quando afirma que

nossos termos ‘civilizado’ e ‘incivil’ não constituem uma antítese do tipo existente entre o ‘bem’ e o ‘mal’, mas representam, sim, fases em um desenvolvimento que, além do mais, ainda continua. É bem possível que nosso estágio de civilização, nosso comportamento, venham despertar em nossos descendentes um embaraço semelhante ao que, às vezes, sentimos ante o comportamento de nossos ancestrais.<sup>37</sup>

Ou seja, o processo civilizador é dinâmico. Ele modifica-se, transforma-se ao longo da história humana. Isto fica bastante evidente quando analisamos, por exemplo, as citações que Elias faz da obra de Erasmo de Rotterdam, *De civilitate morum puerilium*<sup>38</sup>. Nesta obra do século XVI aparecem diferentes maneiras de se comportar nas mesmas situações. Diz Erasmo que alguns recomendam aos meninos que devem “reter os ventos, comprimindo a barriga. Mas dessa maneira pode-se contrair uma doença”.<sup>39</sup> Mais adiante Erasmo afirma que “Reprimere sonitum, quem natura fert, ineptorum est, qui plus tribuunt civilitati, quam saluti (Os tolos que valorizam mais a civilidade do que a saúde reprimem sons naturais)”.<sup>40</sup> Este aspecto dialético dos hábitos e padrões de comportamento fica bastante evidente também quando se analisam as mudanças dos hábitos de se comportar à mesa, a utilização do garfo e da faca, por

<sup>36</sup> Depoimento de **Augusto César Zeferino**, aluno da turma de 1961. In.: BESEN, José Artulino. O Seminário de Azambuja. Op. Cit. 172.

<sup>37</sup> ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: Uma história dos costumes**. Volume 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. p. 73.

<sup>38</sup> Da civilidade em crianças.

<sup>39</sup> ELIAS, Norbert. Op. Cit. p. 71.

<sup>40</sup> Ibidem.

exemplo, descritos por Elias. Uma mudança de padrão sofre resistência por parte das gerações mais antigas, mas depois de um longo processo de conflito, acomodação e, por fim, de assimilação estes mesmos padrões antes considerados estranhos passam a ser considerados naturais. A partir de então “a geração mais antiga, para quem esse padrão de conduta é aceito como natural, insiste com as crianças, que não vêm ao mundo já munidas desses sentimentos e deste padrão, para que se controlem mais ou menos rigorosamente de acordo com os mesmos e contenham seus impulsos e inclinações”.<sup>41</sup> O conceito de certo e errado, de civilizado e não-civilizado, de fineza e grosseria vão moldando a forma de agir e comportar-se dos indivíduos. Desta forma, também os seminaristas, ao passarem por este “processo civilizador” no Seminário vão adquirindo características, marcas em seus corpos que os distinguem dos outros indivíduos da sociedade, pois o processo civilizador “elitisa” o padrão comportamental do indivíduo: “Você não deve fazer isso. Gente fina não faz isso”.<sup>42</sup> Portanto, para que seja visto como alguém educado, fino e civilizado o indivíduo passa, aos poucos, a assimilar os valores ditos como civilizados. Comportamentos, modo de falar e agir são modificados. “Tinha uma dificuldade enorme (para não dizer impossibilidade) de pronunciar palavras que tivessem ‘rr’. Assim como eu, vários outros, tanto os de origem alemã, como italiana. O Pe. Vendelino sempre nos deu apoio neste particular”.<sup>43</sup> Este depoimento de Ivo Pitz, seminarista em Azambuja entre 1958 e 1965, demonstra esta mudança a que o indivíduo é impelido pelos padrões do certo e errado, do civilizado e do não-civilizado, pois se considerava “errado” falar “erado”. É neste aspecto que Norbert Elias afirma que o processo civilizador é dolorido, penoso, pois exige do indivíduo sacrifícios, renúncias,

---

<sup>41</sup> Ibidem. p. 134.

<sup>42</sup> Ibidem.

<sup>43</sup> Entrevista com **Ivo Pitz**, seminarista em Azambuja entre 1958 e 1965. Recebida por e-mail em 02 de fevereiro de 2005 em [mirokretzer@pop.com.br](mailto:mirokretzer@pop.com.br).

ele sofre pressões físicas e psíquicas.<sup>44</sup> Todo este processo de criação de um novo *habitus* é também parte integrante do processo de disciplinarização do indivíduo pela instituição.

Já foi afirmado que os seminários apresentam algumas semelhanças com conceito goffmaniano de instituição total. No entanto, há visíveis diferenças entre as instituições totais. Há diferenças, por exemplo, no estado de espírito dos ingressantes em diferentes instituições totais. Há ingressantes que passam a fazer parte de uma instituição total de forma totalmente involuntária, como os presos, por exemplo. No outro extremo temos instituições totais em que os ingressantes são voluntários. Os seminários assemelham-se a estas últimas. No caso das prisões não há, grosso modo, uma preocupação com os sentimentos com que os internados realizam suas funções. Importa apenas que o façam. Já nas instituições religiosas, como os seminários, que “lidam apenas com aqueles que se julgam chamados e, entre tais voluntários, escolhem apenas os que parecem mais adequados e sérios em suas intenções”<sup>45</sup> há, sim, uma preocupação com “os sentimentos íntimos” dos internados. Nestas instituições a “simples obediência às regras de trabalho não seria suficiente, e a aceitação, pelo internado, dos padrões da equipe dirigente, é um objetivo, e não apenas uma consequência incidental”.<sup>46</sup> Por que esta diferença? Uma possível resposta pode estar no fato de que, no caso do seminário, o “internado-seminarista-formando” possa se transformar em “dirigente-padre-formador”, ou em outros termos, “o Seminário produz padres que são agentes formados e que se tornam, por sua vez, agentes formadores”.<sup>47</sup> Isto significa que o seminário, ao formar novos agentes formadores, tem a necessidade de fazer com que estes novos agentes tenham internalizado de forma intensa as normas

---

<sup>44</sup> ELIAS, Norbert. Op. Cit. p. 10.

<sup>45</sup> GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Op. Cit. p. 104.

<sup>46</sup> Ibidem.

<sup>47</sup> BENELLI, Silvio José. Op. Cit. p. 75.

e as verdades da instituição que representam. De outra forma a própria instituição correria o risco de desagregação, implodiria, já que os novos agentes formadores não teriam firmeza no repasse das verdades da instituição aos novos formandos, seminaristas ou leigos. É necessário, portanto, introjetar nos seminaristas a noção de que suas ações devem sempre estar em consonância com o “*sentire cum Ecclesia*”,<sup>48</sup> que a obediência à hierarquia, por exemplo, é um valor inestimável e indispensável para aqueles que desejam fazer parte da própria hierarquia da Igreja. A própria literatura hagiográfica, de modo geral, focaliza e destaca a virtude da obediência, mesmo quando os santos biografados foram questionadores. Tomemos como exemplo o caso do bispo italiano João Batista Scalabrini, bispo da cidade de Placência durante o conturbado final do século XIX na Itália e falecido em 1905. Uma de suas biografias, de autoria de Redovino Rizzardo, por várias vezes fala do espírito crítico de Scalabrini, de seus questionamentos em relação ao papa. Sobre o recém-promulgado dogma da infalibilidade papal, por exemplo, afirma Scalabrini que o fato de o papa ser infalível “não o desobriga de atender à doutrina, de consultar e de buscar apoio nos bispos e nos concílios”,<sup>49</sup> e que “o papa, por ser homem e por estar rodeado de homens, nem sempre consegue tomar as atitudes mais felizes em se tratando da inserção da Igreja na sociedade” e que, portanto, “precisamos fazer conhecer ao papa o verdadeiro estado das coisas”.<sup>50</sup> No entanto, apesar de todas estas posições de Scalabrini, este mesmo hagiógrafo insiste em deixar claro que a virtude da obediência não havia desaparecido no bispo de Placência. Afirma ele que os escritos scalabrianianos são prodigiosos em protestos de fidelidade ao papa e cita uma série de exemplos:

---

<sup>48</sup> “Sentir com a Igreja”, ou seja, unidade perfeita com a Igreja.

<sup>49</sup> RIZZARDO, Redovino. **João Batista Scalabrini**. São Paulo: Paulinas, 1987. p. 25.

<sup>50</sup> Ibidem. p. 128.

“Santo Padre, obedecer-vos e amar-vos até a morte é a nossa ambição e o mais doce conforto de nossa vida!”, (...) “Falai, e será nossa alegria obedecer-vos; guiai-nos, e docilmente vos seguiremos!”. (...) “Agora que as almas estão tremendamente agitadas e a serenidade da vida cristã é turbada por polêmicas impetuosas, é de extrema necessidade conservar-vos apagados à coluna da verdade, à Sé de Pedro, acolhendo com humilde submissão de mente e plena adesão de vontade, sem restrições, sem transações, sem hesitações, sem comprometimentos, o que ele nos propõe para crer e agir!”.<sup>51</sup>

Ora, a vida dos santos, exemplos idealizados de cristãos, era, e é, uma leitura exaustivamente indicada para os jovens que estão se preparando para o sacerdócio. O Regimento Interno de 1973 recomenda, por exemplo, para os seminaristas “maiores a reflexão sobre textos bíblicos ou a leitura atenta e meditada de alguns livros de boa formação; e para os menores, leituras de cunho espiritual, como sejam, por exemplo, biografias de santos ou outros semelhantes”.<sup>52</sup> São, portanto, mais um instrumento de interiorização dos valores que se consideram importantes para a formação do “bom seminarista”, como obediência, humildade, simplicidade, entre tantos outros. Quando os superiores insistem para que os seminaristas mantenham uma “boa” leitura espiritual, principalmente nas férias, é a este tipo de literatura que se referem. “A vida espiritual e sobretudo a vida de oração merecem maior atenção nas férias do que no seminário, pois as férias são uma prova para nossa vocação. Concretamente exigem essa atenção: missa (se possível diária), leitura espiritual (Bíblia e outros livros), (...) pois a ociosidade... é mãe de todos os vícios, amolece a vontade, dá oportunidade a sonhos tolos e até maus”<sup>53</sup> (sic). Há, portanto, a necessidade de marcar não somente o corpo, mas também, ousaríamos dizer, principalmente, a alma. E, para adestrar a alma, dois outros mecanismos serão importantes, mecanismos distintos mais fortemente interligados: o padre espiritual e a noção de pecado.

---

<sup>51</sup> Ibidem. p. 145-146.

<sup>52</sup> REGIMENTO INTERNO do Seminário de Azambuja. Aprovado em caráter experimental em fevereiro de 1973. Mimeografado. Seminário de Azambuja. p. 6.

<sup>53</sup> NORMAS E ORIENTAÇÕES. Op. Cit. Ibidem. p. 10.

O celibato e a sacralização-interdição do corpo também serviam, portanto, ao instrumental utilizado na manufatura do bom seminarista. Foucault, em artigo intitulado *O combate da castidade*<sup>54</sup>, faz uma interessante análise da questão da castidade que irá contribuir para compreendermos melhor a questão do controle do corpo no seminário e como o controle do corpo significa também o controle da alma. Suas análises referem-se, principalmente, aos textos de Cassiano (*Institutions* e *Conferénces*), escritos direcionados a monges durante a Idade Média. Segundo Foucault, Cassiano não considera a castidade apenas como a renúncia do sexo. O “combate da castidade incide em um alvo que não é da ordem do ato ou da relação; ele concerne a uma realidade diversa daquela relação sexual entre dois indivíduos”.<sup>55</sup> A castidade não é, portanto, apenas o controle do corpo em relação ao outro, é também o controle do corpo em relação a si mesmo e controle, inclusive, dos próprios pensamentos, voluntários ou involuntários, como os do sonho, por exemplo. O mais alto estágio de castidade, neste sentido, seria a “ausência de sonhos eróticos e de poluição noturna”,<sup>56</sup> grau este obtido através de um árduo controle sobre si mesmo, onde o indivíduo nunca deixa de “empenhar sua vontade nesse movimento que vai do corpo à alma e da alma ao corpo e sobre o qual essa vontade pode atuar, para favorecê-lo ou para detê-lo, através do movimento do pensamento”.<sup>57</sup> Num ambiente como o seminário, onde se educa o jovem para o estado celibatário, o controle do corpo, da “luxúria” é uma habilidade que se quer desenvolvida no jovem candidato ao sacerdócio. Para que este controle seja alcançado é necessário ao seminarista “permanecer em relação a si mesmo em um estado de perpétua vigilância quanto aos menores movimentos que podem se produzir em seu corpo ou em sua alma. Vigiar noite e dia, a noite por causa do dia seguinte e o dia

<sup>54</sup> FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Coleção Ditos & Escritos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p.104-118.

<sup>55</sup> Ibidem. p. 110.

<sup>56</sup> Ibidem. p. 113.

<sup>57</sup> Ibidem. p. 114.

pensando na noite que vem”.<sup>58</sup> Quando a vigilância de si sobre si não for suficiente, utilizem-se técnicas para amenizar os impulsos do corpo. Era comum ouvir como conselho dos padres formadores do Seminário que, caso ocorresse durante o banho algum estímulo que deixasse o “corpo em alerta”, se procedesse a uma técnica simples: encostar-se no piso frio da parede para “esfriar os ânimos”, para evitar o pecado. Ao relatar as qualidades esperadas num candidato ao sacerdócio, o Regimento Interno de 1973 do Seminário de Azambuja afirma que entre as qualidades psíquicas esperadas está o equilíbrio afetivo e emocional. “O homem não pode ser joguete das paixões e sentimentos. Estes devem, antes, estar à serviço de nossa formação. Não se trata de suprimi-los, o que seria impossível, mas de sublimá-los” (sic).<sup>59</sup> Nesta constante luta a se travar contra si mesmo, ou contra as forças do pecado que fazem o corpo ser abrigo do profano, o seminarista deveria contar com valiosas colaborações. Sozinho não conseguiria vencer esta batalha, pois neste combate “não se conseguiria ser vencedor sem a ajuda do Todo-Poderoso (...); porque, enfim, a confissão aos outros, a submissão aos seus conselhos, a permanente obediência aos diretores são indispensáveis para esse combate”.<sup>60</sup> O padre espiritual deveria ser o conselheiro constante, o soldado da pureza a engrossar o batalhão nesta luta contra a luxúria. Por isso se insiste para que “cada seminarista tenha um colóquio mensal com o Padre Assistente (e com o Diretor Espiritual)”.<sup>61</sup> Técnica semelhante à utilizada na pedagogia jesuítica. Segundo Dussel & Caruso, nas escolas jesuítas cada “aluno devia confessar-se pelo menos uma vez por mês, sempre com o mesmo confessor, que dessa forma, mantinha a relação de seus confidentes. (...) a partir desse conhecimento íntimo, nada acontece por acaso – nem o

---

<sup>58</sup> Ibidem. p. 115.

<sup>59</sup> REGIMENTO INTERNO do Seminário de Azambuja. Aprovado em caráter experimental em fevereiro de 1973. Mimeografado. Seminário de Azambuja. p. 10.

<sup>60</sup> FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Op. Cit. p. 118.

<sup>61</sup> NORMAS E ORIENTAÇÕES. Mimeografado, vigente entre o final da década de 1970 e início da década de 1980. Arquivo D. Jaime Câmara, Seminário de Azambuja, Brusque – SC. p. 3.



sermão, nem a aula, nem o livro que o professor traz debaixo do braço nos encontros ‘casuais’ com o aluno”.<sup>62</sup> O padre espiritual, ou diretor espiritual, era quem orientava, mais diretamente, a própria vocação dos jovens levitas exercendo, por isso, forte influência na formação do seminarista, como podemos observar na citação de parte de um artigo veiculado na revista “A Esperança” de autoria do seminarista Pedro Antônio Manes.

Os homens, criaturas de Deus, foram criados para a felicidade. (...) A felicidade vem como acessório das virtudes. (...) Nunca nos deixemos iludir por uma dificuldade pois para isso temos o Diretor Espiritual. Entendamo-nos com êle e sempre haveremos de encontrar nele um pai; como no-lo disse numa conferência. Então progrediremos nas virtudes, pois teremos paz e felicidade de espírito e a consciência tranqüila. (sic)<sup>63</sup>

Nesta relação seminarista-diretor espiritual o pecado e a punição divina eram armas utilizadas pelo padre espiritual para mais facilmente dirigir as almas dos seminaristas no reto caminho da castidade, da obediência, e de outros valores considerados caros a um bom seminarista. Jean Delumeau, ao descrever a história do pecado no ocidente, expõe a idéia de que “entre os agentes de Satã que os homens de Deus esforçavam-se para perseguir e caçar, eles não podiam esquecer o mais escondido e o mais perigoso dentre todos: cada um de nós na medida em que se descuida da indispensável vigilância que deve exercer sobre si mesmo”.<sup>64</sup> Portanto, além dos diversos agentes do mal presentes no mundo o homem tinha um inimigo muito difícil de ser vencido: ele mesmo! Esta batalha travada num mundo pecaminoso não poderia ser vencida de forma solitária, nesta luta diária o seminarista deveria buscar auxílio, entre outros, no padre espiritual, que o levaria a progredir nas virtudes. Isto se deve, em parte, segundo Delumeau, à própria história do pecado na Igreja Católica do Ocidente pois,

---

<sup>62</sup> DUSSEL, Inés; CARUSO, Marcelo. Op. Cit. p. 82.

<sup>63</sup> **A felicidade exige uma religião.** Pedro Antônio Manes. In. A ESPERANÇA, ano VIII, nº 03. 30 de abril de 1961. p. 05.

<sup>64</sup> DELUMEAU, Jean. **O pecado e o medo: a culpabilização no ocidente (séculos 13-18).** Vol. I. Bauru, SP: EDUSC, 2003. p. 12.

“de fato, como Santo Agostinho e os Padres do deserto, os monges da Idade Média aliaram desprezo do mundo e vergonha de si mesmo numa experiência global do pecado e um pessimismo arraigado do qual os mais cristãos dos homens da Igreja, sobretudo eles próprios, não se excluía<sup>65</sup>”. O mundo era sinônimo de pecado. Esta visão esteve, por muito tempo, presente nos formadores do Seminário de Azambuja. Um caso ocorrido no final da década de 1940 demonstra o conflito existente entre esta visão do mundo como sinônimo de pecado e uma nova, em formação. “O Seminário de Azambuja, no ano de 1946, passava por séria crise: conflito entre os professores e formadores da nova e velha geração”,<sup>66</sup> afirma Besen. O conflito resulta na troca, por parte do arcebispo D. Joaquim, do reitor, do prefeito de Estudos e do diretor Espiritual. O novo reitor nomeado vem a ser o então Pe. Afonso Niehues. Estas mudanças, no entanto, não põem fim às discordâncias.

Permanecia o conflito entre os padres sobre o modo de se conduzir a formação sacerdotal. O novo reitor a achava sólida e séria, mas um tanto fechada. Uma linha julgava que se deveria isolar ao máximo os seminaristas. Na expressão de Pe. José Locks, Diretor Espiritual, ‘colocá-los numa redoma e depois de pontinhos jogá-los no mundo’. Não deveriam ter contato com o mundo. Sugeriu até que se esticasse uma cortina entre o coro e a assembléia, no Santuário, para impossibilitar qualquer contato visual...<sup>67</sup>

Nesta visão defendida pelo Pe. José Locks o mundo seria o “lugar do pecado” e o Seminário seria o afastar-se do pecado, a redoma de vidro que protegeria os agentes que iriam purificar o mundo do germe do pecado, ou ainda o “deserto” a preparar e purificar os “ministros de Deus” para agirem sobre o mundo “separados do mundo”. No entanto, vence a visão do reitor e o diretor Espiritual é afastado e nomeado pároco da Paróquia de São João Batista, no município de São João Batista.<sup>68</sup> O Seminário começava um processo de mudanças, o que não significa que isto tenha ocorrido de

---

<sup>65</sup> Ibidem. p. 33.

<sup>66</sup> BESEN, José Artulino. **Seminário de Azambuja**. Op. Cit. p. 225.

<sup>67</sup> Ibidem. p. 225-226.

<sup>68</sup> Ibidem. p. 226.

forma rápida e instantânea. São mudanças lentas que serão estimuladas pelos novos ares do Concílio Vaticano II. Se o seminarista vai, aos poucos, sendo aproximado deste mundo pecador, de outro lado o pecado continua a ser um importante instrumento de controle das almas e dos corpos dos seminaristas. O relato do seminarista Augusto César Zeferino, da turma de 1961, que foi expulso “não porque pecara, mas porque alguém me dissera que havia pecado”,<sup>69</sup> segundo as palavras do próprio Zeferino, nos dá um exemplo de como esta visão do pecado sempre presente, que condena, que gera castigos divinos pode afetar a alma.

Ora, aquele homem (*o diretor espiritual*) imaginou o pecado que quis para mim. Como podia alguém tão significativo na Instituição imaginar, para um jovem adolescente, um pecado que não existira? (...) Vivi três anos imerso em uma profunda depressão espiritual e emocional. (...) Não tinha sonhos. Perdido num oceano bravio onde habitavam profundas dúvidas, tinha apenas pesadelos, que vinham todas as noites invadir meu espírito, com freqüentes descidas ao inferno, infestado de cavalos mortos, serpentes e demônios – imagens que me haviam sido passadas pelo Pe. Espiritual, principalmente.<sup>70</sup>

Esta tática de se utilizar imagens apavorantes do inferno como forma de intimidar a prática do que é considerado mal, pecaminoso é antiga na Igreja, segundo Delumeau.<sup>71</sup> Tudo isto se justifica porque o corpo, morada do pecado, deve ser controlado, adestrado para evitar o mal. “Durante muito tempo, a Igreja teve medo do corpo”,<sup>72</sup> o que a fez criar uma série de mecanismos, de instrumentos para controlar este corpo pecaminoso. A liberdade, neste ponto de vista, seria o controle das paixões, o controle dos desejos, o controle do corpo, como aparece no Regimento Interno de 1973 do Seminário de Azambuja: “Há duas modalidades principais de escravidão: uma, externa, social, em relação aos outros homens; outra, interna, em relação às paixões e

<sup>69</sup> Ibidem. p. 175.

<sup>70</sup> Depoimento de **Augusto César Zeferino**, aluno da turma de 1961. In.: BESEN, José Artulino. Seminário de Azambuja. Op. Cit. p. 175.

<sup>71</sup> DELUMEAU, Jean. **Os suplícios do além: o inferno**. In: \_\_\_\_\_. **O pecado e o medo: a culpabilização no ocidente (séculos 13-18)**. Vol. II. Bauru, SP: EDUSC, 2003. p. 91-141.

<sup>72</sup> DELUMEAU, Jean. Op. cit. vol II. p. 209.

tendências inerentes à própria pessoa”.<sup>73</sup> Para evitar o pecado devia-se, inclusive, evitar o contato com o próprio corpo. Os “seminaristas deveriam dormir com as mãos para fora do cobertor para evitar contato com as partes íntimas, não deveriam andar com as mãos no bolso para não produzir contato com os órgãos genitais”,<sup>74</sup> segundo o relato do Pe. Luiz Carlos Rodrigues. Este estado de eterna e constante vigilância contava, como já foi afirmado, com a colaboração dos superiores, como fica evidenciado no depoimento do Pe. José Edgard de Oliveira:

Agradável mesmo era a aula de quinta-feira, à noite, quando o reitor Monsenhor Afonso Niehues lia e interpretava o Manual de Boas Maneiras, de Carmen D’Ávila. Uma gargalhada atrás da outra. Afora estes momentos de descontração, a vida era regrada pela rígida norma do regulamento. As paredes tinham olhos e ouvidos...<sup>75</sup>

Os seminaristas tinham que estar sempre em estado de alerta, o modelo panóptico, com uma multiplicidade de olhares, era muito eficiente, pois além da colaboração dos superiores (reitor, padre espiritual, prefeito de disciplina...) havia ainda a possibilidade de “colaboração” dos colegas no processo de vigilância. Cada seminarista era convidado a vigiar o outro. Já no Regimento Interno de 1937 aparecia esta prática. O Regimento instigava a prática da delação caso algum seminarista presenciasse ou soubesse de algum acontecimento que fugisse às regras do Seminário. Prática bastante antiga, a delação era já estimulada, por exemplo, nas universidades católicas da Europa do século XIII. Para se evitar que professores ou alunos produzissem idéias ou doutrinas suspeitas e contrárias à doutrina oficial, “a delação era abertamente encorajada, o que provocava uma atmosfera de desconfiança e de

<sup>73</sup> REGIMENTO INTERNO do Seminário de Azambuja. Aprovado em caráter experimental em fevereiro de 1973. Mimeografado. Seminário de Azambuja. p. 12.

<sup>74</sup> Depoimento informal do **Pe. Luiz Carlos Rodrigues** em curso da EMAR (Escola de Ministérios da Arquidiocese de Florianópolis) realizado na Paróquia São João Evangelista, em Biguaçu, no dia 29 de maio de 2004.

<sup>75</sup> BESEN, José Artulino. **O Seminário de Azambuja**. Op. Cit. p. 159.

apreensão”.<sup>76</sup> Para estimular e justificar esta prática no Seminário de Azambuja, afirmava-se que o seminarista “assim procedendo, não faz o ofício de delator, senão que cumprirá um grave dever que lhe impõem o bem comum e a caridade cristã”.<sup>77</sup> Nas NORMAS E ORIENTAÇÕES, do final da década de 1970 e início da década de 1980, também se defende esta prática. “Supere a falsa noção de solidariedade. Por isso não queira silenciar, ou então acobertar, em nome de uma pretensa amizade ou de um falso coleguismo, fatos e atitudes que possam comprometer o bem comum. É dever de consciência informar o Padre Assistente quando tais fatos acontecem. Quem silencia, torna-se cúmplice,”<sup>78</sup> afirma o documento.

Além disto havia também a figura do bedel, um seminarista escolhido entre os “mais comportados”, “uma espécie de vigia... mais que isto um *dedo-duro*”,<sup>79</sup> segundo depoimento do Pe. José Edgard de Oliveira, aluno de Azambuja da turma de 1946. A figura do bedel, ou outra denominação que se tenha dado à esta função, não é novidade. Era utilizada pelos jesuítas que “escolhiam o aluno mais esperto ou mais adiantado, capaz de controlar os demais individualmente em seu processo de aprendizagem, e esse aluno era nomeado ajudante do docente”.<sup>80</sup> Petitat, ao analisar as escolas cristãs lassalistas, também identifica a presença deste personagem da maquinaria de poder disciplinar. Nestas escolas, segundo Petitat, “uma rede bastante densa de supervisores (cargo honorífico para alunos merecedores) mantém os mestres bem informados acerca do que se passa na classe, por ocasião das recreações e até mesmo fora da escola”.<sup>81</sup> No Seminário de Azambuja a figura do bedel esteve presente durante quase toda sua

<sup>76</sup> VERGER, Jacques. Op. Cit. p. 294.

<sup>77</sup> **Regulamento Interno do Seminário de Azambuja** aprovado em 11 de fevereiro de 1937. p. 13.

<sup>78</sup> NORMAS E ORIENTAÇÕES. Mimeografado, vigente entre o final da década de 1970 e início da década de 1980. Arquivo D. Jaime Câmara, Seminário de Azambuja, Brusque – SC. p. 4.

<sup>79</sup> Depoimento do **Pe. José Edgard de Oliveira**. Aluno da turma de 1946. In.: BESEN, José Artulino. Seminário de Azambuja. Op. Cit. p. 160.

<sup>80</sup> DUSSEL, Inés & CARUSO, Marcelo. Op. Cit. p. 78-79.

<sup>81</sup> PETITAT, André. Op. Cit. p. 111.

história, como demonstra este depoimento do ex-seminarista Sérgio Luiz Ferreira, aluno da turma de 1987.

Anoiteceu, 20:30h. Começou a reunião dos padres. Até às 21:15h era possível estudar em grupo na sala do básico e na biblioteca. O estudão, no entanto, estava razoavelmente cheio. De repente, alguém joga um aviãozinho de papel, outros se seguem. Em minutos, acontecia uma verdadeira batalha aérea, a algazarra era total. Eu dizia: ‘gente, isso não vai dar certo’. Daqui a pouco, saiu da sala do básico em direção a sala dos professores, o presidente do GEMCO (Grêmio Estudantil Monsenhor Cordioli), Iseldo Scherer, que também acumulava a função de bedel. Em pouco tempo, o Pe. Chico chegava à porta de estudão e lista os nomes dos participantes da batalha. Aliás, não faltou um nome e foi acrescido o meu nome e o do David. O serviço de informação no seminário sempre foi muito eficaz, numa expressão da ilha, ‘não passa um camarão pela meia malha’.<sup>82</sup>

Na verdade, ao longo da década de 1980, o termo bedel foi substituído por “monitor geral”, mas as funções eram as mesmas, como demonstra o texto das NORMAS E ORIENTAÇÕES do final da década de 1970 e início de 1980, no seu item VI – Outras normas disciplinares:

Monitor Geral: é cargo de confiança que não se vincula necessariamente à presidência do GEMCO, e nem necessariamente ao ano todo.

Competência:

- a) Ser responsável pela ordem e disciplina na ausência do padre assistente.
- b) Ser um porta-voz dos alunos aos padres orientadores (aspirações e reclamações justas).
- c) Comunicar ao assistente os fatos ocorridos na ausência do mesmo.<sup>83</sup>

Além do “monitor geral” a estrutura de vigilância contava ainda com os líderes de curso que teriam a responsabilidade pela ordem e disciplina de cada turma e deveriam, “obrigatoriamente, colocar o assistente a par do andamento da classe”.<sup>84</sup>

<sup>82</sup> Depoimento de **Sérgio Luiz Ferreira**. Aluno da turma de 1987. In.: BESEN, José Artulino. Seminário de Azambuja. Op. Cit. p. 181-182.

<sup>83</sup> NORMAS E ORIENTAÇÕES. Mimeografado, vigente entre o final da década de 1970 e início da década de 1980. Arquivo D. Jaime Câmara, Seminário de Azambuja, Brusque – SC. p. 7.

<sup>84</sup> Ibidem.

**Figura 15 - Atestado de férias de 1964. As partes entre parênteses se referem ao que não corresponde à verdade sobre as férias do seminarista.**

## Seminário Menor Metropolitano N. S. de Lourdes

BRUSQUE - RUA AZAMBUJA, 1076

### ATESTADO DE FÉRIAS

(Formulário inspirado na Instrução da Sagr. Congr. dos Saor. aos Revmos. Ordinários sobre a Indagação que deverá proceder à colação das ordens).

N. B. — Cancelar o que não corresponder à verdade e preencher

O pároco de Criciúma atesta que o  
 Snr. [REDACTED] aluno do Seminário  
 Menor Metropolitano de Azambuja, passou férias nesta paróquia desde 9  
 de dezembro até 9 de fevereiro.

1. Comportou-se ~~(mal)~~ bem - muito bem.
2. Morando à distância de        horas        minutos 2 da igreja matriz assistiu à santa missa - diariamente ~~(semanalmente - 2 3 - 4 - 5 - vezes)~~ aos domingos e dias de guarda, - e com muita ~~(pouca - nenhuma)~~ devoção.
3. Confessou-se - todas as semanas ~~(de duas em duas semanas - poucas vezes)~~ recebeu a sagrada comunhão - ~~(diariamente)~~ - ~~(quasi diariamente)~~ todos os domingos e dias de guarda.
4. Visitou o pároco, ajudando-o no serviço da igreja, quanto podia, ~~(conservou-se totalmente - bastante - afastado dos sacerdotes)~~ Foi - muito ~~(pouco)~~ obediente e respeitoso para com eles.
5. Frequentou companhias - boas ~~(levianas - suspeitas - inconvenientes)~~ para um candidato ao sacerdócio.
6. ~~(Andou por cinemas - assistiu a jogos - bailes - outros divertimentos mundanos e populares.)~~
7. ~~(Foi desedificante - imodesto - nos olhares - no tratamento com pessoas do outro sexo - desleixado - mal educado - dentro e fóra da igreja.)~~
8. Como seminarista goza de - ótima - boa ~~(má)~~ fama entre o povo. Tem a seu favor ~~(contra si - contra sua vocação)~~ a opinião, especialmente, dos bons ~~(maos)~~ paroquianos.
9. Precisa ser mais vigiado em seu procedimento e merece cuidados especiais em sua formação, porque

10. Notas eventuais. Está na idade difícil. Precisa de  
boa orientação

(Logar) Criciúma aos 8 de fevereiro de 1964

(Ass.) O pároco

P. Estanislau Gzedi

Fonte: Arquivo D. Jaime de Barros Câmara, Seminário de Azambuja, Brusque - SC.

Este estímulo à prática da delação era comum também em outros seminários. Na verdade é uma prática comum também às instituições totais, uma vez que se constitui num importante mecanismo de controle por parte dos grupos dirigentes, pois colocam

todos e cada um dos “internados” como vigilantes uns dos outros, tornando-se parte integrante do sistema panóptico destas instituições totais. Tomemos como exemplo dos resultados positivos do incentivo a delação um caso da década de 1940, onde um seminarista de outro seminário denuncia o “mau comportamento” de um seminarista de Azambuja.

Venho por meio das poucas linhas, comunicar-vos um dever de consciência. (...) Eu (...) residente no convento Sagrado Coração de Jesus de Taubaté (...) “ouvi” falar, em Brusque, no fim de 1943, que o aluno (...) tem um filho sem ser casado. (...) Sinto muito, vendo-me obrigado acusar um dos meus amigos que é vosso aluno, mas assim o pede a minha consciência. (...) Taubaté 23/V/44. (sic)<sup>85</sup>

Segundo Foucault “a disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício”.<sup>86</sup> Ou seja, ao mesmo tempo em que os indivíduos são o objeto próprio da disciplina são também tornados instrumentos da própria disciplina ao serem estimulados a delatarem seus colegas.

Férias, doces férias. Descanso... maiores liberdades... Certo? Errado! Mesmo nas férias do seminarista os “olhos dos formadores” o alcançavam através dos “olhos do pároco ou do vigário”. O mecanismo aqui utilizado era o atestado de férias (figura 15), uma ficha que deveria ser preenchida pelo pároco ou vigário do seminarista, onde constavam questões referentes ao comportamento do seminarista em relação aos bailes, cinema, sexo feminino, amizades, frequência nas missas e sacramentos, entre outros. Além disso, normalmente, ao final dela, os párocos faziam considerações a respeito da existência ou não de vocação do seminarista, opiniões geralmente avalizadas pelo acompanhamento que se fazia ao longo das férias. Há, por exemplo, o caso da ficha de

<sup>85</sup> Trechos de uma carta de delação enviada por um seminarista de Taubaté (Convento Sagrado Coração de Jesus) a respeito de um seminarista de Azambuja. 1944. Encontrada no Arquivo D. Jaime de Barros Câmara, Seminário de Azambuja, Brusque - SC.

<sup>86</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Op. Cit. 143.



um seminarista de 1958, de Itajaí, em que consta na pergunta “Sua atitude perante o outro sexo” a seguinte anotação do pároco: “De reserva, quanto consta”. Mas o pároco chama a atenção dos superiores para o fato de que o seminarista “Foi muito perseguido por ‘elas’”,<sup>87</sup> portanto deverá ser trabalhado neste sentido. Há ainda anotações que demonstram a esperança depositada em alguns, como “Rapaz que promete”,<sup>88</sup> ou que expressam a pouca fé depositada no futuro eclesialístico de outros: “É um tanto indeciso, meio mole, apático! Chove não molha”.<sup>89</sup> Neste sentido as fichas de acompanhamento das férias eram um importante instrumento na hora de decidir quem permanecia ou quem deveria ser aconselhado a deixar o Seminário de Azambuja.

E, por fim, quando falhava a vigilância dos superiores, do padre espiritual, do pároco ou dos colegas o seminarista deveria ainda lembrar-se da presença divina. Pois um “Deus com olhos de lince”<sup>90</sup> estava a observá-lo. Onde quer que se estivesse, mesmo quando se considerasse longe dos olhos alheios ele seria vigiado, numa situação semelhante ao “Big Brother”. Em conversa informal o ex-seminarista José João Vitório, aluno do Seminário de Azambuja entre 1950 e 1954, afirmou que o Pe. José Edgard de Oliveira sempre comentava que em seu tempo havia um letreiro na porta de entrada do dormitório com os seguintes dizeres: “Deus te vê”,<sup>91</sup> uma versão mais antiga dos atuais sistemas de vigilância de lojas e afins: “Sorria, você está sendo filmado”. No seminário bem que poderia haver, então, em todos os cômodos a seguinte frase: “Sorria, você está sendo vigiado!”. A partir do momento que o indivíduo assimila a onipresença do poder vigilante, esta impossibilidade de estar só impele-o a agir conforme as regras da instituição.

---

<sup>87</sup> Atestado de férias encontrado no Arquivo D. Jaime de Barros Câmara, Seminário de Azambuja, Brusque – Santa Catarina.

<sup>88</sup> *Ibidem*.

<sup>89</sup> *Ibidem*.

<sup>90</sup> DELUMEAU, Jean. *Op. Cit.* Vol II, p. 143.

<sup>91</sup> Informação obtida em conversa informal com José João Vitório, aluno do Seminário de Azambuja entre 1950 e 1954, durante reunião da AESA (Associação dos Ex-Seminaristas de Azambuja) aos 11 de setembro de 2004.

O exame, a classificação do melhor ao pior (lista das notas) também eram mecanismos que serviam como forma de adequação dos jovens a um determinado modelo ideal de seminarista ou, ao menos, para torná-los o mais próximo possível do seminarista ideal. Foucault afirma que

O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade.<sup>92</sup>

J. B. de La Salle, fundador, em meados da década de 1670, do Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs, afirmava que “a emulação é a alma do progresso, sem ela, tudo se torna frouxo em uma classe, e as mais felizes disposições se tornam inúteis”.<sup>93</sup> A competição e a rivalidade aparecem, portanto, como mecanismos disciplinares, que permitem vigiar, qualificar, classificar e punir. Neste sentido, os jesuítas introduziram mais um importante instrumento: as notas. “Os jesuítas foram os primeiros a utilizar as tão discutidas notas escolares. Em um esquema no qual se instalava a competição dos sujeitos individualizados na vida cotidiana da sala de aula, as notas foram um incentivo à competição”.<sup>94</sup> De forma semelhante, no Seminário de Azambuja, criam-se, assim, mecanismos para analisar os seminaristas nos mínimos detalhes, em vários aspectos, uma vez que a “disciplina é uma anatomia política do detalhe”.<sup>95</sup> Há uma necessidade de conhecer as atitudes dos seminaristas em todos e em cada momento do dia-a-dia. Com este objetivo, em reunião dos professores do Seminário de Azambuja aos 28 de maio de 1972, decidiu-se “para melhor aproveitamento e para que fosse dada uma melhor orientação e que estivesse de acordo com os objetivos deste estabelecimento (...)

<sup>92</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Op. Cit. p. 154.

<sup>93</sup> PETITAT, André. Op. Cit. p. 111.

<sup>94</sup> DUSSEL, Inés & CARUSO, Marcelo. Op. Cit. p. 83.

<sup>95</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Op. Cit. p. 120.

e a elaboração de uma ficha para cada aluno”.<sup>96</sup> Na reunião do dia seguinte decidiu-se também que “a apresentação da ficha do aluno seria feita semestralmente e abrangeria todos os setores da vida do jovem”.<sup>97</sup> Esta ficha constaria dos seguintes itens: equilíbrio emocional, formação espiritual, formação intelectual, iniciativa, integração na

**Figura 16** - Ficha de acompanhamento educacional do Seminário de Azambuja, 1978.

**SEMINÁRIO MENOR METROPOLITANO**  
**AZAMBUJA — BRUSQUE — S. C.**

**FICHA DE ACOMPANHAMENTO EDUCACIONAL**

ALUNO: \_\_\_\_\_

Nascimento: \_\_\_\_ de março de 19 65.

País: \_\_\_\_\_

Anos de ingresso: 01-03-78 e de saída \_\_\_\_\_

		Formação Espiritual				Formação Intelectual				Integração Comunitária				Senso Responsab.				Espírito Iniciativa				Educação Social				Equilíbrio Emocional				Organização Pessoal			
		O	B	R	NS	O	B	R	NS	O	B	R	NS	O	B	R	NS	O	B	R	NS	O	B	R	NS	O	B	R	NS	O	B	R	NS
1978	I			75				60				70				65				70				85				80				75	
	II																																
	III			75				65				70				70				70				85				85				80	
	IV																																
1979	I																																
	II																																
	III																																
	IV																																

**Fonte:** Arquivo D. Jaime de Barros Câmara, Seminário de Azambuja, Brusque - Santa Catarina.

comunidade, organização pessoal, senso de responsabilidade e sociabilidade, conforme o exemplo a seguir (figura 16).

“O exame não se contenta em sancionar um aprendizado; é um de seus fatores permanentes: sustenta-o segundo um ritual de poder constantemente renovado”.<sup>98</sup>

Nos primeiros anos as avaliações eram muito freqüentes, para não dizer, diárias. Num dia o professor ministrava sua aula. Na aula seguinte, do mesmo professor, o início da aula se dava

<sup>96</sup> Ata dos professores do Seminário de Azambuja de 28 de maio de 1972. Arquivo D. Jaime de Barros Câmara, Seminário de Azambuja, Brusque – SC.

<sup>97</sup> Ata dos professores do Seminário de Azambuja de 29 de maio de 1972. Arquivo D. Jaime de Barros Câmara, Seminário de Azambuja, Brusque – SC.

<sup>98</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Op. Cit. 155.

com o professor chamando aleatoriamente dois ou três alunos e fazendo as perguntas que eram respondidas oralmente sobre a aula anterior. Essa prática era usada pela maioria dos professores. Além disso vinha a prova bimestral escrita e por último, no final do ano, se o aluno não conseguia a média mínima, ainda passava por uma banca de três professores, que faziam perguntas que deveriam ser respondidas de maneira oral. Essa última modalidade foi abolida depois de alguns anos. A figura da segunda época também existia e fui encontrá-la anos depois aqui no Paraná em escola pública. Se o aluno, com todas essas avaliações ainda não conseguisse passar de ano, e se não tivesse sido mandado ficar em casa, ele teria direito a uma nova chance depois das férias, no início do ano letivo.<sup>99</sup>

Neste sentido as notas obtidas nos exames e nas avaliações constantes ao longo de processo educativo adquirem uma grande importância, uma vez que também se tornam instrumentos de controle e disciplina, estimulam à obediência. Ao mesmo tempo em que uma nota elevada significa uma sanção aprovativa, uma nota abaixo da média exigida significa uma sanção reprovativa, uma punição pelo fato de o aluno não ter alcançado o objetivo esperado pela escola. Mas além da nota em si, outro mecanismo entra em cena: a publicação das notas, a listagem dos melhores e, conseqüentemente, dos piores alunos. A punição pública, através da classificação, deveria estimular o aluno a esforçar-se mais para obter notas melhores, evitando assim nova humilhação diante dos colegas. Desta forma a lista pública das notas cumpria, ao menos, duas funções: punia os “preguiçosos” e forçava-os a estudar, a “entrarem na linha”, em outras palavras, a adequarem-se às normas e aos ditames da instituição.

Nas aulas os métodos usados por alguns professores eram mais “ferrativos” e outros menos. Não se pode, por causa disso, dizer que a pedagogia era ruim. Hoje, quando se fala tanto em avaliação diagnóstica, encontramos colegas que ainda praticam a avaliação “ferrativa”. Uma coisa que considero errada: dava-se ênfase também ao que era negativo. Coitado de quem ficasse em último lugar na classificação bimestral. Coitado de quem cometesse alguma gafe.<sup>100</sup>

Desta forma, as punições em público eram uma tentativa de coibir o surgimento e a ação de “criminosos em potencial”. O objetivo do castigo não é somente punir o

---

<sup>99</sup> Entrevista com **João Bosco Zimmermann**, seminarista em Azambuja entre 1960 e 1966. Recebida por e-mail em 02 de maio de 2005 em [mirokretzer@ibestvip.com.br](mailto:mirokretzer@ibestvip.com.br).

<sup>100</sup> Entrevista com **Ivo Pitz**, seminarista em Azambuja entre 1958 e 1965. Recebida por e-mail em 02 de fevereiro de 2005 em [mirokretzer@pop.com.br](mailto:mirokretzer@pop.com.br).

culpado por um ato ilícito. É muito mais um ato pedagógico que visa atingir, principalmente, os demais presentes. Por isso o castigo não deve mais ser individual e isolado, pois “pena secreta, pena perdida pela metade”.<sup>101</sup> O castigo deve ser público, servindo assim como cerimônia simbólica de rememoração do certo e do errado, do bem e do mal, do caminho do céu e do caminho do inferno. Este caráter pedagógico do castigo e da punição é reconhecido, ainda hoje, como mecanismo importante no processo da pregação religiosa, como atesta o Pe. Zezinho quando afirma que “o prêmio, o incentivo, a motivação são fundamentais para uma pregação religiosa. Mas, o castigo, a punição e a penitência também são fundamentais”.<sup>102</sup> O castigo foi e é, portanto, uma importante ferramenta no processo de formação do indivíduo, em qualquer instituição social.

A arte da disciplina, segundo Foucault, relaciona-se com a distribuição dos indivíduos no espaço. Para uma eficiente maquinaria disciplinar “importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, mediar as qualidades ou os méritos”.<sup>103</sup> Em virtude disto, o controle da comunicação entre os próprios seminaristas e entre os seminaristas e o mundo externo é mais uma ferramenta de controle e de formação utilizada no Seminário de Azambuja.

Na época se falava muito do comunismo. Era a pior coisa do mundo. Para combatê-lo valia qualquer coisa. No seminário não tínhamos rádio nem jornal. Aliás, no mural eram colocados recortes de jornal, logicamente escolhidos pelo padre supervisor da época, que ao mesmo tempo supervisionava a revista interna. Então na verdade pouco se sabia. Era repassado para nós a idéia

---

<sup>101</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Op. Cit. 92.

<sup>102</sup> Santificação do Domingo. [online] Disponível na internet via [http:// www.psleo.hpg.ig.com.br](http://www.psleo.hpg.ig.com.br). Arquivo capturado em 16 de março de 2005.

<sup>103</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Op. Cit. p. 123.

de que a revolução era para combater o comunismo. Quando fui a Curitiba vi que a coisa não era bem assim.<sup>104</sup>

Como se observa no depoimento acima, havia um controle sobre as informações vindas da realidade extra-muros do Seminário de Azambuja. Desta maneira impedia-se que o seminarista tivesse contato com idéias consideradas erradas e perigosas. Como a Igreja Católica, ou parte dela, oficialmente apoiou o golpe militar de 1964 e posicionava-se contrária ao comunismo fazia-se uma seleção das notícias a que os seminaristas poderiam ter acesso. Esta era a função do mural com recortes de jornal “escolhidos pelo padre supervisor”. As notícias só chegavam aos seminaristas após passarem pela censura dos superiores do Seminário. Só eram permitidas revistas ou outros meios de informação que estivessem de acordo com a posição oficial da Igreja. É o que nos relata o ex-seminarista Ivo Pitz.

Tinha-se pouco acesso a informações externas. Lembro-me que logo após o golpe de 1964, foi dito a nós o que fazia parte do plano dos comunistas, se não tivessem sido derrotados: os prefeitos de Brusque, Blumenau, Itajaí, Joinville e outras cidades seriam executados em praça pública. O bispo de Joinville seria morto e arrastado pela cidade. Coisas assim. Nós tínhamos acesso a uma revista chamada, se não me engano “Ação Democrática”. O teor dela, eu me lembro. Era anticomunista. Outras revistinhas em quadrinhos também. Lembro-me de uma que eu li, que contava a história do lançamento do Sputnik (soviético). O Jeca Tatu era passageiro clandestino do foguete. Ele conseguiu até ver o combustível que o foguete usava: sangue, suor e lágrimas do povo soviético.<sup>105</sup>

Como resultado disto formavam-se seminaristas alienados, que reproduziam o discurso oficial da Igreja Católica a respeito do comunismo ou da Ditadura Militar como, por exemplo, no artigo “Por que chorar, brasileiros?” editado na revista “A Esperança” em 1964, onde o autor, aluno do 2º ano colegial, ao referir-se ao golpe militar de 31 de março, indaga: “Por que chorar, se há direção nos caminhos? Pois agora caminharemos mais firmes, mais decididos. Antes éramos a ser vítimas de um

<sup>104</sup> Entrevista com **João Bosco Zimmermann**, seminarista em Azambuja entre 1960 e 1966. Recebida por e-mail em 02 de maio de 2005 em [mirokretzer@ibestvip.com.br](mailto:mirokretzer@ibestvip.com.br).

<sup>105</sup> Entrevista com **Ivo Pitz**, seminarista em Azambuja entre 1958 e 1965. Recebida por e-mail em 02 de fevereiro de 2005 em [mirokretzer@pop.com.br](mailto:mirokretzer@pop.com.br).

depravado regime. Agora seremos mais livres, mais democráticos”.<sup>106</sup> Esta visão positiva em relação à Ditadura Militar também aparece em outro artigo publicado na revista “A Esperança” em 1975. O autor do artigo “Dia da pátria” proclama o “desenvolvimento” do Brasil com grande euforia: “Se pararmos um pouco e observarmos como cresce, de, ano para ano, o nosso desenvolvimento, nos mais diversos sentidos, ficaremos perplexos, preocupados com o futuro: quem é que vai tomar conta deste gigante?”<sup>107</sup> Mais adiante continua, num discurso ufanista, a prever o futuro de glória para o Brasil.

Somos um país de 100 milhões de habitante e de mais de 8 milhões de quilômetros quadrados... Um continente que já não é mais o país do futuro, mas o grande país do presente. Por isso, não podemos mais olhar para trás ou para os lados; devemos, sim, caminhar com os olhos fixos na frente, com espírito de certeza, de grande fé. Para frente e em unidade com todos.<sup>108</sup>

Esta euforia, este ufanismo apresentado pelo seminarista neste artigo é, em grande medida, também resultado do momento histórico que se vivia no Brasil no início da década de 1970. Durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) ocorreu o insustentável “milagre econômico” que, apesar de ilusório, animou a muitos brasileiros embalados pela propaganda oficial e ufanista com slogans do tipo: “Ninguém mais segura este país”, “Brasil, ame-o ou deixe-o”, “Pra frente, Brasil”, “Até 1964 o Brasil era o país do futuro: agora o futuro chegou”, slogans estes que podem perfeitamente ser identificados neste artigo da revista “A Esperança”. Por outro lado, se o governo do general Médici correspondeu ao “milagre econômico”, correspondeu também ao ápice da ditadura, período em que a “linha dura” do exército foi mais ativa.

<sup>106</sup> **Por que chorar, brasileiros?** Nildo Dubiela, aluno do 2º ano colegial. Revista A ESPERANÇA, ano 11, nº 02, 1964. p. 26.

<sup>107</sup> **Dia da pátria.** Sérgio Luis de Souza, aluno do 1º série do 2º grau. Revista A ESPERANÇA, ano 22, nº 3, 1975. p. 07.

<sup>108</sup> Ibidem. p. 08.

É em seu governo que a repressão levará ao assassinato do capitão Carlos Lamarca (em 1971), oficial dissidente do exército que passou a lutar contra a ditadura, e de Calos Marighella (em 1969), líder da Aliança Libertadora Nacional (ALN). É ainda no governo Médici que terá início a repressão à Guerrilha do Araguaia, guerrilha rural organizada por integrantes do PCdoB nesta região amazônica. A destruição definitiva deste foco guerrilheiro só se efetivará em 1975, na maior operação militar organizada pelo exército brasileiro desde a Segunda Guerra Mundial. No entanto não é possível identificar este lado repressor da ditadura no artigo “Dia da pátria”. Por quê? Talvez justamente pelo controle que havia em relação às notícias veiculadas no interior do Seminário. Tanto é que, ao final do artigo, o seminarista autor afirma, de forma um tanto ingênua ou porque realmente desconhecesse a repressão e a tortura promovidas pela ditadura, que “sendo brasileiros, vivendo num país de paz, (...) sendo razoavelmente cristãos e possuindo um bom espírito político, temos, enfim, os elementos básicos e necessários à união, à integração e, como consequência, à mais plena soberania”.<sup>109</sup>

Esta alienação dos seminaristas só era amenizada, segundo depoimento do Pe. Vitor Galdino Feller, aluno de Azambuja entre 1967 e 1975, quando estes deixavam a vida de internato, “com a inserção no mundo universitário da filosofia e, depois, da teologia, onde se pôde atualizar-se, ao menos em termos de conhecimentos e postura acadêmica, com relação à ditadura” (sic).<sup>110</sup>

Além do controle das notícias via jornal ou rádio havia também o controle das correspondências, visto como uma necessidade para se evitar uma “exposição contaminadora”,<sup>111</sup> ou seja, impedir que pessoas e idéias perigosas contaminassem a

---

<sup>109</sup> Ibidem.

<sup>110</sup> Depoimento do **Pe. Vitor Galdino Feller**, interno de Azambuja entre 1967 e 1975. In.: BESEN, José Artulino. Seminário de Azambuja. Op. Cit. p. 150.

<sup>111</sup> Goffaman, Erving. Op. Cit.



mente e a alma do seminarista. “O controle da correspondência sempre existiu. Isso inibia, muitas vezes, as informações. Elas eram mandadas, já sabendo que algum padre as leria”,<sup>112</sup> nos informa o ex-seminarista Ivo Pitz. Podemos concluir, portanto, segundo estas informações de Ivo Pitz, que muitos daqueles que escreviam aos seminaristas já promoviam algum tipo de censura às cartas, tendo em vista que estas poderiam passar pelas mãos de algum padre do Seminário. Ao que parece o controle sobre as correspondências era aceito por muitos como normal, coisa já decidida, sem possibilidade de discussão, como transparece no depoimento do ex-seminarista João Bosco Zimmermann, aluno de Azambuja entre 1960 e 1966: “o controle das correspondências existia, a gente sabia que era assim, não se questionava na época, mas hoje a gente dá risada! Acho ridículo”.<sup>113</sup> O fato de não se questionar não significa, necessariamente, aceitação da realidade, pois aceitar a realidade de um fato não implica em aceitar sua estrutura e sua necessidade. O ex-seminarista Carlos Alberto Espíndola, interno de Azambuja entre 1969 a 1975, indagado sobre o controle das correspondências respondeu de forma sucinta e contundente: “a la ditadura militar”<sup>114</sup> (sic), fazendo um paralelo entre a situação política do Brasil naquela época com a situação de controle e disciplina do Seminário de Azambuja. Alguns seminaristas nem tomaram conhecimento da existência deste mecanismo de controle, como, por exemplo, o ex-seminarista César Ronchi, aluno de Azambuja entre 1965 e 1970, que afirma não lembrar deste controle<sup>115</sup>, e outros, como Waltamir Kulkamp, aluno de Azambuja entre 1964 e 1970, tinham uma vaga informação a respeito: “Minhas correspondências - não

---

<sup>112</sup> Entrevista com **Ivo Pitz**, seminarista em Azambuja entre 1958 e 1965. Recebida por e-mail em 02 de fevereiro de 2005 em [mirokretzer@pop.com.br](mailto:mirokretzer@pop.com.br).

<sup>113</sup> Entrevista com **João Bosco Zimmermann**, seminarista em Azambuja entre 1960 e 1966. Recebida por e-mail em 02 de maio de 2005 em [mirokretzer@ibestvip.com.br](mailto:mirokretzer@ibestvip.com.br).

<sup>114</sup> Entrevista com **Carlos Alberto Espíndola**, seminarista em Azambuja entre 1969 e 1975. Recebida por e-mail em 21 de dezembro de 2004 em [prof.altamiro13123@ig.com.br](mailto:prof.altamiro13123@ig.com.br).

<sup>115</sup> Entrevista com **César Ronchi**, seminarista em Azambuja entre 1965 e 1970. Recebida por e-mail em 29 de abril de 2005 em [mirokretzer@ibestvip.com.br](mailto:mirokretzer@ibestvip.com.br).

lembro muito bem - mas acho que eram abertas antes, mas só recebia cartas da minha família, de modo que nunca houve maiores problemas”.<sup>116</sup>

O controle sobre as informações que circulavam no Seminário não era somente em relação ao que vinha de fora, seja através das cartas ou dos jornais. Havia também um controle sobre o que se produzia no próprio Seminário. Artigos para a revista “A Esperança”, por exemplo, eram muitas vezes censurados por serem considerados impróprios. Augusto César Zeferino, interno de Azambuja da turma de 1961, dá o seguinte depoimento a respeito desta censura: “Produzi dois artigos para o boletim: o ‘Diálogo entre a grama e a palmeira’ tratava valores hierárquicos, foi publicado. Já o ‘Diálogo entre a polenta e o sonho’, não! Este último fazia alusão ao almoço das sextas-feiras quando era servido sonho com polenta. Detestávamos. O artigo foi considerado instigador!”<sup>117</sup> Ao que tudo indica o sonho com polenta havia se tornado pesadelo para os seminaristas! O primeiro artigo não foi censurado, muito provavelmente, por não questionar a hierarquia, ao passo que o segundo foi censurado por questionar uma dada realidade, neste caso a alimentação recebida pelos seminaristas. Desta forma, tudo o que os seminaristas produziam recebia uma certa censura, maior ou menor, dependendo do tema abordado. Isto levava os seminaristas a constantemente policiarem suas palavras, controlando, portanto, a comunicação produzida no próprio Seminário. Havia a censura dos superiores e a censura prévia dos próprios seminaristas que buscavam com isto garantir os lucros simbólicos, como diria Bourdieu. “Revendo hoje meu Diário, que iniciei no dia 01 de maio de 1964, noto que eu o escrevi tendo em mente que alguém, lá naquele tempo, o poderia ler. Isso tolheu muito o conteúdo dele”,<sup>118</sup> relata o ex-

---

<sup>116</sup> Entrevista com **Waltamir Kulkamp**, seminarista em Azambuja entre 1964 e 1970. Recebida por e-mail em 09 de junho de 2005 em [miro.k@ig.com.br](mailto:miro.k@ig.com.br).

<sup>117</sup> Depoimento de **Augusto César Zeferino**, aluno da turma de 1961. In.: BESEN, José Artulino. Seminário de Azambuja. Op. Cit. p. 173.

<sup>118</sup> Entrevista com **Ivo Pitz**, seminarista em Azambuja entre 1958 e 1965. Recebida por e-mail em 02 de fevereiro de 2005 em [mirokretzer@pop.com.br](mailto:mirokretzer@pop.com.br).

seminarista Ivo Pitz. No entanto, nem todos tinham o cuidado de medir as palavras, de colocá-las de acordo com o que queriam ouvir os formadores. A seção “Seminarísticas” da revista “A Esperança” descreve um caso interessante que demonstra a rebeldia, a resistência do sujeito, a censura ao discurso não permitido pela instituição e, ao mesmo tempo, a força da instituição para dobrar o sujeito a ser formado.

Jeremias – O dito cujo, desafiando o alto comando dos padres, freiras, bispos e bispas e de alguns seminaristas, vomitou um artigo na insípida e gloriosa “A Letra”. Foi um forobodó dos infernos! O Pe. Ney concitou as hostes a batalharem pró-contra Jeremias. Para os entendidos e interessados, não houve intervenção federal. Mas ante a ameaça do “Anatema sit”, Jeremias se retratou. “Foi a Canossa” como eu, diria o Cosme.<sup>119</sup> (sic)

Este controle sobre a comunicação dos seminaristas não era somente em relação ao que se escrevia, mas também em relação ao que se falava ou ao que se poderia falar. Neste sentido impediam-se também contatos freqüentes entre os seminaristas maiores e menores. “No meu tempo nós só tínhamos o dia das divisões como dia de festa com muita gincana. Antes, a separação entre maiores e menores era muito rígida e dia das divisões era justamente para que maiores e menores conversassem ao menos um dia no ano. Imagina dois irmãos, um maior e outro menor!”,<sup>120</sup> (sic) nos relata o ex-seminarista João Bosco Zimmermann. A livre comunicação pode gerar focos de resistência às normas, pode gerar trocas de idéias muitas vezes perniciosas à comunidade. Certos tabus e certas realidades podem perder seu caráter mágico e performativo caso ocorram constantes trocas de idéias, principalmente entre os antigos da casa e os novatos, daí a necessidade do controle.

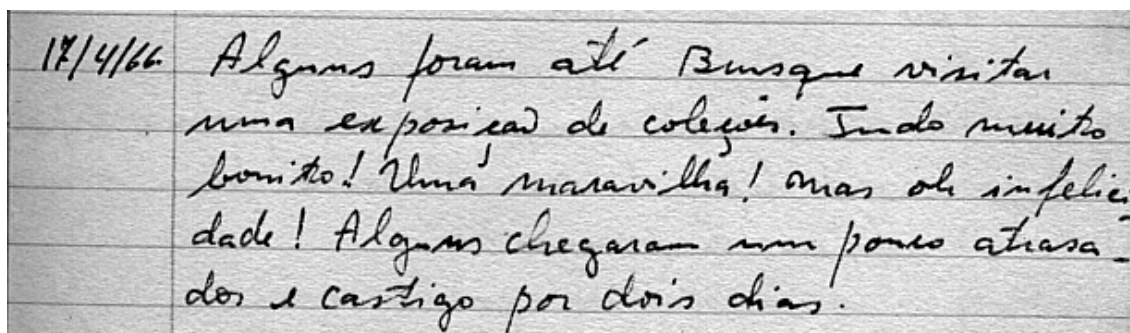
O panoptismo era quase perfeito. O processo de formação do “bom seminarista” era calcado, como já observamos através de vários exemplos, numa vigilância rígida e

<sup>119</sup> **Seminarísticas**. Mauro Cadore e Waltamir Kulkamp. A ESPERANÇA, ano 17, nº 100, 1970. p. 36.

<sup>120</sup> Entrevista com **João Bosco Zimmermann**, seminarista em Azambuja entre 1960 e 1966. Recebida por e-mail em 02 de maio de 2005 em [mirokretzer@ibestvip.com.br](mailto:mirokretzer@ibestvip.com.br).

constante. Sempre e a cada momento o seminarista era vigiado, avaliado e, quando necessário punido, num processo de microvigilâncias e de micropenalidades (figura 17). Na visão do ex-seminarista João Bosco Zimmermann o processo acabava por gerar “robôs”.

**Figura 17** - Anotações no livro *Diário a respeito de um castigo recebido*. O livro diário era escrito por um seminarista. 1966.



**Fonte:** Arquivo D. Jaime de Barros Câmara, Seminário de Azambuja, Brusque – SC.

(...) o maior mecanismo de controle, do qual também participei em 67<sup>121</sup>, era o seguinte: o aluno deveria sempre estar sob os olhares de algum superior. Isto acontecia nos recreios, e nas salas de estudo. O prefeito ficava rezando o seu breviário andando pelo corredor, e as grandes salas, cuja parede dava para o corredor, uma parte era de vidro o que facilitava a visão. É evidente que os mecanismos de controle eram exagerados, pois o crescimento individual se faz com liberdade. Era uma fábrica de robôs.<sup>122</sup>

### A diversão a serviço da formação e da disciplina

Esta realidade de constante alerta a que eram submetidos os seminaristas durante o processo de formação gerava uma realidade ambígua, em que os métodos utilizados para controlar e formar os seminaristas eram vistos por muitos internos como

<sup>121</sup> João Bosco Zimmermann foi “prefeito de turma (bedel) e professor no ano de 1967”, segundo seu próprio depoimento.

<sup>122</sup> Entrevista com **João Bosco Zimmermann**, seminarista em Azambuja entre 1960 e 1966. Recebida por e-mail em 02 de maio de 2005 em [mirokretzer@ibestvip.com.br](mailto:mirokretzer@ibestvip.com.br).

“rígidos, rigorosos ao mesmo tempo paternais”.<sup>123</sup> A rigidez do dia a dia era amenizada com jogos, brincadeiras, passeios e atividades culturais, técnica também presente nas instituições totais<sup>124</sup> e presentes em outros Seminários.

D. Nery defendia que, dentre os segredos da disciplina de uma casa de instrução, a diversão saudável era um instrumento que se devia empregar para que os seminaristas não se entediasssem com sua vida regulamentada (Anuario..., 1º Anno, 1915, p. 27). E atendendo a esse ponto, o Seminário de Campinas instituiu diversões como passeios, jogos de futebol, exibição de fitas cinematográficas instrutivas e pequenas representações teatrais feitas pelos próprios alunos (idem, p. 28). O que podemos destacar nessas diversões são as peças teatrais, que em diversas ocasiões foram apresentadas a um público externo àquele do seminário. Era por demais conhecido o apreço pela arte dramática que o bispo de Campinas possuía desde a época de estudante no Colégio Culto à Ciência e que permaneceu por toda a sua vida eclesiástica. Em todas as dioceses que governou, d. Nery procurou incentivar entre os colegiais, ginasianos e seminaristas, a encenação de peças teatrais que possuíam como mensagem preceitos de uma moral religiosa católica.<sup>125</sup>

No Seminário de Azambuja, no início da década de 1960, “os jogos dos menores, no pátio são os seguintes: bandeirinha, barra, bandeira-vermelha, matar e salvar, pegar de dois, espiribol, ping-pong, bandeira salva e os jogos de salão”,<sup>126</sup> relata o então seminarista Luis V. Vieira. Certamente estes momentos proporcionavam situações de maior contato informal entre formadores e seminaristas, momentos que davam espaço para o desenvolvimento de relações mais “paternais” e menos policiaescas. Augusto César Zeferino descreve-nos alguns destes momentos:

Os passeios periódicos também se davam (...). Vez por outra os padres nos levavam ao centro da cidade, como para a visita ao parque da feira de Brusque, ao cinema (para ver Charles Chaplin) e à enchente. (...) O dia de São Luiz, para os seminaristas, era oportunidade única pelos presentes que nos eram dados, inclusive roupas. A Páscoa tinha expressão especial para os jovens – alguns ainda tão pequenos – que ficavam tão distantes da família. Além da parte espiritual e ritual, trazia a oportunidade de procurar por ovos de chocolate nas encostas da colina próxima.<sup>127</sup>

<sup>123</sup> Entrevista com **Waltamir Kulkamp**, seminarista em Azambuja entre 1964 e 1970. Recebida por e-mail em 09 de junho de 2005 em [miro.k@ig.com.br](mailto:miro.k@ig.com.br).

<sup>124</sup> GOFFMAN, Erving. Op. Cit.

<sup>125</sup> BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. **Cultura escolar e história eclesiástica: Reflexões sobre a ação romanizadora pedagógica na formação de sacerdotes católicos e o Seminário Diocesano de Santa Maria (1915-1919)**. Op. Cit. p. 97.

<sup>126</sup> A ESPERANÇA. Luis V. Vieira, aluno do 1º ano ginasial. Ano VII, nº 01, 1960, p. 06.

<sup>127</sup> Depoimento de **Augusto César Zeferino**, aluno da turma de 1961. In.: BESEN, José Artulino. Seminário de Azambuja. Op. Cit. p. 173-174.

O mesmo Zeferino nos relata os banhos de piscina, (*figura 18*) momentos de lazer e, ao mesmo tempo, momentos para “o exercício da disciplina e da formação”.<sup>128</sup>

O banho na piscina, uma vez por semana, às quintas-feiras, era refrescante no verão e um sofrido exercício de higiene no inverno. Pe. Cadorin, responsável por acompanhar os seminaristas na caminhada e no uso da piscina, exercitava seu comando com uma varinha na mão à caça de alguns ‘retardatários’ que propositadamente se escondiam na casinha de troca de roupa para não enfrentar o rigor da gélida água que descia a encosta e carregava para fora os nossos odores. A piscina era, também, um espaço para o exercício da disciplina e da formação.<sup>129</sup>

**Figura 18** - *Banho de piscina no Seminário de Azambuja, 1964.*



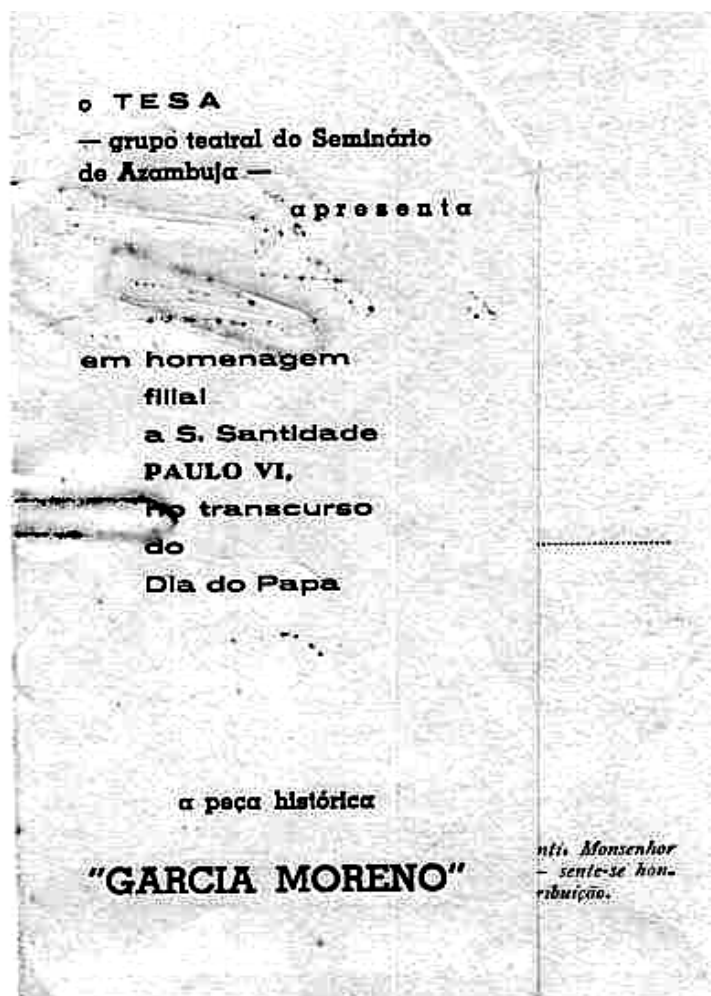
**Fonte:** Arquivo D. Jaime de Barros Câmara, Seminário de Azambuja, Brusque – Santa Catarina.

Além dos passeios, jogos e brincadeiras as atividades culturais eram extremamente importantes neste processo de amenização da dureza do dia a dia. Entre as atividades culturais promovidas pelo Seminário merece destaque o teatro. Era, ao mesmo tempo, momento de lazer e descontração e também momento de formação, tanto pelos valores repassados como pelas habilidades de comunicação e expressão

<sup>128</sup> Ibidem. p. 173..

<sup>129</sup> Ibidem.

**Figura 19** - Parte frontal do prospecto da peça teatral "Garcia Moreno" apresentada pelos seminaristas de Azambuja no Teatro do Seminário em 27 de junho de 1970.



**Fonte:** Arquivo D. Jaime de Barros Câmara, Seminário de Azambuja, Brusque - Santa Catarina.

desenvolvidas. Tomemos como exemplos algumas peças apresentadas entre os anos de 1967 e 1970.

“O Cardeal Primaz”, apresentada no Salão de Atos aos 9 de outubro de 1967, conta a história do Cardeal José Mindszenty, da Hungria. O argumento central da peça é a luta deste cardeal contra o governo comunista que se instala na Hungria a partir de 1948. Outra peça que também retrata a luta da Igreja contra o “demoníaco” comunismo é

intitulada “Poder e a Glória”, apresentada nos dias 9, 12 e 13 de outubro de 1968. No prospecto da peça é apresentada a argumentação:

a famosa novela de GRAHAM GREENE, que tem por fundo a perseguição comunista à Igreja no México, lá por 1927-28, apresenta-nos o tipo enigmático e paradoxal de um padre fugitivo, o último no país, que ao longo da peça alterna suas fraquezas humanas com momentos de heróica abnegação. Apesar de suas oportunidades de fuga, ele se rende ao senso de responsabilidade do seu ministério (...) (sic)<sup>130</sup>

<sup>130</sup> Prospecto da peça teatral “O poder e a glória”. Arquivo D. Jaime de Barros Câmara – Seminário de Azambuja, Brusque, Santa Catarina.

Além de temas relacionados à luta contra o comunismo eram também comuns temas relacionados a vida de mártires e pessoas que abnegaram suas vidas para servir à Igreja. Nesta linha temos “Roque Gonzáles”, peça que retrata a vida do Pe. Roque Gonzáles e outros missionários na “luta acerba entre o bem e o mal”,<sup>131</sup> travada nos campos do Rio Grande, em começos de século XVII, para catequizar os índios guaranis; temos ainda “Assassinato na Catedral”, que retrata o martírio do Arcebispo Thomas Becket na Inglaterra de 1170 e “Garcia Moreno” (*figura 19*) que glorifica a luta de Garcia Moreno, governante do Equador na segunda metade do século XVIII, contra os “setores liberal-maçônicos, hostis à Igreja – de quem Garcia Moreno, católico convicto, timbrava em declarar-se filho incondicional”,<sup>132</sup> luta esta que o levou à morte. Desta maneira as peças teatrais serviam de momento de recreação, de formação e também de consolidação dos valores hierárquicos, ao homenagear, em praticamente todas as peças, os superiores, representados, geralmente, pelo Papa e pelo Reitor. Serviam ainda para inculcar certos valores, não só nos próprios seminaristas, mas também na comunidade católica local, uma vez que muitas destas peças eram apresentadas também para o público externo.

### **“Caça (nós) 4 X 3 Caçadores”: formação X resistência**

*Penso que ninguém, em qualquer época da humanidade, gostou de ser ou de se sentir vigiado.*<sup>133</sup>

O sujeito construído, manufaturado, adestrado pela instituição, mesmo a instituição total de Goffman, não é um sujeito completamente assujeitado, ele também

<sup>131</sup> Prospecto da peça teatral “Roque Gonzáles”. Arquivo D. Jaime de Barros Câmara – Seminário de Azambuja, Brusque, Santa Catarina.

<sup>132</sup> Prospecto da peça teatral “Garcia Moreno”. Arquivo D. Jaime de Barros Câmara – Seminário de Azambuja, Brusque, Santa Catarina.

<sup>133</sup> Entrevista com **Waltamir Kulkamp**, seminarista em Azambuja entre 1964 e 1970. Recebida por e-mail em 09 de junho de 2005 em [miro.k@ig.com.br](mailto:miro.k@ig.com.br).



resiste, também constrói seus espaços de contestação e oposição ao processo de controle. Esta visão aparece tanto em Foucault, embora seja mais lembrado pelo estudo dos mecanismos de sujeição, como em Certeau. Vejamos então alguns exemplos de como os seminaristas de Azambuja criaram estes espaços de contestação, como criaram espaços de resistência.

Estão lembrados do caso do seminarista Siro? Aquele, citado no capítulo anterior, que incentivava os seminaristas menores a umas “leituras mais ousadas e críticas” e que, por isso, “não era bem visto pelos padres responsáveis pelo seminário menor”. Na ocasião ele foi citado como exemplo de acomodação secundária, aquela em que, segundo Goffman, “o participante de uma organização emprega meios ilícitos, ou consegue fins não-autorizados, ou ambas as coisas, de forma a escapar daquilo que a organização supõe que deve fazer e obter e, portanto, daquilo que deve ser”.<sup>134</sup> Voltemos então a sua história que nos é relatada pelo agora Pe. Vitor Galdino Feller, aluno de Azambuja entre 1967 e 1975, e que foi contemporâneo do Siro no Seminário de Azambuja.

Numa das noites em que nosso grupo de filósofos chegou das aulas na cidade, percebemos pelos raios das luzes que os padres estavam reunidos no quarto imediatamente abaixo do quarto do Nélcio, onde ficávamos tomando chimarrão até altas horas. Demos então conta de que falavam de nosso colega Siro. Os ouvidos, agora mais atentos, na surdina da noite, ficaram estarelecidos quando saiu a sentença: “O Siro tem que ser expulso do seminário. Ele dá mau exemplo para os menores. Tu, Milani, tens que falar com ele amanhã e mandá-lo arrumar as malas”. Rapidamente nos articulamos com todos os colegas da filosofia e entramos em ação. Pobre Milani, quando no dia seguinte, o mais cedo que pudemos, o abordamos e desafiamos: “Pe. Milani, se o Siro for mandado embora, nós todos iremos com ele!”<sup>135</sup>

“Pe. Milani, se o Siro for mandado embora, nós todos iremos com ele!” Esta situação deve ter deixado os formadores do Seminário de Azambuja em situação bastante desconfortável. Imaginem o grupo todo dos filósofos impondo esta condição:

<sup>134</sup> GOFFMAN, Erving. Op. Cit. p. 159-160.

<sup>135</sup> Depoimento do **Pe. Vitor Galdino Feller**, interno em Azambuja entre 1967 e 1975. In.: BESEN, José Artulino. Op. Cit. p. 152.

ou o Siro fica ou saem todos! Este é um exemplo claríssimo e contundente de resistência do sujeito à própria instituição e a suas regras. O fato é que a pressão surtiu efeito. A resistência produziu resultados positivos para os seminaristas, uma vez que o Siro permaneceu no Seminário e foi, posteriormente ordenado sacerdote. Hoje o jovem seminarista que, na visão dos superiores, dava mau “exemplo para os menores” é Pe. Siro, professor de teologia.

A expulsão do seminarista ou a possibilidade desta era, na verdade, um importante mecanismo de pressão para que o seminarista “andasse na linha”, como nos relata o ex-seminarista Ivo Pitz.

Em 1958, no final do ano, quando nós fazíamos a malas para irmos para casa, um seminarista maior (o Backes, não me lembro do nome dele) foi expulso sumariamente pelo Pe. Osmar. Não sei que rolo aconteceu no dormitório dos maiores durante a arrumação das malas. O medo de ser mandado de volta para casa sempre foi uma sombra que nos acompanhou.<sup>136</sup> (grifos meus)

O medo de ser expulso e de ter que dizer em casa para os pais que não foi bom o suficiente para ser padre, o sentimento de frustração de não ser o “bom seminarista” esperado pela Igreja, pela comunidade da qual fazia parte e pela família, fazia com que muitos agissem conforme as imposições da instituição, mesmo não concordando com ela em muitos aspectos. “A frase bíblica ‘muitos são os chamados e poucos os escolhidos’ ainda soa em meus ouvidos como um ‘anátema’, uma ameaça permanente, responsável por um indigesto e incurável sentimento de frustração e de derrota”,<sup>137</sup> afirma Waltamir Kulkamp. Segundo João Bosco Zimmermann

os motivos para uma expulsão eram os mais banais. Uma briga, alguma ordem não cumprida (o padre era a lei), algum tipo de envolvimento com as empregadas que faziam limpeza, e boa parte das expulsões não se ficava sabendo o motivo. As expulsões foram rareando com o decorrer dos

<sup>136</sup> Entrevista com **Ivo Pitz**, seminarista em Azambuja entre 1958 e 1965. Recebida por e-mail em 02 de fevereiro de 2005 em [mirokretzer@pop.com.br](mailto:mirokretzer@pop.com.br).

<sup>137</sup> Entrevista com **Waltamir Kulkamp**, seminarista em Azambuja entre 1964 e 1970. Recebida por e-mail em 09 de junho de 2005 em [miro.k@ig.com.br](mailto:miro.k@ig.com.br).

anos. Começou-se a optar pelo aconselhamento. Ou seja: vai pra casa porque você não dá pra coisa.<sup>138</sup>

A expulsão era, deste modo, um importante mecanismo na maquinaria disciplinar, era um instrumento a mais no processo de confecção do “bom seminarista”. Nas NORMAS E ORIENTAÇÕES da década de 1970 e início de 1980, no seu item VIII – Sanções, afirma-se:

1. Sanções aplicadas de forma convenientes são úteis e necessárias ao amadurecimento individual e ao bom andamento da comunidade.
2. Ao seminarista que negligenciar as orientações propostas pela direção da casa, poderão ser aplicadas, a critério dos superiores, algumas das sanções seguintes:
  - a) (...)
  - b) (...)
  - c) Exclusão temporária do seminário.<sup>139</sup>

Evidencia-se aqui a necessidade das punições como forma de controle e o fato de que desobedecer às normas e orientações poderia levar a mais séria das punições: a expulsão. Casos relacionados ao descumprimento do sexto mandamento eram, na maioria das vezes, também tratados com a expulsão sumária, como nos relata o ex-seminarista César Ronchi. Questionado sobre o que poderia levar um seminarista à expulsão, César afirma que “atos de indisciplina” eram motivações suficientes. “Lembro”, afirma César, “que estávamos lendo um gibi (que antigo) com desenhos em preto e branco sobre um ato sexual (...) e o padre descobriu e expulsou o dono do manual. Que absurdo”.<sup>140</sup> Com o passar dos anos, com a chegada dos “novos ares do Vaticano II” e com a própria mudança dos métodos pedagógicos as “expulsões” foram sendo substituídas, como nos afirmou o ex-seminarista João Bosco Zimmermann, pelo “aconselhamento” para que o indivíduo ficasse em casa depois das férias ou, em casos

<sup>138</sup> Entrevista com **João Bosco Zimmermann**, seminarista em Azambuja entre 1960 e 1966. Recebida por e-mail em 02 de maio de 2005 em [mirokretzer@ibestvip.com.br](mailto:mirokretzer@ibestvip.com.br).

<sup>139</sup> NORMAS E ORIENTAÇÕES. Mimeografado, vigente entre o final da década de 1970 e início da década de 1980. Arquivo D. Jaime Câmara, Seminário de Azambuja, Brusque – SC. p. 11.

<sup>140</sup> Entrevista com **César Ronchi**, seminarista em Azambuja entre 1965 e 1970. Recebida por e-mail em 29 de abril de 2005 em [mirokretzer@ibestvip.com.br](mailto:mirokretzer@ibestvip.com.br).

mais urgentes, que o indivíduo fosse para casa por que “não dava pra coisa”. Assim, este instrumento também passa por um processo de eufemização ao longo da década de 1970 e 1980, mas não deixa de existir, metamorfoseia-se, ou volta à tona, em outros momentos, novamente de forma direta, como é o caso relatado por Sérgio Luiz Ferreira, interno da turma de 1987. Após uma série de atitudes “indisciplinadas” Sérgio recebe um ultimato por parte do padre reitor: “Sérgio, pelas tuas atitudes nos últimos dias, estás com a mão na maçaneta da porta da rua! (...) Se te comportares até domingo, dia da formatura do Terceiro Ano, poderás retornar no ano que vem”.<sup>141</sup> Como mecanismo de controle e disciplina a ameaça de expulsão foi um sucesso, como confirma o próprio Sérgio: “É excusado dizer que fui um santo naqueles calorentos cinco dias que nos restavam em Azambuja naquele ano”.<sup>142</sup> Outro exemplo do sucesso do mecanismo da expulsão como maquinaria disciplinar é o depoimento do então seminarista Adão Carlos Marcelino, aluno da turma de 1974, na revista “A Esperança”, órgão do GEMCO (Grêmio Estudantil Monsenhor Cordioli) do Seminário de Azambuja. A ele é feita a seguinte proposta por parte dos entrevistadores: “Dê uma fórmula para viver-se bem e permanecer firme no Seminário”. A resposta que se segue demonstra a força do mecanismo da expulsão: “Para permanecer firme no Seminário, é necessário muita oração da parte da gente, e nunca fazer besteiras para evitar a expulsão”<sup>143</sup> (sic). A obediência era, como já foi repetido por tantas vezes, um valor muito apreciado no processo de formação do “bom seminarista”. Tanto é que muitos seminaristas recebiam o conselho dos superiores para servirem o exército, mesmo quando os seminaristas já eram dispensados do serviço militar, com o objetivo de “aprender a obedecer”.

---

<sup>141</sup> Depoimento de **Sérgio Luiz Ferreira**, interno do Seminário de Azambuja da turma de 1987. In.: BESEN, José Artulino. Seminário de Azambuja. Op. Cit. p. 179.

<sup>142</sup> Ibidem.

<sup>143</sup> **É a vez do Adão**. Revista A ESPERANÇA. Setembro de 1981. p. 142. Arquivo de A Esperança. Seminário de Azambuja, Brusque, SC.

Apesar do controle anteriormente citado sobre a comunicação e sobre os escritos dos seminaristas, havia também aqui espaço para resistência. A comédia, a piada, o tom de pilhéria utilizado pelos seminaristas em alguns escritos serviam de arma para atacar e criticar certos valores ou certas situações da instituição com as quais estes discordavam. Quando denominam, na seção “Seminarísticas” da revista “A Esperança”, de “caçadores” os padres da casa e de “caça” a eles próprios qual seria o significado?

Dia dos padres

Mas só dos padres; dos padrecos não.

Às nove horas êles fizeram uma missa, e que missa..., bem comprida. Só para se vingar o Jacó convidou a cambada para um jogo, após a missa, com o “Esquadrão”. (...) Final de jogo: caça (nós) 4 X 3 caçadores. Se fôsse de mais haveria excomunhão pra todo mundo.<sup>144</sup> (sic)

Não estariam fazendo uma crítica à falta de liberdade quando afirmam que “nossa liberdade aumenta dia a dia: já podemos entrar no estudo enquanto as ‘empregadas’ ‘fazem’ ‘limpeza’”.<sup>145</sup> Quando usam expressões como “sejam bem vindos a êste Seminário Menor, digo Maior, aliás Quartel, ou melhor Convento, digo ‘SEMI-QUARTEL MENOR DO CONVENTO MAIOR’”.<sup>146</sup> (sic) não estariam também criticando a falta de liberdade e fazendo, inclusive, um paralelo entre a situação interna do Seminário e a situação política do Brasil de então? Este tom cômico utilizado com o objetivo de criticar sem promover forte choque como os superiores da instituição aparece com grande evidência no hilariante, mas crítico, texto que se segue. O tema central é a questão da alimentação dos seminaristas.

NOTA DE FALECIMENTO

Aproveitando-se da ausência do Mons. Kleine, alguém, um leigo autorizou o seqüestro e exílio perpétuo do alto comando da cozinha.

<sup>144</sup> **Seminarísticas**. Revista A ESPERANÇA. Ano 17, nº 101, 1970. p. 42. Arquivo de A Esperança. Seminário de Azambuja, Brusque, SC.

<sup>145</sup> Ibidem. p. 43.

<sup>146</sup> Ibidem. Ano 17, nº 99, 1970. p. 29.

Motivos: 1. As cozinheiras não têm nada que estar perguntando aos seminaristas se a comida está boa ou não. 2. Onde fica o espírito de sacrifício dos seminaristas, que já não podem comer carne meio... meio... não batizada? O certo é porém que o novo técnico não mudará a escalação do time, apenas reduzirá o plantel.<sup>147</sup>

(...)

Substituição radical no time da cozinha. Yustrich (Mons. Kleine) tira Irmã Marta Lit..., hábito 4, e faz entrar Apolônia, 15 às costas. E ainda: feijão foi expulso por indisciplina (muito duro). Arroz substituído, ou melhor, perdeu a posição para arroz. Yustrich ordena: bolinho de carne, mais elasticidade. Bem, já que estamos com a mão na massa, aqui vai a escalação do time (provável e imutável por meio ano):

1. Arqueiro reserva absoluto Bôca; 2. Abóbora, patrimônio nacional; 3. Aipim, não há quem o derrube; 4. Pirão, terreno baldio para adversários; 5. Mussi, idem; 6. Fago com a expulsão do feijão (cogita-se em verduras); 7. Micro-organismos; 8. Arroz; 9. Arroz também; 10. Arroz; 11. (Para variar, arroz).

D<sup>a</sup> Apolônia, não tome a sério as nossas brincadeiras. Para a atual administração da cozinha, nota 10.<sup>148</sup>

Como vimos, toda uma maquinaria de poder foi posta em ação no objetivo de manufaturar o seminarista perfeito para que daí surgisse o sacerdote ideal. Este processo de construção do sujeito “bom seminarista” deu-se, como se pode observar, de forma dialética, não pacífica. Mas, inegavelmente deixou marcas, cicatrizes. Em alguns maiores e mais profundas, noutros menores e mais superficiais. Ninguém que tenha passado pelo Seminário de Azambuja, ou qualquer outra instituição disciplinar, poderá dizer que dela saiu sem estas marcas. “Sim! Vou despedir-me... Adeus... (...) Penso: Obrigado educandário, que me acolheste com horizontes grandes, formando-me para o mundo!”<sup>149</sup>

### 3. A metamorfose: o sujeito, o corpo, o discurso resultante

*“(...) é claro para todos os que freqüentaram bem ou mal a escola, os saberes – ou os fragmentos de saber – que eles adquiriram ali, constituíam uma bagagem cultural cuja lembrança eles guardavam para toda a vida e que orientava sua visão ulterior do mundo e sua maneira de se comportar nele”.*<sup>150</sup>

<sup>147</sup> Ibidem. Ano 17. nº 102, 1970. p. 39.

<sup>148</sup> Ibidem. Ano 17, nº 99, 1970. p. 30.

<sup>149</sup> **Adeus ao Seminário.** Elias Carlini, 1º ano clássico. A ESPERANÇA, edição Refeitório, 1961.

<sup>150</sup> VERGER, Jacques. **Cultura, ensino e sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII.** Op. Cit. p. 15.

Todas as instituições sociais, as instituições disciplinares de maneira mais intensa, promovem mudanças no “eu” do indivíduo. De modo semelhante a Gregor Samsa, personagem kafkantiano de *A Metamorfose*, que certo dia acorda e vê-se transformado num enorme inseto, o indivíduo que integrou uma instituição disciplinar também ficará talvez assustado se, ao parar por alguns minutos, fizer uma reconstituição de seu “eu” antes e depois de sua passagem pela instituição. Verá que muito do que foi já não é mais, e muito do que é nunca havia sido. Isto ocorre porque há um desenraizamento do indivíduo por parte da instituição, pois ao entrar na instituição, neste caso no Seminário de Azambuja, o jovem “deixava para trás uma família, uma cultura, uma identidade espacial”,<sup>151</sup> segundo o depoimento de Augusto César Zeferino, aluno da turma de 1961. Muitas vezes o indivíduo nem se dará conta das marcas deixadas pela instituição. Seu “eu” confunde-se, em muitos momentos, com o “eu” da instituição.

Sugestão: introduzir, em âmbito geral, uma disciplina para ensinar os alunos a receberem um professor, respeitarem uma autoridade, alimentarem-se com bons modos, cumprimentarem um visitante, vestirem-se com dignidade, possuírem “desconfiômetro”, zelarem pela limpeza, e serem dignos do nome de seminaristas. E isto tudo, diga-se de lado, foi bastante desprezado aqui; averiguem-se os frutos!<sup>152</sup> (sic)

Este discurso pode parecer discurso da instituição, mas não é. É de um seminarista do 2º ano de filosofia, escrito em 1971. Observa-se aqui uma perfeita identificação do “eu” do seminarista com o “eu” da instituição. Este é um exemplo típico do sujeito esperado pelo Seminário ao final de seu processo de formação, um sujeito afinado com valores como respeito à hierarquia, amor pela ordem e pela disciplina. Outro exemplo de discurso afinado com o discurso da instituição é o caso do

<sup>151</sup> Depoimento de **Augusto César Zeferino**, aluno da turma de 1961. In.: BESEN, José Artulino. Seminário de Azambuja. Op. Cit. p. 171.

<sup>152</sup> **Os estudos do Seminário reclamam planejamento.** José Artulino Besen, aluno do 2º ano de Filosofia. A ESPERANÇA. Ano 18, nº 105. 1971. p. 32.

então seminarista João Elias Antero. Entrevistado por um grupo de seminaristas para a revista “A Esperança” e questionado sobre o que mais gostaria de fazer caso fosse ordenado padre, Antero responde que “se um dia Jesus me aceitar para trabalhar na sua messe, obedecerei a meus superiores para que possamos formar uma Igreja unida para a maior glória de Deus. Grande virtude de um sacerdote é a obediência”.<sup>153</sup> É provável que muitos destes discursos afinados com as normas e orientações do Seminário tenham sido escritos desta forma porque se sabia que seriam lidos pelos superiores, pois “as condições de recepção antecipadas fazem parte das condições de produção, e a antecipação das sanções do mercado contribui para determinar a produção do discurso”,<sup>154</sup> ou em outras palavras, a antecipação das possibilidades de lucro simbólico assumem, muitas vezes, a forma de censura antecipada. Assim sendo, os discursos acabam por assumir características eufemísticas, estimulados pela necessidade de “dizer bem”, de “falar bem”, de produzir um discurso adequado e ajustado a um determinado mercado. Pode ser ainda “astúcia e esperteza no modo de utilizar ou de driblar os termos dos contratos sociais”, pois “uma maneira de utilizar sistemas impostos constitui a resistência à lei histórica de um estado de fato e suas legitimações dogmáticas”,<sup>155</sup> diria Certeau. O indivíduo pode fazer o discurso da instituição como forma de reduzir ou abrandar o controle da instituição sobre ele mesmo. Uma vez que ele é visto como alguém que coopera com a instituição, a vigilância sobre ele tenderia a ser mais branda e, caso fosse flagrado em alguma ação em desacordo com as normas da instituição, a penalidade também tenderia a ser mais branda ou, até mesmo, inexistente. Seria a astúcia do sujeito certeuniano. Mas, coincidência ou não, os dois exemplos citados acima, José Artulino Besen e João Elias Antero, que, através de seus discursos,

<sup>153</sup> **É a vez do Antero.** Revista A ESPERANÇA. Março de 1981. p. 13. Arquivo de A Esperança. Seminário de Azambuja, Brusque, SC.

<sup>154</sup> BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas lingüísticas: O que falar quer dizer.** São Paulo: Edusp. 1998. p. 64.

<sup>155</sup> CERTEAU, Michel. Op. Cit. p. 79.



demonstravam interiorização das normas e valores pretendidos a um “bom seminarista” foram ordenados sacerdotes.

Este mesmo sucesso não foi alcançado em cada um dos 2152 alunos matriculados entre 1927 e 2002, ou entre os 204 sacerdotes ordenados até 2002.<sup>156</sup>

É importante frisar também que muitos dos que questionaram o Seminário ficaram padres. O autor da carta que tem alguns trechos reproduzidos a seguir, por exemplo, e que questiona o modelo de formação do Seminário de Azambuja e demonstra ter tido desentendimentos com seus superiores, foi ordenado sacerdote.

Já que não pude ir também desta vêz à Azambuja visitar “Êste Vale Bendito” e dialogar um pouco com o senhor, bem como com os demais abnegados superiores, venho dialogar uns minutos com o senhor através destas frases. Segundo um axioma antigo “quem fala se entende”, venho procurar me entender com o senhor sôbre alguns pontos de vista meus. Mas, devo dizer que faço isso espontâneamente e sem nenhuma pretensão. Faço isso, apenas para evitar algum mal entendido que já houve e poderá haver! O senhor sem dúvida foi conhecedor de minha pessoa durante os cinco anos que aí passei sob suas ordens e sábias orientações. Acho, que sôbre êste período de tempo não preciso dizer nada... Quero, apenas me referir aos dois anos e meios de filosofado. Creio que sôbre êste período o senhor não me acompanhou tão de perto (...). Penso que tudo que o senhor sabe a meu respeito, não é fruto de uma convivência diária e sincera, mas sim de informações às vezes subjetivas e mal compreendidas e de alguns contactos fortuitos que teve comigo nas férias passadas. (...) Sem dúvida, fiz algumas referências à formação que os senhores me deram e à que estão dando aos demais seminaristas. Talvez, fui um tanto imprudente e arrojado nas minhas afirmações, não olhando a quem e nem onde afirmava estas coisas. Mas, quer queiramos ou não, sempre haveremos de encontrar deficiências psicológicas, pedagógicas e humanitárias em qualquer estabelecimento de ensino, bem como nos Seminários. Vejo, que a solução não está numa crítica destrutiva, mas numa constatação positiva, visando uma solução prática. Cônego Reitor, levado pelo espírito crítico adquirido através do estudo da filosofia, a gente é levado a criticar positivamente e querer melhora de muitas coisas, que na realidade não são nada fáceis (...).<sup>157</sup> (sic)

Por outro lado, muitos dos que não questionaram, ou que tinham uma relação muito forte com o Seminário não se tornaram padres, como é o caso do ex-seminarista José Antônio Schweitzer, interno entre 1956 e 1963, que escreve uma carta de

---

<sup>156</sup> Seminaristas matriculados de 1927 a 2002. [online] Disponível na internet via <http://www.azambuja.org.br/aesa.htm>. Arquivo capturado em 19 de abril de 2005.

<sup>157</sup> Trecho de uma carta endereçada ao Reitor do Seminário de Azambuja por um seminarista, estudante de Filosofia, em 1962, referente a um desentendimento entre ambos. Carta encontrada no Arquivo D. Jaime de Barros Câmara, Seminário de Azambuja, Brusque – SC.

despedida aos superiores quando decide abandonar o Seminário.<sup>158</sup> Nesta carta agradece a formação recebida e lamenta não poder corresponder às expectativas que, por ventura, a ele eram dedicadas. Na carta José Antônio diz também que espera poder dar a seus superiores a alegria de verem frutificar os esforços a ele dedicados num futuro sacerdócio leigo. Mas eis que José Antônio é ordenado diácono permanente em 1999<sup>159</sup>, fazendo assim frutificar os esforços de seus superiores, não no sacerdócio ministerial, mas no diaconato permanente.

Se, dos 2152<sup>160</sup> seminaristas que passaram pelo Seminário de Azambuja, somente 204<sup>161</sup> foram ordenados sacerdotes “uma legião de ótimos cristãos se tornou o fermento na massa”,<sup>162</sup> afirma o Pe. Affonso Guimarães, interno de Azambuja da turma de 1945. O Pe. Affonso reconhece também a importância dos sacerdotes ordenados que posteriormente “abandonaram a batina” para viverem o matrimônio. Estes sacerdotes que acabaram optando pelo matrimônio constituem outro exemplo de aceitação da realidade, mas não de concordância com ela. Enquanto seminaristas aceitavam a norma da Igreja, não a questionavam abertamente, visto que isto poderia impedir que permanecessem no Seminário mas, após a ordenação a discordância foi se transformando em oposição aberta à norma, até que da oposição chega-se à desobediência da norma. “Entre estes, vários se têm destacado na vida profissional, com cargos de relevante importância, em instituições federais, estaduais, municipais e científicas”,<sup>163</sup> afirma o Pe. Affonso Guimarães. Gilberto Luiz Gonzaga, da turma de

---

<sup>158</sup> Carta de despedida do seminarista José Antônio Schweitzer, outubro de 1963. Arquivo D. Jaime de Barros Câmara, Seminário de Azambuja, Brusque – SC.

<sup>159</sup> Depoimento de **José Antônio Schweitzer**, aluno de Azambuja entre 1956-1963. In.: BESEN, José Artulino. Seminário de Azambuja: 1927-2002. Colaboradores – AESA. Florianópolis: [s.n.], 2002. p. 178.

<sup>160</sup> Do período de 1927 a 2002.

<sup>161</sup> Segundo dados do Seminário de Azambuja (1927-2002) 204 seminaristas que passaram por Azambuja foram ordenados sacerdotes, portanto, 9,47% dos 2.152 seminaristas lá matriculados. [online] Disponível na internet via <http://www.azambuja.org.br/aesa.htm>. Arquivo capturado em 19 de abril de 2005.

<sup>162</sup> Depoimento do **Pe. Affonso Guimarães**, interno do Seminário de Azambuja da turma de 1945. In.: BESEN, José Artulino. Seminário de Azambuja. Op. Cit. p. 169.

<sup>163</sup> Ibidem.

1941, é um dos que abandonou o voto de castidade para casar-se. Sacerdote por 17 anos é hoje casado e afirma: “Sinto-me injusta e humilhanamente marginalizado por parte da hierarquia católica vaticana, por não poder continuar exercendo o ministério presbiteral como padre casado – situação normal e geral nos primeiros dez séculos do catolicismo”.<sup>164</sup> Afirma ainda que, só no Brasil, são mais de 4500 padres casados ao lado de pouco mais de 16000 celibatários, o que considera um grande desperdício.

É inegável a influência de ex-seminaristas de Azambuja na sociedade catarinense. Muitos também tiveram influência em nível nacional, como é o caso, por exemplo, de D. Jaime de Barros Câmara, nomeado cardeal do Rio de Janeiro, que não foi estudante em Azambuja, mas o primeiro Reitor do Seminário. Cada qual, influenciado pela educação recebida em seu tempo, influenciou de maneira mais ou menos intensa, mais conservadora ou mais contestadora na sociedade em que atuou. A ação do indivíduo sobre a sociedade sempre segue dois caminhos: ou a ação visa a transformação ou visa a manutenção de determinada ordem da sociedade. D. Jaime é lembrado por suas convicções firmes em relação à obediência. Em artigo escrito no *Jornal do Brasil*, por ocasião de sua morte, fica evidente esta marca de seu caráter, quando se afirma que D. Jaime tinha “a disciplina, como um valor eclesial, a obediência que não questiona as ordens que vêm de cima”.<sup>165</sup> O amor à disciplina e a oposição ao comunismo levaram-no a apoiar os militares, tanto no conturbado ano de 1961 quanto no fatídico ano do golpe militar, em 1964. “A defesa da pátria, nos dias conturbados de 1961, exigia força e união: ‘Se a união faz a força, quanto mais ainda se tal união fôr constituída pela Igreja e os militares! Eis porque procuram lançar esta divisão entre nós.

---

<sup>164</sup> Depoimento de **Gilberto Luiz Gonzaga**, interno do Seminário de Azambuja da turma de 1941. In.: BESEN, José Artulino. *Seminário de Azambuja*. Op. Cit. p. 144.

<sup>165</sup> **D. Jaime**. *Jornal do Brasil* de 19 de fevereiro de 1971, p. 4. Recorte encontrado no Arquivo D. Jaime de Barros Câmara, Seminário de Azambuja, Brusque – Santa Catarina.

Os métodos de combater podem diferir, mas o ideal é o mesmo: salvar a pátria, guiando o povo para a verdade e o bem”<sup>166</sup> (sic), teria afirmado D. Jaime.

Inúmeros ex-alunos de Azambuja alcançaram projeção social, seja nos quadros eclesiásticos, seja nos quadros leigos. Em 1975, no encontro da AESA (Associação dos Ex-Alunos de Azambuja), foram lembrados alguns nomes.

D. Afonso Niehues, DD. Arcebispo Metropolitano de Florianópolis; D. Gregório Warmeling, Bispo de Joinville; D. Wilson Laus Schmitt, Bispo Tit., residente em Florianópolis; D. Tito Buss, Bispo de Rio do Sul; D. Pedro Filiperck, Bispo de Jacarezinho (PR); Mons. Valentim Loch, Vigário Geral da Arquidiocese de Florianópolis; Mons. Baleslau Smielesk, Vigário Geral de Tubarão; Côn. Raulino Reitz, Diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro; Dr. Romeu Junckes, Juiz de Direito de Rio do Sul; Dr. Arno Schmidt, Promotor Público de Laguna; Professor Ignácio Ricken, Reitor da FURB; Dr. João Paulo Rodrigues, Presidente do IPESC – Florianópolis; Professor Antenor Napolini; Dr. Eduardo Tavares, administrador da CNEC de Florianópolis.<sup>167</sup> (sic)

Bispos, advogados, cientistas, juízes de direito, promotores de justiça, professores nos vários níveis. Estas são algumas das áreas de influências de ex-seminaristas de Azambuja. Áreas que, evidentemente, foram afetadas pelos valores apreendidos por estes ex-alunos no período em que estiveram no Seminário de Azambuja. Luiz Ernandes Kozicki, seminarista do rito ucraniano que estudou em Azambuja entre 1963 e 1968, afirma que a formação no Seminário deu-lhe “significativa base intelectual no sentido de enfrentar desafios atuais, como Editor Chefe de uma revista científica chamada ARCHIVES OF VETERINARY SCIENCE. Isto porque as diretrizes recebidas enquanto colegial, proporcionaram-lhe a necessária auto-confiança e conhecimentos (...)”.<sup>168</sup> Mais adiante conclui seu depoimento: “Sinto hoje que a vivência daquela época, verdadeiramente preparou-me para as funções de

---

<sup>166</sup> Ibidem.

<sup>167</sup> **Encontro da AESA.** Revista A ESPERANÇA, Ano 22, nº 2, 1975. p. 10. Arquivo de A ESPERANÇA. Seminário de Azambuja, Brusque, SC.

<sup>168</sup> Depoimento de **Luiz Ernandes Kozicki**, interno do Seminário de Azambuja entre 1963 e 1968. In.: BESEN, José Artulino. Seminário de Azambuja. Op. Cit. p. 183.

cidadania, que exerço na vida civil e com boa dose de relevância e eficiência”.<sup>169</sup> Este reconhecimento da influência do Seminário de Azambuja na formação intelectual é comum a boa parte dos ex-alunos.

Ao longo da formação dos seminaristas insistia-se com grande frequência que o estudo deveria ser levado à sério, pois “o operário trabalha oito horas por dia. O trabalho aqui é estudar. (...) Sou pago para estudar”.<sup>170</sup> O amor aos estudos e a capacidade intelectual eram importantes características para quem desejava ser padre. E esta exigência não era característica exclusiva do Seminário de Azambuja. Isto fica evidenciado, por exemplo, numa carta do reitor do Seminário de São Ludgero, Pe. Alfredo Junkes, ao pai de um seminarista, comunicando-lhe que a seu filho faltam “certas qualidades sacerdotais” e, por isso, “não convém absolutamente que ele continue” no Seminário.<sup>171</sup> Esta preocupação com a formação intelectual do seminarista também aparece no Diário do Reitor do Seminário de Azambuja quando este afirma que “O Sr. Arcebispo não se tem cansado de insistir em quase todos os contatos mantidos conosco na importância de preparar bem os alunos intelectualmente”.<sup>172</sup> É por conta desta intensa formação intelectual que boa parte dos ex-seminaristas de Azambuja, principalmente enquanto o acesso a universidades era extremamente difícil para a maioria dos brasileiros, acabaram por tornar-se numa espécie de “elite intelectual”, formadora de opinião. Em muitas universidades são encontrados ex-alunos de Azambuja na função de professores e/ou pesquisadores. Além disto, muitos ex-seminaristas acabaram por abraçar a carreira política, tornando-se, principalmente, vereadores ou prefeitos em suas respectivas cidades de origem. Este caráter de centro

---

<sup>169</sup> Ibidem. p. 184.

<sup>170</sup> NORMAS E ORIENTAÇÕES. Mimeografado, vigente entre o final da década de 1970 e início da década de 1980. Arquivo D. Jaime Câmara, Seminário de Azambuja, Brusque – SC. p. 07.

<sup>171</sup> Carta endereçada ao pai de um seminarista por parte do Reitor do Seminário de São Ludgero, Pe. Alfredo Junkes, datada de 05 de dezembro de 1956. Arquivo pessoal do autor.

<sup>172</sup> Diário do Reitor. Livro Tombo II, 1970-1987. p. 05. Seminário de Azambuja, Brusque Santa Catarina.

formador de uma “elite intelectual” do Seminário de Azambuja é reconhecido em alguns depoimentos de ex-seminaristas. Waltamir Kulkamp, seminarista em Azambuja entre 1964-1970, por exemplo, afirma que o “seminário sempre foi um centro de referência, não só em assuntos eclesiais, mas também em matéria educacional, principalmente na área de ciências humanas, letras, artes etc... Vários ex-alunos hoje são escritores, músicos, formadores de opinião, com certa liderança na Igreja e na sociedade”.<sup>173</sup> O mesmo reconhecimento fica evidenciado no depoimento do ex-seminarista João Bosco Zimmermann, que estudou em Azambuja entre 1960-1966.

O Seminário fez de mim um professor com uma boa cultura, bom preparo profissional, que se sente realizado diante da vida, e que jamais vai se lembrar do passado com mal estar, mas com saudade e com certa vaidade. Foi bom, o seminário me ajudou na minha vida. A maior marca deixada em mim foi a responsabilidade. Fui professor durante 35 anos, estou aposentado pelo Estado do Paraná, e continuo como mestre da Banda Municipal, justamente o que mais gosto de fazer: Música. Era uma das atividades preferidas no Seminário..Estou aqui hoje porque passei por lá.<sup>174</sup>

Nesta mesma linha está o depoimento de César Ronchi: “O seminário foi o responsável pelo que sou até hoje. Estudos/educação/respeito/iniciativa,etc.”<sup>175</sup> (sic), e o depoimento de Carlos Alberto Espíndola que reconhece que muitas das habilidades adquiridas no Seminário distinguem o seminarista dos demais: “Percebo sim que das muitas coisas que nos fizeram treinar, encaramos hoje com certa normalidade, enquanto o pessoal que não estudou no seminário, se debate um pouco”.<sup>176</sup>

Esta preocupação com a formação intelectual do seminarista explica-se, em parte, pela preocupação da Igreja em formar sacerdotes aptos a agirem sobre o mundo moderno, mundo este em processo de constantes transformações, onde o conhecimento

<sup>173</sup> Entrevista com **Waltamir Kulkamp**, seminarista em Azambuja entre 1964 e 1970. Recebida por e-mail em 09 de junho de 2005 em [miro.k@ig.com.br](mailto:miro.k@ig.com.br).

<sup>174</sup> Entrevista com **João Bosco Zimmermann**, seminarista em Azambuja entre 1960 e 1966. Recebida por e-mail em 02 de maio de 2005 em [mirokretzer@ibestvip.com.br](mailto:mirokretzer@ibestvip.com.br).

<sup>175</sup> Entrevista com **César Ronchi**, seminarista em Azambuja entre 1965 e 1970. Recebida por e-mail em 29 de abril de 2005 em [mirokretzer@ibestvip.com.br](mailto:mirokretzer@ibestvip.com.br).

<sup>176</sup> Entrevista com **Carlos Alberto Espíndola**, seminarista em Azambuja entre 1969 e 1975. Recebida por e-mail em 21 de dezembro de 2004 em [prof.altamiro13123@ig.com.br](mailto:prof.altamiro13123@ig.com.br).

e a ciência possuem cada vez mais força e importância. Preocupação esta expressa em documento do Regional Sul 3<sup>177</sup> reunida entre os dias 25 e 27 de março de 1969 na casa de Retiros Manresa de Porto Alegre. Segundo o documento, estavam presentes “8 bispos e os 16 membros do Conselho Regional de Presbíteros, 2 delegados ‘ad hoc’ de cada diocese do Sul III, a Coordenação Regional da CNBB e da CRB, 5 peritos especialmente convidados, com finalidade de estudar a situação do clero nesta região e buscar perspectivas de ação neste campo”.<sup>178</sup> Entre as constatações e conclusões deste documento podemos destacar algumas que nos interessam. A respeito das mudanças “rápidas e profundas vividas pelo mundo atual” afirma-se que se observa a “tendência a uma diminuição da autoridade do Padre nos campos que não lhe dizem respeito, tendência esta mais acentuada nos centros maiores”.<sup>179</sup> Em razão disto gera-se, segundo conclusões do documento, uma “tensão nos padres não especializados diante de um mundo técnico especializado”.<sup>180</sup>

Por isso os padres deveriam ter a capacidade de agir e se relacionar nesta sociedade que, como no caso catarinense das décadas de 1960-1980, vivia um processo de crescente urbanização. “O padre deve saber formular um juízo, deve saber posicionar-se e pronunciar-se frente aos acontecimentos do mundo e da vida. Para isso exige-se uma boa preparação intelectual”.<sup>181</sup> Em razão disto, e também porque o padre seria um formador de opinião, seria um disseminador dos valores e normas da Igreja, ele deveria ser intelectualmente bem provido. Em Azambuja, portanto, esta característica será bastante evidente: “Nosso horário prevê longo tempo para o estudo. Quem

---

<sup>177</sup> Em 1969 Santa Catarina fazia parte do Regional Sul 3 que congregava também o estado do Rio Grande do Sul. Não havia ainda o Regional Sul 4.

<sup>178</sup> DOCUMENTOS DOS PRESBÍTEROS. CNBB – Secretariado Nacional do Ministério Hierárquico. Rio de Janeiro, Julho de 1969. p. 126.

<sup>179</sup> Ibidem. p. 127.

<sup>180</sup> Ibidem. p. 129.

<sup>181</sup> NORMAS E ORIENTAÇÕES do Seminário Menor Metropolitano de Azambuja. Vigoraram entre as décadas de 1970 e 1980. Mimeografado. p. 6. Arquivo D. Jaime de Barros Câmara. Seminário de Azambuja, Brusque – SC.

perturba o silêncio na sala de estudo incorre em falta grave, sendo responsável pelo prejuízo causado aos colegas”.<sup>182</sup>

Levando-se em consideração que muitos dos seminaristas eram originários de cidades pequenas, do meio rural, a transformação cultural sofrida por eles exerceu forte impacto sobre suas vidas e sobre a vida das comunidades a que retornaram. “Se for levar em conta a consideração e elogios que se dão às pessoas que estudaram no Seminário, creio que devíamos ter mais Presidentes, Governadores, Prefeitos, Reitores, Ministros etc... ex- seminaristas”,<sup>183</sup> afirma o ex-seminarista Carlos Alberto Espíndola. A metamorfose, na opinião de boa parte dos ex-seminaristas, não teria, portanto, resultado em “insetos monstruosos”, como no enredo de Kafka, mas em indivíduos com capacidades e habilidades diferenciadas, com bagagem cultural reconhecida socialmente. Neste caso, diferentemente do Colégio Catarinense, analisado por Dallabrida, que teria uma função de “reconversão” de capital econômico da elite que lá estudou em capital cultural, uma vez que “o curso secundário (...) convertia-se apenas em uma das etapas da ‘aprendizagem total’, caracterizada pela acumulação primitiva de capital escolar que habilitava o estudante aos cursos superiores e, conseqüentemente, a uma carreira profissional promissora”,<sup>184</sup> o Seminário de Azambuja, predominantemente, funcionou num processo inverso. Já que boa parte de seus alunos eram de famílias pouco abastadas o capital cultural lá adquirido pôde ser “reconvertido”, na maioria dos casos, em capital econômico e social. Era uma possibilidade de ascensão social.

Além das marcas culturais, da bagagem de conhecimentos o Seminário também produziu marcas no corpo e na alma de seus ex-internos.

---

<sup>182</sup> Ibidem. p. 7.

<sup>183</sup> Entrevista com **Carlos Alberto Espíndola**, seminarista em Azambuja entre 1969 e 1975. Recebida por e-mail em 21 de dezembro de 2004 em prof.altamiro13123@ig.com.br.

<sup>184</sup> DALLABRIDA, Norberto. Op. Cit. p. 253.



Ivo Pitz, seminarista entre os anos de 1958 e 1965, que, como muitos outros ex-seminaristas, também seguiu a carreira de professor, reconhece em seu depoimento a influência do Seminário de Azambuja, principalmente, na visão de mundo que possui: visão centrada no outro, visão democrática, como afirma Ivo Pitz.

A vida no Seminário foi extremamente marcante para mim. Eu só guardo boas lembranças desse tempo. Não tenho mágoa alguma. O conjunto de tudo que vivi no Seminário, tanto em Azambuja como no Paulinum, me fez ter a visão de mundo que tenho: uma visão centrada no outro. Uma visão democrática. Tentar sentir o meu interlocutor; colocar-me do outro lado da mesa.<sup>185</sup>

Uma visão de mundo centrada no outro também é reconhecida como influência da educação do Seminário por parte de Waltamir Kulkamp, seminarista entre os anos de 1964 e 1970.

Continuo entendendo o mundo da mesma forma como fui ali ensinado e por isso mesmo muitas vezes com dificuldades de aceitação da realidade. Continuo ainda bastante "inocente e eclesástico", pensando que todos deveriam escolher primeiro e sempre "o bife menor", deixando o maior para o colega que se servirá depois. A sociedade seria mais feliz. Não consigo entender o sistema político atual, bastante calcado em interesses sectaristas quando não escusos.<sup>186</sup>

As marcas no corpo permanecem na maneira de agir, de comportar-se, na gesticulação e na maneira de falar. Quantos ex-seminaristas são identificados como tais, mesmo quando a pessoa que o identifica não o conhece. Quantos ex-seminaristas já não foram abordados por desconhecidos com a pergunta: “Você é ou já foi seminarista, certo?”. O ex-seminarista, espantado, geralmente indaga: “Por quê?”. A resposta mais comum é: “Sei lá, pelo seu jeito de ser”. Este tipo de situação onde as marcas do corpo falam sobre o indivíduo, mesmo que ele não queira, é confirmada no depoimento do ex-seminarista Waltamir Kulkamp quando este afirma que o Seminário de Azambuja

---

<sup>185</sup> Entrevista com **Ivo Pitz**, seminarista em Azambuja entre 1958 e 1965. Recebida por e-mail em 02 de fevereiro de 2005 em [mirokretzer@pop.com.br](mailto:mirokretzer@pop.com.br).

<sup>186</sup> Entrevista com **Waltamir Kulkamp**, seminarista em Azambuja entre 1964 e 1970. Recebida por e-mail em 09 de junho de 2005 em [miro.k@ig.com.br](mailto:miro.k@ig.com.br).

“marcou tanto que, mesmo depois de décadas e até hoje, sem necessidade de qualquer diálogo ou conhecimento prévio, algumas pessoas freqüentemente me apontam o dedo e dizem: - você foi ou é do seminário. A marca é indelével”.<sup>187</sup>

Certeau afirma que, “do nascimento ao luto, o direito se ‘apodera’ dos corpos para fazê-los seu texto” e que, portanto, a “lei se escreve sobre os corpos”.<sup>188</sup> Assim, quando um seminarista comporta-se como o esperado, como lhe foi ensinado comportar-se à mesa, na missa, na frente de visitas ou em outras situações seu corpo revela a lei, torna-se folha viva e circulante que “diz o código” aos demais seminaristas e também às outras pessoas. Seu comportamento condizente com a “lei” não será punido, ao contrário, será elogiado, ao passo que comportamentos “fora da lei” serão sim, punidos. Desta maneira basta olhar para o corpo que age de acordo com a “lei” para ler nele, de maneira viva, a própria lei inscrita. É a tinta desta “lei” que ainda marca os papéis-corpos dos ex-seminaristas a ponto de ainda ser identificada, mesmo que desbotada pelo tempo, mas ainda assim, como disse Waltamir, a “marca é indelével”.

---

<sup>187</sup> Idem.

<sup>188</sup> CERTEAU, Michel. Op. cit. p. 231.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*O presente não é um mero receptáculo do passado. Cada presente estabelece uma relação particular entre passado e futuro, isto é, atribui um sentido ao desdobramento da história, faz uma representação de si em relação à suas alteridades – o passado e o futuro.<sup>1</sup>*

O Seminário Menor Metropolitano Nossa Senhora de Lourdes, em Azambuja, enfrenta hoje uma situação ímpar: com número reduzido de seminaristas tornou-se economicamente inviável a manutenção de professores próprios para seus internos. Resultado disto os seminaristas de Azambuja, a partir do início do ano letivo de 2005, passaram a fazer seus estudos de Ensino Médio em escola pública da região, a Escola de Educação Básica D. João Becker. Desta forma tem fim o regime de internato, instituindo-se uma espécie de semi-internato.

Nas décadas de 1960 e 1970 há uma forte discussão em relação à necessidade ou não dos seminários, em relação à atualização do processo e da estrutura formativa dos seminários, pois “há crise de vocação sacerdotal: os padres se sentem em dificuldade de viver novas situações para as quais não foram formados”, já que o “Seminário não preparou suficientemente o padre para a época atual”.<sup>2</sup> Questiona-se o seminário fechado, separado do mundo pecaminoso que prepara o seminarista longe do mundo para agir sobre o mundo. O reitor do Seminário de Azambuja em 1970 demonstra esta discussão quando afirma no Diário do Reitor que

o que tem impedido o crescimento notável dos alunos na formação religiosa-espiritual é o ambiente dispersivo e permissivo em que vivemos. O Seminário não pode, nem deve ser uma redoma que

---

<sup>1</sup> REIS, José Carlos. Op. Cit. p. 174.

<sup>2</sup> DOCUMENTOS DOS PRESBITEROS. CNBB – Secretariado Nacional do Ministério Hierárquico. Rio de Janeiro, Julho de 1969. p. 136.

isole os seminaristas do ambiente mundano-pagão que nos rodeia. Devemos, isso sim, formá-los para um senso crítico e atitudes maduras diante dessa situação”.<sup>3</sup>

Evidencia-se aqui a discussão em relação a necessidade ou não de uma formação mais aberta, com um contato mais constante com o mundo concreto em que vai atuar o futuro sacerdote. Mas é provável que a abertura que se pretendia na década de 1970 nenhuma relação tem com as atuais mudanças no Seminário de Azambuja. Esta mudança ocorrida em 2005 não é resultado, necessariamente, de uma nova visão de formação. É, outrossim, resultado de uma profunda crise no número de seminaristas. Crise esta não somente da Igreja Católica da Arquidiocese de Florianópolis, mas crise mundial. Segundo estatística publicada pela Fides, agência ligada à Congregação para a Evangelização dos Povos, relativa ao ano de 2003, o número de seminaristas maiores (que cursam filosofia e teologia), tanto diocesanos quanto religiosos, teria reduzido em 826 seminaristas em relação à pesquisa anterior. O que obviamente significa um número menor de ordenações futuras.<sup>4</sup>

Nas três primeiras semanas de outubro do presente ano foi realizado o primeiro sínodo do papado de Bento XVI. A discussão central foi justamente a questão das vocações sacerdotais, a falta de padres para atender os mais de 1,1 bilhão de fiéis católicos. Os mais de 250 bispos presentes apresentaram algumas sugestões para amenizar o problema: “liberais como o grupo dissidente ‘Nós somos a Igreja’ dizem que a solução a longo prazo é tornar o celibato opcional para os novos padres, permitindo que se casem”;<sup>5</sup> outros defendem a opção de se ordenar “*virī probatī*”, expressão latina para “homens mais velhos, casados e com família, conhecidos por levar vidas pessoais exemplares em suas

<sup>3</sup> Diário do Reitor. Livro Tombo II, 1970-1987. p. 5. Arquivo D. Jaime de Barros Câmara. Seminário de Azambuja, Brusque, Santa Catarina.

<sup>4</sup> Estatísticas revelam: Igreja só não cresce na Europa. **JORNAL DA ARQUIDIOCESE**, novembro de 2005, p. 15.

<sup>5</sup> **Papa reafirma celibato de padres e anuncia novos santos.** [online]. Disponível na internet via <http://www.pop.com.br/popnews/noticias/mundo/35547.html>. Arquivo capturado em 23 de outubro de 2005.

comunidades e que tenham uma doutrina sólida na Igreja”.<sup>6</sup> No entanto nenhuma destas sugestões foi aceita pelo papa Bento XVI. A mensagem final do sínodo afirma que a falta de padres angustia a Igreja mas que a solução seria uma intensificação das orações e uma mais ativa pastoral vocacional. Nesse sentido, em outubro de 2005, a Arquidiocese de Florianópolis realizou o I Congresso Vocacional Arquidiocesano com o objetivo de avaliar e discutir a pastoral vocacional. Segundo o Pe. José Lisboa de Oliveira, que assessorou o Congresso, uma das principais causas da insuficiência de vocações religiosas deve-se ao fato de que

Nossa sociedade é urbana, com um ritmo urbano mesmo nas regiões agrícolas. A Igreja tem dificuldades de utilizar os valores que sempre utilizou, mas com outra linguagem, uma linguagem de mídia. Além disso, os pais hoje não querem que os filhos vão para o seminário porque muitas vezes o casal tem apenas um ou dois filhos. E o jovem não quer sair para não deixar os pais. Antes. As famílias eram bem mais numerosas e a ausência de um filho não causava tanta falta. (...) Os padres e bispos ainda não se deram conta disso, de que mudou a pedagogia, a linguagem. E continuam utilizando os mesmos ícones de há muitos anos. O resultado é que mesmo tendo a maioria das pessoas vivendo no meio urbano, a maior parte das vocações vêm de cidades pequenas ou agrícolas. Isso porque compreendem melhor os ícones utilizados pela Igreja.<sup>7</sup>

Haveria portanto, segundo o Pe. José Lisboa, uma inadequação entre o discurso da pastoral vocacional e da própria formação dos seminaristas em relação ao tipo de sociedade em que se atua: a Igreja continuaria ainda com um discurso e práticas rurais em uma sociedade cada vez mais urbanizada.

A crise no número de sacerdotes seria de fato uma crise da pastoral vocacional? Ou seria uma crise na forma e no método de se formar os futuros sacerdotes? O “bom seminarista” não resultou num “bom padre” a ponto de animar outros a seguirem-no? O processo de confecção do “bom seminarista” não seria mais eficiente, ou a Igreja Católica como instituição estaria vivendo um novo período de crises e abalos? O Vaticano II não teria sido suficiente para soprar “novos ventos” sobre a Igreja Católica?

---

<sup>6</sup> Ibidem.

<sup>7</sup> Congresso Vocacional reúne lideranças de toda a Arquidiocese. **JORNAL DA ARQUIDIOCESE**, novembro de 2005, p. 03.

Estas são questões que surgem ao analisarmos o Seminário de Azambuja e a própria situação da Igreja Católica na atualidade. Respostas? Existem buscas, tentativas, mas não consensos. Talvez os seminários como os conhecemos hoje estejam fadados a desaparecerem... O futuro nos dirá qual a capacidade de adaptação, de acomodação e/ou transformação da instituição Igreja Católica diante destas adversidades. Não são as primeiras e, muito provavelmente, não serão também as últimas. É fato que novas identidades são construídas constantemente. No caso da identidade do bom seminarista, do bom padre, como podemos observar ao longo desta pesquisa, elas são construídas e reconstruídas de acordo com as necessidades de adaptação da Igreja Católica em relação à sociedade em que atua.

É possível entrever novas mudanças nas identidades do bom seminarista e do bom padre nas últimas décadas. Diante de inúmeros escândalos de abusos sexuais e pedofilia envolvendo sacerdotes, por exemplo, a Igreja Católica responde com um documento onde afirma que “a Igreja não pode admitir no clero aqueles que pratiquem a homossexualidade, que tenham tendências homossexuais profundamente arraigadas ou os que apóiem a chamada ‘cultura gay’”.<sup>8</sup> Não que antes a Igreja Católica apoiasse ou defendesse os sacerdotes gays. O atual documento na verdade visa substituir um documento de 1961 que proibia a ordenação de homens que tinham “inclinações perversas” à homossexualidade. Mas sabemos que não há unanimidade no interior das instituições, que a religião não é assimilada e nem vivenciada da mesma forma por todos os indivíduos, pois “nem o pensamento, nem a atividade religiosa encontram-se igualmente distribuídos na massa dos fiéis; conforme os homens, os meios, as circunstâncias, tanto as crenças como os ritos são

---

<sup>8</sup> Documento do Vaticano restringe gays no clero. [online] Disponível na internet via <http://www.pop.com.br/popnews/noticias/mundo/37889.html>. Arquivo capturado em 12 de novembro de 2005.

experimentados de forma diferentes”.<sup>9</sup> Assim sendo alguns membros da hierarquia defendem a necessidade de a Igreja Católica modificar sua relação com o homossexualismo de parte do clero. Em entrevista ao semanário católico britânico *The Tablet*, o arcebispo de Dublin, Diarmuid Martin, por exemplo, afirma que “não se pode eliminar um candidato ao clero simplesmente porque é gay”.<sup>10</sup>

Que tipo de seminarista estaria então a se produzir no início deste novo século? Que nova identidade do bom seminarista estaria sendo processada nos seminários nas últimas décadas? Que identidade se defenderá a partir de agora, com a eleição do novo papa, Bento XVI, que, segundo muitos, possui posições bastante conservadoras em relação a mudanças nas normas e práticas católicas? No entanto o cardeal Ratzinger assume a tarefa de conduzir a Igreja Católica justamente num “momento em que ela é pressionada, interna e externamente, a rever algumas de suas posições sobre seu próprio modo de funcionamento, sua estrutura de poder e sua relação com temas contemporâneos”.<sup>11</sup>

No Brasil, segundo André Ricardo de Souza, “nos anos 1990 a Igreja Católica reconheceu dois fatos bastante negativos para ela: a explosão neopentecostal (Mariano, 1999) e o afastamento de seus fiéis”.<sup>12</sup> Diante desta realidade, aos poucos, ganhou cada vez mais espaço e influência a Renovação Carismática Católica

movimento organizado eleito pela Igreja como trunfo para reavivar o catolicismo. Este movimento tem sido efetivamente abraçado como projeto principal em muitas dioceses do país. Antes, nas décadas de 1970 e 80, a Renovação encontrava fortes resistências da parte do clero conservador e clericalista, bem como da ala progressista afinada com a Teologia da Libertação. Com as mudanças que vêm ocorrendo no episcopado brasileiro - nomeação de bispos e cardeais simpatizantes ou

<sup>9</sup> DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 10-11.

<sup>10</sup> Ibidem.

<sup>11</sup> WEISSHEIMER, Marco Aurélio & BARBOSA, Bia. **O conservadorismo de Ratzinger marcará o papado de Bento XVI?** [online] Disponível na internet via <http://agenciartamainor.uol.com.br>. Arquivo capturado em 19 de junho de 2005.

<sup>12</sup> SOUZA, André Ricardo. **A renovação Popularizadora Católica**. Revista de Estudos da Religião. Nº 04, 2001. p. 46. In. [online] Disponível na internet via [http://www.pucsp.br/rever/rv4\\_2001/p\\_souza.pdf](http://www.pucsp.br/rever/rv4_2001/p_souza.pdf). Arquivo capturado em 07 de dezembro de 2005.

adeptos do Movimento e aposentadoria ou transferência para dioceses menos importantes de bispos contrários - a Renovação vem crescendo e fortalecendo sua estrutura no interior da Igreja Católica.<sup>13</sup>

Este agigantamento da Renovação Carismática na Igreja Católica brasileira terá, muito provavelmente, importantes influências sobre os seminaristas em formação e sobre o próprio modo de formar os seminaristas, uma vez que muitos bispos vêm com simpatia este movimento católico pentecostal. Na verdade já se pode até sentir esta influência. Segundo o Pe. Pedro Felix Bassini, “percebemos hoje, sobretudo a partir dos anos 90, uma tendência ao estruturalismo, conforme alguns autores, ‘uma volta à grande disciplina’”.<sup>14</sup> Como resultado temos muitos “padres piedosos e muito preocupados com orientação espiritual, a liturgia e comportamentos intra-ecclesial”, mas que “ficam muito ausentes das áreas de conflito social como a periferia e fronteiras agrícolas”.<sup>15</sup> A este tipo de sacerdote o Pe. Pedro Felix denomina de “padre tradicional” que “parece ser uma reação ao modelo plasmado na América Latina pela Teologia da Libertação dos anos 60 e seguintes”.<sup>16</sup> É o tipo de padre que está mais presente nos centros das cidades e que tem maior ligação com as classes de maior poder aquisitivo.<sup>17</sup> Há ainda, segundo o mesmo Pe. Pedro Felix, o padre “midiático-carismático”, também chamado de “modelo das massas”. “Centra toda a sua atenção ministerial na mídia, parece ser o padre da mídia e não o padre na mídia”.<sup>18</sup> Na visão do Pe. Pedro Felix isto tem influenciado muitos jovens a buscarem o seminário com motivações vocacionais incompatíveis com a fé e com as exigências do Ministério Presbiteral.

Segundo dados do CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social), o Brasil conta hoje com um presbiterado mais jovem, com mais padres brasileiros e

---

<sup>13</sup> Ibidem. p. 49.

<sup>14</sup> BASSINI, Pe. Pedro Felix. **O perfil do presbítero brasileiro**. [online] Disponível na internet via <http://www.sav.org.br>. Arquivo capturado em 25 de dezembro de 2004.

<sup>15</sup> Ibidem.

<sup>16</sup> Ibidem.

<sup>17</sup> Ibidem.

<sup>18</sup> Ibidem.



diocesanos. Mas na análise do Pe. Alberto Antoniazzi, porém, há a preocupação com a “qualidade” destes homens de Deus, cuja formação não corresponde às exigências da sociedade atual. Em comparação com um passado recente, se constata um empobrecimento da dimensão intelectual e no equilíbrio humano-afetivo”.<sup>19</sup> Isto talvez porque nestes últimos tempos, “o processo formativo no seminário se deparou com situações novas. Devido aos custos da formação, algumas dioceses estão se valendo de seminários que apresentam custos mais baixos para a formação de seus seminaristas”.<sup>20</sup> Tudo isto certamente promoverá mudanças no perfil, no tipo de seminarista e, conseqüentemente, no tipo de sacerdote que teremos. Ou seja, todas as mudanças e toda a realidade do atual mundo globalizado influirão no perfil do presbítero do início do século XXI. Mas algumas coisas permanecem, por serem consideradas essências, características inalienáveis do sacerdote, tais como a obediência e a hierarquia. Podemos observar isto ao analisarmos o “Diretório para o ministério e a vida dos presbíteros”, documento da Congregação para o Clero promulgado em 31 de janeiro de 1994. O documento defende o espírito de obediência que deve ser característico do sacerdote e critica o que ele chama de “democratismo”.

Todavia, é também necessário afirmar que não são automaticamente transferíveis à Igreja a mentalidade e a praxe existentes nalgumas correntes culturais sócio-políticas do nosso tempo. Pois, a Igreja deve a sua existência e a sua estrutura ao desígnio salvífico de Deus. Ela contempla-se a si mesma como dom da benevolência do Pai que a libertou mediante a humilhação do seu Filho na cruz. Portanto, a Igreja quer ser — no Espírito Santo — totalmente conforme e fiel à vontade livre e libertadora do seu Senhor Jesus Cristo. Este mistério faz com que a Igreja seja, por sua própria natureza, uma realidade diversa das puras sociedades humanas. Constitui, por isso, uma tentação gravíssima o chamado “democratismo”, dado que conduz a não reconhecer a autoridade e a graça capital de Cristo Cabeça e a desnaturar a Igreja como se ela fosse apenas uma sociedade humana. Uma tal concepção lesa a própria constituição hierárquica, como foi querida pelo seu Divino fundador, como foi sempre claramente ensinada pelo Magistério e ininterruptamente vivida pela mesma Igreja.<sup>21</sup>

---

<sup>19</sup> Ibidem.

<sup>20</sup> Ibidem.

<sup>21</sup> DIRETÓRIO PARA O MINISTÉRIO E A VIDA DOS PRESBITEROS. [online] Disponível na internet via [http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/ccclergy/documents/.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccclergy/documents/.html). Arquivo capturado em 09 de novembro de 2004.

O “vício” do “democratismo” é combatido pois “não existe ministério sacerdotal senão na comunhão com o Sumo Pontífice e com o Colégio Episcopal e de modo particular com o próprio Bispo diocesano, aos quais se deve guardar filial respeito e obediência prometidos no rito da ordenação (*Pastores dabo vobis*)”.<sup>22</sup> A obediência, segundo este mesmo documento,

é um valor sacerdotal de primária importância. (...) Como para Cristo, assim também para o presbítero, a obediência exprime a vontade de Deus que é manifestada ao presbítero através dos legítimos Superiores. (...) A virtude da obediência, requerida intrinsecamente pelo sacramento e pela estrutura hierárquica da Igreja, é claramente prometida pelo clérigo, primeiro no rito da ordenação diaconal e depois no da ordenação presbiteral. Mediante ela o presbítero fortalece a sua vontade de submissão entrando assim, na dinâmica da obediência de Cristo feito Servo obediente até à morte de Cruz (cf Fil 2, 7-8).<sup>23</sup>

As mudanças no perfil do padre, do seminarista, do “bom” padre e do “bom” seminarista que podem ser observadas nas últimas décadas são, portanto, consequências das mudanças sociais e das necessidades da Igreja Católica de sobreviver nesta sociedade em mutação. Com já vimos tantas vezes ao longo deste trabalho as mudanças nunca significam rupturas totais, completas. A dinâmica da transformação significa a permanência de alguns aspectos do velho com o surgimento do novo, e a obediência é questão recorrente em todos os momentos da história da Igreja, e é, portanto, na formação sacerdotal, um valor de primária importância, valor indispensável e constantemente lembrado como característica essencial para aqueles que desejam integrar o ministério do sacerdócio.

Voltemos ao vale de Azambuja. Qual será o perfil do “bom seminarista” a ser defendido pelo Seminário de Azambuja frente às transformações das últimas décadas? Que mecanismos serão postos em ação para confeccionar este seminarista? Ainda não sabemos,

---

<sup>22</sup> Ibidem.

<sup>23</sup> Ibidem.

mas será, no mínimo curioso, estudar esta questão futuramente. Por que? Lembra-se do seminarista Siro, estudante de filosofia considerado um “mau seminarista”, exemplo negativo para seus colegas e para os seminaristas menores e que só não foi expulso por causa da pressão dos colegas? A partir do ano de 2006 o agora Pe. Siro deverá ser o novo reitor do Seminário de Azambuja, “domus Dei et porta coeli”...

## FONTES

### 1. Arquivo D. Jaime de Barros Câmara, Seminário de Azambuja: Brusque

Ata dos professores do Seminário de Azambuja de 28 de maio de 1972.

Ata dos professores do Seminário de Azambuja de 29 de maio de 1972.

Atestados (de férias, de estudos, de saúde, de boa conduta).

AVISOS DIVERSOS para o bom andamento da comunidade, disciplinares e de boas maneiras (02-03-1981). Mimeografado.

Caderno Diário dos Seminaristas Menores do Seminário de Azambuja.

Carta enviada por D. Afonso Niehues a seminaristas de Azambuja, membros da diretoria da Congregação Mariana do Seminário de Azambuja, em 19 de junho de 1964.

Carta de despedida do seminarista José Antônio Schweitzer, outubro de 1963. Arquivo D. Jaime de Barros Câmara, Seminário de Azambuja, Brusque – SC.

Carta endereçada ao Reitor do Seminário de Azambuja por um seminarista, estudante de Filosofia, em 1962, referente a um desentendimento entre ambos.

Cartas e documentos diversos (avisos do reitor aos seminaristas, correspondências entre o Seminário e párocos, entre o Seminário e pais de seminaristas, entre o Seminário e seminaristas).

D. Jaime. Jornal do Brasil de 19 de fevereiro de 1971. (Recorte de jornal)

DIÁRIO DO REITOR. Livro Tombo I de março de 1927 a 1970.

DIÁRIO DO REITOR. Livro Tombo II de 1970-1987.

Documentos relativos a Congregação Mariana do Seminário de Azambuja.

Fichas de informações sobre os candidatos ao Seminário.

Material pedagógico (fichas de acompanhamento educacional, fichas de avaliação dos alunos)

NORMAS E ORIENTAÇÕES. Mimeografado, vigente entre o final da década de 1970 e início da década de 1980. Arquivo D. Jaime Câmara, Seminário de Azambuja, Brusque – SC.

Prospecto da peça teatral “Garcia Moreno”.

Prospecto da peça teatral “O poder e a glória”.

Prospecto da peça teatral “Roque Gonzáles”.

Regimento Interno do Seminário de Azambuja aprovado em 17 de janeiro de 1944.

Regimento Interno do Seminário Menor Metropolitano de Azambuja – Brusque. Fev. de 1973. Mimeografado.

Regulamento Interno do Seminário de Azambuja aprovado em 11 de fevereiro de 1937.

## **2. Arquivo da revista “A Esperança”, Seminário de Azambuja: Brusque**

Adeus ao Seminário. Elias Carlini, 1º ano clássico. A ESPERANÇA, edição Refeitório, 1961.

A ESPERANÇA, ano VII, nº 02, 1960.

A ESPERANÇA, ano VIII, nº 04, 15 de maio de 1961. p. 01.

A ESPERANÇA, Ano 22, nº 2. 1975.

A ESPERANÇA. Luis V. Vieira, aluno do 1º ano ginásial. Ano VII, nº 01, 1960. p. 06.

A felicidade exige uma religião. Pedro Antônio Manes. In. A ESPERANÇA, ano VIII, nº 03. 30 de abril de 1961. p. 05.

A luz de Cristo para as trevas. Texto de Policarpo Marcos, 4º ano ginásial. A ESPERANÇA, Edição Refeitório, 1961.

Dia da pátria. Sérgio Luis de Souza, aluno do 1º série do 2º grau. Revista A ESPERANÇA, ano 22, nº 3, 1975. p. 07.

É a vez do Adão. Revista A ESPERANÇA. Setembro de 1981.

É a vez do Antero. Revista A ESPERANÇA. Março de 1981.

Encontro da AESA. Revista A ESPERANÇA, Ano 22, nº 2, 1975. p. 10.

Entrevista com D. Afonso Niehues, então arcebispo de Florianópolis, no ano de 1967. In. A ESPERANÇA. Ano XIV, nº 01, 1967.

Entrevista com o Pe. Paulo Bratti, diretor espiritual em Azambuja, no ano de 1976. In. A ESPERANÇA. Ano XIV, nº 01, 1976.

Jovem, tens fé? Texto de Jorge S. Paza, 1º ano colegial. A ESPERANÇA. Ano XV, nº 01, 1968.

O Comunismo. Vicente Decker, aluno do 2º ano clássico. A ESPERANÇA, ano VII, nº 02, 1960. p. 02.

O orgulho. Texto de Antônio P. Guesser, 2º ano clássico. A ESPERANÇA. Ano XIV, nº 01, 1967.

O rádio e a imprensa na vida moderna. Gervásio Nascimento. In. A ESPERANÇA, Edição Refeitório, 1961.

Os estudos do Seminário reclamam planejamento. José Artulino Besen, aluno do 2º ano de Filosofia. A ESPERANÇA. Ano 18, nº 105. 1971.

Por que chorar ó brasileiros. Nildo Dubiela, seminarista do 2º ano colegial. Revista “A ESPERANÇA”, ano 11, nº 2, 1964.

Prospecto do Seminário Archidiocesano. ESPERANÇA. Boletim das Obras das Vocações Sacerdotes. 08 de dezembro de 1936.

Seminarísticas. Mauro Cadore e Waltamir Kulkamp. A ESPERANÇA, ano 17, nº 100, 1970. p. 36.

Seminarísticas. Revista A ESPERANÇA. Ano 17, nº 101, 1970.

### **3. Biblioteca do Seminário Menor Metropolitano de Azambuja: Brusque**

Revista Eclesiástica Brasileira (REB).

### **4. Fundação Dom Jaime de Barros Câmara – Biblioteca do Instituto Teológico de Santa Catarina: Florianópolis**

COUTINHO, Sérgio Ricardo. História recente do catolicismo no Brasil: identidades em confronto. Encontros Teológicos, Florianópolis, v. 37, Ano 19, nº 1, 2004.

DOCUMENTOS DOS PRESBÍTEROS. CNBB – Secretariado Nacional do Ministério Hierárquico. Rio de Janeiro, Julho de 1969. p. 126.

*Gravissimum Educationes* – Declaração sobre a Educação Cristã.

Igreja e educação: perspectivas. ESTUDOS DA CNBB, nº 6, 1981.

MACIEL, L. C., Marciel. La formación integral del sacerdote católico. CES. Roma, 1990.

*Optatam Totius*: A Formação Sacerdotal. Documentos Pontifícios, nº 160. Editora Vozes: Petrópolis, RJ. 1966.

PADIN, D. Cândido. A presença educativa da Igreja na sociedade brasileira hoje: perspectivas. In.: Educação: exigências cristãs. ESTUDOS DA CNBB, nº 63, 1992.

Para uma pastoral da educação. ESTUDOS DA CNBB, nº 41, 1986.

*Presbyterorum Ordinis*: Decreto do Concílio Vaticano II sobre o ministério e a vida dos sacerdotes. Edições Paulinas. 1965.

*Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis*. In REVISTA SEDOC. Maio de 1970.

Vocações eclesiais e Seminários. In.: XI Assembléia do Episcopado Brasileiro: Documentação Pastoral de Brasília. Revista SEDOC, julho de 1970

## 5. Arquivos do autor

Carta endereçada ao pai de um seminarista por parte do Reitor do Seminário de São Ludgero, Pe. Alfredo Junckes, datada de 05 de dezembro de 1956.

CEZAR, Temístocles. Arqueologia do silêncio: passados 20 anos de sua morte, obra de Michel Foucault segue estimulando uma abordagem crítica da nossa sociedade. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 12 de junho de 2004.

DOCUMENTÁRIO VOCACIONAL – Dia Nacional das Vocações Sacerdotais. São Paulo: Secretariado Nacional de Vocações Sacerdotais da CNBB, 1960.

NEVES, Guilherme Pereira das. **A modernidade nas aulas dos jesuítas**. Revista Nossa HISTÓRIA, Rio de Janeiro, ano I, nº 10. Agosto de 2004.

SEMINÁRIOS DO BRASIL – Segunda Reunião de Reitores. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1955.

## 6. Documentos extraídos da rede mundial de computadores

BASSINI, Pe. Pedro Felix. O perfil do presbítero brasileiro. [online] Disponível na internet via <http://www.sav.org.br>. Arquivo capturado em 25 de dezembro de 2004.

Concílio Vaticano I [online]. Disponível na internet via <http://www.montfort.org.br>. Arquivo capturado em 28 de junho de 2004.

DIRETÓRIO PARA O MINISTÉRIO E A VIDA DOS PRESBITEROS. [online] Disponível na internet via [http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/ccclergy/documents/.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccclergy/documents/.html). Arquivo capturado em 09 de novembro de 2004.

Documento do Vaticano restringe gays no clero. [online] Disponível na internet via <http://www.pop.com.br/popnews/noticias/mundo/37889.html>. Arquivo capturado em 12 de novembro de 2005.

FREI BETTO. Dois papas, duas visões. [online] Disponível na internet via <http://www.correiocidania.com.br>. Arquivo capturado em 01 de agosto de 2003.

Gravissimum Educationes – Declaração sobre a Educação Cristã. [online]. Disponível na internet via <http://www.vatican.va>. Arquivo capturado em 17 de novembro de 2004.

Papa reafirma celibato de padres e anuncia novos santos. [online]. Disponível na internet via <http://www.pop.com.br/popnews/noticias/mundo/35547.html>. Arquivo capturado em 23 de outubro de 2005.

Seminaristas matriculados de 1927 a 2002. [online] Disponível na internet via <http://www.azambuja.org.br/aesa.htm>. Arquivo capturado em 19 de abril de 2005.

Santificação do Domingo. [online] Disponível na internet via <http://www.psleo.hpg.ig.com.br>. Arquivo capturado em 16 de março de 2005.

SOUZA, André Ricardo. A renovação Popularizadora Católica. Revista de Estudos da Religião. Nº 04, 2001. p. 46. In. [online] Disponível na internet via [http://www.pucsp.br/rever/rv4\\_2001/p\\_souza.pdf](http://www.pucsp.br/rever/rv4_2001/p_souza.pdf). Arquivo capturado em 07 de dezembro de 2005.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio & BARBOSA, Bia. O conservadorismo de Ratzinger marcará o papado de Bento XVI? [online] Disponível na internet via <http://agenciaportamaior.uol.com.br>. Arquivo capturado em 19 de junho de 2005.

## **7. Revistas e periódicos**

A crítica arrasadora, do Vaticano. A proposta, construtiva, de uma nova Igreja. As idéias do Teólogo brasileiro que fez Roma tremer. Entrevista com Leonardo Boff. REVISTA CAROS AMIGOS. Ano I, número 3, junho de 1997.

Congresso Vocacional reúne lideranças de toda a Arquidiocese. JORNAL DA ARQUIDIOCESE, novembro de 2005, p. 03.

Dom Vito, uma vida dedicada às vocações. JORNAL DA ARQUIDIOCESE, novembro de 2004.

Jornal ANotícia, 25 de abril de 2005, p. A4.

Livres do pecado. Revista ÉPOCA. nº 268, julho de 2003.

Por uma Igreja mais democrática. Entrevista com Jean Delumeau. DIÁRIO CATARINENSE. 26 de agosto de 2004. Variedades, p. 3.

Trinta voltas ao redor da Terra. Revista VEJA. Edição Especial nº 40, abril de 2005.

## **8. Entrevistas e depoimentos**

Depoimento de Augusto César Zeferino, aluno da turma de 1961. In.: BESEN, José Artulino. Seminário de Azambuja: 1927-2002. Colaboradores – AESA. Florianópolis: [s.n.], 2002. p. 170-175.



Depoimento de Gilberto Luiz Gonzaga, interno do Seminário de Azambuja da turma de 1941. In.: BESEN, José Artulino. Seminário de Azambuja: 1927-2002. Colaboradores – AESA. Florianópolis: [s.n.], 2002. p. 141-145.

Depoimento de José Antônio Schweitzer, aluno de Azambuja entre 1956-1963. In.: BESEN, José Artulino. Seminário de Azambuja: 1927-2002. Colaboradores – AESA. Florianópolis: [s.n.], 2002. p. 176-178.

Depoimento de Luiz Ernandes Kozicki, interno do Seminário de Azambuja entre 1963 e 1968. In.: BESEN, José Artulino. Seminário de Azambuja: 1927-2002. Colaboradores – AESA. Florianópolis: [s.n.], 2002. p. 183-184.

Depoimento do Mons. Valentim Loch, aluno da turma de 1932 e reitor do Seminário de Azambuja entre 1959 e 1970. In.: BESEN, José Artulino. Seminário de Azambuja: 1927-2002. Colaboradores – AESA. Florianópolis: [s.n.], 2002. p. 126-135.

Depoimento do Pe. Affonso Guimarães, interno do Seminário de Azambuja da turma de 1945. In.: BESEN, José Artulino. Seminário de Azambuja: 1927-2002. Colaboradores – AESA. Florianópolis: [s.n.], 2002. p. 164-169.

Depoimento do Pe. José Edgard de Oliveira. Aluno da turma de 1946. In.: BESEN, José Artulino. Seminário de Azambuja: 1927-2002. Colaboradores – AESA. Florianópolis: [s.n.], 2002. p. 159-163.

Depoimento do Pe. Vitor Galdino Feller, interno em Azambuja entre 1967 e 1975. In.: BESEN, José Artulino. Seminário de Azambuja: 1927-2002. Colaboradores – AESA. Florianópolis: [s.n.], 2002. p. 150-158.

Depoimento de Sérgio Luiz Ferreira, interno do Seminário de Azambuja da turma de 1987. In.: BESEN, José Artulino. Seminário de Azambuja: 1927-2002. Colaboradores – AESA. Florianópolis: [s.n.], 2002. p. 179-182.

Entrevista com Carlos Alberto Espíndola, seminarista em Azambuja entre 1969 e 1975. Recebida por e-mail em 21 de dezembro de 2004 em [prof.altamiro13123@ig.com.br](mailto:prof.altamiro13123@ig.com.br).

Entrevista com César Ronchi, seminarista em Azambuja entre 1965 e 1970. Recebida por e-mail em 29 de abril de 2005 em [mirokretzer@ibestvip.com.br](mailto:mirokretzer@ibestvip.com.br).

Entrevista com Ivo Pitz, seminarista em Azambuja entre 1958 e 1965. Recebida por e-mail em 02 de fevereiro de 2005 em [mirokretzer@pop.com.br](mailto:mirokretzer@pop.com.br).

Entrevista com João Bosco Zimmermann, seminarista em Azambuja entre 1960 e 1966. Recebida por e-mail em 02 de maio de 2005 em [mirokretzer@ibestvip.com.br](mailto:mirokretzer@ibestvip.com.br).

Entrevista com Waltamir Kulkamp, seminarista em Azambuja entre 1964 e 1970. Recebida por e-mail em 09 de junho de 2005 em [miro.k@ig.com.br](mailto:miro.k@ig.com.br).

## BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. Tradução de Alfredo Bosi. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ADELINO, Côn. José. Formação do seminarista. Petrópolis: Editora Vozes, 1947.

ALVES, Márcio Moreira. A Igreja e a política no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979.

AMORIM, Carlos Roberto Cunha. A igreja do diabo: catolicismo brasileiro no golpe militar de 1964. Franca, São Paulo: Ribeirão Gráfica e Editora, 2004.

ARAÚJO, Luiz Bernardo Leite. Religião e modernidade em Habermas. São Paulo: Loyola, 1996.

AZZI, Ariolando. O clero no Brasil: uma trajetória de crises e reformas. Brasília: SER. 1992.

BENELLI, Silvio José. Pescadores de homens: a produção da subjetividade no contexto institucional de um seminário católico. Assis: UNESP, 2003. (Dissertação de Mestrado na Faculdade de Ciências e Letras).

BERGER, Peter Ludwig. O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião. Organização de Luiz Roberto Benedetti; tradução de José Carlos Barcellos. São Paulo: Ed. Paulinas, 1985.

BESSEN, José Artulino. Seminário de Azambuja: 1927-2002. Florianópolis: Colaboradores – AESA, 2002.

BESSEN, José Artulino. Arquidiocese de Florianópolis. Florianópolis: Diocese de Florianópolis, 1983.

BESSEN, José Artulino. Azambuja – 100 anos. Azambuja, Brusque, 1977.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre. A Economia das trocas lingüísticas: O que falar quer dizer. São Paulo: Edusp. 1998.

BOURDIEU, Pierre. A Economia das trocas simbólicas. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk, 2004.

BRAGA, Côn. José Maria Frutuoso. Atribuições diversas do reitor e do diretor espiritual na formação do seminarista. In.: Seminários do Brasil – Segunda reunião de reitores. Petrópolis: Vozes. 1955.

BRUNEAU, Thomas. Religião e politização no Brasil: A Igreja e o Regime autoritário. São Paulo: Loyola, 1979.

BURKE, Peter. ‘A história social da linguagem’. In: \_\_\_\_\_. A arte da conversação. São Paulo: UNESP, 1995.

BUSARELLO, Raulino. Máximas latinas: para o seu dia-a-dia: repertório de citações, provérbios, sentenças e adágios: tematizados e traduzidos. Florianópolis: Ed. do autor, 1998.

CARVALHO, Maristela Moreira de. As vontades de saber e as relações de poder na “pastoral da sexualidade” da arquidiocese de Florianópolis: continuidades e rupturas no discurso da oficialidade católica (1960-1980). Florianópolis: UFSC, 2003. (Dissertação de Mestrado).

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Ideologia e Educação Brasileira. São Paulo: Cortez e Moraes, 1986.

DALLABRIDA, Norberto. A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na primeira república. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

DELUMEAU, Jean. O pecado e o medo: a culpabilização no ocidente (séculos 13-18). Vol. I. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

DELUMEAU, Jean. O pecado e o medo: a culpabilização no ocidente (séculos 13-18). Vol. II. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DUSSEL, Enrique. História da Igreja Latino-americana (1930-1985). São Paulo: Paulinas, 1989.

DUSSEL, Inês & CARUSO, Marcelo. A invenção da sala de aula: uma genealogia das formas de ensinar. São Paulo: Moderna, 2003.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador: Uma história dos costumes. Volume 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FEARN, Nicholas. Aprendendo a filosofar em 25 lições: do poço de Tales à desconstrução de Derrida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

FOUCAULT, Michel. A história da sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.

FOUCAULT, Michel. Ética, sexualidade, política. Coleção Ditos & Escritos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. Sexo, poder e indivíduo – Entrevistas selecionadas -. Tradução: Jason de Lima e Silva e Davi de Souza – Desterro: Edições Nefelibata, 2003.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1987.

GANDIN, Luis Armando. Educação Libertadora. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GHIRALDELLI JR., Paulo. História da Educação. São Paulo: Cortez, 1994

GILLES, Kepel. A revanche de Deus. São Paulo: Siciliano, 1991.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

HERNÁNDEZ MADRID, Miguel Jesús. Dilemas posconciliares: iglesia, cultura católica y sociedad em la diócesis de Zamorra, Michoacán. Zamorra, Mich.: El Colégio de Michoacán, 1999.

ISAIA, Artur César. Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

KASPARY, Alceu. O discurso católico em Santa Catarina no período de 1960-64 e sua relação com a legitimação do golpe de Estado. Florianópolis: Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, 2002. Dissertação (Mestrado).

KÜNG, Hans. O que deve permanecer na Igreja. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

LIBÂNIO, João Batista. A volta à Grande Disciplina. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. A presença da Igreja no Brasil: História e problemas – 1500-1968. São Paulo: Editora Giro Ltda, 1977.

MARINS, Pe. José. A escola em missão. São Paulo, 1962.

MARTELLI, Stefano (org.) A religião na sociedade pós-moderna. São Paulo: Paulinas, 1995.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

PAULA, José Rogério Machado de. Valores e pós-modernidade na formação do clero católico. São Paulo: USP, 2001. (Dissertação de Mestrado no Departamento de Psicologia Social e do Trabalho).

PAULO EVARISTO, Cardeal Arns. O que é Igreja. Colaboração do Pe. José Oscar Beozzo, na elaboração de “História da Igreja no Brasil”. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PETITAT, André. Produção da escola – produção da sociedade. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PIAZZA, Walter F. A Igreja em Santa Catarina: notas para sua história. Florianópolis: IOESC, 1977.

PIERRARD, Pierre. História da Igreja. Tradução de Álvaro Cunha. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

POAGE, Godfrey. Recrutando para Cristo – Manual especializado do recrutador. Tradução Frei Odolfo Broering. Petrópolis: Editora Vozes, 1962.

POMPEIA, Raul. O Ateneu: (crônica de saudades). Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

PORTER, Roy. ‘Introdução’. In: \_\_\_\_\_ & BURKE, Peter. (org.). Linguagem, indivíduo, sociedade. São Paulo: Ed. da UNESP, 1993.

PUCCI, Bruno. A nova práxis educacional da Igreja (1968-1979). São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.

RAHNER, Karl. Estratégias em mudança: tarefa e perspectivas para a Igreja. Petrópolis: Vozes, 1976.

REIS, José Carlos. História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 168.

RIZZARDO, Redovino. João Batista Scalabrini. São Paulo: Paulinas, 1987.

ROCHA, Zildo (org.). Helder, o Dom - Uma vida que marcou os rumos da Igreja no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

SERPA, Elio Cantalício. Igreja e poder em Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

SOUZA, Rogério Luiz de. Uma história inacabada: cem anos do Colégio Catarinense. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2005.

VARELA, Julia; ALVAREZ-URIA, Fernando. A maquinaria escolar. Teoria & Educação, nº 6, 1992.

VERGER, Jacques. Cultura, ensino e sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

VEYNE, Paul Marie. Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

VICENTE, Vilmar Adelino. D. Afonso Niehues: pastor da vinha do Senhor. Florianópolis: IOESC. 1990.